

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO P COM PROCESSO : 06-0056/1995 DE 1995

MATERIA LEGISLATIVA: RPP

06-0056/1995 DE 17/08/95

PROMOVENTE: VEREADOR

ROBERTO TRIPOLI

E M E N T A:

Requeiro a constituição de uma Comissão de Estudos para analisar a poluição visual da cidade de São Paulo.

O B S E R V A C O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
6/10/2010 16:13:17

00000000777-39



4194

ARQUIVADO EM 12/11/99

CHEFE DE SESSAO

**COMISSÃO DE ESTUDO SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE
DE SÃO PAULO.**

1) REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DESTA COMISSÃO: 06-0056/1995
DE 10/08/95. AUTOR: ROBERTO TRÍPOLI.....PÁG.01.

2) MEMO 01/95-REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DIA 12/09/95, NO GAB.DO
VER. TRÍPOLI(NÃO HÁ NOTAS TAQUIGRAF.).....PÁG.13.

3) **MEMBROS:**

ROBERTO TRÍPOLI - PRESIDENTE
MAURÍCIO FARIA - RELATOR
ANTONIO DE PAIVA MONTEIRO FILHO
ÍTALO CARDOSO
GILSON BARRETO
ANA MARTINS.

4) SUMÁRIO DA LEGISLAÇÃO DE ANÚNCIOS EM VIGOR ATÉ 25/09/95,
ELABORADO PELO PROF. CÂNDIDO MALTA-FAU-USP-.....PÁG.04 A 08.

5) ANÚNCIOS E CONGÊNERES (LEGISLAÇÃO PERTINENTE) PÁG.09/10.

6) 1ª REUNIÃO.....PÁGINAS: 53 A 137
DATA: 19/09/96

A) **CONVIDADOS:**

- PROF. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO - FAU/USP
- MIRTES BACH - ARQUITETA DO D.P.H.
- RICARDO OTAKE - ARQUITETO
- BRUNO ROBERTO PADOVANO - ARQUITETO E PROF. FAU/USP
- PAULO DE MELO BASTOS, - ARQUITETO, PROF. E URBANISTA.
- RICARDO RIBEIROIN - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DESIGNS
GRÁFICOS
- REGINA LEA - ARQUITETA, PROFª FAU/USP
- PROFª ROSA O. ARQUITETA-ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ARQUITETOS
- ROBERTO OSORUE - PRES. DO MOVIMENTO VIVA SÃO PAULO
- MINORU HARUTO - PROF. FAU/USP
- MISSAU MINELI - ARQUITETO, PROF. FAU/USP *Issao Minami*
- SILVIO CINTRA - ARQUITETO, PROF. FAU/USP
- JOÃO CARLOS CAUDURO - ARQUITETO
- ELLEN MOUSANIO - PROFª FAU/USP *Elide Monzéglio*
- MARLI NAMUR - PROFª FAU/USP
- DR. PAULO DE ANDRADE, REPRESENTANTE DO PRESIDENTE DA
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA OAB, DR. ANTONIO FERNANDO
PINHEIRO PEDRO.

B) **DEPOENTES:**

- VEREADOR MAURÍCIO FARIA
- VEREADORA ANA MARTINS.
- PROF. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO.
- SRA. MIRTES DAFF.

- SR. RICARDO OHTAKE.
- SR. BRUNO ROBERTO PADOVAN
- SR. PAULO DE MELO BASTOS.
- SRA. ROSA AGRILÁ KRIAS.
- SR. ROBERTO SARUÊ.
- SR. ISSAU MUNAMI.
- SR. SILVIO DE ULHOA CINTRA.
- SRA. ÉLIDE MOZÉLIO.
- SRA. MARLENE.
- SR. PAULO DE ANDRADE.

7) 2ª REUNIÃO: (REALIZADA NO GAB. DO VER. TRÍPOLI. NÃO HÁ NOTAS TAQUIGRÁFICAS)

DATA: 26/09/95

8) 3ª REUNIÃO:PÁGINAS: 142 A 215.

DATA: 03/10/95

PRESENTES:

- KAZUO KANEGAI - REPRESENTANTE DO VER. GILSON BARRETO
- ANA LÚCIA ANCONA-DA ABAP-AS.BRAS.ARQUITETOS E PAISAGISTAS
- MIRTES BAFE - DPH
- JOSÉ CARLOS GOMES ALVES - ASSES. DA BANCADA DO PT
- BONA DE VILA - ASSESSORA DA CÂMARA MUN. DE SÃO PAULO
- REPRESENTANTE DA OAB
- VEREADOR VITAL NOLASCO.

DEPOENTES:

- VEREADOR ROBERTO TRÍPOLI.
- VEREADOR VITAL NOLASCO.
- SRA. MIRTES BAFE.
- SRA ANA LÚCIA ANCONA.
- SR. PAULO BASTOS.
- PROF. CÂNDIDO MALTA.
- SR. JOSÉ CARLOS GOMES.
- SRA. BONA DE VILA.
- SR. ZECA.
- VEREADORA ANA MARTINS.

9) 4ª REUNIÃO:PÁGINAS: 217 A 283.

DATA: 10/10/1995.

A) PRESENTES:

- LUIZ ROBERTO V. VALENTE FILHO - DA CENTRAL DE OUTDOOR
- JULIO ALBIERI NETO - SEPEX-SIND.EMPR.PUBL. EXT. EXP.
- JOSÉ RICARDO FUVER - AEPAL-ASSOC.EMPR.PROPAGANDA AR LIVRE
- MARLY NAMUR - USP/CDHU
- MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - SEHAB - CPPU
- BONA DE VILLA - ASSESSORA DA C.M.S.P.
- BRUNO R. PADOVANO - FAU/USP/IPEA

- KAZUO KANEGAE - AS. VER. GILSON BARRETO
- MIRTHES BAFFI - DPH - PMSP
- HORÁCIO GALVANESE - AS. VER. MAURÍCIO FARIA
- ROSANA HELENA MIRANDA - AS. VER. ANA MARTINS
- REGINA MACEDO - AS. VER. ROBERTO TRÍPOLI
- JOSÉ RICARDO FUVER
- LUIZ ROBERTO VALENTE FILHO
- JULIO ALBIERI NETO
- MARLI NAMUR
- MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA
- SRA. MIRTES BAFFI
- SRA. BONA DE VILLA
- SR. LUIZ ROBERTO
- SR. BRUNO PADOVANO

B) DEPOENTES:

- SR. JOSÉ RICARDO FUVER
- SR. LUIZ ROBERTO VALENTE FILHO
- SR. JULIO ALBIERI NETO
- SRA. MARLI NAMUR
- SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA
- SRA. MIRTES
- SRA. BONA DE VILLA
- VEREADOR MAURÍCIO FARIA
- SRA. REGINA MACEDO
- SR. BRUNO PADOVANO

10) 5ª REUNIÃO:.....PÁGINAS: 292 A 373.
DATA: 17/10/95.

PRESENTES:

VEREADOR MAURÍCIO FARIA
VEREADOR ROBERTO TRÍPOLI
JOSÉ CARLOS ALVES - ASSESSORIA -PT
BONA DE VILLA - ASSESSORIA DA C.M.S.P.
KAZUO KANEGAE - AS. VER. GILSON BARRETO
JOÃO CARLOS ROSSI FILHO - S.A.R.-GABINETE
RICARDO TEIXEIRA - CET
REGINA MACEDO - AS. VER. TRÍPOLI
HELARIO MANCEBO - SECRETARIA VIAS PÚBLICAS
JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEFÈVRE - EMURB/CPPU
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - CPPU/SEHAB
JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - SEHAB/CASE
JULIO ALBIERI NETO - SEPEX
HORÁCIO GALVANESE - AS. VER. MAURÍCIO FARIA
MIRTHES BAFFI - DPH - PMSP
ANA LUCIA ANCONA - ABAP - ASSOC.BRASILEIRA ARQUITETOS
PAISAGISTAS.
CARLOS EDUARDO - PREFEITO - CMA
NERLY R. DETTEZZI - AS. VER. PAIVA.BATEDORES:

DEPOENTES:

SR. VICENTE MANOEL SIMÕES DE ALMEIDA PRADOE
 SRA. REGINA MACEDO
 SR. HORÁCIO GALVANESE
 SR. JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEVÊFRE
 SR. JOSÉ CARLOS GOMES
 SRA. BONA DE VILLA
 SR. RICARDO TEIXEIRA
 SR. JOÃO CARLOS ROSSI FILHO
 SRA. MIRTHES BAFF
 SR. HILÁRIO MANCEBO

11) 6ª REUNIÃO.....PÁGINAS 376 A 481.
 DATA 24/10/95

PRESENTES:

- PAULO SÉRGIO PINHEIRO DA SILVEIRA - REPRESENTANTE SAR.
 - CLÓVIS ISAMO YAMASHITA - ASSES. TÉC. DA SECRET. DAS
 FINANÇAS.
 - CARLOS DE SOUZA BRAGA - DIRETOR DE DEP. DE RENDAS IMOB. DA
 CPPT, COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA.
 - MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - CHEFE DA ASSES. TÉC. DO PRÓ-
 CENTRO
 - SANDERLEY FIUSA - PRESIDENTE DO CASE - DEP. DE CADASTRO
 SETORIAL DA SEHAB
 - JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - DIRETOR DA SEHAB

DEPOENTES:

- VEREADOR ROBERTO TRÍPOLI
 - SR. JOSE CARLOS
 - SR. CARLOS DE SOUZA BRAGA
 - SRA. ANA LÚCIA ANCORA
 - SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA
 - SRA. MARIA CRISTINA
 - SR. JULIO ALBIERI NETO
 - SRA MARLI
 - SRA. REGINA MACEDO
 - SR. JOSÉ ANTONIO
 - SR. PAULO SERGIO PINHEIRO
 - VEREADOR MAURÍCIO FARIA
 - SRA. BONA DE VILLA
 - SR. JOSÉ ANTONIO DE CASTRO
 - SR. JOSÉ EDUARDO LEFRÉVE

12) OFÍCIO 8/95 - INF. AO EXEC. ...PAG. 482 A 484.

FINAL DO VOLUME I.

VOLUME II

1) XEROX DO PL 607/89. AUTOR: VEREADOR ARNALDO MADEIRA.

"DISPÕE SOBRE A ORDENAÇÃO DOS ELEMENTOS PRESENTES NA PAISAGEM
DO MUNICÍPIO, EM ESPECIAL SOBRE OS
ANÚNCIOS..... PAG. 496 A 633

2) XEROX DO PL 349/90.

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL.

"DISPÕE SOBRE A ORDENAÇÃO DE ANÚNCIOS NA PAISAGEM DO
MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.....PAG. 634 A 688

3) RELATÓRIO FINAL APRESENTADO PELO GRUPO DE TRABALHO CRIADO
PELA PORTARIA SEHAB 99/89.....PAG. 689 A 692.

4) UM PROJETO PARA SÃO PAULO

"DISPÕE SOBRE A DISCIPLINA DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO EM SEUS
ASPECTOS PAISAGÍSTICOS E AMBIENTAIS....".....PAG. 783 A 823.

FINAL DO VOLUME II.

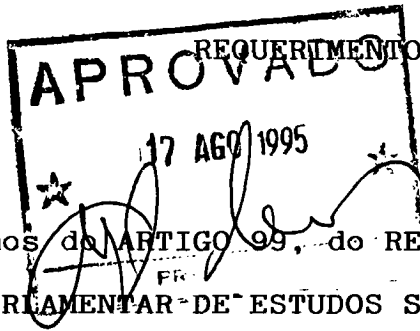
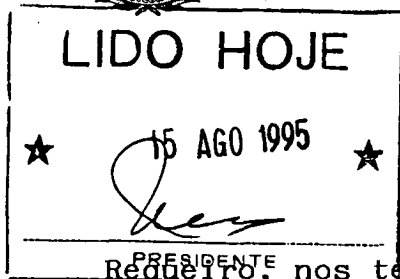
VOLUME III

- 1) XEROX DECRETOS/LEIS S/POL.VISUAL.....PAG. 824 A 1123
- 2) OF. ATL. Nº 297/95 - RESPOSTA DO EXECUTIVO AO OFÍCIO CCE
08/95 - (INCOMPLETA).....PAG.1127 A 1153
- 3) OF. CEE 010/95 - SOLIC.INF. DO EXEC.....PAG.1154 A 1156
- 4) OF. ATL. 011/96 - RESPOSTA DO EXECUTIVO AO OFÍCIO CCE
010/95.....PAG.1159 A 1163
- 5) OFÍCIO CEE 28/95 - SOLICITANDO COMPLEMENTAÇÃO DAS INFOR-
MAÇÕES PEDIDAS PELO OFÍCIO 08/95.....PAG.1164
- 6) OF. 09/95 - SOLIC. INF. AO EXEC.PAG.1176 E 1177
- 7) OF. ATL. Nº11/96 CÓPIAS DE INF. DO EXEC...PAG.1180 A 1183
- 8) OFÍCIO ATL. Nº 30/96 - RESPOSTA DO EXECUTIVO AO OFÍCIO
CEE 09/95.....PAG.1184 A 1200
- 9) OFÍCIO ATL. Nº 050/96 - RESPOSTA DO EXECUTIVO AO OFÍCIO
09/95.....PAG. 1203 A 1217

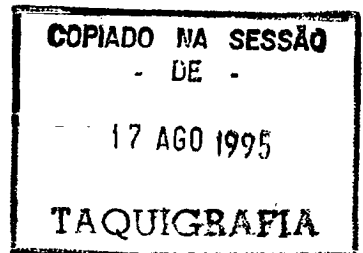


Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 01 de 01
n.º 56 de 1995



06 - RFP
06-0056/1995

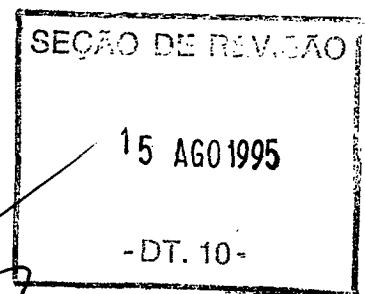
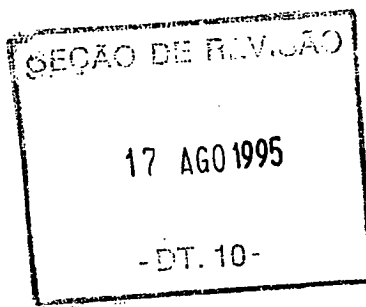


Requerimento, nos termos do ARTIGO 99, do REGIMENTO INTERNO, a Constituição de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO, para tratar sobre todas as questões envolvendo esta poluição, inclusive legislação vigente e mesmo projetos de lei em tramitação nesta Casa e relativos ao assunto. Esta Comissão deve envolver as seguintes COMISSÕES PERMANENTES: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE; COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E COMISSÃO DE SAÚDE.

Sala de Sessões, 10 de agosto de 1995.

ROBERTO TRIPOLI

Vereador Líder do Partido Verde



De acordo:

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SAÚDE

LEVY RUFINO

Aos Presidentes das Comissões
Permanentes para designar de
Membro que integre a Comissão
de Estudos.

[Handwritten signature]
22/8/95

Ao DT. 7 - Sra. Diretora:

Para as devidas providências.

22-08-95

[Handwritten signature]
LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe-
A.T.L.

À S.T.21 - Senhora Coordenadora,

Para as devidas providências, junto às Comissões Permanentes.

23.08.95

[Handwritten signature]
Luiza Takeko Akamine
Diretora Subst.
DT. 7

Ao GTAC - Senhor Coordenador,

Para designação do Secretário desta Comissão de Estudos e encaminhamento às Comissões Permanentes indicadas às fls. 1, a teor da cota supra do Sr. Presidente.

24.08.95

[Handwritten signature]
MARIA ALICE FIQUEIREDO
Assessor Técnico Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Forma n.º 02 do proc.
N.º 56 de 1985

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABOR	FUNCIONARIO	CONT. APARTE
14	3	ANA	315 SO	31.8.95			

O SR. PRESIDENTE (Wadih Mutran - PPR) - Antes de encer-

rar, esta Presidência designa para a formação da Comissão Especial de Estudos sobre a poluição visual da Cidade de São Paulo, os seguintes Vereadores: Roberto Tripoli, Presidente; Gilson Barreto, pela Comissão de Constituição e Justiça; Antônio de Paiva Monteiro Filho, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Ítalo Cardoso, pela Comissão de Atividades Econômica; Ana Martins, pela Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho e Maurício Faria, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Srs. Vereadores, desconvoco a sessão extraordinária de hoje. Convoco os Srs. Vereadores ~~em~~ para a próxima sessão ordinária, ~~com o mesmo horário e ordem do dia~~ e após esta sessão extraordinária com a Ordem do Dia a ser publicada.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

* * *



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º	3	do proc.
N.º	58	de 1995
O funcionário		

São Paulo, 1º de Setembro de 1995

MEMORANDO *
nº 064/95-ATM

À ODDF.7--SSra. Diretora:

Encaminho a inclusa nota taquigráfica, contendo os nomes dos componentes da Comissão de Estudos sobre Poluição Visual (Req.06-0056/95), designados na 315ª Sessão Ordinária de 31 de agosto do corrente.

Atenciosamente

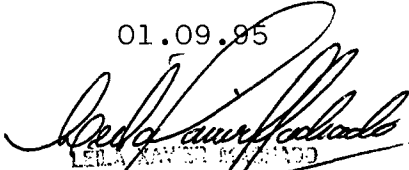
LUIZ ARENAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe.
A. T. M.

sbc.-

À ST.21 - Senhora Assessora Supervisora

Para as devidas providências.

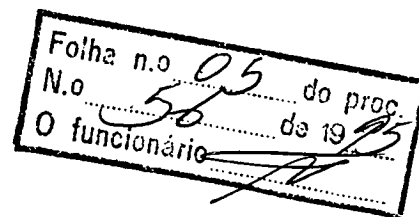
01.09.95


LELA XAVIER DE FÁTIMA
Diretor Técnico do Depto. Di. 1

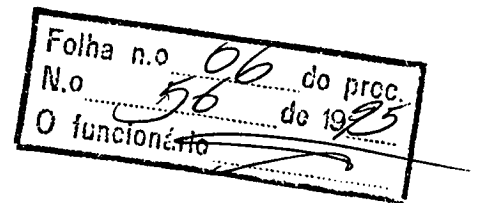
Legislação de anúncios - MSP
em vigor até 25/09/95.

Sumario realizado pelo Profº Candido Malta Campos Filho da FAU USP e do Defenda São Paulo e pela Profº Marly Namur da FAU USP o primeiro representante da USP na CPPU-PMSP e o segundo seu suplente.
São Paulo 29/09/95.

- 1- Decreto 15364 - Setubal consolida 13 leis mais 2 decretos. Produzindo o "Decreto Básico dos Anúncios"
28/09/78
(Olavo Setubal)
- 2 - Decreto 15364 - Amplia prazo para 1º de janeiro de 80 .(ganham-se mais 6 meses) para aplicação do Decreto nº15364 do Setubal de 28/09/78. (Decreto Básico dos Anúncios).(1º adiamento.)
28/09/78
(Reinaldo de Barros)
- 3- Decreto 16257 - Novo prazo dilatado para 1º de julho de 80 :- prazo para aplicação do decreto nº15364 do Setubal de 28/09/78 (Decreto Básico dos Anúncios)(2º adiamento)
13/12/79
(Reinaldo de Barros)
- 4- Decreto 16759 - Novo prazo de atendimento ao Decreto Básico dos Anúncios: mais 6 meses até 1º de janeiro de 1981.(3º adiamento.)
13/12/79
(Reinaldo de Barros)
- 5 - Decreto 17471 - Autoriza a EMURB a promoção de "Relógios Digitais".
30/07/81.
(Reinaldo de Barros)
- 6- Decreto 17187 - Novo prazo de atendimento ao Decreto Básico dos Anúncios: 1º de julho de 81, mais seis meses.(4º adiamento.)
18/02/81
(Reinaldo de Barros)
- 7 - Decreto 17534 - Novo prazo para atendimento ao Decreto Básico dos Anúncios de 28/09/78: 1º janeiro 82 - mais 6 meses. (5º adiamento.)
14/09/81
(Reinaldo de Barros)
- 8 - Decreto 19357 - Permite a EMURB - implantar cabines de informações ao público.
15/12/83
(Mário Covas)
- 9 - Decreto 20600 - Dispõe sobre taxa de fiscalização de anúncios, estabelecendo valores.
21/01/85
(Mário Covas)
- 10- Decreto 22040 - Autoriza publicidade em semáforos, sem contrapartida dos beneficiados.
20/03/86
(Jânio Quadros)



- 11 - Decreto 22252 - Proíbe publicidade política partidária em taxis.
28/05/86
(Jânio Quadros)
- 12 - Decreto 22363 - Consolida a instalação nos taxis de dispositivos para
25/06/86 divulgação de anúncios.(publicidade em taxis) sem
(Jânio Quadros) contrapartida dos beneficiados.
- 13 - Decreto 22515 - Regulamenta publicidade em taxi.
28/07/86 Questão ainda em aberto: define contrapartida?.altera o que?
(Jânio Quadros)
- 14 - Decreto 22599 - Revoga o decreto 16827 de 15 de agosto/80. Ele não
05/08/86 explica,o que é porrisso autoritário. Questão ainda em aberto:
(Jânio Quadros) define contrapartida?revoga o que?
- 15 - Decreto 22553 - Revoga o decreto 25534 de 29/10/85 - Gestão Jânio,
06/08/86 autoritária, não diz o que revoga.
(Jânio Quadros) Questão ainda em aberto: saber o que se revoga.
- 16 - Decreto 22709 - Regulamenta a lei 10072 em 09/07/86 -substituição de
05/09/86 padrão de bancas de jornais e revistas em lugares públicos.
(Jânio Quadros)
- 17 - Decreto 23070 - Regulamenta permissão de mapas setoriais, a título precário
15/11/86 e gratuito, autorizando publicidade em logradouros públicos.
(Jânio Quadros)
- 18 - Decreto 23176 - Alteração decreto 22709 - das bancas de jornais.
31/dez/86 Questão ainda em aberto: define contrapartida? altera o que?
(Jânio Quadros)
- 19 - Decreto 23212 - Dispõe sobre grades protetoras e orientadoras de pedestres,
16/12/86 a título precário e gratuito, autorizando publicidade nelas,sem
(Jânio Quadros) contrapartida monetária.
- 20 - Decreto 23290 - Regulamenta a lei nº 10203 de 04/12/86. Torna
13/01/87 obrigatorio o cadastramento no CCM - Cadastros dos
(Jânio Quadros) Contribuintes Mobiliários da PMSP, para quem quiser fazer
anúncios públicos.



- 21 - Decreto 23290 - Regulamenta a lei nº 10057 de 30/04 86 que altera a letra
23/02 /87 "d" do artigo 6º da lei nº 5673 de 24/12/59, relativo a
(Jânio Quadros) recipiente de lixo, autorizando publicidade neles.
Questão ainda em aberto: sem contrapartida?
- 22 - Decreto 23678 - Permite CMTC explorar publicidade em abrigos de ônibus,
06/04/87 pontos de taxis, terminais de ônibus, alojamentos públicos
(Jânio Quadros) por ela administrada, sem estabelecer regras de quanto cobrar,
deixando isso ao arbitrio da direção da empresa.
Permite com isso a ocorrência de negociatas.
- 23 - Decreto 24270 - Institue terminais de transferência de linhas de ônibus, nas
23/07/87 quais se permite publicidade.
(Jânio Quadros) Questão ainda em aberto :define critério de cobrança?
- 24 - Decreto 24497 - Autoriza CET a promover instalações de equipamentos
31/08/87 urbanos destinados melhoria de tráfego e transito com inserção
(Jânio Quadros) de publicidade.
Questão ainda em aberto:define critério de cobrança de contra
partida?
- 25 - Decreto 24859 - Altera decreto 22709 de 05/set/86, já alterado pelos
30/10/87 decretos 23030 de 31/10/86 e 23176 em 21/12/86 sobre
(Jânio Quadros) bancas de jornais.
Questão em aberto: muda o que?
- 26 - Decreto 24859 - Altera decreto 22709 já alterado pelo decreto 23030 de
30/10/87 31/10/86 e 23176 de 21/12 /86 sobre bancas de jornais.
(Jânio Quadros) Questão em aberto: altera o que?
- 27 - Decreto 26088 - Confere nova redação ao artigo 3 º do Decreto 23486, de
01/06/88 23/02/87(estabelece prazo de permissão máxima de 10
(Jânio Quadros) anos,e permite a Prefeitura revogar a permissão indenizando
o permissionário em no máximo 60% do valor do equipamento
instalado).
Questão ainda em aberto: permissão do que? Define critério
de cobrança de contrapartida?

- 28 - Decreto 26182 - 17/06/88
(Jânio Quadros)
Confere nova redação ao artigo 3º do Decreto 22709, de 05/09/86, com as alterações introduzidas pelos Decretos 23030, 31/10/86 e 24859, de 30/10/87 (Define os direitos do permissionário, não elencados no decreto de 22709).
Questão ainda em aberto: os deveres, não são elencados?
- 29 - Decreto 26452 - 15/07/88
(Jânio Quadros)
Cria área de intervenção para proteção paisagística nos arredores do Teatro Municipal. (fachadas do entorno da Praça Ramos de Azevedo) e define mobiliário urbano.
Questão ainda em aberto: define critério de permissão de publicidade nas fachadas?
E nos Mobiliários? Define contra partida?
- 30 - Decreto 26459 - 15/07/88
(Jânio Quadros)
Dispõe sobre proibições em matéria de propaganda nos logradouros públicos, no período eleitoral, definindo onde é permitido nas ruas e praça das zonas Centro-Oeste, Centro - Leste). A nexa 1º (Quadro de multas, refere-se às Leis 10328, de 03/06/87 e 10315, de 30/04/87) -Máximas multas = 10 UFM = 373,70 R\$.
- 31 - Decreto 26565 - 05/08/88
(Jânio Quadros)
Altera o anexo 1º do Decreto 26459, de 15/07/88, na parte relativa à coordenadoria das administrações regionais da Zona Sul.
Questão ainda em aberto : alterando o que?
- 32 - Decreto 26820 - 09/09/88
(Jânio Quadros)
Autoriza a contratação em caráter experimental de serviços de conservação ou fornecimento de conjuntos semaforicos, mediante permissão à contratada de exploração publicitária em locais próximos aos pontos de sinalização de trânsito.
Permissão publicitária com prazo máximo de 3 meses e meio, com 1/4 do espaço, destinado a mensagens institucionais, indicadas pela Prefeitura).
Questão ainda em aberto: define contrapartida?
- 33 - Decreto 26827 - 09/09/88
(Jânio Quadros)
Delimita área de proteção paisagística da Praça João Mendes, para a instalação de anúncios, mobiliário urbano e resguardo de fachadas, em sua área de entorno imediata, suspendendo o licenciamento de novos anúncios na mesma, por quadras.
- 34- Decreto 27048 - 05/10/88
(Jânio Quadros)
Aumenta o prazo de 3 meses e 1/2, para 6 meses, de permissão publicitária em locais próximos a pontos de sinalização de trânsito, do decreto 26820, de 09/09/88.
Questão ainda em aberto: define contrapartida?

Folha n.º 08 do proc.
N.º 328 de 1988
O funcionário

35 - Decreto 27381-
28/11/88
(Jânio Quadros)

Altera o Decreto 26459, de 15/07/88, remetendo-o as Leis 10518, de 16/05/88, e 10598, de 19/08/88, proíbe o recobrimento das fachadas com painéis e outros elementos e dá o prazo de 90 dias para as licenças existentes serem renovadas.

Questão ainda em aberto: define contrapartida?

36 - Decreto 27382 -
28/11/88
(Jânio Quadros)

Dispõe sobre as intervenções na área de proteção paisagística da Praça João Mendes, para fins de instalação de anúncios, mobiliário urbano e proteção das fachadas.

Questão ainda em aberto: define contrapartida?.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 09 do proc.
N.º 56 de 1995
O Funcionário

POLUIÇÃO VISUAL - ANÚNCIOS E CONGÊNERES - LEGISLAÇÃO PERTINENTE

ROL/ASSUNTO

N.B. D significa decreto; L significa lei;

ANÚNCIOS EM GERAL

L 4234/52

D 33.874/93

* D 34.673/94

BANCAS DE JORNAIS

L 10.072/86;

D 22.709/86; D 23.030/86; D 23.176/86; D 24.859/87; D 26.182/88

FOLHETOS, DISTRIBUIÇÃO

D 34.874/95; D 35.041/95

INFORMAÇÕES (MAPAS, CABINES ETC.) EM LOGRAD. PÚBLICOS

L 10.039/86;

D 19.357/83; D 23.070/86

INFORMAÇÕES/ MENSAGENS INSTITUCIONAIS EM ONIBUS

D 20.945/85; D 28.551/90

LICENCIAMENTO/CADASTRO/TAXAS PARA ANÚNCIOS (ev. inclui proibições)

* L 5.673/59

L 5.940/62; L 8.386/76; L 9 249/81; L 8.730/78; L 9.806/84; L 9.839/85; L

10.057/86; L 10.058/86; L 10.203/86; L 10.216/86; L 10.373/87; L

10.449/88; L 10.814/89; D 20.600/85; D 23.290/87

D 28.504/90 penalid.

D 28.593/90

D 29.493/91

D 34.672/94

D 34.984/95 vigil.urbana

PROTEÇÃO PAISAGÍSTICA EM ÁREAS ESPECIAIS

D 26.452/88; D 26.827/88; D 27.382/88

D 28.175/89 Comissão de Proteção da Paisagem Urbana

D 33.389/93 ProCentro

[D 33.391/93; D 33.392/93; D 33.393/93; D 33.394/93] prot. de árvores

D 35.249/93; D 35.273/95

PUBLICIDADE EM FACHADAS/ EMPENAS/ OBRAS ARTÍSTICAS

D 35.325/95

ver também L e D para áreas especiais

PUBLICIDADE EM MOBILIÁRIO URBANO (VASOS, LIXEIRAS, PROTETORES DE ÁRVORES ETC)

L 3903/50; L 4075/51; L 4562/54; L 5673/59; L 9958/85; L 10.057/86

D 23.212/86; D 23.486/87; D 26.088/88; D 31.124/92 ; D 31.126/92; D

31.126/92; D 31.488/92; D 33.749/93; D 35.325/95

PUBLICIDADE EM PONTOS/TERMINAIS DE TRANSPORTE COLETIVO

L 4.563/54; L 6.797/65; L 11.129/91

D 23.678/87; D 24.270/87



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	10	do proc.
N.º		de 19
O funcionário		

PUBLICIDADE EM RELOGIOS DIGITAIS

D 35.180/95; D 17.471/81 R?

PUBLICIDADE EM SEMÁFOROS E SIMILARES OU NAS SUAS PROXIMIDADES

L 8607/77; L 10.305/87

D 22.040/86; D 24.497/87; D 26.820/88; D 27.048/88

PUBLICIDADE EM VEICULOS

L 9.387/81

D 22.363/86; D 22.515/86; D 33.098/93; D 30.692/91

PROPAGANDA POLÍTICA

D 22.252/86; D 26.459/88; D 27.381/88; D 28.134/89



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 10 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

REQUERIMENTO 06 - RFP
06-0053/1995

SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAREM, COM ÔNUS, A ESTA EDILIDADE, NA IV CONFERÊNCIA MUNDIAL DA MULHER, PROMOVIDA PELA ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

CONSIDERANDO que a ONU - Organização das Nações Unidas -, promoverá no período de 28 de agosto a 15 de setembro de 1995, em Beijing (Pequim) - China, a IV Conferência Mundial da Mulher, sobre o tema: "Igualdade, Desenvolvimento e Paz";

CONSIDERANDO a importância do evento, a nível mundial, onde será discutida a situação da mulher, sua condição de igualdade no trabalho, vida política e a participação equitativa das mulheres em todas as estruturas de poder, instâncias de decisão e a criação de mecanismos que garantam esta participação;

CONSIDERANDO a participação das vereadoras desta Edilidade na Comissão Especial de Estudos sobre a situação da Mulher no Município de São Paulo, onde um dos objetivos foi o de discutir a Conferência de Pequim, priorizando o conteúdo do tema Desenvolvimento, Igualdade e Paz e avaliação da década, centrando a situação das mulheres no município;

CONSIDERANDO, assim, a importância destas mesmas vereadoras participarem da IV Conferência Mundial da Mulher, no sentido de subsidiar na elaboração de políticas públicas que melhorem as condições de vida das mulheres e diminuam as discriminações, a partir do levantamento da realidade da mulher paulistana.,

REQUEREMOS a Douta Mesa, na forma regimental, ouvido o Egrégio Plenário, seja autorizada a participação, com ônus desta Edilidade, das Vereadoras como representantes desta Casa, na IV Conferência Mundial da Mulher, a ser realizada em Pequim/China, no período de 28 de agosto a 15 de setembro de 1995.

Sala das Sessões, 1 de agosto de 1995.

ANA MARTINS

ANA MARIA QUADROS

LÍDIA CORREA

ALDAÍZA SPOSATI

MARIA TEREZA LAJOLO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 12 do proc
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO DO DIA 12.09.95 - AS 11:00 hs - GAB. VER. ROBERTO TRÍPOLI.

Vereadores (as):

GILSON BARRETO

ANTONIO DE PAIVA M. FILHO

ÍTALO CARDOSO

p/ ANNA MARTINS

MAURÍCIO FARIA

MARIA JOSÉ SALUCESTE
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	13	do proc.
N.º	66	de 1995
O funcionário	<i>Paulo</i>	

**SECRETARIA DAS COMISSÕES
TEMPORÁRIAS**

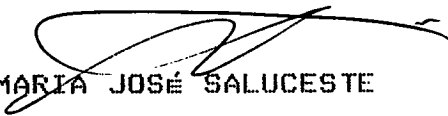
São Paulo, 5 de setembro de 1995.

MEMO. Nº 01/95

Exmo.(a) Sr.(a) Vereador(a).

Conforme solicitação do vereador Roberto Tripoli, Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição Visual na Cidade de São Paulo, convido Vossa Excelência para a reunião de instalação, que se realizará no dia 12 do corrente, às 11:00 horas, no Gabinete desta Presidência (sala - 704), 7º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração.


MARIA JOSÉ SALUCESTE

Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	14	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 163 /95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilma. Sra.
MIRTHES BAFFI - arquiteta/DPH
fax: 251-0634



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 15 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

Ofício 179/95

São Paulo, 14 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI

Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.

JOÃO CARLOS CAUDURO

fax: 212-0626



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	16	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 175/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI

Vereador Líder do Partido Verde

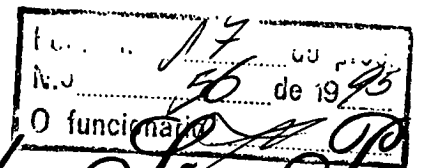
Ilmo. Sr.

ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO

fax: 278-3899 -- 278-3748



Câmara Municipal de São Paulo



Ofício 172/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.

ROBERTO SARUÊ - Movimento Viva São Paulo
fax: 491-8713



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	18	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 162 /95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI

Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.

RICARDO OTHAKE

fax: 65-6453



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	19	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 164 /95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.

BRUNO ROBERTO PADOVANO

fax: 883-4121



Câmara Municipal de São Paulo

Forma n.º	20	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 165/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.

PAULO DE MELLO BASTOS

fax: 852-1022



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	22	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 166/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.
RICARDO RIBENBOIM
fax: 229-7537



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	22	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 167/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilma. Sra.
MARLY NAMOUR
fax: 851-1611



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	23	do proc
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 168/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilma. Sra.
REGINA MEIER
fax: 887-3831



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 24 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário _____

Ofício 169/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.
CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO
fax: 853-7766



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	25	do proc.
N.º	56	de 19 95
O funcionário		

Ofício 170/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilma. Sra.

ROSA GRENA KLIASS

fax: 280-4933



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 26 do proc
N.º 96 de 1995
O funcionário _____

Ofício 171/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilma. Sra.

MARIA CECÍLIA BARBIERI GORSKY

fax: 211-3328



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	27	do proc
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 173/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacaré, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.
MINORU NARUTO
fax: 259-6098



Câmara Municipal de São Paulo

... do proc.	28
N.º	36
de 1995	
O funcionário	

Ofício 174/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.
ISSAO MINAMI
fax: 818-4546



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	29	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 176/95

São Paulo, 12 de setembro de 1995.

Prezado Senhor,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilmo. Sr.
SYLVIO DE ULHÔA CINTRA
fax: 533-0793



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	30	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Ofício 180/95

São Paulo, 15 de setembro de 1995.

Prezada Senhora,

Vimos pelo presente reafirmar convite feito a Vossa Senhoria para compor uma COMISSÃO DE ESPECIALISTAS que deve atuar juntamente com a COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLUIÇÃO VISUAL, instalada nesta Câmara Municipal a partir de requerimento de nossa autoria. Nosso objetivo é fazer um levantamento da legislação existente e dos projetos ainda em tramitação na Casa, referentes ao assunto. Deste levantamento, será retirado um amplo documento com conclusões para serem levadas ao Poder Executivo e, mesmo, sugestões de modificações na legislação existente ou novos projetos de lei.

Afinal, não podemos mais silenciar diante de todo caos urbano gerado pela intensa poluição visual na Cidade de São Paulo. Cabe a todos nós, parlamentares, ambientalistas e profissionais da arquitetura, urbanismo, engenharia, paisagismo, juntamente com o restante da sociedade civil, organizarmos um movimento coeso, com sugestões sérias e atitudes firmes, visando reorganizar a concepção de uso do espaço público vigente na Cidade.

A instalação dos trabalhos da Comissão está marcada para dia 19 de setembro próximo, a partir das 9h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, oitavo andar. Qualquer dúvida, favor contatar nossa assessora Regina Macedo, pelo telefone 259-8388, ramais 1597 ou 1522.

Agradecendo toda a atenção e a disposição em colaborar demonstrada por Vossa Senhoria, nos despedimos com protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde

Ilm^a. Sra.
ELIDE MONZEGLIO
fax: 258-2377



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 30 do processo
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 19/09/95 - 9:30 hs. - SALÃO NOBRE

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli 14/09
Maurício Faria ZULEICA GOUVART.
Gilson Barreto 14/9-14/10
Antonio de Paiva M. Filho 22/88
Ítalo Cardoso
Ana Martins J

704
414
714
1113
804

Maria José Saluceste
Secretária



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO DE SÃO PAULO

DATA: 19/09 / 1995

Julio Albino NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
Julio Albino Neto	SEPEX	Rua Taboão nº 649-43	8229088
* MINORU NARUTO		R. BENTO FREITAS 306 63	2596179
* ROBERTO SARUÊ	MOV. DEFENDA SÃO PAULO		491.42.22
* BRUNO ROBERTO PADOVANO	FAUUSP	R. MARIA CAROLINA 495	8513176
* PAULO DE MELLO BASTOS	--	11 CARLOS ALVARO 835 C/4	8521022
* ELIDE MONZEGLIO	FAV. USP	RUA JESUINO ARRUDA 666/41	818.4796
* MARLY NAMUR	FAU-USP / CDHU	RUA dos BOMBEIROS, 87	851-2022 n. 623
* ROSA GRETA KLIASS	ABAP	R. JESUINO DE ARRUDA 888	8648676
Marlene Fernandes	CPPU - SENAB	200 SFO Bento, 405 229 and. 20/131	232 1733 e. H.
* ISSAO MINAMI	FAUUSP	R. COTIA, 23 - COTIA SP	4924773
* MINHES I. S. BAFFI	DPH-PMSP	R. FREI CANECA, 1402 - 6º ANDAR	2532331-1266
VEREADOR MAURÍCIO FARIA	C. M. S. P.		
VEREADOR ROBERTO TRIPOLI	C. M. S. P.		
TALES BOCHA	JORNAL S. NEWS.	R. DR. ALMEIDA LIMA	2927222
* Paulo Eduardo Silva de Andrade	Comissão de Meio Ambiente da OAB/SP		2561875
NERHY R. NETHERN	Un. Paiva	15 SP	

Folha nº 32 do proc.
N.º 56 de 19/95
O funcionário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE
DE SÃO PAULO

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

DATA: 19 / 09 / 1995

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
* RICARDO OHTAKE	Prof. USP		
* Gunkio Malta	Defenda São Paulo	Av. 9 de Julho, 5017 conj 24	853-7918
Tales Rocha.	JORNAL S. News.	Av. Dr. Almeida Lima, 15	292 72 22 - R. 2477
VEREADORA ANA MARTINS	C. M. S. P.		
* SYLVIO DE OLIVEIRA CINTRA FO	FAUUSP		
VEREADOR ITALO CARDOSO	C. M. S. P.		
Alice Santos Branco	Estado de S. Paulo	Av. Engenheiro Leôncio Alves 55	8562331
Luiz G. Maldonado	P/VER. Gilson Barreto		1515
Rosamariana Miranda	ARQUITETA - GAB. VER. ANA MARTINS		259-8388 R. 1454

Folha n.º	33	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		

Rel. à Perm. dic 19/09

Folha n.º	34	do proc.
N.º	56	de 1985
O funcionário	[assinatura]	

Para:

Jornalista Alice Granato
Jornal O Estado de São Paulo.
FAX (011) 856.2941

De:

Professores Issao Minami/Sylvio de Ulhôa Cintra Filho
FAUUSP Fone 818.4549

Sobre a paisagem urbana de São Paulo a propósito de alguns conceitos sobre a temática da poluição visual

(Revista Veja São Paulo, 20/08/95 e Estadão, 13/09/95)

Uma reflexão sobre o nosso cotidiano, observaremos que, historicamente, sempre estivemos, estamos e estaremos envolvidos, por uma forma de expressão visual, interpretando e apreendendo, o significado de algo silencioso todavia vibrante e dinâmico. O ser humano sempre raciocinou vendo: as múltiplas imagens impressionam o cérebro, onde são, primeiramente percebidas e depois analisadas. Sobre o indivíduo que vê, a imagem é constituída de forma a impressionar, expressar e construir. O objeto observado é visto, impressiona a retina. É sentido, provoca uma emoção. E é construtivo, pois tem um significado próprio, tem valor de símbolo e capacidade de construir uma linguagem que comunique uma idéia. Tudo que vemos tem alguma coisa a comunicar: cores, formas, texturas.

A forma mais antiga de expressão visual ocorreu na era primitiva, onde os nossos antepassados das cavernas, ainda sem o poder da palavra, da comunicação verbal, já insinuavam uma forma de entendimento, entre eles, utilizando-se, para isso, de gestos e associando os fatos de sua vida aos rabiscos que faziam nas paredes das cavernas. De forma simbólica representavam os fatos cotidianos como o caça e também aquilo que eles temiam como o fogo, os raios, o sol e a lua. Assim os homens que desenhavam tinham também uma relação mística com os fenômenos que eram atributos dos deuses como a morte, o nascimento, etc. Desta forma o nosso ancestral já se comunicava tomando conhecimento do seu meio-ambiente e mostrando-o no seu rústico desenho.

Os egípcios, assírios e babilônios já há 6.000 anos atrás praticavam a astronomia e astrologia, deixando-nos símbolos que representavam a lua, o sol, os planetas e as estrelas.

No Japão feudal, desde 1000 a.C., os símbolos tinham a função de identificar a sociedade dos nobres, onde cada família nobre tinha uma marca que era associada a todos os seus pertences, desde roupas até a entrada dos seus castelos. De forma semelhante, na Idade Média, os cavaleiros tinham símbolos institucionais que representavam a heráldica.

Desta forma, até a Idade Média, os símbolos eram utilizados pelo classe dominante, que eram os reis, os militares e os eclesiásticos e também representavam os deuses. Mas a partir desta época, os artesões, os pintores, os escultores, enfim, artistas e os abastados (comerciantes, que constituíam uma classe) começaram a passar a assinar seus trabalhos e posses, alterando um costume vigente.

Assim, desde a primitiva forma de expressão dos homens das cavernas que deixou marcada, nas paredes das cavernas, evoluiu-se todo um sistema de comunicação conhecido atualmente. Seja um rabisco, um desenho, uma cor, uma letra ou uma forma qualquer em

folha n.º 33 do proc.
N.º 36 de 1993
O funcionário

destaque, em algum lugar, a comunicação visual tem no seu próprio conceito do termo, um único e fundamental objetivo: informar algo, silenciosamente, expressando um significado, definindo um local, uma situação, dando uma orientação.

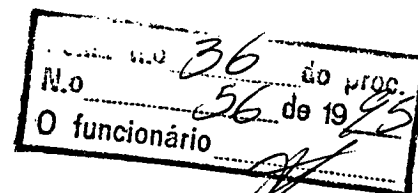
Sistematicamente a linguagem visual tornou-se indispensável para o relacionamento dos diversos povos. Com a rápida disseminação das inovações tecnológicas e todo o moderno sistema de transporte aliado ao que denominamos comunicação de massa, tudo isso tende a transformar, enfaticamente, o mundo mais ainda na "aldeia global" preconizada por McLuhan, nos idos de sessenta. Realmente, o mundo se tornou pequeno e simples do ponto de vista do entendimento coletivo, graças à comunicação. Os desenhos rudimentares dos nossos antepassados evoluíram de tal forma sofisticada e variada, dando origem a inúmeros sistemas de informação nas diversas regiões do mundo mas sempre conservando uma característica comum que é a de ser interpretada da mesma maneira em qualquer lugar, qualquer país, mesmo com a diferença de língua. Desta forma, um papel com os sinais gráficos que identificam as seqüências musicais será entendida na Áustria, na Alemanha e no Brasil, exatamente da mesma forma, apesar das diferenças lingüísticas. Uma cruz, representa a partir das cruzadas, com uma grande variação em seu desenho, o símbolo da fé cristã, da igreja católica romana. Uma teoria física ou uma equação matemática serão interpretadas tanto pelo cientista americano quanto pelo alemão e assim sucessivamente.

Desta forma, os símbolos da forma como a conhecemos hoje - fruto de uma sociedade de consumo - nasceram com as primeiras trocas comerciais. Os antigos oleiros romanos estampavam em seus potes, sinais com o nome dos seus fabricantes e a sua origem. De forma semelhante, os mercadores noruegueses e suecos identificavam as ânforas contendo vinhos e óleos. Os comerciantes da Idade Média monopolizavam determinados produtos através de símbolos corporativos, protegendo-os de possíveis falsificações e piratarias. A identificação do produto nasce como uma salvaguarda de honestidade do produto.

Assim, desde os seus primórdios até a atualidade, os símbolos percorreram uma longa trajetória. Reside na facilidade de integrar os homens através dos símbolos, o grande poder da comunicação visual. Isto é importantíssimo, principalmente existindo muitas línguas e dialetos mundialmente que transformam o mundo num verdadeira Torre de Babel ou, mais contemporaneamente, uma *iconosfera*. Para isso, a linguagem visual necessita possuir algumas características para o seu rápido entendimento, fácil compreensão, independente da língua, da cultura ou do grau de instrução de quem examina a mensagem nela contida, identificando-a através da imagem (símbolo). Então, quando um nome ou idéia é representada visualmente sob uma determinada forma (letra ou desenho), dizemos que ela tem identidade visual. A identidade visual é um conjunto de elementos gráficos que compõem a personalidade visual de um nome, idéia, produto ou serviço. Portanto, o símbolo, na sociedade contemporânea, passa a ser um sinal gráfico que com o uso, identifica um nome, uma idéia, um produto ou um serviço.

Outro aspecto importante que deve considerar é que, nas últimas décadas, com o advento da televisão reforçado pelo computador, a imagem ganhou um grande e poderoso significado nos processos de comunicação.

Assim, cada vez mais, a linguagem através da imagem ganha importância. Isto pode ser constatado a qualquer momento, no cenário cotidiano veiculando mensagens que regulamentam o comportamento dos indivíduos na esfera da prática social, mostrando-lhes os comportamentos permitidos ou proibidos, advertindo-lhes sobre a existência de perigo ou necessidade de cautela, ainda, orientando seus passos ou a sua proximidade de objetos ou coisas: são mil placas e setas indicando locais e direções, pictogramas substituindo frases,



marcas e produtos, telas e monitores teleguiando nossas emoções, out-doors e a mídia eletrônicos servindo de orientação para o nosso dia-a-dia, enfim, *backlights* em profusão.

Evidentemente, o fato de a publicidade nos bombardear com uma série de marcas e imagens de produtos mostra como a representação de idéias através de símbolos gráficos é um canal aberto do ponto de vista informativo. Esta característica naturalmente está presente de forma mais expressiva no mundo contemporâneo pós-industrial onde a competitividade nos impõe uma série de fatores de ordem econômica e financeira. A imagem é o balcão de anúncio e venda dos produtos e serviços. A informação visual rodeia-nos o tempo todo, dentro de casa através dos recursos da mídia impressa e televisiva, nas ruas e locais públicos com milhares de anúncios que delineiam qualquer percurso que fazemos. A diferenciação entre produtos concorrentes é cada vez menor e assim, as mais modernas tendências em comunicação apontam para estratégias que direcionem o fortalecimento das diferentes marcas de produtos.

O que é pior, é a gradativa invasão do anúncio no espaço anterior e lateral das edificações, antes reservada a belas e tratadas fachadas e seus componentes. Examinando esquematicamente essa relação arquitetura - anúncio, podemos classificá-la sob o ponto de vista do aspecto da convivência "pacífica" entre ambos ou pela sobreposição de um sobre o outro e, neste caso, que é a maioria, sobressai a informação, bem ou mal.

A arquitetura é o suporte da informação : a informação faz parte da arquitetura. A informação consta do projeto. Le Corbusier, por exemplo, no projeto do Café De Unie chega a especificar o tipo de letra estampada na fachada de seu projeto de 1926. Naturalmente não é o nosso caso, na maior parte das vezes. Existem o Bradesco, o Unibanco, o Itaú, o Grupo Sérgio, o Mc Donald, o Mappin, compondo um primeiro grupo. Reconhecemos os edifícios que os contêm em qualquer lugar pelas suas características sem nenhuma sofisticação, em geral comportam grandes espaços de gosto popular e massificante com usos exagerados de cores berrantes.

A arquitetura é o suporte do suporte : placas "pregadas" nas fachadas, ostentando verdadeiras "camisas de alumínio". A característica é o suporte do suporte, onde grandes painéis são utilizados para zerar a fachada. *"Muito em breve, todas as cidades se parecerão! Terão a mesma cara das Lojas Cem, Pernambucanas, Ponto Frio e não será preciso conhecer mais nenhuma delas. Estar numa delas será um pouco como estar em qualquer uma delas, ou ainda, estar em nenhum lugar"* comentaria o arquiteto Pompeu Figueiredo de Carvalho.

Quem não consegue identificar o painel da Coca Cola na Consolação? E os lúculos "luxalons" zerando as fachadas das padarias? A arquitetura pode contextualizar outros suportes. Exemplo é o uso de pneus na fachada das borracharias e da chave Yale na porta dos chaveiros.

Cores fortes e vibrantes estão associados a maior divulgação de seus produtos. A imagem do vernacular sobreposto à excessiva informação sufocando o público - alvo. Este não mais presta atenção ficando vacinado a pouca estimulo. Assim, no outro lado da rua, pode existir um ambiente "clean" também inibidor: a inexistência da informação publicitária cria um certo distanciamento no público popular consumista que não se sente convidado a entrar.

A mensagem publicitária modifica a paisagem e o seu usuário. A visão diurna tem imagem diferente na visão noturna. Detalhes marcantes ficam mais visíveis em determinadas horas. A luz e o néon tem a capacidade de transformar a paisagem, desta forma, a tendência é que se fundam em cores, texturas. A cidade contemporânea é um suporte de signos que devem

ser apreendidos instantaneamente, o seqüencial cede lugar ao simultâneo, o meio é a mensagem, forma e função chegam a ser unidades.

Assim, esta nossa cidade contemporânea abriga uma imagem quase que sem características próprias, sem identidade, o que obriga a invadir o espaço aéreo por conta da parafernália eletrônica. A década de noventa, sem dúvida, consolida-se os "backlights" da vida. O outrora referencial obrigatório da estátua do Borba Gato na Avenida Santo Amaro jaz inerte ante a força visual do McDonald, da placa do Itaú e do Marlboro. A Avenida Rebouças é o grande depositário atual do anúncio aéreo. Aqui medem-se por quilômetros quadrados a extensão de "backlights" e "frontlights" absolutamente iguais e sem nenhuma personalidade visual.

Cuidado, se se adentra pelas marginais dos rios Pinheiros e Tietê: as entradas e saídas são absolutamente heterodoxas. A não ser pela boa idéia do arquiteto Pedro Taddei com as cores das pontes e viadutos, há ainda muito com que se completar ou retirar visualmente, sinalizando-as, efetivamente e sistemicamente, pois nestas pistas expressas e o entorno dos rios, literalmente esquecidos, jazem entulhos, sujeiras, falta de arborização e excesso de estímulos visuais desnecessários.

Por outro lado, sistema de comunicação visual da avenida Paulista sobrevive heroicamente por cerca de vinte anos, concebida pioneiramente pelo Professor João Carlos Cauduro. Hoje é alvo de discussões pela concepção de novos usos que necessitam ser incorporados. Readapta-se sua sinalização ao corredor viário de ônibus?

Percorrendo um pouquinho mais pelo Centro, observa-se o painel do Volpi na rua da Consolação com a avenida Paulista, da Tomie Ohtake na Ladeira da Memória e a presença marcante do Professor Maurício Nogueira Lima no largo São Bento. Os dois primeiros refletem uma intervenção meramente como obra de arte, apesar do Volpi estar situado numa "tralha" urbana composta pelo que sobrou do viário da Paulista - Consolação-Rebouças (no primeiro semestre de 1995, este espaço composto por um conjunto de edifícios que grita por uma intervenção para melhorar o desempenho visual e reforçar a identidade do conjunto foi objeto didático para os alunos da FAUUSP, onde com nossa orientação obtivemos cento e cinquenta concepções diferentes de excelentes idéias). O Maurício já permite uma descontextualização graças ao efeito "tromp l'oeil" e uma visualização que varia com o ponto de vista do observador, que é mutante e variável, sujeito a muitos estímulos, diferente de quem observa uma obra de arte em museu. De forma semelhante interage a intervenção realizada nas fachadas cegas na avenida 23 de Maio do edifício da Editora Sipione pelo Arquiteto Sylvio de Ulhôa Cintra.

Não dá para não reparar também nos grafites espontâneos do "buraco" da Paulista que vira e mexe repintado, resistem e retornam pichados. Neles a apreensão mais apurada dos painéis é prejudicada pela velocidade com que é obrigado a conduzir e pela localização, prejudicando a interação dos mesmos com o observador motorizado.

Na Praça da Sé, as esculturas lá dispostas hoje respondem pela dicotomia entre o usuário e a importância relativa dada aos mesmos. No máximo é pano de fundo para um "retrato" dos nordestinos enviado os seus conterrâneos.

E completando o percurso, é torcer para que o nosso temor não vire realidade, ou seja, a civilização pós-backlights absorvendo as dimensões gigantescas e tornando inócuo a presença, por exemplo, do Obelisco e da escultura do Brecheret no parque do Ibirapuera, ainda hoje, grandes referenciais visuais.

Folha n.º	38	do proc.
N.º	56	de 19 85
O funcionário		

Finalmente reforçando as idéias do Professor João Carlos Cauduro, destacamos os objetivos por ele enumerado nas aulas de buscarmos conjuntamente soluções que contemplem aumentar a legibilidade e a identidade dos espaços da cidade através de sistemas integrados de comunicação visual urbana assegurando sempre índices satisfatórios de conforto e conveniência aos usuários e consequentemente reduzindo o emaranhado que resulta em poluição visual.

São Paulo, setembro de 1995.

*Professores Issao Minami e Sylvio de Ulhôa Cintra Filho.
Grupo de Disciplinas de Programação Visual do Departamento de Projeto.
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.*



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 39 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE S. PAULO

LISTA DA RELAÇÃO DOS CONVIDADOS PARA A REUNIÃO DE 19/09/95

ELIDE MONZEGLIO

SYLVIO DE ULHÔA CINTRA

ISSAO MINAMI

MINORU NARUTO

MARIA CECÍLIA BARBIERI GORSKY

ROSA GRENA KLIASS

CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO

REGINA ~~MEIER~~ ã comp.

MARLY NAMOUR

RICARDO RIBENBOIM

PAULO DE MELLO BASTOS

BRUNO ROBERTO PADOVANO

RICARDO OTHAKE

ROBERTO SARUÊ - MOVIMENTO VIVA SÃO PAULO

ANTONIO FERNANDO PINHEIRO PEDRO

JOÃO CARLOS CAUDURO

MIRTHES BAFFI ARQUITETA/DPH

OBS: Os ofícios originais estão
na Assessoria do Ver.
Tribunal



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 40 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 13 de setembro de 1995

MEMO. CT/CEE/Nº 03/95

AO CERIMONIAL,

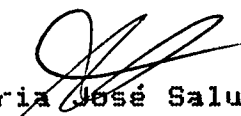
Senhor Chefe,

Conforme solicitação do Vereador Roberto Trípoli, presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a poluição visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria a reserva do Salão Nobre nos dias 03, 10, 17, 24 e 31/10/95 das 9:30 às 13:00 horas, para reunião desta Comissão.

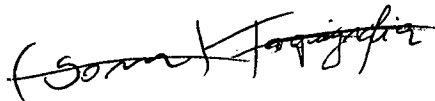
Solicito ainda, sejam fornecidos serviços de copa, som, gravação para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,


Maria José Saluceste

SECRETÁRIA



Em 13 / 09 / 95
Recebi o original

Cerimonial



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º *41* do prot.
N.º *56* de 19 *95*
O funcionário *Paulo*

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 13 de setembro de 1995

MEMO. CT/CEE/Nº 03/95

AO CERIMONIAL,

Senhor Chefe,

Conforme solicitação do Vereador Roberto Trípoli, presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a poluição visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria a reserva do Auditório Pedroso Horta no dia 26/09/95 9:30 às 13:00 horas, para reunião desta Comissão.

Solicito ainda, sejam fornecidos serviços de copa, som, gravação para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,

Maria José Saluceste
Maria José Saluceste

SECRETÁRIA

50 mm

Em 13 / 09 / 95
<i>Idaury</i>
Coordenador



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 42 do proc.
N.º 36 de 1995
O Funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 13 de setembro de 1995

MEMO. CT/CEE/Nº 03/95

AO CERIMONIAL,

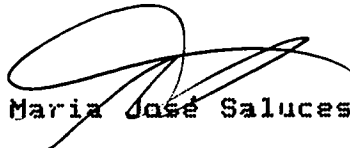
Senhor Chefe,

Conforme solicitação do Vereador Roberto Trípoli, presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a poluição visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria a reserva do Auditório Pedroso Horta no dia 26/09/95 9:30 às 13:00 horas, para reunião desta Comissão.

Solicito ainda, sejam fornecidos serviços de copa, som, gravação para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA

RECEBIDO DT. 30 NO DIA
13/9/95 AS 15:30 HORAS
Rto

Taquigrafia
OBS: Também ficam
c/ cópia do Espaço do
Salto Nobre p/ os
dias: 03, 10, 17, 24
e 31/10/95
Realiz
Rto.

Realiz
em 13/09/95
Som



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 43 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 13 de setembro de 1995

MEMO. CT/CEE/Nº 02/95

AO CERIMONIAL, ...

Senhor Chefe,

Conforme solicitação do Vereador Roberto Trípoli, presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a poluição visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria a reserva do Auditório Pedroso Horta no dia 26/09/95, das 9:30 às 13:00 horas, para reunião desta Comissão.

Solicito ainda, sejam fornecidos serviços de copa, som, gravação para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,

Maria José Saluceste

SECRETÁRIA

(Somm)
Somm
12/7/95



Câmara Municipal de

Folha n.º 44 do proc.
N.º 36 de 1985
O funcionário Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 26/09/95 - 10:00 hs. - GABINETE DO VEREADOR "RICARDO TRÍPOLI".

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli	<i>R</i> - 533.445.	704
Maurício Faria	<i>Zuleica Goulart</i> 21.973	414
Gilson Barreto	<i>Gilson</i> 23050	714
Antonio de Paiva M. Filho	<i>Estr</i> 23086	1113
Ítalo Cardoso	<i>Italo</i> 22529	804
Ana Martins	<i>Am</i> 22996	

Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 45 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

*unidade
atualizado.*

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

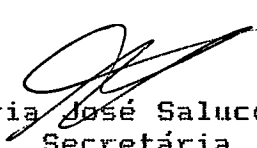
São Paulo, 21 de setembro de 1995

MEMO. Nº 06/95

Exmo.(a) Sr(a). Vereador(a).

Conforme solicitação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição visual na Cidade de São Paulo, convido Vossa Excelência para a reunião desta Comissão, que se realizará no dia 26 do corrente, às 10:00 horas, no Gabinete desta Presidência (sala nº 704 - 7º andar).

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
Secretária



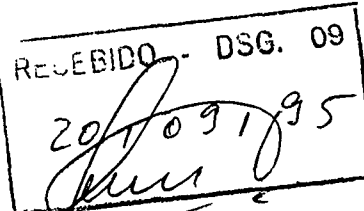
Câmara Municipal de

Folha n.º	46	do proc.
N.º	56	de 1993
funcionário	[assinatura]	

PROTOCOLO DO OFÍCIO 5/95 ANEXADO ÀS CÓPIAS DOS PROJETOS DE
LEI 292/94 e 889/93, ENVIADO ÀS PERSONALIDADES ABAIXO.

ENVIADO A EXPEDIÇÃO DA C.M.S.P. EM 20/09/95, ÀS 14:30 h

BRUNO ROBERTO	8834121
CÂNDIDO MALTA	8537766 ✓
ELIDE MONZEGLI	2582373
ISSAO MINAMI	8184546
MARLY NAMOUR	8511611
MINORU NARUTO	2596098
MIRTHES BAFFI-	2510634 ✓
PAULO DE MELLO	8521022
PAULO EDUARDO	2783899
RICARDO OTHAKE	656453
ROBERTO SARUÊ-	4918713
ROSA GRENA KLI	2804933
SYLVIO DE ULHÔ	5330793





Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	49	do proc.
N.º	56	de 1995
Funcionário	<i>[Signature]</i>	

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo, 27 de setembro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 09/95

Ao Departamento de Taquigrafia-DT.10

Senhor Diretor,

Solicito de V.Sa. as providências necessárias no sentido de nos enviar, no dia subsequente às reuniões desta Comissão, as notas taquigráficas, visto que as mesmas são de fundamental importância na confecção das ATAS e do Relatório final.

Atenciosamente,

[Signature]
Vereador Roberto Trípoli
Presidente

DT-70

Recebido 28/9/95

[Signature]



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 02 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 10/95

Exmo. Sr. Vereador Eder Jofre.

Conforme solicitação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convidamos V.Excia. como expositor do assunto contido no P.L. de nº 889/93, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei 5.673, de 24 de dezembro de 1.959 e dispõe sobre concessão de espaço para propaganda em escolas municipais, para a reunião desta Comissão, a realizar-se no dia 03 de outubro do corrente, as 9:00 horas, Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. protestos de elevada consideração.

Maria José Saluceste
SECRETÁRIA

Py Mo
20-905.

Folha n.º 50 do ord.
N.º 56 de 1995
O funcionário



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 47 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 03/10/95 - 9:00 hs. - SALÃO NOBRE.

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli
Maurício Faria *✓* *Lucia GOULART* 21.973
Gilson Barreto *X*
Antonio de Paiva M. Filho *Paula*
Ítalo Cardoso *Gilson*
Ana Martins *22.998*

Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	52	de 551
N.º	56	de 1995
O funcionário		

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 02 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 11/95

Exmo. Sr. Vereador Vital Nolasco.

Conforme solicitação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convidamos V.Excia. como expositor do assunto contido no P.L. de nº 190/94, de sua autoria, que trata da proibição da veiculação de publicidade de qualquer natureza na vidraça traseira dos ônibus de transporte coletivo urbano no município de São Paulo, para reunião desta Comissão, a realizar-se no dia 03 de outubro do corrente, as 9:00 horas, Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA

H.B.



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 02 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 12/95

Exmo. Sr. Vereador Antonio de Paiva M. Filho.

Conforme solicitação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convidamos V.Excia. como expositor do assunto contido no P.L. de nº 292/94, de sua autoria, que dispõe sobre a permissão de instalação de anúncio em parques no município de São Paulo, para a reunião desta Comissão, a realizar-se no dia 03 de outubro do corrente, as 9:00 horas - Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA

*Recebido
Estu
02/10/95*

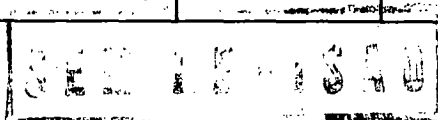
Folha n.º 52 do proc.
N.º 36 de 10/95
O funcionário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº **53** do proc.
N.º **56** de 19**83**

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR INICIAL	CONT. APARTE



COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

**Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição Visual na Cidade
de São Paulo.**

Presidente: Sr. Vereador Roberto Tripoli

Membros : Srs. Vereadores

Gilson Barreto

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Ítalo Cardoso

Ana Maria Martins

Maurício Faria

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo em 19 de setembro de 1995.**

Solicitante: Sr. Vereador Roberto Tripoli

(Memo nº 103/95-38ª SSP).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 54 do proc.
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR ILUSTRE	CONT. AFORTE
62	1	Raimundo	Poluição vis.	19-9		

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli - PV) - ... do Re-
querimento que, nos termos do art. 99 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Estudos sobre a Poluição Visual na Cidade de São Paulo, para tratar de todas as questões envolvendo essa Comissão, inclusive legislação vigente e mesmo o projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal relativo ao assunto. Esta Comissão deve envolver as seguintes Comissões Permanentes da Câmara, :a Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, Comissão de Atividade Econômica, Comissão de Saúde e Comissão de Educação e Cultura, presidindo esta Comissão o Vereador Roberto Trípoli e fazem parte os seguintes Vereadores: pela Comissão de Justiça, Gilson Barreto; Antonio de Paiva Monteiro Filho, presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente; Ítalo Cardoso, pela Comissão de Atividade Econômica; Ana Martins, pela Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho; pela Comissão de Cultura, Maurício Faria.

Bom, esta Comissão já teve a reunião de instalação e esta Presidência convidou o Vereador Maurício Faria para ser o Relator, o que foi aceito e é muito importante porque o Vereador é o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes e já tem trabalhos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
G2	2	Raimundo	Poluição	19-9			

nessa área. Esta Comissão também convidou ~~as seguintes~~ pessoas/ para fazerem parte de um Conselho para ajudar a Comissão Parlamentar de Estudo, entre eles o Prof. Cândido Malta Campos Filho, Professor de Planejamento Urbano da FAU/USP e ex-Secretário de Planejamento do Município da Gestão Olavo Setubal, Reynaldo de Barros e um dos coordenadores do Movimento ^{Defenda} Viva São Paulo; Mirtes Bach (?), Arquiteta, atuando no DPH - Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura; Ricardo Otake, arquiteto; Bruno Roberto Padovano (?), arquiteto e Professor da FAU/USP da cadeira de Comunicação Visual em Sistema Urbano e Coordenador do Instituto Idéia (?); Paulo de Melo Barros, Professor e arquiteto, urbanista, ex-Présidente do CONDEPHAT, Ricardo Ribeiro (?), Presidente da Associação dos Designs gráficos; Regina Lea (?), arquiteta, professora de Urbanismo da FAU/USP, consultora do Projeto Viva o Centro e coordenadora do ~~projeto~~ projeto Arte/Cidade; Profª Rosa, arquiteta, paisagista, uma das dirigentes da Associação Brasileira dos Arquitetos ~~e Paisagistas~~ e Paisagistas, assessora da Secretaria de Planejamento do Município na Gestão Mário Covas; Roberto Saruê, Presidente do Movimento Viva São Paulo; Minoru Naruto, Profm. de Programação Visual da FAU/USP; Missau Mineli, arquiteto, prof. de Comunicação e Sistemas Urbanos da FAU/USP; Silvio Cintra, arquiteto,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 56 do proc.
N.º 56 de 1975

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário	CONT. APARTE
G2	3	Raimundo	Poluição	19-9			

e prof. de Programação Visual da FAU/USP; João Carlos Cauduro, arquiteto responsável pelo sistema de uma entidade visual da Av. Paulista; Ellen Mousanio (?), Professora do Projeto Cor e Imagem do Curso Pós-Graduação da FAU/USP; Marli Mamu, Profª da FAU/USP em Planejamento Urbano, arquiteta representante da USP no CTPU - Comissão de Normatização da Paisagem Urbana, funcionário da CDHU; Paulo de Andrade, que vem representando Antonio Fernando Pinheiro Pedro,, que é Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB.

Gostaria de agradecer a presença de todos. E nós pedimos a uma produtora que tem nos ajudado e na questão ambiental gratuitamente que fizesse um pequeno vídeo de 3 minutos para registrar o que está acontecendo na Cidade, que passaria a exibi-lo agora e em seguida, passaremos a palavra aos Srs. Vereadores que fazem parte desta Comissão, bem como aos Srs. Convidados.

No momento vamos passar, então, o vídeo.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * **



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INQUIRITO	CONT. APARTE
G3	1	Raimundo	Poluição	19-9-95			

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli - PV) - Bom, de to-

dos os convidados estão presentes: Mirtes Bach, ~~Bruno~~ Bruno Roberto, Paulo de Melo Bastos, Candido Malta, Rosa Granaclias (?), Roberto Saruê, ~~Minoru~~ Minoru ~~Naruto~~ Naruto, Missau Minami, Elídem Moselén, Marli e Paulo Andrade.

O objetivo da apresentação desse projeto em plenário e a sua aprovação, enfim, foi no sentido de que temos discutido a questão da poluição visual na Câmara de São Paulo, mas não apareceu nenhum momento propício para concretizar alguma coisa e nós sentimos por toda a imprensa e pela população em cartas na leitura de jornais e mesmo como líder do Partido Verde, muita gente procurando o Gabinete reclamando da poluição visual, quer dizer, se a sociedade está atenta, se a imprensa está colaborando eu acho que é o momento de tentar dar um basta ou minimizar pelo menos essa questão. Nós convidamos os Vereadores mais interessados nessa questão, que já têm algum trabalho e as autoridades, as pessoas que mais têm a falar sobre a questão da poluição visual, quer dizer, nós não pretendemos, não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, quer dizer, não estamos querendo buscar os culpados e os inocentes, mas queremos propor alguma coisa com a ajuda

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 58 do proc.

N.º 56 de 1995

O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G3	2	Raimundo	Pomnição	19-9-95		

da sociedade, da mobilização, da imprensa, dos 3 senhores que estão aqui presentes, para oferecer ao Poder Executivo, para oferecer ao Poder Legislativo, para oferecer ao Poder Judiciário, para oferecer à sociedade civil organizada, enfim, alguns dados que possam, colocando essa temática em evidência, conscientizar e educar a população, porque acho que isso daí é uma questão de cultura.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 39 do proc.
N.º 36 de 10 25
CORADOR TUTUATO CONF/APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
G4	1	dalva	Poluição Visual	19.09.95	

~~proposição, e eu acho que isso daí é uma questão~~

~~Passo a palavra ao nobre Vereador Maurício Faria, que~~

foi convidado por esta Presidência, para ser o relator e aceitou a proposta, que já tem um trabalho na área, em seguida passaremos a palavra a todos os convidados, e estamos abertos para sugestões. Essa Presidência, também pediu a assessoria da Comissão Parlamentar de Estudos sobre Poluição Visual, que fizesse um levantamento de toda a Legislação Municipal que existe em vigor, que são 100 leis, e são 50 decretos, e 10 projetos leis também, que estão sendo discutidos aqui na Câmara, projetos que os senhores vereadores muito bem intencionados, quer dizer, buscando recursos para a segurança, por exemplo, projeto do Vereador Eder Jofre, que libera a publicidade nas escolas municipais, visando buscar recursos para a segurança as escolas. Projeto do nobre Vereador Antonio Paiva, que faz parte desta Comissão, que visa liberar publicidade dentro dos parques municipais, e também visando ~~recursos~~ recursos para a manutenção de segurança, limpeza, enfim. A intenção da formação desse conselho, as pessoas que fazem parte, mais os senhores Vereadores, é tentar buscar algum meio que passe



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNCIONÁRIO CONT.	APARTE
G4	2	dalva	Poluição Visual	19.09.95			

esses projetos, ~~kak~~ tanto do Executivo como do Legislativo, que participe pelo menos de um conjunto, como eu disse. São 100 leis. Volto a dizer, que não é por falta de leis que a cidade está assim, mas quem sabe, conscientizar, educar e mostrar o porque não a poluição visual.

Anuncio a presença da Vereadora Ana Martins, que faz parte da Comissão. Com a palavra o nobre Vereador Maurício Faria.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Na verdade,

eu pessoalmente, não tenho o domínio dessa temática. Eu apenas era Líder da Sra. Prefeitura Luiza Erundina, no ~~final~~ final da Legislatura passada, quando houve um processo de --- é importante que todos quando usarem da palavra que falem no microfone, porque está sendo gravado, e posteriormente será transcrito --- como eu estava dizendo, eu era o Líder da Sra. Prefeitura Luiza Erundina, na Legislatura passada e acompanhei nessa condição aquele processo de negociação que existiu na época em que se buscou um avanço na legislação a respeito da regulamentação de anúncios. E tenho interesses, é um tema que pretendo reatualizar e aprender



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	FUNÇÃO	CONT.	ASSIN.
G4	3	dalva	Poluição Visual	19.09.95				

muito com os senhores e senhoras. Na reunião de instalação, nós
x entendemos que nessa primeira conversa com esse conselho, técnicos
~~nos~~ especialistas, nós deveríamos também, pedir aos senhores e se-
nhoras, sugestões sobre a programação de trabalho da Comissão, não
apenas a opinião ~~em~~ técnica sobre o assunto em si, mas o que nós
todos aqui poderíamos pretender dessa Comissão de estudos, ela tem
um caráter técnico, deveremos buscar, ~~aproximamos~~ que se desse um
passo adiante, para superar um certo x impasse que essa questão
tem ~~vivido~~ vivido, da parte de jornalistas, arquitetos,
de pessoas sensíveis a esse problema. Uma percepção de que há
uma situação indesejável na cidade, poluição visual, no entanto, há
muito tempo isso vem sendo de uma forma ou de outra comentado, x
surge em matérias de imprensa esparsamente, mas na realidade não
tem melhorado. ~~Então~~ Então na questão de referência a legislação
no meu modo de entender, as questões referentes a construção de
um conscientização social, a respeito desta questão, que ainda
é uma consciência muito precária, muito difusa, muito ~~insipiente~~
insipiente, há também a capacidade de fiscalização da Prefeitura
que é precária, não só nesse campo, mas em outros, nós temos tido

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 62 do proc.
N.º 56 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTERPRETE	CONT. APART.
G4	4	dalva	Poluição visual	19.09.95			

uam série de problemas de questões envolvendo a capacidade e a eficiência da fiscalização municipal, vamos dizer, assim, os interesses de agentes econômicos nessa área, então procuram preservar o que tendem sejam os seus interesses, então há todo um complexo de questões, que seria importante, inclusive na definição de ~~xxxxxxxx~~ roteiro do programa tirado nessa Comissão, que nós procurássemos levar em conta todos esses aspectos e tentar organizar uma programação que permitisse essa comissão se propor a dar um passo a ~~frente~~ frente, construir algo positivo.

A SRA ANA MARTINS

- Bom dia a todos,

esta comissão se instala para trabalhar e estudar um pouco mais essa questão da poluição visual, eu considero um ~~um~~ assunto relevante, mas gostaria também de expressar aqui a nossa dificuldade, de vereadores, que gostaríamos de cada vez mais contar com a contribuição os ~~especialistas~~ especialistas, das entidades, dos órgãos que são dessa área do Meio ~~Ambiente~~ Ambiente, para que nós também, aperfeiçoássemos um pouco mais a forma desta Casa ~~legislar~~ legislar. Eu acho que todos os senhores sabem que a Cidade de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 63 do proc.
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INICIAL	CONT. ABARTE
G4	5	dalva	Poluição Visual	19.09.95			

São Paulo, a importância que ela tem, o que ela concentra do
produto nacional...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTERVENIENTE	CONT.	APARTE
G5	1	emira	pol.visual	19.9.95	ana martins			

~~Senhor Presidente~~, o PIB, o que ela concentra da intelectualidade, o que ela tem de riqueza, o que ela tem de população, e no entanto, não temos plano diretor, não temos um código do meio ambiente. Tomei conhecimento, estes dias, de um código, um projeto de um código de meio ambiente de Salvador, que está sendo muito bem trabalhado, com grandes participações, e no entanto, aqui trabalhamos com tudo setorizado, tudo com partimentado, e dá muito mais trabalho, e não se chega a uma solução necessária ao bem estar da população, e nos ocupa muito, os vereadores sérios, comprometidos, que trabalham de forma não só personalista, querem que esta Casa tenha um produto melhor para a população da cidade. Então, vou participar desta comissão também, vou procurar contribuir, mas acho que precisamos fazer esse esforço coletivo, de que as coisas sejam mais sistematizadas e que se trabalhe além, e quando digo além, não é porque não dou valor para os partidos políticos, acho que precisamos ter partidos políticos consistentes, desenvolvendo seu verdadeiro papel, mas que conseguíssemos trabalhar mais amplamente em benefício da cidade, e que não se restringisse a determinados partidos no poder, ,mas que vamos construindo sistemas de meio ambiente, e tudo o que a cidade está precisando. Porque uma cidade com problemas tão sérios e graves, e todos esses problemas, de poluição visual, sonora, e os diferentes problemas urbanos que a cidade tem exigem mais eficiência dos parlamentares, mas eficiência do poder público e colaboração dos especialistas, dos técnicos, das entidades, das empresas, num trabalho mais sintonizado para o bem comum, e ~~mais~~ cada vez mais direcionado para que os problemas da cidade, que são tão graves para a população, não só para a população po-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARELHO
G5	2	emira	pol. visual	19.9.95	a.martins	

pulação pobre, que tem menos recursos, mas que hoje temos uma classe média duramente atingida por todos esses problemas e cada vez mais empobrecida, e temos problemas que atingem toda a cidade, portanto, é do interesse de toda a cidade. Então, acho que esta comissão pode produzir alguma coisa com conteúdo, com profundidade em cima dessa questão da poluição visual, mas que tenhamos essa visão do conjunto da problemática. Porque a coisa trabalhada setorialmente, ela também esbarra no outro problema.

Espero que os senhores tenham compreendido as minhas preocupações, em que ainda aqui mesmo, na Câmara Municipal, não que não haja trabalho dos Vereadores, acho que há, mas há muita setorização, muita lei pequena, muita... E nós precisaríamos contribuir também... acho que o papel da Câmara é de responsabilidade do cidadão da cidade, não é uma coisa isolada. Nós precisaríamos ir aperfeiçoando os mecanismos do legislativo, precisaríamos ir aperfeiçoando o papel que essas comissões vão tendo para ajudar a desenvolver uma política eficiente para a cidade.

Estas são as minhas preocupações nesta Comissão, porque a Câmara Municipal tem muitas comissões, os Vereadores têm, com certeza, muito trabalho, mas como vamos racionalizando tudo isso, com esse objetivo de sistematizar mais, e também concentrando em algumas coisas que vão ajudando a situar tudo isso, e que futuramente a gente tenha um código do meio ambiente que aborde todas essas questões, e que certamente vai ter necessidade de um grande envolvimento da Secretaria do Meio Ambiente, que já deveríamos comprometê-la com esta Comissão. Não sei se o representante está aqui. Veio o representante da Secretaria de Meio



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OBADIRACIONAL	CONT. APARTE
G5	3	emira	polvisual	19.9.95	a.martins	

Ambiente? Tudo bem. E também para que nesta gestão, o que a Secretaria do Meio Ambiente faz, faça de forma profissional, técnica, para que tudo não tenha que começar de novo. Ano que vem tem nova eleição, e é possível que as coisas não comecem sempre. Para isso, é a sociedade civil que ajuda a interferir para que isso não aconteça, e que haja essa continuidade. Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Neste primeiro momento estamos fazendo a instalação da Comissão, e chamar alguns técnicos. Queria registrar a presença de Sílvio Ulhôa Cintra, arquiteto e Prof. de Programação Visual da FAU- USP, que se encontra já entre nós.

No primeiro momento, abrimos a palavra para o Conselho, dando 3 a 5 minutos para se pronunciarem, e fomos buscando as informações de quem sabe ouviremos separadamente em dias alternados cada um dos senhores, porque tem muita coisa para colocar em relação à questão da poluição visual, já que estão recebendo 100 leis, 50 decretos e mais 10 projetos de leis que estão sendo discutidos aqui na Câmara. Então, vamos procurar ouvir os senhores técnicos, sistematizar essas informações. Cada um vai se pronunciando, a Taquigrafia vai anotando e, nós Vereadores, vamos fazendo algumas anotações e no final vamos ~~fechar~~ ver de que forma vamos fechar o trabalho desta Comissão.

Começando pela lista que me entregaram, convido a fazer uso da palavra, convido o Prof. Cândido Malta Campos Filho, o Candinho.

O SR. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO - Pensei que fosse chamar meu filho, porque Candinho é meu filho.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR(A)ÇÃO	CONT. APARTE
G5	1	emira	po. visual	19.9.95	cândido	

Existe o Cândido Malta Campos Neto, que é arquiteto e Professor da Faculdade de Arquitetura em Mogi das Cruzes.

Agradeço o convite que me faz o Vereador Roberto Trípoli, desta Comissão técnica, de estarmos aqui para debater esta questão tão importante, que é a degradação ambiental da cidade, vista enquanto comunicação visual dela, ou qualidade visual dela.

Eu sou indicado pela Reitoria da Universidade de São Paulo para participar da CPPU, representar a USP na CPPU - Comissão de Paisagem Urbana.

E tenho uma suplente, a arquiteta Marina Murtis, que está aqui a meu lado, que tem participado mais efetivamente desta Comissão.

Como Secretário do Planejamento da Prefeitura em 78, posso dizer que participei da elaboração da primeira consolidação da legislação relativa a anúncias, que a prefeitura tentou estabelecer. Estou vendo aqui,...(ininteligível)... catatau de leis, que muita coisa se fez depois muita coisa se alterou e ainda não estou familiarizado com isso. Seria preciso uma familiarização maior para que pudesse avaliar criticamente tentando contribuir para o aperfeiçoamento dessa legislação, e vejo que não será uma tarefa fácil, dado o volume de leis e decretos, que regulamentam o assunto.

Mas, desde já, queria fazer uma proposição para os colegas que estão aqui, muitos deles da faculdade da FAU, e de outras instituições de ensino, e de outros organismos, que talvez valha a pena nós aproveitarmos esta ocasião desta Comissão para propormos a ampliar a problemá-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	FORADOR	CONT. APART
G6	2	emira	pol.visual	19.9.95	malta	

Folha n.º 68 do processo
N.º 56 de 1995
CONT. APART

tica que se propõe estudar para muito além dos anúncios, para que examinássemos a estética urbana.

Essa questão da estética urbana é muito controvertida, mas nem por isso ela é importante. Quando falamos em despoluir a cidade, do ponto de vista visual, dos anúncios, muitas vezes fazemos isso em nome da recuperação da qualidade dos edifícios que ficam escondidos por detrás dessa mesma parafernália de placas, de anúncios, de faixas de todo o tipo, especialmente no centro da cidade.

Mas, o que está por detrás, quando se tira essa comunicação visual, que tapa, muitas vezes não é com qualidade como deveria ser, se houvesse uma maior preocupação estética.

Não quero me aprofundar nessa questão, é uma discussão difícil, e proponho como tema, para que os colegas examinem essa possibilidade, mas acho que seria um avanço importante porque estaríamos aqui, não preocupados apenas com alguns aspectos mais de superfície da questão da poluição visual, mas a questão mais aprofundada da própria volumetria, da própria arquitetura de praças e urbanismo que compõe a cidade.

No passado já houve preocupação nesse sentido, especialmente na década de 30, quando existia uma comissão de estética urbana. Esse assunto se perdeu, talvez dada a problemática social muito forte, que a cidade passou a apresentar, esse assunto diminuiu de importância na preocupação coletiva. Mas, talvez fosse o momento de nós reativarmos isso, dada a degradação por que a cidade vem passando, Então, é uma espécie de fogo de encontro. Enquanto parece que tem um grande número de

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 69 do proc.
N.º 36 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
G6	3	emira	pol.visual	19.9.95	malta	

O Prefeito, por exemplo, abre o jornal de hoje, e vê que ele está propondo a pintura de favelas. Será isso a estetização da pobreza? Será isso uma forma de enganar a população a no sentido de que a favela, afinal de contas, não é tão ruim assim? Criar uma aceitação social por parte desse modo de vida, e usando a estética urbana no sentido ruim. Veja que é um assunto importante, e quem abre o jornal hoje — já tinha conversado com o... (?)... sobre essa questão, que vai falar em nome do "Defenda São Paulo". E essa questão volta à baila por isso, que o próprio Prefeito propõe a pintura de barracos de favela.

Uma outra questão que queria lembrar — e aqui tenho defendido o planejamento de bairro —, é essa questão estética, que poderia ganhar uma dimensão democrática, se nós levássemos essa questão para discussão nos bairros de moradia. Não ficássemos apenas tentando resolver isso.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA		
G7	1	va-éria	poluição	19.9.95		

de um ponto de vista mais elitista que seria como esta Comissão que, de certa forma, acaba sendo uma comissão de técnicos, modéstia à parte me incluo entre eles de alto padrão, de alto nível, dos melhores que esta Cidade possa apresentar. E para não ficamos num gueto de técnicos e especialistas, queremos levar essa discussão de uma forma mais ampla, talvez essa, de discutir as coisas nos bairros, não apenas o centro da cidade, que embora tenha uma enorme importância, não é só aí que as questões de poluição visual se apresentam. Acho que era isso que queria colocar. Acho que todos terão oportunidade de expor suas idéias, para que a gente possa depois fazer outra rodada.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Esta Comissão agradece as palavras do Prof. Cândido Malta Campos Filho que já deu alguma diretrizes, quem sabe, para a Comissão de Estética Urbana, quem sabe na Câmara Municipal, que acompanhe todos os projetos que versam sobre poluição visual. Passo a palavra ao segundo membro do conselho, Sra. Mirtes Daff, arquiteta do BPH, Departamento de Patrimônio Histórico.

A SRAZ MIRTES DAFF - Quero agradecer por estar nesta comissão que trata de um assunto em cima do qual eu tenho levado a minha prática profissional como funcionária pública - sou funcionária pública da Prefeitura Municipal de São Paulo. Acho que vou relatar a época em que tivemos a condição melhor de trabalhar em cima de um conceito - eu era a ~~exerça~~ assessora da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana na Administração passada - e a gente trabalhava em cima de um conceito que era o espaço visual urbano entendido como espaço público, ou seja, toda a questão que é visível em um espaço público, é público. Portanto, a fachada dos edifícios passam a ser públicas, o que acaba casando com a exempli-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 36 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário Al



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. / PARTE
G7	2	vléria	poluição	19.9.95		

ficação do Cândido. Então, a gente tentou fazer, fizemos dois trabalhos com esse tipo de conceito, que não encontra amparo em nenhuma dessas 500 mil leis que estão aí porque elas são todas pontuais. Todas essas leis que estão aí, temos uma legislação imensa que vai determinar onde se pode colocar uma lixeira. ~~Não~~ Tem um texto legal ou lei que diz que se deve colocar lixeiras nas portas dos bares da cidade de São Paulo, deve-se. Não se vê ~~em~~ que lugares estão, em que situação estão localizados, se tem espaço para localizar uma lixeira. A gente fez, inclusive, na época em que essa lei estava saindo, fizemos uma amostragem no centro da cidade e vimos que ocorreriam desastres homéricos com a colocação da tal lixeira defronte ao estabelecimento. Então, sempre toda a legislação foi extremamente pontual, se resolve um problema que está acontecendo em determinado setor, sem verificar qual a ingerência no espaço público, tudo isso está acontecendo no espaço público. Então, a gente tentou trabalhar primeiro em formular esse conceito mais amplo, que seria um espaço visual urbano, e como nós poderemos trabalhar entendendo esse espaço como público. Nós fizemos dois trabalhos, um deles foi o ^{I. Se} Eixo-C-Arouche que infelizmente parou - levamos esse trabalho durante um ano e pouco - onde tentamos trabalhar de forma global. Inclusive, trabalhamos com outras formas de agressão ao ambiente, como poluição visual, poluição sonora, deslocando pontos de ônibus, em função de proximidade a locais onde o ruído poderia estar causando problemas. E então, fazíamos todo o percurso, a ordenação do espaço da rua, com a ordenação do que é chamado de imobiliário e equipamento urbano, com novas localizações, levando em consideração a própria localização das edificações existentes, à liberação das fachadas dos edifícios dos a recuperação dessas fachadas

cópia ou a colocação de anúncios adequados àquela situação. Nós tínhamos, inclu



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	PRADOR	COM. APARTE
G7	3	valéria	poluição	19.9.95		

sive, uma legislação de anúncios específica que nos permitia jogar com a diferenciação de cada imóvel, de cada quadra, porque a legislação de anúncios é hoje feita considerando exclusivamente a fachada. Então, ela leva em consideração o tamanho da fachada, ~~profundidade~~ dimensões, profundidade do lote, não sei por que, então, ela cria uma relação que não é a realação de quem está andando na rua. E essa, no nosso entender, era a que deveria estar sendo levada em consideração - não é problema daquele imóvel ter 50 metros de profundidade ou às vezes até uma altura X, mas sim a relação que ele estabelecia entre aquela fachada e a fachada das outras edificações da rua. Então, criamos uma legislação móvel, adaptável, e íamos aplicando a legislação conforme a situação se apresentava. Claro que o tipo de atuação é pontual, é quadra a quadra, é um trabalho que pode ser levado em algumas áreas, é um projeto no final das contas, um projeto de intervenção. Trabalhamos depois em outro que tentava partir para uma coisa mais geral, ^{II} que foi um projeto de ordenação dos elementos que equipam o espaço público. Nós conceituamos e chegamos à conclusão que a mobiliária, tínhamos uma comissão imensa para discutir, tinha certas coisas tangentes, como semáforo do pessoal do CET é mobiliário urbano. A gente dizia que não, que tinha uma infraestrutura, então não era mobiliário urbano, mas chegamos à conclusão que também não era por aí, não era uma coisa para a gente ficar discutindo se era aquilo ou aquilo, porque não é isso que interessa. O que interessa ~~não~~ é o papel que cada um desses elementos desempenha no espaço público, a importância que eles possam ter com relação ao espaço como um todo, e a relação que ele estabelece entre si, entre os vários elementos que equipam os espaços e as próprias fachadas das edificações que delimitam esse espaço.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 53 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G7	4	valeria	poluição.	19.9.95		

Então, criamos uma hierarquia desses elementos conforme a importância que eles desempenhavam nas funções que são exercidas no espaço público e criou uma legislação. Essa legislação também previa a colaboração da iniciativa privada na questão, que é uma coisa que não dá para a gente fugir

~~.....~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 74 do processo
N.º 36 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G8	1	Monteiro	Poluição	19.09.95		

que é essa questão de anúncio em lixeira, em placa, em mil outras coisas que é a maneira que o poder público em geral tem encontrado para suprir a cidade desses equipamentos.

Então, a gente criou também uma norma para reger esse tipo de relação, regras inclusive com relação ao tamanho que poderiam ter esses anúncios. E a gente trabalhou exclusivamente com os tais elementos que equipam o espaço público em função de que na época já existia, dentro da própria SEHAB, uma legislação de anúncio pronta, que estava para ser mandada para a Câmara e que já é um filhote dessa legislação do Madeira que está aí, essa legislação do Madeira é anterior. Ela foi feita no tempo em que o Madeira era Secretário e, posteriormente o pessoal, naquele vazio da administração do Jânio, trabalhou em cima de uma outra legislação, aperfeiçoou, enfim. Eles foram melhorando uma série de aspectos, mas ainda ficou esse mesmo problema de que a edificação é que determina o anúncio e não o conjunto da paisagem da rua.

Então, em função disso, nós não pudemos estender esse trabalho com a amplitude que a gente queria, ou seja, nós queríamos trabalhar realmente com o espaço visual urbano. Então, que fosse uma única legislação e que abrangesse todos os elementos que interferem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 75 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.
G8	2	Monteiro	Poluição	19.09.95		

na formação desse espaço. Em função disso então nós só trabalhamos com os tais elementos que equipam o espaço público, mas eu acho que se a gente volta a discutir esse assunto, o Paulo acha que a gente deveria pegar a legislação que já está pronta, que a gente trabalhou e que, inclusive, passou por todas as comissões da Prefeitura, passou pela própria ^{CPPU} CPTU, foi discutida na própria CPTU, nas reuniões da BTU, e foi mandada para a Câmara. Só que era fim de gestão e não só não entrou em votação ~~com~~ também foi retirada.

Acho que a gente poderia, mas se a gente pode hoje em dia pensar a coisa num sentido mais amplo, ou seja, trabalhar com o conceito global de espaço visual urbano, incluindo inclusive essa questão dos anúncios, acho que nós teríamos um produto incrivelmente mais rico. Acho que temos pontos de partida porque tanto o projeto da SEHAB de anúncios, que não foi aprovado também, quanto esse outro projeto são projetos que têm elementos aproveitáveis porque eles partem realmente de uma outra reflexão, mas se a gente conseguisse talvez trabalhar juntando isso dentro de um conceito, porque adho que todo o mundo aqui vai estar com essa preocupação de realmente pensar a cidade como uma unidade não mais uma somatória, a paisagem como uma unidade, acho que poderíamos ter um resultado legal. E novo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 76 do proc.
N.º 66 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
G8	3	Monteiro	Poluição	19.09.95		

Acho que isso tem sempre acontecido, em todos os lugares do mundo onde se consegue fazer esse tipo de intervenção é sempre com essas intervenções de projeto, como foi o Arouche, como é o caso de Barcelona. São intervenções. Cria um princípio legal considerando que realmente é público tudo o que está visível, portanto tem que ter uma abrangência de bem público. É isso.

O SR. CÂNDIDO MALTA - É só uma pergunta de esclarecimento.

Quando foi feita a primeira consolidação, ela foi feita por decreto. Digo dessa legislação de anúncios, na gestão do Olavo Setúbal, que eu participei. Era um decreto baseado na Lei 7.805. Pois é, quando você diz que não foi aprovada a lei na Câmara, eu não entendo porque que a Erundina não fez um decreto. Essa é uma questão. E agora eu vejo que o Maluf acabou de fazer um decreto. É como se essa legislação fosse sendo alterada, a cada administração, por decreto. Então, essa é uma questão que nós temos que discutir, se o instrumento de decreto é bom ou ruim. Como ele permite alterações fáceis, que no caso até a Sra. Erundina não quis usar disso, quis transformar em lei, pelo que entendi, precisaria discutir esse aspecto, o que que é melhor, uma legislação ~~estável~~ definida por lei, que estabelece uma regra mais estável porque a Câmara, enfim, examina e homologa e

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 77 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G8	4	Monteiro	Poluição	19.09.95		

torna mais difícil ~~manter~~ a sua alteração, ou vale a pena manter uma flexibilidade por decreto. Então, eu acho que é uma questão a ser discutida também.

A SRA. MIRTES - Gostaria de esclarecer que, na verdade, foi mandado o projeto de lei, os dois projetos de lei foram mandados para a Câmara. Foram injunções políticas, de fim de mandato, que realmente impediram que esses projetos de lei entrassem em votação, havia a intenção. Talvez o que se possa criticar é que tenha sido um pouco de atraso, já que esses projetos ficaram prontos num período rápido, eles poderiam ter sido votados, mas acho que tem outros problemas também, dentro da própria Câmara, que impediam que eles fossem avante.

Não foi decretado porque justamente se acreditava que se conseguiria aprovar a lei. Tinha toda uma discussão dentro da própria Câmara, as negociações para que os projetos fossem encaminhados, inclusive o Madeira, numa certa altura, tomou a paternidade do projeto da Erundina para que esse projeto, no caso dos anúncios, mas...

(Pausa) Não, não é o projeto do Madeira. É um projeto que é posterior ao do Madeira e que, quando o Executivo mandou o projeto para a Câmara, o Madeira, para poder tentar viabilizar, assumiu esse projeto como dele para que esse projeto... mas, eu não entendo muito

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G8	5	Monteiro	Poluição	19.09.95		

A SRA. MARLI NAMUR - Sou da ^{FAU}FAO e membro do CPPU, ~~Quarta~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 79 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G9	1	beth	poluiç. visual	19.9.95		

Eu queria, só aproveitando a discussão, dizer que numa das reuniões da CBPU nós descobrimos, por exemplo, um decreto que havia sido feito pela administração que contrariava a lei. Quer dizer, se você sistematicamente vai fazendo decretos você fica até mudando o caráter da lei. Não me lembro que decreto era esse. Posso até pesquisar para trazer mas é sério esse problema de cada administração fazer um decreto porque muda o caráter da lei e ninguém percebe. Só quando se tem ~~XXXXXX~~ processo específico que se vai analisar e ver o problema. Isso precisa ser tratado também.

O SR ROBERTO TRIPOLI - Convidamos também a OAB para acompanhar essa comissão. Acho que é interessante a OAB estudar essa questão levantada por uma das conselheiras.

Damos a palavra, agora ao Dr. Ricardo Ohtake.

O SR RICARDO OHTAKE - Eu acho que essa questão visual da cidade é uma questão que envolve não só a questão de placas, informações, anúncios, etc, mas é uma questão que envolve a própria estrutura física da Cidade, como ela foi desenhada, como os prédios são colocados num espaço. Isso tudo faz com que você tenha uma paisagem visual melhor ou pior de uma cidade. Eu acho que São Paulo tem essa questão onde a estrutura urbana é extremamente caótica em muitas das suas visões. Como a gente vê um bairro que é um pouco mais homogêneo o bairro se torna mais agradável, se torna uma qualidade visual melhor, tem uma forma de se organizar a questão visual de maneira que não exigiria propriamente uma legislação. A legislação é necessária tendo em vista alguns abusos que começam a haver na Cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 80 do proc.
N.º 96 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. APARTE
G9	2	beth	pol. visual	19.9.		

Esse abuso faz com que haja, por exemplo, competições de informações. Ponho a placa de um certo tamanho, com dizeres maiores e outro tem que colocar uma coisa maior ainda. Com isso começa a haver essa competição muito forte de tal forma que a questão visual da Cidade se torna extremamente degradante para a Cidade. Não tenho dúvida de que a questão visual assim como a questão física, geral, de uma cidade, se resolve mais ou menos como a Mirtes acabou de falar: se você aborça a questão como um projeto, não como a legislação geral e vaga, mas como um projeto, como intervenção, realmente você tem uma organização melhor daquilo que deve resultar a paisagem urbana. No entanto, nós sabemos que é impossível de fazer isso em toda a Cidade. Daí a necessidade de se fazer uma legislação onde você leve em conta o maior número possível de dados, de levar em conta o complexo de elementos que compõem a paisagem urbana e a partir daí poder ter uma legislação que possa organizar visualmente a cidade. Acho que o estudo, uma leitura dessas leis, decretos e projetos que existem em São Paulo vai permitir que a gente tenha uma noção um pouco mais ampla daquilo que já se fez. A Mirtes já disse que uma questão fundamental que é o conjunto da paisagem nunca foi levado em conta. Eu acho que é um dado fundamental, se levar em conta esse conjunto não só lote urbano. Eu acho que a questão da propriedade na Cidade, na propriedade do terreno na Cidade é uma questão que tem ^{em} vista o usufruto desse terreno de uma certa forma, no entanto, diante da complexidade que a Cidade tem eu acho que a regulamentação do uso desses terrenos, você conseguir fazer com que um terreno se relacione com outros, seja uma coisa que na cidade atual é mais ou menos fundamental. Então, eu acho que nesse trabalho que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 81 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G9	3	beth	pol visual	19.19		

estamos começando hoje, fazer um estudo em cima desses projetos. Leis existentes e decretos são uma coisa fundamental. E depois eu acho que uma questão importante também,

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 32 de proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G10	1	regina	poluição visual	19.9.95		

Talvez a própria Mirtes possa ter esses elementos, de ver os estudos até de intervenção que a cidade já tenha tido. E a gente tem, então, uma experiência no dia-a-dia que os técnicos da Prefeitura já tiveram. Eu acho que a questão de intervenção pode ser uma coisa extremamente útil para nos ajudar a ver como resolver essa questão mais geral da cidade. Acho que por enquanto é isso.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - A Comissão agradece as palavras do arquiteto Ricardo Ohtake. Passamos a ouvir agora o senhor Bruno Roberto Padovan, arquiteto, professor da FAUSP, da cadeira de comunicação visual.

O SR. BRUNO ROBERTO PADOVAN - Bom dia a todos. É uma enorme satisfação fazer parte desse grupo de trabalho, dessa comissão que vai estudar a questão importante, como é essa. Agradecimentos então ao Vereador Roberto Trípoli pelo convite.

Ouvindo um pouco as primeiras manifestações, parece-me importante registrar o acordo com o que o Professor Cândido Malta Campos já colocou, de que o tema poluição visual se insere em uma coisa mais ampla, que diz respeito à estética urbana. Pela minha experiência, veja essa área como uma área complexa, uma área que tem uma dificuldade inerente de compreensão para se poder avançar numa legislação e em normas para nortear o seu desenvolvimento no meio urbano. É uma temática que tem sido tratada por um campo do nosso conhecimento, que é o desenho urbano, que é a parte do planejamento urbano que se volta à questões de física cidade, de visualidade dentro do meio urbano, criando um elo de ligação entre o planejamento, que diz respeito mais as forças produtivas, às questões mais estruturais, por trás dos fenômenos urbanos, e as áreas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 83 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE.
G10	2	regina	poluição vis.	19.9.95		

que tem lidado com projetos de edificações em áreas ligadas ao paisagismo, em áreas verdes. Então, essa área de desenho urbano tem, nesse meio, havido estudos voltados à questão da estética urbana como também de elementos da paisagem urbana. A minha experiência nessa área tem como centro a minha experiência de ensino na FAU, na qual tenho participado, com outros colegas, da organização de um curso no quatto ano, voltado a projetos e sistemas de comunicação visual urbana. Temos lidado exatamente com questões como as mensagens visuais, a sua relação com a paisagem urbana. Temos orientado trabalhos de alunos, que tentam organizar, imaginar e propor cenários alternativos à realidade existente. Como pesquisador, desenvolvi um trabalho de doutorado, voltado à questão dos conflitos visuais entre os microelementos da paisagem urbana. A minha tese se baseava exatamente nessa linha de imaginar as questões visuais da cidade como um reflexo de uma série de relações existentes entre os vários elementos. Dessa tese eu desenvolvi um método que, eventualmente, possa vir a ajudar os trabalhos desta comissão, no qual ~~comparam~~ se essas relações, os conflitos existentes entre oito categorias de elementos da paisagem urbana. Vou até citá-los rapidamente: edifícios, ruas, calçadas, mensagens públicas, mensagens privadas, equipamentos urbanos, infra-estrutura urbana e as questões ligadas à vegetação e aos elementos paisagísticos, mostrando que qualquer ação no sentido de disciplinar esses elementos, teriam necessariamente de levar em consideração a sua relação entre si. Portanto, eu vejo esse trabalho muito importante, mas também vejo que temos de reconhecer a complexidade, a dificuldade do tema face a complexidade da própria metrópole. Quer dizer, essas mensagens, esses elementos do paisagismo urbano, refletem a diversidade e os diver

Folha n.º 84 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
G10	3	regina	poluição visual	19.9.95		

sos interesses, a complexidade que existe na sociedade metropolitana,
 com todas as suas diversas formas de vida, diversidade de trabalho, de
 realização, É preciso tomar cuidado de não simplificar demais essas
 questões. Esse é um dos problemas que a legislação tem tido de imaginar
 ações simpões, quando, na verdade, são complexos. Então, isso exigirá
 por parte da comissão um trabalho de estudo, de análise, ouvindo o maior
 número possível de participantes desse processo, estudiosos, de grupos
 envolvidos com essa questão. Sobre isso, só para finalizar, achava im-
 portante que fossem convidados para a comissão membros dos órgaos públi-
 cos que atuam em toda área de serviços na área metropolitana, transpor-
 tes, comunicações, limpeza, segurança e outras coisas. Sem dúvida seria
 importante trazer representantes da indústria que atua nesses setores:
 comunicação visual, mobiliário urbano, indústria que fabrica objetos que
 vamos detectar ao percorrer visualmente a cidade, que podem trazer sub-
 stâncias muito interessantes (material).



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	1	valéria	poluição vis.	19.9.95		

trazer subsídios muito interessantes, por conhecerem tecnologias avançadas, novas informações técnicas. E, finalmente, em se tratando de estética, além dos grupos que acredito aqui já representam as principais áreas, seria muito importante ter a presença e participação de pessoas que atuam na área de estética e estética via artes plásticas. Acho que seria interessante termos alguém desse setor também participando desta comissão. Só quero registrar o meu interesse em participar e no que for possível, com os conhecimentos que tenho, terei um enorme interesse em fazê-lo. Parabenizo essa iniciativa porque trata-se de uma oportunidade nova, talvez até inédita pelas suas preocupações de lidar com um assunto muito importante que afeta a qualidade de vida realmente de quem mora numa área metropolitana como São Paulo.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Esta comissão agradece a participação do Sr. Bino Roberto. Estamos anotando, a sessão está sendo gravada, posteriormente vai para a Taquiografia, e vamos sistematizar essas informações e, quem sabe, convidar as pessoas citadas. A próxima pessoa a ser ouvida é o Prof. Paulo de Melo Bastos, arquiteto urbanista e expresidente do Condephaat.

O SR. PAULO DE MELO BASTOS - Quero agradecer o convite para participar desta comissão. De fato, é muito importante no aspecto eventualmente até setorial, na medida em que não seja setorial mesmo, que ela possa colocar uma visão da questão urbana. Acho que nós vivemos um paradoxo em São Paulo. Nós temos uma cidade gigantesca, acho que a questão essencial é o espaço público mas a cidade é uma terra de ninguém, quer dizer, é terra de ninguém, é terra de quem se apropria do espaço público, seja uma estatal qualquer, tipo Metrô que vai fazer obras, seja uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 86 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR: CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	2	valéria	poluição vis.	19.9.95		

Administração Regional com obras, seja a indústria de out-doors ou que faça placas, cada um se apropria, segundo seus interesses, desse espaço urbano. Então, acho que a questão básica é a questão do espaço público mesmo e acho que é com essa questão que vamos nos defrontar. Quero voltar um pouco ao que a Vereadora falou inicialmente. Ela reclamou, e com razão, dessa setorialização. Acho que uma das questões de São Paulo virar, ser o que ela é, é que cada setor que tem poder econômico ou político, age na cidade sem perguntar para ninguém e vai fazendo o que ele quer fazer. No caso da publicidade, por exemplo, se ela pega e transforma um piloto de fórmula 1 em um out-door ambulante, e hoje está até invadindo as camisas do futebol, que é uma das coisas mais sagradas para o povo brasileiro, ela é capaz de fazer o que vem fazendo em toda a Cidade. Quer dizer, na verdade, acho que uma das tarefas da comissão, na área que é afeta, é fazer uma afirmação de que se o espaço é público ele tem de ser publicamente controlado e tem de ser socialmente controlado, ou seja, o que alguém faz no espaço público afeta a todos, a Cidade não é uma terra de ninguém, é uma casa de todos e portanto tem de ser controlada nesse aspecto. Acho que isso é de fato muito difícil porque as coisas avançaram por demais da conta. Todo mundo se acha no direito de fazer as coisas que bem entendem na Cidade, desde um administrador regional até o empreendedor privado. Como é que podemos botar um limite nessa questão? Concorde com o Bruno, por exemplo, de que a questão é complexa. Acho que ela não seria resolvida somente via diretrizes que se estabeleçam. Acho que temos de estabelecer algumas diretrizes que tenham um grau de abrangência e que ponham as coisas no devido lugar,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 87 do proc.
N.º 56 de 1983
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	3	valéria	poluição vis.	19.9.95		

começando por essa primeira afirmação, de que o espaço é público e como tal tem de ser controlado. Agora, é evidente que a questão, a análise dos elementos de equipamento urbano, dos suportes materiais de comunicação visual, do tipo de comunicação visual que se dá na Cidade e todo essas coisas que não são arquitetura e não são vegetação, que vão se agregando, vão recobrando e vão, na verdade, sedimentando e fechando tudo, a abordagem desses elementos terá de ser feita em função das conformações das regiões da cidade, dos setores da cidade. Quando a gente fala em cidade a gente tem uma visão um pouco antiga, São Paulo é uma metástase que já se conurbou com o resto, é difícil a gente perceber uma unidade de caráter urbano. São Paulo é uma soma de unidades, de algumas conformações que a gente pode reconhecer ainda em alguns bairros, no centro histórico e essas unidades têm características mais ou menos específicas e como tal, têm de ser analisadas e em relação a elas é que também se dará a questão de como deverão ser equipadas ou desequipadas, limpas da questão toda que está colocada aí. Então, entendo que é uma questão um pouco de projeto, de se analisar a característica de cada região e em função delas estabelecer algumas relações. Isso evidentemente não pode ser feito através apenas de uma lei. Eu acho que a legislação deveria estabelecer princípios de controle e deveria estabelecer também formas de exercer esse controle ao nível prévio, de análises e projetos setoriais de áreas da cidade

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 88 do proc.
N.º 36 de 1946
Oração: 10 CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	1	morg.	poluição vis.	19.9.95		

que estabelecesse determinados limites regulados por questões mais gerais. Na verdade, quando a gente começa abordar essa questão vemos que a cidade não tem nenhum planejamento, tem o planejamento de interesse econômico, e vejo na comissão um veículo de se gritar um pouco que a cidade tem que ter controles, objetivos, finalidades que não são apenas do lucro mas da vida dentro da cidade, da fruição da cidade. Para exemplo, se pegarmos o chamado centro histórico da cidade, um termo consagrado, vemos que há uma certa coisa positiva porque o revestimento dos prédios com aquelas réguas famosas, de certo forma é um invólucro que protegeu os edifícios, se ~~im~~ limpar aquilo voltamos a ter a cara da cidade como ela era antes que essa parafernália acontecesse razoavelmente protegida. Este centro tem características do ponto de vista volumétrico, espacial, urbanístico, arquitetônico, que pode ser recuperado com medidas específicas. Outros lugares vão ser de forma diferente. Em Nova Iorque ficamos admirados como não tem out doors, a Broadway está cheio de coisas, mas o resto da cidade é de uma sobriedade a toda prova, quando tem alguma coisa é com muito critério, do sul, que tem um controle ligado à característica do bairro. Não escapamos da estética urbana deverá haver uma leitura da paisagem urbana, das paisagens urbanas, em função disso um mínimo de controle de melhoria ou manutenção da qualidade dessas áreas segundo a sua especificidade. Agora, é mais ou menos isso, a gente deveria partir dos trabalhos que foram feitos, projetos montados de resultado de alguns anos com gente preocupada em discutir isso, discutir interesses da indústria de out doors, que têm que ser levados em conta, não podem ser dominantes. Esse problema, toda escola, terreno, gostaria de ter um out doors



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 89 do proc.
N.º 36 de 1985
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	2	morg.	poluição vis.	19.9.95		

prá ganhar algum dinheiro e ajudar no orçamento, é uma questão que tem que ser levada em conta. Agora, a mediação de tudo isso é complicado, mas tem que estabelecer porque vamos ficar sufocados nesse processo que está ocorrendo, vai desde a publicidade até coisas que parecem simples, na época do Jânio, ele pegou esses abrigos de ônibus e pintou de vermelho, aquilo que estava mais ou menos mimetizado saltou à vista começou a agredir quem passava por lá. Essas coisas não são possíveis. A gradação disso não só em relação à especificidade mas pode se normatizar elementos abrigo de ônibus, lixeira, uma tentativa de fazer isso. Estive com a *Mayumi Watanabe de Souza Lima* Maiome quando fazia a fábrica de argamassa armada e produziu lixeiras nam as administrações regionais do PT usavam as lixeiras que estavam fazendo lá, compravam da indústria porque tinha mais vantagem. Essas questões que são muito complicadas e isto significa uma tomada de posição em respeito à cidade, é uma coisa que tem que ter controle e temos que começar esse controle, ainda localizado e precário.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Agradecemos as palavras de Paulo de Cano Bastos e passamos a ouvir agora a Sra. Rosa Agrilá *grava* Krias *Klias*, arquiteta, paisagística, dirigentes da associação dos arquitetos assessora de Secretaria de Planejamento do Município na gestão Mário Covas.

A Sra. Rosa Agrilá Krias - Não era assessora mas diretora do Departamento de Planejamento e lá foi que tive a primeira incursão maior nessa questão da qualidade ambiental urbana. Isso que nós estamos falando aqui tem tudo a ver com a qualidade ambiental paisagística, quando se fala em poluição visual está se falando em ver em paisagem urbana. De

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

N.º 90 do proc.
N.º 96 de 19.95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ILUSTRAÇÃO	CONT. APARTE
G12	3	morg.	poluição vis.	19.9.95		

tudo que ouvimos aqui há um consenso muito grande, os arquitetos tem uma forma de pensar, queremos pensar no conjunto, não queremos pensar só no detalhe, mas também queremos pensar no detalhe, isso tudo está falado. Quero discutir um pouco.....



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 97 do proc.
N.º 56 de 19 95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	1	Marcelo	Poluição Visual	19.09.95		

mas ~~nó~~ nós também queremos pensar nos detalhes. Então tudo isso está falado e nós não vamos repetir.

Mas alguém queria discutir um pouquinho qual seria o nosso produto final? Nós vamos ter um caninho longo por aí, e temos que saber onde chegar para ir caminhando passo a passo para ter esse produto final. Na minha opinião nós temos duas coisas principais que nós temos que chegar com esta Comissão.

A primeira delas é criar um código de paisagem urbana.

Esse código de paisagem urbana tem que levar em conta São Paulo como ela é, ~~então~~ então não pode ser uma coisa ~~generalista~~ generalista só. Ela tem que criar aquelas questões que são gerais e tem que criar, principalmente, uma setorização da cidade, quer dizer, criar setores diferenciados do ponto de vista da paisagem urbana e cada um desses setores terá que ser trabalhado diferentemente, mas isso terá que virar uma lei. Como a lei de zoneamento para a questão de edificação, tem que haver um código de paisagem urbana, que diga: essa região deverá ser tratada diferentemente desta.

Eu até estava vendo, quando nós estávamos vendo o vídeo, eu estava pensando comigo que tem regiões que estão sendo mostradas negativamente e que não são. Aí tem que ter mesmo out-doors, tem que ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 92 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário [assinatura]
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G13	2	Marcelo	poluição visual	19.09.95		

visualmente agressivo, forte, porque é um centro de cidade e às vezes precisa disso. Agora, se a gente for pegar certos bairros e mesmo certos centros diferenciados, cada um deles vai ter que ter um tratamento diferenciado. Então acho que essa seria uma finalidade, a criação de um código de paisagem urbana.

A outra finalidade seria isso que está um pouco permeando todas as conversas aqui e quem tocou mais diretamente e verbalizou melhor foi o Paulo, a cidade não tem dono. Então nós precisamos criar um órgão responsável pela paisagem urbana. Se esse órgão é uma secretaria já existente ou não, mas tem que ser criado o corpo a ser gerenciado. Não se pode impunemente se colocar um poste na rua, ou uma cesta de lixo, ou um banco, um anúncio, uma árvore, quer dizer, tem que haver ~~realmente~~ realmente uma coordenação daquilo que é o espaço urbano público, espaço visual urbano.

Eu estou fazendo uma ~~mistura~~ mistura muito grande de tudo que foi dito, porque no fundo tudo que foi dito diz a mesma coisa. Mas eu gostaria então só que a gente realmente ordenasse para ter uma meta final.

O que eu acho importante realmente é a questão do projetos urbanos. São Paulo eu considero não só do ponto de vista de paisa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 93 do proc.
36 de 1995
O funcionário AL

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G13	3	Marcelo	Poluição visual	19.09.95		

geração urbana, do problema da poluição, mesmo como estruturação geral da cidade, ela já passou da fase do planejamento global. Nós temos que realmente ter projetos específicos, projetos setoriais fortes e é nessa área que a gente vai ter que trabalhar. Então tem que ver como esse código vai poder fazer gerar projetos e como nesses projetos a gente poderia criar alguma coisa que fosse ordenadora da paisagem.

Agora, outra coisa. Uma forma intermediária de se trabalhar. Acho que a gente deveria programar uma série de palestras de especialistas que viriam iluminar a comissão e criar um evento forte que aglutinasse, de certa forma, o conhecimento de todos e tivesse uma força de pressão mesmo para a criação desse código e tudo o mais. Seria um seminário, um encontro, enfim, ~~alguma~~ alguma coisa desse gênero, que a gente trouxesse inclusive a colaboração de especialistas ~~estrangeiros~~ estrangeiros, ~~alguns~~ de órgãos de paisagem urbana no mundo todo, então trazer tanto profissionais que trabalhem em projetos de paisagem urbana, como órgãos urbanos, órgãos municipais que tenham essa função.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) — Vamos ~~passar~~ passar a ouvir agora o Sr. Roberto Sarue, Presidente do Movimento ~~de~~ Defesa São Paulo.

O SR. ROBERTO SARUE — Eu acho que as questões ~~fazem~~ todas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ordem n.º 94 do pro.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTARABATE
G13	4	Marcelo		Poluição visual 19.09.95		

foram muito bem colocadas, São Paulo tem que deixar de ser terra de ninguém. Realmente o cidadão cria a pertinência ao território se ele sente que ele ~~pertence~~ ~~pertence~~ à cidade, que os pontos de referência que ele visualiza são marcantes e fazem parte da história, da cultura da cidade. Quer dizer, tanto mais São Paulo ~~mais~~ será dos cidadãos quanto mais nós respeitarmos a história e a cultura da cidade expressa nas fachadas, nas edificações, na volumetria. Isso já foi colocado, mas acho que a ~~pertinência~~ ~~pertinência~~ pertinência do cidadão vai se dar no grande passo que temos que dar, que é criar uma legislação visual para a cidade, abrangente, inclusive, como foi colocado pela Rosa Clias, fazendo a ordenação, o ~~o~~ zoneamento visual, que regiões você pode ter ~~em~~ certos tipos de interferência visual, em que regiões você não pode ter que ser claramente definido.

Agora eu ~~queria~~ ~~queria~~ queria levantar dois pontos que considero muito importantes a respeito do que foi colocado, da estética da cidade. Curiosamente os órgãos, ou a maior poluição visual da ~~na~~ cidade é feita pelos órgãos públicos. Vou dar alguns exemplos. Temos a avenida Santo ~~Amor~~ Amaro, nós tivemos uma intervenção e que cada órgão público atua pontualmente, não se esqueçam que visual é tudo aquilo que os olhos são capazes de ver, a noção ~~de~~ de paisagem ~~é~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Processo n.º	95	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
GL4	1	Paula	Poluição v.	19.09.95		

é o limite daquilo que os seus olhos alcançam. Então, visual x é tudo que se vê.

No exemplo da Avenida Santo Amaro, tivemos a intervenção da parte do sistema de transportes urbanos projetando o que eu chamo de "currais" porque aquilo não são sequer abrigos de pessoas para esperar o ônibus. Aquelas intervenções ficaram muitos ruins, ~~equipamentos~~ ~~instalações~~ aquelas intervenções de equipamentos urbanos que foram feitos no meio da avenida .

Aliado a issoa tivemos o projeto de tróleibus que fez com que na Avenida Santo Amaro fossem colocados dos dois lados da avenida, por outro organismo da Prefeitura, ~~a~~ centenas de postes grossos com descansos de, mais ou menos, quatro metros dos dois lados da rua, sobrepondo-se aos postes que já existiam. E, aliando-se a isso foi feita uma instalação elétrica , os cabos ao longo dos dois lados da via pública. Ou seja, é uma verdadeira barreira visual, maior até do que dos cartazes e luminosos. Postes e, sequência aliados aos fios formam uma parede. Quer dizer, se alguém for fotografar a Avenida Santo Amaro aquilo é uma barreira visual. Você não visualiza mais a avenida, isso fora o corte de árvores que foi feito. ~~Então~~ Fora isso tem a sinalização, encheram de semáforos, pintou o chão. ~~Então~~ Então, são



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 76 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
LABORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABORADOR	CONT. APARTE
G14	2	Paula	pol. visual	19.p9.95		

três departamentos da Prefeitura, Transportes, CET, Engenharia, com sinalização, luminosos e tudo o mais. E, a Eletropaulo com a infraestrutura urbana, sem nenhum critério, nenhum projeto.

A Avenida Santo Amaro é um exemplo, mas é o que acontece na cidade toda. Por que a Paulista é tão agradável? Porque ela não tem postes, não tem fios, tem uma certa ordenação. Foi o único lugar que teve um projeto integrado.

Então, devemos ter esse órgão novo que deverá ser criado, acho que é uma sugestão de todos, onde a Prefeitura ~~que~~ tenha que aprova integralmente os projetos. Não pode cada departamento da Prefeitura fazer o que bem quiser, pintar um xadrez no piso, encher de postes.

Nos bairros [?]verdes, as sociedades de bairro multam e vão à Eletropaulo dizendo: "ponha postes aó de um lado da rua, não põe dos dois lados"; "se é para por poste com fio de alta tensão, ponha na avenida principal". Mas, isso significa sempre o fim das árvores.

São Paulo já merecia por parte da Eletropaulo um estudo de fiação subterrânea. Por que o Rio de Janeiro é tão bonito? Porque não tem postes, não tem fiação. Vai no Aterro e lá é muito agradável, as luminárias, os equipamentos públicos são bem projetados, integrados.

Quer dizer, essa idéia de projeto e da intervenção conjunta, como é que se traduziria isso em legislação. Os órgãos públicos

IL. N.º 36 de 19
N.º 36 de 19
S. funcionário 22
ORADOR COM. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	3	Paula	poli visual	19.09.95		

Agora, a segunda questão que quero colocar é a questão do direito do cidadão. Nós temos na história de São Paulo a história da publicidade, da propaganda que nasce primeiro em quem ~~faz~~ exerce algum trabalho, o barbeiro, uma padaria, uma indústria que põe a sua marca, o seu sinal, avisando a população que ali passa, é uma propaganda direta: aqui é uma barbearia. Então, a população vê e sabe que ali se vende ou se realiza aquele serviço. Evidentemente, hoje a legislação permitiu luminosos enormes, como o MasDonald's, não querendo caracterizar uma empresa ou outra, mas que tem anúncios bastante grandes ~~expansos~~ que participam da ordenação visual da Cidade. Será que pode ou que não pode é uma questão a ser discutida. Mas, essa é a propaganda direta, ela informa o que é feito naquele local. Esse é um tipo de propaganda de publicidade que existe na Cidade.

Agora, o que tem surgido nesses últimos 10 anos e que cresceu de uma forma bárbara é a publicidade institucional. É uma publicidade indireta, ~~não~~ Então, olho em cima desse prédio e tenho



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRABORAÇÃO	COM. APARTE
G14	4	Paula	pol. visual	19.09.95		

um anúncio enorme das Lojas Garbo, que é o caso aqui ao lado; ou mesmo ali um do Unibanco. Passo perto do Estádio do Morumbi e hoje contei ali 65 outdoors, só em volta do estádio. Quer dizer, é uma publicidade indireta em que as pessoas se apropriam do espaço público e fazem esse tipo de propaganda. Considero que tudo o que mexe com os sentidos humanos os ouvidos ou com o visual, é uma forma de te induzir a consumir um produto. Isso deve ser analisado: como é que vamos pensar a questão da publicidade? É lícito que se induza a consumir produtos? É lícito, pois você vai fazer a publicidade do seu produto. Mas, quais são os meios que na área urbana seriam permitidos? Televisão? Correto. Você liga porque quer. O Rádio? Você liga porque quer ouvir, você toma essa decisão. Revistas, jornais? Sim, você compra, sabe que tem propaganda e não é compulsoriamente obrigado a fazer isso. Mas, na área urbana onde você tem que abrir o olho para caminhar, você compulsoriamente é obrigado a assimilar essa propaganda institucional de outdoors e de anúncios. Eu não considero correto. Assim como não considero correto A Voz do Brasil, que você é obrigado a ouvir. A Voz do Brasil é uma espécie de propaganda compulsória. Essa propaganda genérica em que as empresas e os órgãos públicos fazem te obrigam compulsoriamente a absorver a visualizar aquilo. Acredito que em termos de cidadão a Cidade nos pertence e aos empresários, aos órgãos públicos que fazem publicidade



MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	5	Paula	poluição visu.	19.09.		

nos espaços públicos.

Então, acredito que esses são os problemas que devem ser enfocados, analisados, que devemos pensar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli - PV) - Agradecemos a participação do Sr. Roberto Salve(?), do Movimento Defesa São Paulo.

Passamos a palavra agora para o Sr. Minoru Naruto, Professor de Programação Visual da USP. (Pausa) Acho que ele foi guardar o carro.

Então, tem a palavra Issau Munami, Arquiteto e Professor de Comunicação de Sistema Urbano, da FAU-USP.

O SR. ISSAU MUNAMI - Gostaria de endossar aqui a necessidade de se discutir a questão via temática dada a vastidão...



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G15	1	dalva	Poulição Visual	19.09.95		

~~_____ do~~
 assunto, e-- estava rascunhando aqui algumas sugestões --- no sen-
 tido de talvez discutir em torno de algumas questões, por ~~xxxx~~
 exemplo, que o Prof. Cândido colocou, da estética da Cidade, abor-
 dando os aspectos ~~morf~~ morfológicos da forma, da estrutura
 urbana, e do espaço natural, versus espaço contruido. Outro blo-
 co talvez fosse a questão dos aspectos da imagem da Cidade, lucibi-
 lidade e a questão da fluência dessa paisagem. Um terceiro aspecto,
 é a questão da ~~deterioração~~ deterioração urbana, versus a melhoria
 da qualidade ambiental. A visão da paisagem, paisagística. Uma
 quarta visão, talvez seja uma ⁷visão da qual nós vamos nos ater um
 pouco mais, que é da falta de comunicação visual, da falta da
 programação visual, na Cidade. Isto evi dentemente é fruto da in-
 tervenção edonômica na estrutura urbana, eu diria que a cidade,
 não é que não tem dono, ela tem muitos donos, são donos até de mais,
 a questão vinculada a população visual, evidentemente está vincula-
 da ao ^xcesso. Excesso de mensagens ~~xxx~~ visuais, gerados pelo lu-
 cro, e visando única exclusivamente isso. Eu diria também na ques-
 tão da legislação, talvez ela garanta muito pouco, talvez o con-
 trole, é necessário, talvez a experiência de concientização jun-

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 101 do proc.
N.º 36 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACIONAL	CONT. APORTE
G25	2	dalva	Paluição Visual	19.09.95		

to ao usuário, e ~~max~~ ao meio produtor do espaço urbano, e nesse sentido citaria alguns ~~exmp~~ exemplos que tive participação, cujo o furot foi muito grande, em relação alguns trabalhos, projetos integrados, e de qualquer forma, eu acho que a grande questão, é o excesso, o conflito, a diferença, o conflito, de quem intervém na Cidade. Nós elaboramos um ~~text~~ texto, não sei se é pertinente passar por ele, porém, gostaria dar ~~umax~~ rabisca-da nisto, ~~mda~~ dando um parâmetro histórico de como surge a questão da poluição visual, a propostas de alguns conceitos e emitidos sobre esta temática. Basta fazer uma reflexão sobre o nosso cotidiano. que historicamente nós estivemos, estamos, e estaremos sempre envolvidos por uma forma de expressão visual, interpretando e aprendendo o significado de algo silencioso, todavia vibrante e dinâmico. O ser humano sempre raciocinou vendo. As múltiplas imagens impressionam o ^Lcérebro onde são primeiramente ~~prax~~ percebidas e depois analisadas. Sobre o ~~rix~~ indivíduo que vê, a ~~img~~ imagem ~~tem~~ é constituída de forma a impressionar, expressar e construir. O objeto observado é visto, impressiona a ^Lretina. É sentido por ~~vo~~vo-
ca uma emoção, é ~~constitu~~ivo, pois tem um significado próprio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	102	do proc.
N.º	56	de 1995
ORADOR	TAQUIGRAFO	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	TAQUIGRAFO	CONT. APARTE
G15	3	dalva	Poluição visual	19.09.95			

tem valor de símbolo e capacidade de construir uma linguagem que comunique uma idéia. Tudo que vemos tem alguma coisa a comunicar. Cores, formas, texturas. E a forma mais antiga de expressão visual, ocorreu na era primitiva, onde os nossos antepassados ainda sem o poder da palavra, da comunicação verbal, já ~~xxx~~ insinuava uma forma de entendimento, entre eles, utilizando para isso, de gestos e associando os fatos de sua vida aos ~~xxx~~ rabiscos que faziam nas paredes das cavernas. De forma simbólica, apresentavam os fatos cotidianos, como a caça, e também aquilo que eles tinham como o fogo, os raios, o sol e a lua. Assim os homens que desenhavam tinha também uma relação mística com os fenômenos que eram atributos dos deuses como a morte, o nascimento, etc... Desta forma o nosso ancestral, já se comunicava tomando conhecimento do seu Meio Ambiente e mostrando o seu rústico desenho, os ~~xxx~~ Egípcios, Assírios e Babilônios, já há 6 mil anos atrás, praticavam astronomia e astrologia, ~~xxxx~~ deixando-nos símbolos que representavam a lua, o sol, os planetas e as estrelas. No Japão ~~xxxx~~ Feudal, desde de 1000 anos ~~xxxxxxxx~~ AC. os símbolos tinham a função de identificar a sociedade dos nobres, onde cada família nobre tinha uma marca que era associada a todos os seus pertences



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G15	4	dalva	Poluição Visual	19.09.95		

desde de roupas até as entradas de seus castelos. De forma semelhante na Idade Média, os cavaleiros tinham símbolos institucionais que representavam heráldica(?). Desta forma até a Idade Média, os símbolos eram utilizados pela classe dominante que eram os reis, os militares e os eclesiásticos e também representavam os deuses. Mas a partir desta época, os artesãos, os pintores, os escultores, enfim, artistas e os abastados que eram os comerciantes, constituíam na classe começaram a passar a assinar os seus trabalhos de ~~maneira~~ posse alterando um costume vigente. Assim desde a primitiva forma de expressão dos homens das cavernas, que deixou marcada nas paredes das cavernas evoluiu-se todo um sistema de comunicação conhecido atualmente, seja rabisco, ~~um desenho~~ um desenho, uma cor, uma letra, ou uma forma, qualquer em destaque em algum lugar, a comunicação visual tem em seu próprio conceito do termo um único e fundamental objetivo informar algo, silenciosamente, ~~de uma forma simples e direta~~...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 104 do proc.
N.º 96 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
12	9	Raimundo	pol. visual	19-9-95		

... expressando um significado, definindo um local, uma situação, dando uma orientação e sistematicamente a linguagem visual tornou-se indispensável para o relacionamento dos diversos povos. Com a rápida disseminação das renovações tecnológicas e todo moderno sistema de transporte aliado ao ~~q~~ que denominamos comunicação de massa, tudo isso tende a transformar enfaticamente o mundo mais ainda na aldeia global ~~para~~ preconizada por ~~Marx~~ "Mc Luan" nos idos de 60. Realmente o mundo se tornou pequeno e simples do ponto de vista do entendimento coletivo, graças a comunicação. Os desenhos rudimentares, do ponto de vista coletivo...

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Me permite um aparte, professor?

Seria interessante, como temos muitas pessoas a serem ouvidas, todo esse material nós podemos tirar xerox neste momento e distribuir a todos integrantes, para que o senhor coloque a sua posição mais política em relação, para que todos possam ter, já são quase meio dia. Eu agradeço.

O SR. - A nossa posição, talvez os professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, essencialmente do 4º ano, que trabalha com o sistema de comunicação visual urbana, achamos que a divisão em ~~m~~ temática talvez fosse proveitoso. É isso.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Queria agradecer ao Prof. Missau



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G16	2	Raimundo	pol. visual	19-9-95		

Minano (?) arquiteto e professor de Comunicação do Sistema Urbano (?) da FAU. Já foi pedido à Assessoria da Comissão que tire xerox para ser distribuída a todos os membros, tanto Vereadores como convidados. Valtamos, então, ao Minoro Naruto, Professor de Programação Visual da FAU.

O SR. MINORO NARUTO - Bom, a gente começa agradecendo o convite para participar desta Comissão. E essa Comissão se propõe a pensar o problema que aqui se chamou de poluição visual. É um esforço louvável e é muito gratificante para mim que essa discussão seja retomada; para mim que participei durante muitos anos da Comissão de Proteção (?) Paisagem Urbana, exatamente tentando encaminhar e conceituar corretamente essa questão.

Nesse sentido e por essa experiência, eu gostaria de deixar registrado aqui num primeiro momento que nesse processo todo que redundou, desde 78, nesse calhamaço de leis e decretos, o que mais se evidenciou foi a nossa falha na conceituação da problemática que a gente estava trabalhando; é sintomático que a gente volte a se reunir em torno desse tema que a gente chama de poluição visual usando um termo que a mim me parece que merece cuidado no seu emprego, porque isso determina de uma certa maneira o encaminhamento que a gente vai



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR(ES)	CONT. APARTE
	3	Raimundo	pol. visual	19-9-95		

dar nessa questão. Nós falamos poluição visual e automaticamente a gente lembra discutir a questão dos anúncios. Vocês podem ver que a maioria desses decretos, leis, legislações que estão aí a título de poluição visual está falando de anúncios. E até pelo vídeo que a gente acabou de ver vocês vão perceber que a questão que a gente deveria discutir não é só uma questão de poluição muito menos visual, inclusive o recurso linguístico usado no próprio vídeo faz apelo, por exemplo, da alteração do ritmo, da velocidade do filme. O uso, por exemplo, da música, isso tudo reforça e passa para a gente essa idéia que há algum problema na experiência cotidiana do espaço urbano. Então, acho que a poluição visual é uma ótima porta de entrada, mas certamente não vai ser a porta de ~~saída~~ saída para a gente tentar resolver com eficácia esse problema, que é um conjunto de problemas e não se limita só ao aspecto visual.

O incômodo e o stress que a gente acaba sofrendo na vivência do espaço urbano envolve outras questões. Hoje, por exemplo, até problema de segurança, quer dizer, a gente tem que estar prestando atenção em cada candidato a trombadinha que a gente vai cruzar, por exemplo, entendeu, principalmente quem usa relógio Rolex e coisas afins. Tanto que nos mesmos lugares que até ~~na~~ esse vídeo ~~o~~ focalizou se você.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
Gl6	4	Raimundo	pol.visual	19-9-95		

voltar numa outra situação, por exemplo, num fim de semana, você vai
vai ver que toda essa situação estressante já não existe mais. En-
tão, temos que tomar um pouquinho de cuidado exatamente na conceitua-
ção da problemática que vamos trabalhar. Conceituação não tanto em ter-
mos de uma abrangência, mas principalmente em termos de precisão da
problemática que a gente vai trabalhar.

Ao meu ver o que se coloca como fundo dessa questão,
cuja poluição visual é um sintoma é paradoxalmente uma ausência por
parte da cidade de uma regulamentação do uso do espaço público e do
uso da coisa pública. Regulamentou-se o espaço privado, como arquite-
to a gente sabe que para fazer um projeto a gente tem que submeter,
quer dizer, adequar o projeto a uma série de ^{leis} cörregos, regulamentos,
mas só dentro do lote. A meu ver não existe um corpo de regulamenta-
ção sistematizada com relação ao uso e apropriação não só do espaço
público, mas da coisa pública. Então, qualquer decreto ou lei que vai
tratar de aspectos parcelares do uso do espaço público ~~está errado~~

~~está errado porque não se pode ter uma regulamentação~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	108	do proc.
N.º	56	de 19 95
O orador		nome
O secretário		nome

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O orador	O secretário
G17	1	Angela	POL.VISUAL	19.09.95		

acaba perdendo a eficácia, exatamente por não se refletir numa postura inicial e constitutiva desse procedimento pontual.

Tomando como exemplo um problema que a gente nunca conseguiu resolver: banca de jornal. Este é um problema. Um outro problema é a proliferação das barracas e até a presença dos ambulantes. Se bem que no caso dos ambulantes envolve uma questão social que não se resolveria simplesmente numa maneira formal.

Uma outra questão é a da progressiva apropriação privada da superfície da rua e da calçada. Hoje, não é muito difícil vermos "trailers" estacionados na rua, exercendo um a atividade comercial. A gente não vê isso como problema porque faltou e falta para a gente a consciência de que há que se regulamentar o uso do espaço público, senão eu vou amanhã -se isso é lícito- me desfazer do meu escritório, comprar um trailer e montar o meu escritório na rua, que fica muito mais barato.

Um problema associado à apropriação da rua é ~~em~~ o desses caminhões-betoneiras. Então, as fornecedoras de concreto, ao invés de investir num parque industrial, se apropriam da área pública, da rua, para processar o material. Esse é um problema e não enxergamos como tal.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 109 do proc.
N.º 36 de 1995
O ORADOR
funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORADOR	CONT. APARTE
G17	2	Angela	POL.VISUAL	19.09.95		

Então, acho que a poluição visual é o sintoma de um problema mais abrangente, mais essencial, que falta ser conceitual. Essa é uma coisa muito importante, que a gente teria de encaminhar.

Eu diria até que conceituado bem o problema a gente poderia regulamentar com relativa facilidade, pelo menos em termos de conceito, o problema da poluição sonora, por exemplo. E aí não é uma questão ~~de fixação~~ do espaço físico que precisamos equacionar.

Um outro problema. Nos meses em que a poluição se agravava poderíamos regulamentar o uso e o acesso das pessoas a uma determinada área da Cidade, por exemplo. Essa é uma necessidade primeira, para a qual devemos estar muito atentos e teríamos de conceituar com precisão essa problemática inicial.

Quanto ao ~~quanto~~ caráter dessas questões que a gente deverá analisar, eu diria que a questão não é meramente técnica e formal, é muito mais uma questão política, no sentido de que o uso e a apropriação do espaço e da coisa pública envolve interesses conflitantes e, como tal, a gente tem de conceituar e tentar regulamentar e resolver isso politicamente.

Também não podemos dizer, como muitas vezes ficamos ten-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	110	do proc.
N.º	56	de 1995
O ORADOR	nário	CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORADOR	CONT. PARTE
617	3	Angela	POL.VISUAL	19.09.95		

tados a fazer, que a ~~poluição visual~~ solução do problema da poluição visual é simplesmente uma questão de se eliminar os anúncios e, eventualmente, os anunciantes. (Risos.)

Então, o encaminhamento teria de ser na apreciação e na avaliação de uma questão da cidadania, de como cada grupo interessado tem direitos e deveres no uso de uma coisa que diz respeito a todos. É claro que o problema do anúncio envolve ~~uma questão~~ a necessidade de regulamentar, mas se a gente não tentar encaminhar essa regulamentação apoiados numa visão mais geral e mais precisa do problema, certamente vamos criar mais uma lei ineficaz e que não vai ser obedecida.

Eu diria, com relação ao problema do anúncio, que o problema maior da presença do anúncio é a maneira não racional como essa inserção se faz na Cidade, porque o anúncio deve ser visto e a visibilidade do anúncio se conta pelo que os profissionais chamam de "exposição". E é natural que se o anúncio busca exposição, ou seja, ser visto por um número maior de pessoas, vai buscar logicamente os lugares mais visíveis.

Agora, essa ~~na~~ necessidade intrínseca dessa atividade econômica que a gente não pode suprimir pode-se fazer de uma maneira



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 111 de proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	4	Angela	POL.VISUAL	19.09.95		

mais racional e inteligente. Isso eu tenho certeza e os empresários não ~~hãõ~~ de concordar, porque eles estão vivendo numa competição feroz na paisagem da cidade e a gente pode até ajudar a resolver o problema deles resolvendo, ao mesmo tempo, o problema da Cidade.

A SRA. ROSA - Eu só queria lembrar que a questão semântica do nome da Comissão é muito curiosa, porque a Comissão de Preservação da Paisagem Urbana - CPPU só trata de anúncios. De modo que a questão não é só semântica.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Eu queria anunciar, aqui, a presença do nobre Vereador Gilson Barreto e a presença, também, do Sr. Júlio Alberi Neto, Presidente do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo.

Passaremos a ouvir, agora, o Sr. Silvio de Ulhoa Cintra, arquiteto e professor de Programação Visual da FAU-USP.

O SR. SILVIO DE ULHOA CINTRA - Eu trabalho na área da programação visual, tanto nesse trabalho didático com meus colegas de quarto ano, como profissional que faço alguma intervenção.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 112 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR COM. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G17	5	Angela	POL,VISUAL	19.09.95		

O que eu queria colocar aqui é que, primeiro, discordo
de que essa discussão se dê em cima de um tema chamado "polui—
ção visual", que é uma das características, é um dos problemas
da comunicação visual da Cidade.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADORIÉTICO	CPT. APARTE
618	1	Monteiro	Poluição	19.09.95		

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

Queria também observar o seguinte: existe a comunicação visual da cidade, como uma estrutura complexa que necessita ser organizada, que os arquitetos seguramente têm uma contribuição muito grande para dar, identificando os equipamentos mais importantes da cidade, identificando as formas de hierarquizar e hierarquizando valores que têm diferentes interesses para a sociedade. Então essa é a comunicação visual da cidade, a cor do edifício, a textura, a sua limpeza, enfim, é um tipo de organização possível que deve ser feita.

A segunda é a comunicação visual na cidade, onde uma série de agentes tentam se comunicar obedecendo as leis. Recentemente, fizemos uma visita aqui na São Bento, que foi objeto de um serviço muito intenso da Prefeitura no sentido de retirada de anúncios etc. e nem por isso a Rua São Bento ficou melhor. Porque, na verdade, a legislação que hoje a CPTU define, que classifica anúncios luminosos e iluminados é uma coisa muito incompleta em relação à vida da cidade.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	2	Monteiro	Poluição	19.09.95		

Acho que o que necessitaria existir é um estudo onde se classifica a função que a mensagem visual tem na cidade. Ou ela tem uma função direcional, e essa falta na cidade, ela identifica, direciona os equipamentos que são procurados, ou ela tem uma função identificativa, ela identifica os equipamentos que a ~~pr~~ população procura, ou ela tem uma função normativa, ele define as regras de utilização daquele determinado espaço, ou ela tem uma função publicitária. Então, se dá muita ênfase na função publicitária e se trabalha muito pouco as outras funções das mensagens visuais. Essas outras funções e essas outras mensagens visuais é que deveriam ser o objeto de uma análise e de um estudo e de um projeto mais profundo, incluindo aí a própria setorização, ideia da Rosa que exista projetos setorizados, no sentido assim qual é o zoneamento da cidade, aonde interessa ter um coeficiente de anúncio maior, onde interessa ter um anúncio menor.

Então, eu acompanho todas as notícias que dizem respeito à comunicação visual da cidade e sistematicamente eu vejo que se trata poluição como o único problema. É chamada de "Veja", é chamada de jornais quando na verdade é um dos problemas da comunicação visual urbana. Então, a estruturação da cor, a estruturação da forma, a utilização correta da letra, que é um personagem obrigatório na comuni-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
618	3	Monteiro	Poluição	19.09.95		

cação da cidade. Quer dizer, a cidade sem mensagens verbais, a cidade sem palavras escritas ela não se torna utilizável. Você tem que escrever "Metrô, Estação Santana", "Estação Jabaquara". Então, eu acho que existe muito mais um trabalho de projeto de criação e, posteriormente, um trabalho de legislação, que simplesmente operacionaliza idéias e essas idéias tenho certeza que os colegas arquitetos, e eles estão na maioria aqui nesta sessão, têm muitas idéias e muitas contribuições para dar para a vida na cidade. Acho que, basicamente, é isso.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - A Comissão agradece as palavras de Sílvio Ulhoa Cintra, arquiteto professor de programação visual da FAUSP. Passamos a ouvir agora Élide Mozélio.

A SRA. ÉLIDE MOZÉLIO - Em primeiro lugar, é evidente ~~que~~ que agradeço o convite à USP para estar aqui presente, à nossa faculdade e aos nossos colegas todos que trabalham inclusive nos órgãos públicos, há muito tempo atuando sobre esta nossa cidade. É uma honra estar aqui e esta iniciativa desse grupo que se forma é não só essencial como indispensável. Outros existiram e acho que essas



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	TRIBUTU	COMP. APARTE
G18	4	Monteiro	Poluição	19.09.95			

continuidades devem sempre estar presentes porque governar uma cidade significa dar continuidade a tudo que sobre ela se pensa e sobre ela se faz, e não destruir o que um faz e o que o outro não fez. Acho que há muita coisa interessante feita por todas e muitas coisas que, evidentemente, não foram tão felizes. E essas continuidades sobre as coisas boas devem sempre estar presentes..

Então, esta iniciativa é indispensável e a minha participação aqui, como professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo é na área justamente da comunicação visual ambiental. Estou plenamente de acordo com muito do que foi dito aqui por quase todos e, iniciando pelo Cândido, o interesse de uma visão integrada, de uma mensagem visual integrada sobre a cidade, onde o visual é um estímulo para uma imagem que se forma, multissensorial e multidisciplinar de conhecimento. Então é muito importante se partir de um todo e esse todo, que é a própria forma urbana, a partir do seu território, o seu espaço natural e construído, espaço natural que o que sobrou na realidade é mais atmosfera, porque os elementos naturais são muito poucos, os que permaneceram, os paisagistas lutam e os programam, e uma atmosfera que também tem a sua poluição e gravíssima, dessas grandes amplitudes visuais e das percepções de percursos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	5	Monteiro	Poluição	19.09.95		

pela cidade, pelas ruas, pelas praças, perto de nossa casa, nas lojas, evidentemente as percepções e as características da relação entre amplitude e a visão do percurso, a visão do detalhe.

A minha área é muito mais voltada à parte de pesquisa na área da pós-graduação e pesquisa para produção de teses e dissertações. Evidentemente que essa colaboração, dentro de uma metodologia de pesquisa partindo realmente da linguagem visual, do espaço visual, seria talvez a parte em que mais nós pudéssemos dar a nossa contribuição. Eu veria isso muito como uma coordenação genérica de valores, de fatores e de poderes que participam de toda essa organização, ou desorganização visual da cidade e ~~organização metodológica~~

~~levar~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 118 do proc.
110 56 de 1993
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
G19	1	ant	poluição	19.9		

uma coordenação metodológica desse levantamento de dados, de uma avaliação dessas classes visuais que foram mencionadas, é muito importante, mesmo porque uma pesquisa na nossa área conjuga dois tipos de conhecimentos, o científico que faz analisar, avaliar e ponderar logicamente e o conhecimento do sensível que é essa percepção que todos nós temos e que cada um construiu sobre essa imagem de cidades. O significado da imagem como um todo, não é a imagem visual que é simplesmente uma ilustração, mas que tem todos os comprometimentos e significação evidentemente baseado num ponto sobre a nossa percepção cultural que é a que formamos e que todos os perceptores dessa cidade tem. Cada um de nós faz uma imagem presente. Se eu pedisse para vocês desenharem uma imagem de amplitude da cidade cada um selecionaria uma parte e faria uma expressão diversificada do outro. Se eu pedisse que cada um desenhasse um detalhe de percurso, cada um desenharia uma expressão diferenciada. É muito difícil se juntar e a cidade de São Paulo é uma fusão de imagens. É muito difícil termos uma imagem integrada de toda cidade pela seu vertiginoso crescimento e pela grande fusão cultural que temos de presença de todas nações que constituem a nossa população e que contribuem com sua cultura e faz com que tenhamos uma visão diferenciada. Legibilidade da cidade, identidade da cidade por imagem há pesquisa e os projetos de intervenção. Como vamos coordenar um levantamento dessa imagem, a definição do que é poluição dentro dessa imagem e como ~~temos~~ podemos coordenar processos integrados de intervenção e a proposta da professora Rosa sobre o código de paisagem é evidente que depende de uma visão coordenada. Cada um de nós disse algo que todos esses algo têm a ver um com o outro, porém, temos que produzir uma estrutura e um processo coordena-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	119	do proc.
N.º	56	de 1945
O. funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
619	2	ant.	pol.	19.9		

nado entre o Poder Público, o da iniciativa privada e o poder dos usuários que intervêm e que usam a cidade.

Veria um ponto interessante. Existe uma comissão mencionada pelo Vereador Trípoli, sobre educação e cultura. Aprendemos na escola, primeiramente, é ler e escrever, somos alfabetizado, porém não aprendemos a ler a nossa casa, a cidade, arquitetura e tudo o que compõe esse nosso universo ambiental. Acontece espontaneamente. A partir daí esse conhecimento fundamental desde criança, e uma volta para que possamos preservar esse patrimônio e saber como lidar com ele, vejo um ponto fundamental dos órgãos públicos para que possamos, a longo prazo, reconstruir essa imagem dessa tão complexa e tão amada cidade de São Paulo.

Obrigado.

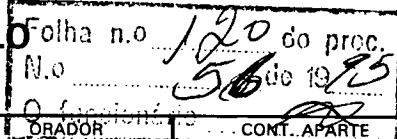
O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Tem a palavra a Profa. Marlina

professora de Planejamento Urbano e Arquitetura na USP, representante da USP no setor PU, Comissão de Paisagem Urbana e funcionária do ~~CMUR~~ CPPU.

A SRª. MARLENE (?) - Queria agradecer a oportunidade

de poder participar dessa comissão, principalmente pelo fato de já estar na CPPU e acho que daria para trazer subsídio e ajudar nesse trabalho que o Vereador Trípoli está desencadeando na Câmara. Acho que todos meus colegas arquitetos, entusiasmados em mudar esse caos que vemos diariamente e é obrigado a engolir no nosso trajeto para o trabalho, para a vida. Acho que todos estamos com essas intenções, mas está preocupada ^{COM} a questão. ~~quero saber~~ Concordo com o que foi falado, especialmente com a questão da Zonificação de paisagem que os que passaram pelo CPPU apontaram como grande problema, porque na legislação

— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Gl9	3	ant.	pol.	19.9		

tem que ter um conceito, porque se não tiver um conceito essa legislação vira pontual, uma legislação de anúncios que são tratados individual e pontualmente, se esquece o espaço público onde esse anúncio está sendo colocado. Não dá para discutir a cidade, fica se discutindo o anúncio, o seu tamanho em relação à rua. Se não mudarmos esse conceito de tratar o espaço visual, como espaço público integrante do restante do espaço, não vamos conseguir melhorar e modificar a legislação existente. O que me preocupa mais, além de que a legislação dava ter princípios que norteie a análise de quem vai aplicá-la, que ela tenha novo enfoque, é a aplicação da legislação. Um dos maiores problemas não é falta de leis. Um dos maiores problemas é o controle da aplicação da lei, ~~exatista~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 121 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G20	1	emira	po.visual	19.9.95		

a falta de fiscalização dessa lei. Então, precisa-se pensar nisso também. É um pouco mais adiante, do que só propor uma modificação, temos que pensar como essa lei seja aplicada, respeitada, que a população seja respeitada, e como que a população organizada da sociedade civil pode também participar como cidadão, desse controle. Talvez isso passe por uma série de programas, de educação ambiental, de debates e a Rosa sugeriu que a gente faça palestras e eventos para discutir. Acho isso muito interessante porque a gente amplia a discussão, e é uma espécie de educação. Você vai passando conceitos, e vai trazendo mais setores da sociedade organizada para esse debate que vai se ampliando, e a partir daí, você pode criar mecanismos de controle e de participação mais efetiva.

Queria só agregar isso, porque tudo o que foi dito, foi muito correto, só que precisamos pensar também na aplicação disso e não só na consecução.

E uma última coisa que eu queria colocar é que se a Câmara achar por bem realizara eventos, palestras, enfim, estou autorizada pelo Reitor da USP a colocar o Campus da USP para esse tipo de atividade. E a gente pode fazer isso no Campus da USP, desde que haja um consenso fazer esse tipo de debates.

Agradeço muito, e espero que esta Comissão seja bem sucedida nos seus objetivos e que ainda sejam ampliados.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Essa intenção desta Comissão, num primeiro momento, é ouvir os técnicos na questão da programação visual, e em seguida passar para outras pontos dentro dessa temática.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 132 do proc.
N.º 56 de 1995
O ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G20	2	emira	pol.visual	19.9.95	tripoli	

Por último, dos convidados, vamos ouvir o Advogado Paulo Andrade, que representa aqui o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, o Antonio Fernando Pinheiro Pedro. Com a palavra Paulo Andrade.

O SR. PAULO ANDRADE; - Em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, da secção São Paulo, especificamente através da sua Comissão de Meio Ambiente, parabenizo esta Casa do Legislativo Municipal, na pessoa que efetuou o convite, o Vereador Roberto Trípoli, aqui presente, e com essa iniciativa bastante importante, que já vem incomodando a coletividade desta cidade há muito tempo, já vem preocupando a municipalidade de São Paulo há muito tempo.

Gostaria de colocar alguns aspectos a cerca de tudo que foi comentado aqui e que consegui abordar.

Foi dito aqui, logo no início, de por que foi feito um decreto, parece que o Prof. Cândido ^{Malta} Motta abordou por que que o Maluf, o atual Prefeito, fez um decreto, por que isso não foi feito antes, etc.

Estava lendo aqui os ante-projetos, e tem um ante-projeto do Vereador, hoje Deputado federal, Arnaldo Madeira, sustentando exatamente esses decretos que estávamos discutindo aqui, e discutindo essa competência do legislativo para fazer decretos, e para legislar sobre essa matéria ambiental da cidade, ou não. Os decretos feitos pelo Prefeito Paulo Maluf, nesse sentido, mparecem que foram sustados. Está aqui no nosso material, e sobre esse aspecto eu tenho a seguinte opinião, uma opinião muito jurídica e um pouco fugindo desse tecnicismo jurídico, que não quero aqui me estender sobre esse tipo de aspecto, propriamente, mas sobre o aspecto mais político, gostaria de dizer alguma coisa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 123 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G20	3	emira	pol.visual	19.9.95	paulo	

A questão não é a forma de se fazer leis, a forma de se legislar espelha a natureza do legislador, a natureza do administrador, se ele é mais democrático, mais liberal, mais autoritário. Acredito que o decreto é uma forma muito autoritária de se legislar. É uma questão de se impor de cima para baixo, sem ouvir a coletividade, sem ouvir os técnicos, sem ouvir os arquitetos, sem ouvir os órgãos, como o Condepheet, o CADES, ou o Compresp, uma lei, por vezes, muito inadequada, muito fugidia dos anseios da sociedade sobre esse aspecto. Eu vejo assim, acho que uma legislação sobre esse aspecto, uma lei é algo muito mais democrático,, votado pela legislativo, mas principalmente temos mais mecanismos na própria Lei Orgânica, que trata sobre aspectos de legislação de caráter ambiental, prevê participação efetiva da sociedade na elaboração dessas disposições normativas. Essas participações são através de audiências públicas, de reuniões, até como esta iniciativa que estamos tendo aqui, mais informais, de estabelecimento de comissões, para tratar desse tipo de assunto.

Então, quando foi colocada a questão da lei, eu fiz várias colocações, por que não é bem a forma que dá a ~~uma~~ eficácia ao conteúdo normativo. Nós temos aqui um ~~uma~~ calhamaço de leis, que nos foi dado como material. Esta é a própria face do nosso país. Temos inúmeras leis para tudo; temos inúmeros dispositivos legais para tudo, mas nenhum funciona. Se funcionasse, não estaríamos aqui com esta reunião. Se esses dispositivos todos, todo esse calhamaço de leis tivesse sido eficaz, efetivamente, não ~~teríamos~~ estaríamos hoje nesta reunião.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 124 do proc.
N.º 56 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARE
G20	4	emira	pol.visual	19.9.95	paulo	

De forma que ~~então~~ o problema não é a forma da lei, mas é exatamente a eficácia de como ela se dá. E eficácia vai se dar, eu vejo, com a ampliação da discussão para todos os setores da sociedade.

Mudando um pouco de enfoque, eu vislumbrei outros aspectos sobre essa questão de poluição visual, sobre o aspecto jurídico. A experiência que já li de disposições normativas sobre cidades do interior, todas elas, quase que unanimemente, abordam ~~questões de natureza jurídica, sobre~~

~~questões de natureza jurídica, sobre~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 125 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR: COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G21	1	valéria	poluição vis.	19.9.95		

duas questões básicas, entre elas algumas questões conexas. A primeira é a questão da estética da propaganda, onde entra também a ética da propaganda e a segunda a questão da nocividade dessa propaganda, em relação exatamente a esse tema que nós desenvolvemos aqui, poluição visual. Sobre o aspecto estético, podemos falar sobre a questão que a comunicação visual deve ser ética e esteticamente adequada tanto quanto a qualidade e bom gosto, quando ela se expressa, quanto também à adequação local onde é colocada. E em todos os lugares onde a legislação é totalmente vedado qualquer tipo de propaganda, out door, cartaz em locais considerados como cartões de visita das cidades ou em bem tombados ou suas proximidades. Isso ocorre com frequência aqui, às vezes até descaracterizando certos bens, por falta até de uma disposição normativa eficaz. A questão da nocividade: nocividade é colocar os sinais visuais, a comunicação visual atrapalhando a leitura de outros sinais que são obrigatórios, por exemplo, no trânsito, nós precisamos ler as placas de ruas, as indicações, os sinais de trânsito, a disposição legislativa, como se deve conduzir o veículo, velocidade, as disposições indicativas de curvas e sinais. Então? às vezes, se coloca um out door, por exemplo, o exemplo mais gritante que temos é se colocar numa avenida um out door com propaganda de bronzeador ou lingerie aquela moça muito bonita e o indivíduo em vez de prestar atenção no carro, vê o outdoor com aquela moça bonita e bate o carro na frente, atropela um pedestre ou coisa assim, ou seja, desvia a atenção do tráfego para aquele sinal de comunicação visual colocado de forma inadequada, que pode prejudicar bastante o tráfego, outro problema grave que temos. Bem, acho que toda influência entrópica, seja econômica ou não, interfere na qualidade de vida e sabe ao Estado exercer o poder de polícia com base na legis-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTERVENIENTE	CONT. APARTE
G21	2	valéria	poluição vs.	19.9.95			

lação enxuta e eficaz que coadune , como diz a Constituição Federal, o desenvolvimento econômico com a qualidade de vida e a proteção ambiental. Isso porque também se nós formos aqui determinar - digamos que fôssemos bastante espartanos, fizéssemos uma legislação draconiana: não, nós não vamos poder ter mais comunicação visual para propaganda, não sei o que, nós iremos ferir os interesses das indústrias de propaganda, iremos colaborar para essa crise que estamos vivendo, social e econômica, iremos colaborar com o desemprego, então não é bem assim, é uma questão de normatizar como vai ser feita essa comunicação visual, para que ela não se transforme no que estamos chamando aqui de poluição visual, talvez até de forma injusta, porque certas propagandas, certos cartazes às vezes são muito mais bonitos que certas fachadas de prédios que vemos aí pela cidade. Talvez isso seja muito mais aceitável eticamente do que como colocou o Prof. Cândido Malta, pintar as favelas, como se pintando as favelas pudéssemos ignorar os problemas sociais que têm por trás da favela, nesse sentido. E quando foi colocada a questão da ampliação também dessa questão de poluição visual, há situações que não foram abordadas aqui que acho que extrema importância. Não é só a propaganda visual, os outdoors que nos agredem, nos atrapalham, nos estressam. Há pouco tempo fui procurado por uma comissão de moradores da Ação Palma, Associação de Moradores do Alto da Lapa, eles estavam na iminência de uma construção de um prédio no bairro, que é um bairro tombado pela Companhia City e foi colocado esse tipo de questão, como já também o Saruêta nos Jardins esse tipo de situação já colocou antes. Tive de entrar com uma ação judicial para impedir que se construísse um espigão num local onde iria afetar toda a estética, todo o espírito arquitetônico daquele bairro onde as pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ordem do dia n.º 127 do proc.
N.º 36 de 1993
O funcionário
ORADOR: CONT. APARTE:

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	3	valéria	poluição vs.	19.9.95		

compravam suas propriedades esperando que aquele estado paisagístico fosse mantido. Hoje temos a ocorrência da aprovação dos cepacs. Esses certificados foram aprovados aqui na Câmara Municipal, infelizmente, por iniciativa do Executivo, que permitem que se construa além do permitido pela Lei do Zoneamento. Nós temos agora um prédio de 42 andares que vai ser feito na Rua Estados Unidos, li alguma coisa a respeito nesse sentido, aprovada a planta. Acho isso completamente inaceitável, agride, tira a tranquilidade das pessoas. Estou falando aqui, passando das pinturas das favelas, passando para os bairro s mais abastados da cidade, que podem ter uma preocupação com a questão arquitetônica que são mobilizados nesse sentido. Acho que é uma questão da gente realmente ampliar a discussão, não só da questão de out doors, mas uma visão mais coletiva da ética da legislação. Sobre essa questão colocada, o Prof. Cândido Malta colocou por exemplo, sobre mudança de fachadas, eventual mudança de fachadas, adequação, mudança do padrão arquitetônica da cidade, uma interferência maior. Eu só coloco como podemos fazer isso de uma forma que não afetasse não só o direito de propriedade como também não fosse economicamente inviável para o proprietário do prédio. Isso poderia ser feito por sugestão talvez através de incentivos fiscais. Quanto à colocação da Prof. Rosa Rias, quanto à questão da criação do código ambiental, isso também dentro da minha área, gostaria de fazer uma ressalva sobre isso. Há anos já conversei com o Vereador Tripoli também, nós tivemos longos papos sobre a questão do código ambiental. Eu também fui conselheiro do Concema e nós também tivemos muita discussão a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 128 do proc.
N.º 36 de 1993
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G22	1	regina	pol.vis.	19.9.95		

sobre a questão de códigos ambientais no Brasil, seja pelo Estado, seja pela Federação, pela União, pelos municípios. E há pouco tempo eu tive uma conversa com o Deputado Ricardo Trípoli, na Assembléia, que tem um projeto de lei sobre normatização das questões ambientais no Estado de São Paulo. E ele concordou comigo sobre esse tipo de acertiva. Os códigos, sobre o aspecto jurídico, são formas bastante estáticas de se legislar. Nós temos por exemplo, no Brasil, eu vou dar um exemplo... Quando eu digo "estática", é a forma como a lei caminha ao lado dos costumes, ao lado do progresso da sociedade. Então, vou dar alguns exemplos para os senhores: o nosso código comercial é de 1826, o nosso Código Civil é de 1917, com mentalidade ainda voltada aos padrões e costumes sociais do século passado. Nosso Código Penal é de 1943, e vem sofrendo sucessivas mudanças por legislações extravagantes. Então, considero que na área ambiental, a forma, a interação econômica, a forma de mudança, de necessidade de proteção ambiental torna, com todo o respeito pelas posições, a visão de código talvez inadequada, porque acabaríamos tendo uma cidade como São Paulo, por exemplo, tendo a seguinte situação: a cidade cresce desordenadamente, nós não conseguimos conter essas forças sociais, econômicas, que afetam a cidade. Nós, então, acabaríamos tendo uma legislação que, talvez, infelizmente, entraria em desuso. Então, a minha sugestão, nesse sentido, é que desses seminários de estudos nós teremos, acabemos com todo o material que está aqui, tiremos um antiprojeto de lei sobre isso, bastante enxuto, genérico e que normatize todas as questões muito bem. Essa é a sugestão. Acho que somos todos capazes disso aqui, temos a nata dos técnicos, acadêmicos e professores que podem interferir

— TAQUIGRAFIA —

Colha n.º 129 do proc.
N.º 56 de 1925
ORADOR: ... CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.	APARTE
G22	2	regina	pol.visual	19.9.95			

O SR.ROBERTO TRIPOLI - Agradecemos a participação da OAB

A SRA. ROSA - Não, eu só queria dizer que não estava propondo

O SR. ROBERTO TRIPOLI- Eu queria agradecer a participação de

Nós agora partiremos para sistematizar, mediante o material

da Taquigrafia. Então, a próxima reunião dos Srs. Vereadores será no dia 29 26 de setembro, no Auditório Orscar Pedroso Horta, atual Plenário da Casa, 1º andar, às 9:30 horas, onde se reunirá a comissão dos Srs. Vereadores para sistematizarmos o trabalho do dia de hoje. Enquanto isso, ganha-se tempo para podermos estudar o material que entregamos, que é muito rico e extenso, e gostaria de lembrar também uma outra coisa. Estão faltando três leis, que nós levantamos, que estão sendo discutidas na Casa. Passo a palavra ao Vereador Maurício Faria.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CORADOR	CONT. PARTE
G22	3	regina	pol.visual	19.9.95		

O SR. MAURICIO FARIA - Sei que o tempo já se esgotou, mas acho que seria importante que os senhores e as senhoras pudessem encaminhar sugestões à Comissão, sobre como organizar a quantidade dos trabalhos. Porque há um conjunto de questões que precisariam ser acordadas e nós vamos estar analisando as notas taquigráficas desta reunião. E também, de imediato, era importante que houvesse um processo, pela autoridade que os técnicos têm, junto aos Srs. Vereadores que estão propondo projetos de lei, no sentido de ponderar a eles a respeito sobre o conteúdo desses projetos, porque há um círculo vicioso que é o seguinte: a consciência desses temas é pequena na sociedade e se reflete também nos Vereadores, porque, de certa forma, refletem a realidade da sociedade. Em particular eu falava com o Professor Cândido a necessidade de ponderarmos, junto ao Vereador Éder Jofre, para que não seja precipitada a aprovação desse projeto que libera publicidade nas escolas. Eu acho que é um projeto que tem um caráter delicado pelo seguinte: além de ser errado, em si, tem um caráter simbólico. Porque se a escola oficializa que está engolfada no caos, e ela própria assume o caos legalmente, isso é uma derrota importante no simbólico, porque se supõe que esse processo envolva a educação da sociedade a respeito das questões de paisagem urbana, de estética urbana. Então, que pelo menos a escola pública municipal fique nesse particular fora desse ~~particular~~ contexto, que já engolfou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 131 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE.
G22	4	regina	pol. visual	19.9.95		

as escolas estaduais, porque essas já estão emparedadas de out-doors, o que a meu ver é absurdo, é um prejuízo estético, de iluminação, ar, de tudo. É um caos.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Só para complementar. Eu acho a sugestão do Vereador Maurício Faria inteligente porque nós temos 10 projetos tramitando na Casa hoje, e do Vereador Éder Jofre é o primeiro da pauta da votação de hoje. Creio que não haverá votação hoje mas amanhã estará na pauta. Então, dependendo do trabalho da Bancada do PSDB, o projeto poderá ser aprovado. Então, já pedi à assessoria para tirar cópia dos projetos em pauta, porque a urgência é dos projetos em pauta, passar a todos vocês e que possam dar um relato dessas propostas ao próprio proponente, aos Vereadores, se positivo ou negativo. Acho que é muito positivo, porque é um norte sobre as matérias dos senhores aos ~~senhores~~ Srs. Vereadores. Em seguida, naturalmente, a legislação que rege a publicidade de nesta cidade, os decretos. Então, no próximo dia 26 vai se reunir somente a comissão para sistematizarmos as informações. Ouvimos, agora um pouco, ~~informações~~ uma jornalista estava conversando e dizia: mas e os camelôs também não são poluição visual? Então, está aparecendo novidade. Temos, então, de nos reunir e tirar alguns pontos para podermos chamar as próximas pessoas para participarem, para enriquecerem os dados da Comissão. ~~algumas informações~~

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 132 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário
ORADOR: _____ CONT. APARTE: _____

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G23	1	A NA	Pluição Visual-19.9.95			

Nós tiramos alguma coisa de consenso e eu anotei um depoimento, da Taquigrafia, alguns pontos de consenso de todo esse grupo que aqui utilizou da palavra. E nós sentimos que na verdade a questão da preservação visual está solta na Cidade de São Paulo. Então, é positiva, não sei, a criação de um órgão no município, e mesmo estava sugerindo ao Maurício, que é presidente da Comissão de Cultura e Educação, da Câmara, quem sabe uma subcomissão de paisagismo urbano, dentro da comissão de Educação e Política Urbana, presidida pelo Vereador Antônio de Paiva Monteeiro Filho. Quer dizer, há alguns dados que levam os parlamentares a se preocuparem mais antes de apresentarem suas propostas. Mesma coisa, a nossa proposta, um conselho em que ele possa discutir essas propostas, enfim, porque no fim quem paga, depois de sancionado pelo Sr. Prefeito, é a Cidade de São Paulo. E temos aí, só de leis, na pauta de hoje, 114 projetos. É difícil ficar atento a ~~todos~~ todos. Se vocês puderem colaborar, ou pelo menos ficar atentos com os projetos de lei que estão em discussão, acho superpositivo.

Eu queria mais uma vez agradecer a todos. Eu aprendi muito aqui porque antes eu dizia "poluição visual" e na verdade o Colega se posicionou que é errado a expressão, mas que foi uma forma de se chamar a atenção dos parlamentares, para poderem participar e aprovar em plenário. Eu concordo que a programação visual, a questão paisagística é todo um conjunto conquistado por todos aqui.

Eu gostaria de saber se algum dos Srs. Vereadores gostaria de se pronunciar antes de encerrar, porque fiquei sabendo que vários professores aqui teriam que sair para dar aula. O Sr. Cândido Malta gostaria de dar uma informação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 123 do proc.
N.º 56 de 1995



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PÁG.
G23	2	ANA	Poluição Visual	19.9.95		

O SR. CÂNDIDO MALATA - Eu estou disposto a fazer um resumo de toda a legislação. Quero fazer para mim mesmo. Eu posso oferecer isso a todos. Quer dizer, seria dar o sentido de cada decreto telegraficamente. Acho que isso pode ajudar muito, a gente a absorver essa legislação. Eu e a Marli podemos fazer isso e entregar para todos.

O SR. RICARDO TRIPOLI - Nós agradecemos e colocamos também a questão de xerox, se quiser dispor da Câmara, para não ter gasto; utilizar os equipamentos da Câmara Municipal para repassar.

O SR. - Eu queria aproveitar a proposta que falou o Vereador Maurício Faria, presidente desta Comissão também, no sentido de levar uma posição desta Comissão ao Vereador Eder Jofre e demais que estão com propostas para o assunto na Câmara, para ter a posição desta Comissão para que se possa, se for o caso, adiar um pouco mais e englobar todas as propostas dentro desta Comissão porque afinal de contas é objetivo desta Câmara avançar o debate. Então acho que seria lícito que a Comissão propusesse que o debate fosse levado mais tarde.

O SR. RICARDO TRIPOLI - Queria colocar essa proposta a votos. Se todos estão de acordo com a proposta de levar aos Vereadores que têm projeto em pauta.

A SRA. ANA MARTINS - O Vereador Gilson Barreto, do PSDB, nós por conta das preocupações que esse projeto de lei do Vereador Eder Jofre tem trazido no Colégio de Líderes, já adiamos várias vezes. E vamos precisar pedir que a bancada discuta e que ganhe essa generosidade do nobre Vereador Eder Jofre. Porque já foi adiado muitas vezes, então, pedir novamente por conta da instalação desta comissão e a boa

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 134 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
DRADOR. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	DRADOR.	APARTE
G23	3	ANA	Poluição Visual	19.9.95		

vontade dos técnicos de virem aqui contribuir, que estão contribuindo conosco, Vereadores, e principalmente com a Cidade.

O SR. MAURICIO FARIA - Acho que seria bom que alguém, talvez o Professor Cândido, que conhece o Vereador Eder Jofre, que fizesse um telefonema, um contato ainda antes da sessão de hoje, ponderando. Eu respeito muito o Vereador Eder Jofre. Acho que ele tem insistido nesse projeto de lei, mas acho que provavelmente ele não teve ainda oportunidade de ter contato com uma argumentação mais ampla a respeito do tema. Eu tenho dito a ele que acho que o projeto não é bom para a Cidade, mas também não é bom para o Vereador Eder Jofre. A aprovação desse projeto pode gerar reflexos negativos de imagem para o Vereador Eder Jofre. Então, que ele perceba que não há nenhuma questão de caráter pessoal; não é isso. É uma questão técnica.

O SR. RICARDO TRIPOLI - Só queria registrar que as intenções de projetos de lei dos Srs. Vereadores têm a maior boa intenção em resolver problemas. Então, todos estão bem intencionados. Não estamos aqui nos posicionando contra. É somente o adiamento da matéria para que os técnicos da comissão possam estudar melhor.

O SR. PAULO BASTOS - Eu queria retomar uma questão. Acho que o projeto de lei que foi montado e que chegou quase a ser votado representa a última versão, vamos dizer assim, de uma proposta de consolidação dos problemas todos. Temos um monte de leis, aqui, que certamente, pelo que se vê são detalhes específicos. Agora, o projeto que foi feito, que resulta de um trabalho de muito tempo, é uma proposta de consolidação das questões gerais. Acho que, primeiro, precisa recuperá-lo; segundo no sentido que a gente tome conhecimento. Quer dizer, eu não sei como



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	1	beth	poluição visual	19.9.95		

muma camisa de força que a gente imagine legal. Acho que temos que ter um texto. Por isso que acho a proposta da Rosa interessantes. Temos que ter um texto de lei que estabeleça princípios básicos de atuação éticos, de responsabilidade civil em relação à cidade, alguns princípios básicos e dificilmente escaparíamos de ter algum órgão que pudesse acompanhar aprovando e elaborando o projeto de desenho urbano. Isso vai acompanhando a dinâmica da cidade e a dinâmica dos interesses também. Há alguns princípios que não se pode violar e há a aplicação desses princípios que vão se dando através de um órgão que acompanha, geralmente tem representação de elementos da sociedade civil. Acho que se a gente consegue estabelecer esses princípios, conceitos básicos de atuação e uma operacionalização nós conseguimos alguma coisa que tem base conceitual e tem também possibilidade operacional. E acho que o projeto pode ajudar nesse sentido.

O SR ROBERTO TRÍPOLI - A Presidência ~~XXXX~~ gostaria de pedir assessoria da Comissão para que fizess o levantamento desse material, fizesse xerox e encaminhasse a todos os membros para que antes que a gente se reúna se tome conhecimento daquele material. Aí, marcaríamos uma reunião só para discutir. Os expositores até tem alguns presentes mas seria interessante que todos recebessem esse material para estudar e aí faríamos um dia só para exposição desse material já com um pré-conhecimento da matéria.

Acho que é isso. Agradeço mais uma vez a participação de todos. A próxima reunião, dia 26, só os Vereadores e vocês estarão recebendo em suas residências, em seus escritórios os últimos projetos

Folha n.º 136 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONTADOR



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. / PARTE
G23	4	ANA	Poluição	19.9.95		

O SR. MAURÍCIO FARIA - Mas é possível. Aqui, nos Anais da Câmara tem os registros da entrada do projeto de lei, que é da legislatura passada, ele consta no Diário Oficial.

Então segundo, programar uma reunião onde quem trabalhou nesse projeto pudesse expressar as coisas iniciais, porque daí parte-se de um patamar de avanço em relação a isso, fora a sistematização que o Candido vai fazer, e aí a gente pode estabelecer algumas questões. Não sei quem estava colocando aqui, agora há pouco, estou convencido de que com a realidade dinâmica que a Cidade tem, não é possível amarrar isso tudo num plano rígido de trabalho que a gente imagine, porque a gente



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 138 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RELAÇÃO DE NOMES DOS VEREADORES QUE RECEBERAM AS NOTAS TAQUIGRÁFICAS RELATIVAS À REUNIÃO DO DIA 03/10/95

MAURÍCIO FARIA	<i>[Signature]</i> 20.544	414
GILSON BARRETO	<i>[Signature]</i> 23050	714
ANTONIO DE PAIVA M. FILHO	<i>Estu</i> 23086	1113
ÍTALO CARDOSO	<i>[Signature]</i> 507.878	804
ANA MARTINS	<i>[Signature]</i> 22.944	



Câmara Municipal de

Folha n.º	139	do proc.
N.º	236	de 1995
O funcionário	[assinatura]	

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 10/10/95 - 9:30 hs. - SALÃO NOBRE.

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli (Presidente)

Maurício Faria	<i>[assinatura]</i> 21320	414
Gilson Barreto	<i>[assinatura]</i> 23050	214
Antonio de Paiva M. Filho	X. Ester 23086	1113
Ítalo Cardoso	<i>[assinatura]</i> 23086	804
Ana Martins	<i>[assinatura]</i> 23.265	

[assinatura]
Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	140	do proc.
N.º	56	de 19.95
O Funcionário		

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

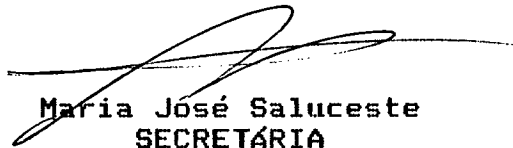
São Paulo, 05 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 13/95

Exmo(a). Sr(a). Vereador(a).

Conforme determinação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convocamos V.Excia. para reunião desta Comissão a realizar-se no dia 10 de outubro do corrente, as 9:30 horas, Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade, quando será discutido assunto referente às entidades que representam as empresas de propaganda ao ar livre.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

Com. Estudos: *Plano Visual*

DATA: 03/10/95

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
* KAZUO KANÉGAE	GILSON BARRETO		
ANA LUCIA ANCONA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA ABAP- DE ARB. PAISAGISTAS	R. FERNAS DIAS	284.8866 R.164
MIRTHES I. S. BAFFI	D.P.H. CULTURA / PMSP	R. FREI CANECA, 1402 - G.º	2532331 R.266
JOMÉ CARLOS GOMES ALVES	ASSER. BANCADA DO PT		1465/1475
BONA DE VILLA	SECR. DA CÂMARA		N. 1448
VITAL VOLASCO	VEREADOR	CMSP.	2598388.
ANA MARTINS	VEREADORA	CMSP.	2598388.
CANDIDO MALTA			8537916
RAUL BARTELO			
MARLY NAMOUR			
PAULO ANDRADE (OAB)			
GILSON BARRETO	Vereador	CMSP.	239.0916
MAURÍCIO FARIA	VEREADOR	CMSP	
HORACIO GALVAES	SS. VV. MAURICIO FARIA	CMSP	RM 1428

Folha n.º 141 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1	1	regina	Poluição vis.	3.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Vamos dar inicio a

Comissão Parlamentar de Estudos sobre poluição visual na cidade de São Paulo. Fazem parte da Comissão os seguintes Vereadores: Antônio de Paiva Monteiro Filho, Ítalo Cardoso, Roberto Trípoli, Gilson Barreto, Maurício Faria e Ana Martins.

Está presente o Sr. Kazuo Kanegai, representando o Vereador Gilson Barreto; Ana Lúcia Ancona, Associação Brasileira dos Arquitetos ABAP e Paisagista; Mirtes Bafe, DPH, Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo; José Carlos Gomes Alves, da Assessoria da Bancada do PT; e Bona de Vila, da Secretaria da Câmara.

Nós também contamos com a presença do representante da OAB, e o nobre Vereador Vital Nolasco.

Esta Comissão, em sua última reunião, deliberou que a pauta desta reunião seria sobre a explanação de projetos, de alguns Srs. Vereadores, como dos Vereadores Vital Nolasco e Éder Jofre.

Como contamos com a presença do Vereador Vital Nolasco, pe-
ria que fizesse a explanação sobre o projeto de lei, colocado em pauta
na última sessão de votação desta Casa, quando foi sensibilizado por es-
ta Comissão para retirada do projeto, que estava pronto para ser vota-
do, para, antes de ser votado pelo Plenário da Câmara Municipal, ser dis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 194 do proc.
N.º 36 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al	2	regina	pol. visual	3.10.95		

cutido pela Comissão Parlamentar sobre Estudos da Poluição Visual. Que-
ria agradecer a colaboração do Vereador Vital Nolasco e passo a palavra
a ele.

O SR. VITAL NOLASCO - Bom dia, Vereador Trípoli, Vereador Mau-
rício Faria, demais membros da Comissão. Como anunciou o Vereador Rober-
to Trípoli, apresentamos o projeto de lei nº 190/94, que dispõe sobre a
proibição de veiculação de publicidades de qualquer natureza, na vidraça
traseira dos ônibus de transporte coletivo urbano no Município de São
Paulo. Esse projeto tramitou por todas as comissões, tendo recebido pare-
cer favorável da comissão de Justiça, pela legalidade; da Comissão de
Atividade Econômica e da Comissão de Finanças e Orçamento. A Comissão de
Política Urbana deu parecer contrário ao projeto. O projeto se encontra
em condições de pauta, de votação, tendo percorrido os trâmites necessá-
rios.

E como disse aqui o Vereador Roberto Trípoli, deveria ter
sido colocado em pauta, mas por um pedido do Vereador, atendendo ao pe-
dido do Vereador Trípoli, nós retiramos para que pudessem ser debatido
por esta comissão.

A idéia do projeto vem de um pedido dos trabalhadores em
transportes, dos condutores, motoristas e cobradores. Particularmente
dos condutores, ou dos motoristas, que tendo sua visão prejudicada, fi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Plenário	143	do proc.
N.º	36	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
Al	3	regina	pol. visual	3.10.95		

cam com dificuldades para manobrar seus veículos nos pontos finais e iniciais dos ônibus, como também nas garagens, porque a visão é tapada em função da pintura que é feita para colocação dos cartazes. Então, esses profissionais, através dos sindicatos, nos procuraram e pediram que elaborássemos o projeto. E também, tendo em vista esse problema, há a possibilidade de acarretar acidentes porque, na medida que a visão está prejudicada, até já houve casos, mesmo dentro da garagem, ocorreram acidentes. Outro problema é que devido hoje, relatado pelos cobradores, os passageiros entrarem pela porta dianteira, com esse tipo de anúncio, de pintura, fica ainda mais a visão prejudicada. O passageiro, quando quer descer do ônibus, não consegue ver o local que está se aproximando, criando dificuldades para os passageiros. Em função dessas colocações, se os passageiros tem mais visibilidade, locomovem-se mais facilmente, se ~~para~~ aproxima da porta traseira mais rapidamente. E isso também atrasa o percurso do veículo, porque quando o passageiro, quanto mais ele demora para descer do veículo, atrasa os motoristas que são pressionados para aumentarem sua velocidade ou coisa que o valha. Então, esse tipo de propaganda tem trazido muitos problemas. Além disso, o problema da poluição visual para as pessoas que estão no trânsito da cidade de São Paulo. Como está debatendo a Comissão, a cidade de São Paulo é uma cidade que já tem poluição visual bastante grande, o que também aumentaria essa poluição. Foi nesse sentido que nós, atendendo ao apelo do Sindicato, de alguns ativistas e dirigentes sindicais, apresentamos esse projeto e esperamos que o mesmo seja aprovado tanto por esta comissão, como pelo Plenário da Câmara. Era só e me coloco à disposição para qualquer outra informa-ção.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 146 do proc.
RUAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
Al	4	regina	pol. visual	3,10,95		

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Agradeço a participação do Vereador Vital Nolasco e passo a palavra então para Sra. Mirtes Bafe, arquiteta do Departamento do Patrimônio Histórico para discorrer a respeito do projeto do nobre Vereador Vital Nolasco,

A SRA. MIRTES BAFE - Acho o projeto dele como retirando alguma coisa e não acrescentando. Eu acho que é ótimo na medida em que está, num pequeno setor, colocando um pouco de ordem na casa. É o tipo de assunto, ou seja, todas essas coisas que são para retirar o que já está aí são bem-vindas. Eu acho que é perfeito, até deveria aproveitar para regulamentar a questão da publicidade nos ônibus de uma maneira geral. Porque os ônibus, hoje em dia, são um imenso anúncio ambulante. Pelo menos nesse aspecto, eu acho perfeito.

A SRA. ANA LÚCIA ANCONA - Tomei conhecimento, pela primeira vez, do projeto do Vereador e acho que o projeto é muito pertinente,

~~que se retirou o projeto de fato (nome)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Paulo	144	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	1	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

acho que os motivos expostos de fato acontecem, não é? Ele atende uma série de requisitos, ainda que seja parcial e atacando apenas um aspecto da problemática geral de poluição visual da Cidade, ele responde a uma série de requisitos de qualidade da paisagem, a questão de salubridade, de sentido, de acessibilidade, de justiça, quer dizer, são - eu acho que é super importante esse projeto, eu acho que ele não tem porque não, não é, dar apoio.

E, por outro lado, também em relação a uma questão geral aí, que acho que vem permeando os debates de se ter projetos e propostas abrangentes para o conjunto da Cidade, eu acho que é uma linha de trabalho que ainda que ideal, vamos dizer, e desejável, é muito difícil, é difícil de um modo geral, é difícil nas atuais circunstâncias da nossa sociedade, então a gente ter projetos que trabalhem questões parciais, mas de forma eficiente, acho que é bem importante o apoio da Associação ao projeto.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Gostaria de ouvir as palavras de Paulo Bastos.

O SR. PAULO BASTOS - Bom, o problema, a Comissão que está discutindo o problema da poluição visual urbana, evidentemente um projeto desse é um projeto que se ele tende a limpar esse acúmulo de coisas, já por definição é bem vindo.

Mas eu acho que ele é mais do que isso, realmente ele aborda aspectos de uso mesmo, quer dizer, não é só que ela é um problema para a Cidade toda, a poluição, mas nesse caso específico ela atrapalha o uso.

Então eu acho que, evidentemente, tem que ser apoiada uma iniciativa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	198	do proc.
PAULO	56	de 1995
O funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	2	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

iniciativa dessa porque ela também coloca uma coisa que não é só particular, que é geral. Eu acho que tem de haver prioridades, não é ? Uma questão essencial do problema desses elementos todos que estão se agregando ao espaço urbano é que ~~em~~ eles têm de ser hierarquizados, quer dizer, as pessoas tem que ter nesses elementos ou elementos de informação, que são fundamentais para poder usar a Cidade, e ao mesmo tempo não ter elementos que perturbem esse uso. Eu acho que é o caso da publicidade em termos dos ônibus, como está colocado pelo projeto. De forma que eu acho que ele se encaixa perfeitamente naquilo que a gente ~~em~~ acha que deve ser. Só isso.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Eu consultei os demais Vereadores, eles acreditam que já foi debatido a nível de Vereadores. O que nós queremos, de fato, é ouvir os técnicos na área de paisagismo urbano, enfim, e acho que a posição da Comissão está muito clara em relação ao Projeto do Vereador Vital Nolasco.

Eu queria, em nome da Comissão, agradecer a participação do Vereador, e ~~em~~ o fato de ter tido S.Exa. a sensibilidade de de ~~ter~~ retirada o projeto de pauta ~~em~~ para poder ser discutido aqui com outros Vereadores também. Nós tentaremos sensibilizar para que tragam projetos para a Comissão debater a nível de sociedade, em conjunto, não como uma questão isolada. Muito obrigado, Vereador Vital Nolasco.

O SR. VITAL NOLASCO - Quero agradecer a oportunidade e dizer que esse apoio da Comissão sem dúvida vai possibilitar que a gente tenha mais condições de aprovar a matéria.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 149 do proc.
RAULO 56 de 1975
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A2	3	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Nós passaremos a palavra à Sra. Mirtes Baff, Arquiteta do Departamento do Patrimônio Histórico, que exporá o projeto resultante de estudos do Governo Luíza Erundina, que deu entrada no fim da Gestão, e me parece que foi retirado. Acredito que se trata de um conjunto de idéias que daria um norte à Comissão.

A SRA. MIRTES BAFF - Bom, esse projeto tentou trabalhar a questão da ordenação do uso do espaço público. A gente tentou trabalhar com essa questão da maneira como o espaço público é usado, e não simplesmente ~~tratar~~ tratar de uma ordenação do espaço público, mas sim do que acontece nesse espaço.

A gente tinha três objetivos, inicialmente, que eram objetivos de ordem funcional, os estéticos culturais e de gestão pública.

Eu vou falar bem genericamente porque eu acho que projeto de lei é sempre uma coisa meio - principalmente quando é cumprido, assim - meio chato.

Os aspectos funcionais são os aspectos ligados à garantia de um usuário de um espaço público de encontrar condições boas de utilização, ~~ou~~ ou seja, a questão das sinalizações, das indicações, da possibilidade de contar com transporte nesse espaço, da possibilidade de poder transitar, de fluir, andar pelo espaço, sem ser atropelado por ...-(incompreensível)-... e outras coisas, por exemplo.

Então era uma questão de garantir uma série de condições para que a utilização do espaço se tornasse melhor do que tem sido na Cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Processo Nº	150	do proc.
N.º	66	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A2	4	Norma	Poluição Vis,	03.10.95		

A questão dos aspectos estético-culturais diz respeito à garantir as referências de paisagem e a permanência de vestígios da memória da Cidade no espaço público, ou seja, então a questão da localização de qualquer elemento do espaço público imobiliário, no caso, aí, os equipamentos urbanos, deveria sempre levar em consideração a existência de possíveis referenciais de paisagem e possíveis elementos passíveis de preservação, ligados à questão do patrimônio histórico.

E a questão da gestão seria a questão de a gente garantir um equilíbrio na relação entre interesse público e interesse privado, através dos mecanismos de retorno previsto em lei, que é um aspecto que a gente estava discutindo aqui, antes da reunião, e terrível nessas relações entre o público e o privado, quando diz respeito ao espaço público na Cidade, já que não existe nenhuma regra ou nenhum estudo que tente equilibrar essa relação entre o que é interesse público e o que é interesse privado, então a gente colocou isso como uma coisa ligada à gestão, ou seja, a gestão é que tem como papel garantir esse equilíbrio, ou pelo menos tentar encontrar esse equilíbrio, não é?

A gestão também deveria garantir uma ação integrada entre os diversos agentes que atuam no espaço público, e controlar e fiscalizar o desempenho da ~~gestão~~ aplicação das normas que toda lei tem de ter.

~~(Gente viu isso...)~~

~~...~~

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 151 do proc.
N.º 96 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	1	Monteiro	Poluição	03.10.95		

A gente trabalhou... tinha três critérios, três definições básicas que norteavam o trabalho, que era a questão da paisagem urbana, uma definição de paisagem urbana, que não deve ser diferente das que estão por aí, que seria tudo o que é visível no espaço urbano, inclusive a configuração externa do espaço privado; uma classificação do espaço público, que é a parcela de uso comum, de uso coletivo do espaço urbano e um conceito de paisagem significativa.

Esse último conceito é bastante importante nesse projeto porque na verdade é ele que permite que se identifique quando se aplica as normas, pura e simplesmente, e quando é necessário projetos de intervenção. Então, essa lei trabalha com normas gerais, normas específicas, como qualquer lei, distancias, localização, altura das coisas mas ela também trabalha com a possibilidade de projetos de intervenção. E a paisagem significativa, essa definição que a gente trabalhou, é justamente o elemento que permite que se identifique os locais onde simplesmente se aplicam as normas, as regras e os locais onde a intervenção tem que ser feita dentro de um outro critério.

Vou ler isso aqui:

"A paisagem significativa é aquela que apresenta componentes que, pela sua importância intrínseca, definem de modo diferenciado

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	152	do proc.	
N.º	56	de 19	95
O funcionário	A		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	2	Monteiro	Poluição	03.10.95		

a sua configuração, em especial aberturas visuais, perspectivas, edificações de significado histórico, arquitetônico ou de consagração popular, praças, vegetação de porte significativo, referenciais de paisagem naturais ou construídas, espaços públicos de configuração marcante." E

Então, a partir dessas três definições a gente passou para a parte propriamente dita das normas. Ontem eu já falei sobre isso, mas acho que é importante repetir que a gente aboliu a questão de identificar imobiliário urbano e equipamento urbano. Isso a gente chegou à conclusão que nas diversas nomenclaturas existentes nas normas e mesmo nas normas dentro das empresas públicas, não existe um consenso sobre isso. ~~XEnt~~ A gente achou que inclusive não era importante trabalhar com essas definições. A gente então trabalho com "elementos que equipam o espaço público", ou seja, qualquer coisa de um hidrante a uma banca de jornal, uma lixeira, um banco, uma jardineira é um elemento que equipa o espaço público. Esses elementos foram então hierarquizados.

Então, a gente elegeu, pela importância que cada um deles desempenha na sua função de equipar o espaço público, qual é o papel que ele desempenha ~~nna~~ ~~inserção~~ dos próprios nesse espaço público.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 153 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA		
A3	3	Monteiro	Poluição	03.10.95		

Então, os elementos foram classificados em essenciais, os complementares, os acessórios e os elementos especiais, chamados especiais. Os elementos essenciais é poste de iluminação, é placa de sinalização, quer dizer, são aquelas coisas sem as quais um espaço público não está minimamente equipado para poder ser utilizado pela população. E Eles são de localização fixa, por exemplo um poste de luz, uma placa de sinalização, porque ela tem que ter uma certa posição com relação à esquina para ela poder ser utilizada pela população e são os flexíveis, seria o caso de cabinhos telefônicos, por exemplo.

Não vou entrar muito em o que é cada coisa, acho melhor passar ao conceito. Então, eles foram classificados nesses grupos de tal maneira... qual a intenção disso? A intenção disso era que em uma situação meio limítrofe, e a cidade é meio cheia de situações limítrofes, pudesse se verificar o que realmente é essencial e o que não é. Por exemplo, só para citar, o caso da Rua São Bento. A Rua São Bento é uma rua de fluxo intenso de pedestres. Então, não se justifica a gente ter uma série de equipamentos que, por exemplo, sei lá, na Rua Santo Antônio poderiam estar. Na Rua São Bento não dá para ter uma banca de jornal, é impossível, uma lixeira não tem como, o pessoal dá trombada na lixeira. Então, é um lugar onde a gente teria exclusi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 134 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A3	4	Monteiro	Poluição	03.10.95		

vamente o básico do básico, ou seja, iluminação, não dá para ter um telefone público, o espaço é tão necessário para que as pessoas possam fluir de um lugar para outro. Então, a gente hierarquizou em função disso, uma calçada mais estreita. A Cidade tem uma porcentagem imensa de áreas onde as calçadas estão na base de um metro e meio, não chegam nem a dois metros.

Então, tem uma série de coisas que não tem condições de estar. Uma banca, voltando à banca de jornal, uma banca de jornal tem uma larguramínima, que ela precisa ter para ter as ~~mas~~ revistas que ela vende, os jornais, e mais um espaço para que está comprando e tem que ter um espaço para as pessoas que estão circulando. A gente tinha estabelecido uma largura mínima de calçada, ou seja, a calçada ..., uma largura mínima não, uma largura mínima de faixa de ~~pedestres~~ ~~para~~ circulação de pedestres, tem que ter no mínimo um metro e isso é menos do que normas internacionais definem. A gente acho que era uma adaptação à situação de São Paulo, tem que ter no mínimo um metro livre, sem nada, para as pessoas poderem circular e em qualquer lugar do mundo isso é um metro e vinte, um metro e trinta, até um metro e meio. Mas a gente viu que não dava, a gente fez umas pesquisas em áreas de bairros, essa questão de calçada estreita em São Paulo é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 155 do proc.
N.º 156 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INT. APARTE
A3	5	Monteiro	Poluição	03.10.95		

uma coisa impressionante, dois metros para baixo é mais da metade da cidade, as calçadas têm menos que dois metros de largura.

Então, a gente estabeleceu essa faixa mínima, portanto tem coisas que não podem entrar numa calçada com essas condições. Então a hierarquização serve para se eleger o que pode estar ou que não pode estar, garantindo ~~uma faixa mínima de 2,00 metros para as calçadas, que~~
~~o poder público deve garantir.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 156 do proc.
N.º 36 de 1995
Orador: [assinatura]
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	1	beth	poluição visual	3.10.95		

a função básica, no caso dessas calçadas que é permitir a circulação das pessoas. Tem as normas, para quem quiser ver, depois, maneiras de se instruir, um telefone público, lixeira, em calçadas menores. Há normas para isso. Em princípio estamos tratando do usual. Da lixeira como ela é, do poste de luz como ele é. As regras, no caso da hierarquização seria no sentido da gente privilegiar o que tem que ser privilegiado e colocar o restante em função das condições de cada uma das calçadas. Tem mil regras e eu acho que isso precisa ler para ver. Tem as áreas de projeto de ordenação. Tem as normas gerais e específicas. E as áreas de ordenação são as áreas cuja necessidade de intervenção não pode se dar com a gente estabelecendo que, por exemplo, banca de jornal tem que estar há 3 metros da faixa de pedestre, que uma banca de jornal de um outro elemento de mesmo porte teria uma cabine dessas duplas, que tem que ter 10 metros entre uma e outra. São normas gerais, genéricas para a cidade como um todo. Para serem aplicadas. Não podem ser aplicadas em algumas áreas. Essas que são as áreas que a gente colocou na paisagem significativa são áreas que deveriam receber projetos de ordenação. Os aspectos da legislação são a questão da hierarquização e das normas específicas e gerais com relação a essa hierarquização, a questão da contra-partida, a questão de estabelecer uma relação de equilíbrio entre o que é interesse público e interesse privado e que seria suprido por essa contrapartida. A questão da gestão que seriam as intâncias da administração da paisagem entendida como um todo. Faço da questão da hierarquização e das normas específicas, a questão do retorno diz respeito a essa contraparti-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 157 do proc.
N.º 56 de 1995
Orador: ...
Com. APARTE: ...

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A4	2	beth	poluição visual.	3.30.95		

da entre o público e o privado na questão da utilização do espaço público e estaríamos lidando com várias formas de utilização do espaço público. Estaríamos lidando com a questão das bancas de jornais indiretamente. Só que como já havia o decreto das bancas de jornais com normas muito específicas a gente não trabalhou com a questão do retorno nas bancas de jornais. Trabalhamos com a questão da publicidade. E basicamente é o que tem na questão da colaboração entre o público e o privado. Alguém que fornece uma lixeira, um protetor de árvore, uma árvore e em troca disse explorar a publicidade. A gente estabeleceu regras para esse tipo de coisa. Essas regras são em unidades fiscais do município, estabelece área da cidade com preços diferenciados e coloca como pode se dar essa cobrança pela utilização do espaço público. O que poderia entrar a nível de recursos a partir da arrecadação que se daria através da troca entre o poder público e a iniciativa privada, alimentaria um fundo de manutenção do espaço público. Esse fundo, chamaria FUMEC, teria como atribuições, os recursos dele, serviriam para serviços, manutenção do espaço público, substituição e recuperação de calçamentos, recomposição de vegetação em vias, praças, parques e pequenos reparos. Pequenas obras de melhoria urbana: jamais o fundo poderia ser usado, por exemplo, por um trabalho de intervenção urbana, tipo EMURB. Não é isso. É uma coisa para manutenção do cotidiano do espaço público. São pequenas obras. Aquisição e instalação de mobiliário urbano, projetos de programação visual e design de mobiliários e equipamentos urbanos que possam vir a ser aplicados no município. O FUMEC - que é esse fundo que seria alimentado com esses recursos que entrariam através da exploração da publicidade, seria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 158 de proc.
N.º 136 de 1995
O funcionário
ORADOR: CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A4	3	beth	poluição visual	3.10.95		

administrado por um conselho consultivo. Na época a gente usou a composição dos conselhos que foram criados. Foram criados vários conselhos desse tipo na administração passada e a gente usou a composição. Os componentes, o Secretário de Planejamento, Finanças e tal me cobraram como é que a Secretaria de Cultura não está aqui. É porque a gente usou, na verdade, as composições que estavam existindo e realmente não parou para pensar mais nisso. De qualquer maneira seria regulamentado por um decreto do Executivo e seria assessorado por uma comissão de assessoria ao FUMEC e que teria que ser criada. Contaria com técnicos das áreas de interesse ligados à conquista da paisagem urbana, de patrimônio e ela estaria assessorando a comissão na questão da destinação dos recursos. Depois dessa questão da criação do fundo e do retorno viria a questão da gestão. A gestão seria dividida em duas instâncias. Haveria uma gestão central e as instancias locais, A instância central é formada pelo próprio FUMEC mais a assessoria criada e teria como competência assessorar as instancias locais na preparação, promoção e julgamento das licitações. Tudo seria feito por licitação. Não haveria mais termo de cooperação. Então, para instalar lixeiras com publicidade ou essas milhares de árvores



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	1	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

com protetores, teria que ter uma licitação, como uma licitação qualquer, então não haveria mais nenhuma forma de contratação direta através de Regionais, ou o que seja, tá? A instância local pode fazer, assessorada pela instância central, porém dentro, as instâncias locais seriam instâncias ligadas às regionais ou subprefeituras, porém dentro de parâmetros de licitação, não é? Então, a instância central também estabeleceria critérios quanto à padronização dos elementos que equipam o espaço público, numa questão de design, na tentativa, quando se quisesse fazer projetos de design integrado de equipamentos mobiliários urbanos, ela daria parecer conclusivo sobre a inserção de eventuais novos elementos e sua tipologia, inclusive aqueles - seria o caso, por exemplo, essa coisa que está surgindo agora, já que são esses painéis eletrônicos, vão surgir outras coisas, então essa instância central iria sempre atualizando a lei, ela estaria sempre verificando as coisas novas, fazendo uma avaliação, e estaria sugerindo regras para controlar a inserção desses novos elementos, e ela classificaria, segundo o seu porte, esses novos elementos, ela também vai fazer uma classificação com relação a isso, firmaria contratos, administraria as entradas dos preços públicos, destinar os recursos conforme a solicitação e necessidades das instâncias locais, e assessorar as instâncias locais na aplicação das normas e na definição dos projetos de ordenação do espaço público.

Aí tem penalidades, que é uma coisa - eu estava olhando hoje, nenhuma lei fala em penalidade, todo mundo fala até se não pode, mas não tem penalidade propriamente dita, então a gente estabeleceu mul-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha 160 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	2	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

multas, não é ? Não cumpriu, tem multa; não é simplesmente dizer - cancela o contrato aí, fica mais três anos as coisas na rua, se deteriorando - quer dizer, tem multa, o cara não cumpriu, ele vai ser multado pelo fato de não ter cumprido o contrato que ele assinou com a Prefeitura.

Então aí tem uma série de restrições para esse caso. Bom, é isso. Não ficou muito bom, mas... E aí tem um cadastro também, seria feito junto à SEHAB, que é quem faz hoje em dia - a SEHAB tem um cadastro de anúncios, hoje, não é ? Então a gente propunha a criação de um cadastro de ~~MM~~ elementos que equipam o espaço público, então tudo estaria cadastrado, cada coisa, cada banca de jornal, cada cabine da Polícia Militar, tudo estaria cadastrado de tal maneira que se pudessem prever já a colocação, ou equipar áreas que estão sem equipamentos através desse cadastro.

Para evitar isso que acontece hoje - quer dizer, concentra-se tudo em uma área, e tem áreas imensas da Cidade que não têm nada, que estão precisando ser equipadas, onde faltam coisas básicas, então esse cadastro ~~permitiria~~ permitiria que se tivesse acesso a informações que permitissem equipar áreas da Cidade que não estão equipadas, que não têm equipamentos que fossem considerados importantes, esses elementos que equipam o espaço público.

E depois tem um capítulo que seria a questão de prazos para se fazer isso, não é ? Tem prazos, por exemplo, a gente mexe com a questão, os tais elementos essenciais, existem os postes de iluminação, existem os postes de fiação de troleibus; a colocação desses postes,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 161 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	3	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

em geral, todo mundo sabe, é feita de uma maneira a mais aleatória possível; eles são essenciais, são básicos na Cidade, porém a forma de colocação não tem nenhum critério que obedeça a nada mais do que segurar o fio. Eles nunca levam em consideração essa questão da calçada, do trânsito dos pedestres, nada disso.

Então eles teriam de se adaptar, tem normas para a colocação de cada uma dessas coisas, e eles têm um prazo, no caso, seria de três anos, para que a Companhia fizesse a adaptação da localização desses elementos, e de tal maneira que ~~MM~~ estivessem de acordo com as disposições que estão na lei.

Tem, depois - quando as pessoas tiverem tempo de ver - tem toda uma questão de preservação das esquinas, ou seja, as esquinas têm ~~normas~~ distâncias mínimas para ocupação, certo? Não pode ter nada na esquina, a não ser placa de sinalização e poste de iluminação, com uma certa distância, e semáforo, mais nada, não pode ter nada; faixa de pedestre também tem que ter uma distância mínima da faixa de pedestre de qualquer equipamento, de qualquer mobiliário.

Então, todas as instâncias que trabalham, ou que introduzem elementos no espaço público teriam que, no prazo de três anos, se adaptar às normas que estão previstas dentro da lei.

Acho que ficou muito confuso, mas eu tentei dar uma organizada, mas acho que ficou pior. Porque o capítulo de lei é uma coisa complicada, a gente começa falando de hierarquização, aí entra na questão das normas gerais, as normas específicas, aí depois que vai falar de projeto, aí depois que vai falar da questão ~~MM~~ dos retornos, então



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 162 de pres.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A5	4	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

eu tentei organizar, não sei se deu para entender. - (parte fora do microfone) - (Por favor, em que ano ficou pronto, e qual foi o destino disso ?)

Ficou pronto em 90 - acho que foi 90 - e foi encaminhado; passou por todas as instâncias da Administração Municipal, porque todo projeto de lei tem que tramitar pelas diversas secretarias, passou pelas diversas secretarias, recebeu as sugestões, então foi alterado, algumas coisas foram alteradas em função dessas sugestões, e foi enviado para a Câmara Municipal. Ele chegou ~~na~~ a ser discutido também na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, e aí apareceram algumas - em geral ele foi aprovado na Comissão, foi bom isso, a gente teve inclusive uma das pessoas que compõem a Comissão e que trabalha com essa questão de placa de sinalização, e que estava também trabalhando com lixeira e com publicidade, na época, que ele aplicou, ele fez o contrato; a Regional da Sé fez alguns termos de cooperação com base nos textos da lei, e essa pessoa utilizou, então, as regras daqui e disse que aqueles problemas de dizer, - três metros, dez metros dali - não vai dar certo, e tal; ele utilizou e disse que não teve problema em nenhum dos casos, no máximo botou meio metro para cá, meio metro para lá, mas ele disse que achou que ficou ótimo, ficou bárbaro para a sinalização de ruas e lixeiras



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 163 do proc.
No 56 de 1995
O funcionário
CONV. ARQ. TE.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. ARQ. TE.
A6	1	beth	poluiç visual	3.10.95		

que o Julio estava trabalhando. Mas ele já tinha os outros elementos na rua. Ele colocou, analisou, elogiou pra caramba, disse que tinha ficado superbom, que tinha gostado à beça. Mas a única experiência concreta que a gente teve foi essa que a Regional da Sé fez nesses contratos. Na CBPU havia algumas sugestões. Por exemplo, o pessoal de DEPAVE, a gente não queria mexer com a questão das árvores, mesmo porque nos pareceu que não é de todo mal ter uma banca de jornal próxima a uma árvore. Não nos pareceu ruim. A gente achou que poderia ser até bom. Mas eles tinham algumas restrições, achavam que não, que tinha que deixar espaçamento e isso acabou não entrando no texto da lei. O que tinha ficado meio acertado é que entrando o projeto em discussão na Câmara teria esse acesso para se fazer as sugestões de alteração que as pessoas, as entidades achassem pertinentes. Mas esse projeto acabou nem entrando. O projeto de anúncio chegou a entrar em regime de votação e não foi votado. Esse não chegou. Nem passou nas comissões da Câmara. Chegou a passar? Não, não houve tempo. Então o Maluf quando entrou mandou recolher todos os projetos e ele acabou não sendo sequer discutido dentro das próprias comissões da Câmara. Mas ele tinha essa preocupação de trabalhar com essa questão de considerar que o que acontece no espaço público é sempre um uso e deve-se avaliar a questão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Forma n.º 164 de 1995
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	2	heylh	poluição vis.	3.10.95		

desse uso. Mesmo a questão de colocar um anúncio, é um uso e assim deve ser tratado. Tem que ter regras para ~~XXXX~~ inserir considerando-se todos os outros aspectos de paisagem, de preservar visuais, preservar monumentos e principalmente não confundir as pessoas. A preocupação ~~maior~~ maior era essa questão de que a cidade não é legível. As pessoas não conseguem nem ver. Na verdade é assim: mesmo que a gente tenha uma área de preservação, e tivemos uma experiência interessante que é o caso da SãoBento, que fizemos um projeto específico que foi hoje o Arouche e retirou toda a publicidade. ERA uma rua que não tinha praticamente obstáculos para as pessoas transitarem, estava limpa visualmente e a gentea conversava e as pessoas não tinham percebido que os anúncios haviam saído. Mas aí é a questão justamente do fluxo intenso. As pessoas falavam: mas a gente está tão preocupada em não dar trompada no outro que a gente não consegue nem enxergar. Na verdade as pessoas estão preocupadas em não dar trombada na lixeira, no hidrante, na banca de jornal, no poste, não tem critério. As coisas são colocadas da forma mais... aliás, a Prefeitura de novo fez um termo de cooperação com as bolinhas, com as lixeiras de bolinha - que a gente aboliu na época porque a lixeira de bolinha consegue armazenar 15 litros de lixo de cada lado. Para espaço público isso é ridículo. Não serve pa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 165 do proc.
N.º 56 do 19.º
ORADOR: [illegible] CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
16	3	beth	poluição visual	3.10.95		

ra nada. Duas casquinhas de sorvete entopem a boca da lixeira e a prefeitura de novo fez um termo com esse pessoal das bolinhas e eles colocam de preferência no meio da faixa de pedestres, eles escolhem espaços bem estratégicos para se posicionarem. O que se pretende é que não aconteça esse tipo de coisa. O que está no espaço público tenha realmente uma utilidade - no caso de lixeira é 60 litros no mínimo - que as coisas estivessem bem situadas e preenchesse as suas funções. Não ser um mero suporte de publicidade. Sim, pode ter publicidade. Mas não é suporte. Nada é suporte de publicidade. A publicidade está lá num elemento que tem um real sentido e um real valor para o espaço, equipa esse espaço. Então, a publicidade se justifica. Tem dimensão para a publicidade. A gente trabalha parques, tem essa lei de parques. A gente trabalha como é que poderia ser a inserção de publicidade em parques que é o que já existe. Ou seja, plaquinhas, no caso de jardins, na preservação de área verde, essa plaquinha que já existiu e que a gente adotou que é uma placa, não me lembro do tamanho, e no caso de doação de mobiliário tipo banco, lixeiras, a especificação do tamanho da publicidade. Emendando, o que esse projeto de lei tem de problema é que ele não dimensiona como é que essa cumplicidade se dá. Ele fala: nas leis existentes, mas não tem lei nenhuma que regulamenta isso. O que significa que vai acontecer o mesmo que está acontecendo com os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 166 do processo
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A6	4	beth	poluição visual	3.10		

back lights. Os back ligts proliferam pela cidade, não têm lei. A Comissão de paisagem urbana é que teria que opinar nesses casos que não estão previstos em lei ou em casos especiais acaba liberando também porque como não tem nenhuma regra escrita vale tudo. Então, nesse caso vai acabar acontecendo a mesma coisa. Então, que tipo de publicidade? Então vai tudo. Teríamos que ter regras estabelecidas para cada situação e trabalhar com a questão do projeto.

O SR ROBERTO TRIPOLI - Gostaria de que as pessoas que usassem o microfone se identificassem para ajudar a taquigrafia. Abro a palavra aos membros da comissão, Srs. Vereadores e o Conselho para discutir essa proposta de lei. Começaria perguntando se essa proposta fosse aprovada naquele momento eliminaria todas as leis, como é que ficariam os contratos? Vocês analisaram a questão. Se de repente se abriu um decreto que liberou esses laranjões, essas bolas que coletam 15 litros de lixo. Eles têm um contrato previsto para um, dois, três anos, não sei. Se aprovarmos um projeto como esse como é que ficaria essa questão?

~~XXXXXXXXXX~~

A SRA

- É previsto um período de adaptação. Seria um período. Nada que foi firmado termina quando se aprova a lei. Tem um período para as companhias se adaptarem e tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Ordem n.º	167	de 1945
N.º	56	de 1945
Orador	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	1	beth	poluição	3.10		

um período para os contratos. Eu não me lembro exatamente qual é. Mas tem um período previsto para que eles se adequem. É um período de adaptação. Os contratos não são rompidos. Começam a se adequar às novas regras e tem um espaço de tempo para que isso aconteça. Seis meses, acho que é isso.

O SR ROBERTO TRIPOLI - Abro a palavra aos Srs. Vereadores. Demais pessoas. Tem a palavra o Sr. Cândido: ~~MAXIMA~~ Malta.

O SR CÂNDIDO MALTA - :Estou tomando nesta reunião conhecimento do projeto de lei apresentado e quero fazer um comentário rápido porque acho que ele merece um estudo bem aprofundado. Ele é mais completo do que tomei conhecimento das propostas anteriores. Ele não abrange apenas amíncios. Ele abrange todos os elementos que constituem a paisagem urbana. Identifica-os e procura regulá-los. Nesse sentido ele é bastante ambicioso e completo. Além disso prevê um a descentralização da tomada de decisões jogando para o nível da instância regional aquilo que hoje é centralizado em grande parte. O que me parece ser necessário fazer a essa altura é um estudo aprofundado dessa proposta. Acho que ela merece isso. Parece ser uma proposta bastante boa, bom início de trabalho e acho que deveria ser feito - proponho - da seguinte forma: além de se estudar no sentido de examinar o que ela propõe, todos os mecanismos de regulação do que ela propõe comparar com a legislação em vigor porque a legislação em vigor - má ou boa - é resultado de jogo de forças e de interesses. Se a gente não compreender esse jogo de forças que instituiu, que existe, não saberemos avaliar as resistências e os apoios que teremos para essa nova legislação. Estou fazendo esse trabalho como prometi, não tive tempo de terminar ainda, mas o resumo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	168	do proc.
N.º	56	de 1983
Orador	ORADOR	COM. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A7	2	beth	poluição	3.10		

da legislação em vigor, procurando descobrir o sentido dela. É uma interpretação pessoal, minha, de qual é o sentido de toda essa legislação. Tenho já feito um certo número de decretos e poderei até mostrar. Não demoro muito para terminar. Mais umas três horas de trabalho e estará terminado. Ai, poderia ser distribuído a todos para ajudar na compreensão dessa legislação em vigor. Isso dará um balizamento importante para nós. Era isso que queria comentar.

o SR PAULO BASTOS - Estamos tomando conhecimento do projeto hoje e, de fato, depois precisa ser detalhado, para se saber como é que funciona o sistema. Ele é bastante completo, mesmo. Está conceituando. Acho que podemos discutir algumas conceituações, ele conseguiu organizar, acho, a questão sobretudo da disposição dos equipamentos, da hierarquização desses equipamentos e acho que o que é importante é que ele conseguiu criar um sistema de funcionar. Na verdade se fariam regras, admite-se que sejam feitas coisas de acordo com essas regras, transforma o uso do espaço público pelo interesse privado em uma remuneração e ao mesmo tempo, essa remuneração pode financiar os projetos quando eles são necessários. Então, esse sistema fica mais ou menos criado, vai ao mesmo tempo, e também ajuda a discutir e aumentar a experiência sobre os problemas que estão sendo enfrentados e a forma de resolvê-los. Para mim que na outra reunião tinha colocado essa questão, que achava que não dava para estabelecer o que seriam regras gerais e de acordo com a conformação dos setores da cidade, obedecer a projetos específicos, esse sistema contempla perfeitamente. Inclusive porque nas paisagens significativas, nas áreas significativas da cidade está explícito que teria que fazer pro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 168 do processo
N.º 36 de 1945
O funcionário ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A7	3	beth	poluição visual	3.10		

jetos obedecendo as regras mas abordando essas áreas. De forma que eu acho que o projeto, como proposta real é muito bem. ~~XXXX~~ No detalhe é que a gente precisaria ver se funciona. Eu, lendo rapidamente estava vendo o problema das instâncias: central e locais. A instância central é o tal do conselho consultivo. Que é um conselho consultivo composto por elementos predominantemente da Prefeitura municipal, tem uma representação civil, mas é um conselho desse tipo. A gente sabe que isso tem constituído um certo problema. Um conselho consultivo onde predominam elementos do poder Executivo, com uma frequência quase que total eles têm servido aos interesses do Executivo naquele momento. No Executivo de plantão.

A SRA MIFTES

~~CONF. MIFTES~~

~~questão de que ele vai ganhar (ou não)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

N.º 170 Co. proc.
56 de 1995
O ORADOR: [assinatura] CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A8.9	1	ant.	pol.	3.10.95		

Como mexe com a questão de que ele vai gerir as arrecadações do fundo, me parece que ele não tem meios legais a não ser que ele seja constituído por membros da administração.

O SR. _____ - Só queria levantar porque o controle social do uso do espaço público nem sempre se traduz por comissões que sejam constituídas do Executivo só. A segunda coisa é que as instâncias locais que atuariam diretamente, não entendi que ele assessora as instâncias locais, mas estou preocupado com o geral do processo é que teríamos que ter alguém que gerisse o espaço público, fiscalizasse o espaço público e fosse capaz de coibir coisas indevidas e fazer retirar, multar, é o poder de polícia da coisa, você precisa de um órgão que possa receber projetos, e aprovar esses projetos e precisa desenvolver projetos próprios naquilo que é competência do Poder Público, tem que identificar quais são as áreas significativas, inventariar e dizer que, por exemplo, nestas áreas o projeto é este aqui, quem quiser executa ou quiser fazer alguma coisa tem que ser dentro desse padrão e projetos que estimule a iniciativa privada a preencher a realização desse projeto com as coisas que ela necessitar dentro do projeto. Isso precisa discutir melhor porque a minha experiência não tem sido muito positiva no sentido de confiar no Executivo, especialmente. Tem sempre um amigo de alguém que telefona para um órgão desse e diz, escuta, existe a legislação, mas será que não dá para resolver porque afinal... Não pode ser assim. A lei no Brasil sempre se flexibiliza. A única coisa permanente que vejo é a sociedade civil. Ela não é transitória. Os seus níveis de organização são, mas ela não e os ocupantes do poder e seus interesses são transitórios. Essa questão que está em jogo. Acho que isso não se define apenas por uma questão de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 171 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
A8,9	2	ant.	pol.	3.10p		

lei. Acho que uma coisa fundamental é um projeto desse sair de um entendimento que é muito mais amplo do que o desta comissão porque vai envolver os interessados que fazem dinheiro vendendo as coisas e aplicando para um consenso mínimo que é o seguinte. Esse é um espaço comum que vivemos e até para os interesses da publicidade não se pode imaginar que as coisas continuem sendo uma espécie de acumulação de informações porque isso prejudica a cidade, o próprio interesse publicitário. Sei que vocês andaram discutindo no projeto com os vários agentes do processo. Acho que essa coisa teria que retomar porque, primeiro, é um brado de alerta para continuar nesse processo, vamos afogar, não vamos encontrar nada na cidade porque não é possível selecionar as informações. Se partir desse consenso acho possível encaminhar para a solução.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES - Acompanhei a comissão que trabalhou nesse projeto, só vou comentar aspectos da abrangência. Seria interessante retomar o conceito inicial de paisagem urbana como aquilo que tem espaço público e visível das edificações e aproximar a projeto de lei que disciplina os anúncios desse projeto tentando criar regras para os anúncios que tivesse uma lógica interna com essa disciplina do espaço público. Ainda que sempre é possível através de iniciativas pontuar estar tocando aspectos particulares da poluição visual, seria importante que aqui tratássemos a questão no seu todo. Paralelamente a esse projeto foi elaborado um projeto que disciplinava a inserção dos anúncios na propriedade privada. Depois que ele foi discutido na Comissão de Proteção da Paisagem Urbana e contou com essa pressão dos grupos de interesse. Eu trabalhei por dois anos e senti grande dificuldade em lidar com interesses muito bem representados e fortemente representado sob o pon-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 172 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário: *[assinatura]*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
8.9	3	ant.	pol.	3.1 0		

to de vista da presença mas também do ponto de vista do embasamento técnico e o interesse difuso da cidade muito mal representado. Esperar que os técnicos do executivo representem esse interesse é muito pouco.

Alguns aspectos desse projeto, como a contrapartida pela inserção de um grande espaço numa mensagem publicitária é pouquíssimo explorada na disciplina dos anúncios. Eles têm taxas diferenciadas segundo o tipo de anúncio, mas não em relação à área que ocupam. Você pode ter anúncios luminosos com o dobro do outro pagando a mesma taxa. Isso é um erro do uso incoerente e ineficientes e ineficazes desses anúncios que sobrepõem na cidade. Até pessoas ligadas na exploração dessa atividade reconhecem que eles perdem a eficácia, se depreciam. Muitos empresários da área discutiram com certo interesse a redução dos anúncios com regras claras e permanentes que poderiam valorizar os espaços onde é possível explorar a publicidade.

Um aspecto fundamental para que seja possível implementar qualquer uma dessas medidas é a forma de gestão e descentralização. É a possibilidade de se ter desenho local. Isso facilitaria o controle social. Quer dizer, a possibilidade de estar gerando idéias e fazendo projetos de forma localizada permite um acompanhamento de controle social muito mais efetivo. A questão do fundo, da gestão central e da composição do conselho merece ser mais discutida. Mas vejo nesse projeto e na possibilidade de juntar a esse um projeto de anúncio com as mesmas características algo muito interessante para a cidade.

A SRª. ANA LÚCIA - Queria destacar a importância desse projeto porque ele vem atender a uma lacuna que existe no ordenamento geral do espaço urbano. A gente não tem regras minimamente consolidadas para o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 173 do proc.
PAULO 56 de 1925
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
AB.9	4	ant.	pol	3.10		

uso do espaço público. Ao contrário do que se vê hoje é que o espaço público é o espaço onde acontece a maior quantidade de conflitos. Todos os conflitos sociais parece que têm uma expressão muito clara no espaço público. É um espaço de conflitos, por um lado, e por outro não se tem nada de ordenamento de uso de ocupação desse espaço. A gente tem uma lacuna na legislação e esse projeto vem como uma espécie de ordenamento do espaço público que seria uma regra básica para se estar trabalhando na cidade, porque o espaço público, hoje, é uma terra de ninguém onde desembocam todos os conflitos da sociedade. O espaço público está deteriorado, não apenas fisicamente, mas em todos os níveis da vida social. Recuperar esse espaço talvez seja recuperar o sentido do coletivo, da coisa comum. É um acaminho que vai contemplar muitas questões.

Em relação ao projeto, especificamente, parece que na parte de conceitos, em princípio ele atende uma demanda, mas na parte ~~de~~ de conceitos poderia ser melhorado alguma coisa para definir mais claramente o que trata esse projeto, que seja de fato do espaço público e de tudo o que está em cima do espaço público, porque na hora que a gente fala de paisagem, de espaço público, talvez mistura um pouco os projetos de anúncio onde a gente já tem algum ordenamento, apesar de precisar de melhora e de fiscalização, mas existe uma legislação que regulamenta a colocação de anúncios mas não existe... só existe proibições gerais de espaço público. Acho que precisa um

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 174 do proc.
N.º PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A10	1	emira	pol.visual	03.10.95		

aperfeiçoamento na questão de definições e conceitos para se definir bem claramente o espaço devigência desse novo ordenamento, que seria.

Finalmente, só destacando que a questão mais crucial de fato para isso funcionar, primeiro é ele existir, ser debatido, aperfeiçoado, e institucionalizado, e se tratar dessa questão da gestão, que foi destacada também pelo Zeca, porque se não houver um sistema eficiente de gestão, acho que as leis tendem a serem esquecidas, a não serem apropriadas pelas suas finalidades.

A SRA. BONA - (Assessoria Técnica da Câmara) - Eu gostaria de desenvolver um pouquinho mais as reflexões introduzidas pela colega Mirtes e Paulo Bastos.

Chamou-me muito a atenção que a população quase não percebe se tem mais ~~mais~~ ou menos anúncios por que está preocupada em não dar trombada, nos seus trajetos.

Também me chamou a atenção a preocupação do Paulos Bastos com a questão, bem, vamos imaginar que tenhamos uma lei bem melhor, mais completa do que temos hoje, e isso não tenho dúvidas que se possa chegar lá. Mas, como é que fica a questão daquilo que ele chamou, de forma muito elegante, de flexibilização da lei, em função dos interesses envolvidos?

Eu queria apenas lembrar um pouco, na minha visão pessoal, qual é o patamar em que estamos na cidade de São Paulo. E para ver que pelo menos moral, ~~porque~~ hoje o poder público tem para ditar regras aos agentes privados. A questão do espaço público. Nós temos a figura da permissão de uso do espaço público, que deveria ser uma coisa a título precário,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 175 do proc.
RAULO 36 de 1990
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
ALO	2	emira	pol. visual	03.10.95	bona	

um ato unilateral do poder público, que pode ser revogado de qualquer maneira, ele foi transformado ao longo de dezenas e dezenas de anos numa forma de doar espaço aos particulares. Temos hoje áreas públicas e nunca mais se consegue recuperá-las porque aqui temos o "capião" fantásticos, temos áreas que vira permissão, que depois vira prazo determinado, até por 30, 40 anos, isto é, para evitar ter que passar por uma lei, nós temos já uma tradição de uso da permissão de uso a título precária totalmente desfigurado.

Outra coisa é a questão dos casos em que as leis existem. Eu vou lembrar o caso, por exemplo, das bancas de jornais. Lei para banca de jornais existe. Agora, a gente pode andar pela cidade e pode perceber quantas bancas de jornais... (ininteligível)... Eu me lembro de ter participado de uma reunião lá no centro, em que pessoas da prefeitura diziam que toda a vez que tãtam mexer com as bancas de jornais não conseguem. Está, já dentro da lei, o direito hereditário dos donos de jornal. Curiosamente, tem numa lei municipal a figura do herdeiro que pode se apresentar para receber em herança a permissão.

E finalmente, ~~quero comentar~~ não quero comentar, mas vou apenas lembrar qual é o ^{nicho} ecológico da regulamentação dos ambulantes. Porque, por coincidência, estamos terminando agora uma comissão parlamentar de inquérito sobre essa questão da regulamentação dos ambulantes, e realmente parece que estamos em dois planetas diferentes: o planeta desta mesa e o planeta daquilo que acontece lá na rua, nos embates por aí. Então, tudo isso é para lembrar que acredito que..., queria reforçar essa idéia de que talvez a nossa preocupação principal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 176 do proc.
PAULO de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
ALO	3	emira	pol,visual	03.10.95	bona	

seja em tentar ver que tipo de ação pode ser desenvolvida para melhorar um pouquinho que seja a viabilidade política, a viabilidade administrativa de alguma regra um pouco mais aperfeiçoada que se faça.

O SR. CÂNDIDO MALTA - Eu queria que alguém pudesse, talvez a Mirtes mesmo, como é que foi pensada a ^{questão} ~~questão~~ dos ambulantes, porque acho que a Bona levantou uma questão importante.

A SRA. MIRTES - De qualquer maneira, acho que vou lembrar outra vez que da mesma maneira * como nesse projeto a gente queria já ter influído a questão dos anúncios nas edificações, porém não havia espaço, na medida em que já tinha um projeto do executivo na questão dos anúncios, que a gente não podia colocar a questão das bancas, porque as bancas também estavam com uma legislação específica, a gente só colocou a questão do distanciamento entre as bancas, a questão dos ambulantes agente entrou de forma disfarçada. A gente classificou tabuleiros, bancas, genericamente, como elementos acessórios. Naquela escala, está no último nível. Então, como elemento acessório, deveria ter uma permissão da instância local para poder se instalar. A gente entrou por baixo do pano porque não tinha jeito, a gente pensou no assunto, mas não dava, politicamente, para inserir porque já tinha decreto. Então, a gente colocou dessa maneira, a gente classificou como elemento acessório, que é um elemento acessório realmente, uma coisa que não é básica, não é necessária, que nem jardineira, é bonito, mas em alguns lugares. Então, para entrar sempre, todo elemento acessório tem elementos acessórios, e os elementos especiais, que é outra categoria, que só entra com projeto integrado de área. Então, isso seria uma maneira



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Protocolo N.º 177 do 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AF. E
ALO	4	emira	pol visual	03.10.95	mirtes	

ra da lei sendo aprovada, a gente tentar uma disciplina na colocação. Não elimina, acho que eliminar é complicado, é uma questão de criar uma forma de disciplinar. A gente estava criando uma hipótese de poder disciplinar.

O SR. ZECA m Queria fazer uma observação com relação às bancas de jornais e com relação...para inclusive que as bancas sejam consideradas, naquela levantamento que o Cândido citou. Existe um projeto de lei do ano passado, e a Bona deve ter tomado conhecimento, mas o ano passaso eu analisei um projeto de lei de autoria de um vereador, mas que teve sua origem provavelmente no sindicato que reúne os proprietários de bancas de jornais. Ali a gente vê claramente como esse tipo de permissionário do espaço público encara o espaço público e encara a sua permanência ali. Quando eu li o projeto, não dava nem para fazer um parecer, dava vontade de rasgar o projeto, e não fazer o parecer. Eu fiz um parecer contrário ao projeto, explicando as razões do parecer contrário,. Basicamente, o projeto previa uma ^anistia a praticamente todas as bancas irregulares, mantinha a questão da hereditariade e mudava, por ~~q~~ uma questão de sucessão. Quer dizer, a ~~q~~ pessoa que tinha podia passar para um outro, sem nenhum laço de parentesco, ampliava a questão do laço de parentesco essa sucessão ~~eram~~ ampliada com outra forma de sucessão da permissão, e falava, mencionava a possibilidade de licitação para o primeiro ano do ponto do primeiro ano, mas de pois do primeiro ano, o pagamento era feito com uma taxa, se não me engano, parece que 5 UFMs por metro quadrado, ou 2 UFMs por metro quadrado, para ~~g~~ pagar porf todo o resto da vida em que a banca perma-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR/INICIADOR	CONT. APARTE
A10	X 1	emira	pol. visual	03.10.95	zeca	

necessidade naquela lugar. Era uma coisa irrisória, não previa mobilidade, quer dizer, um absurdo. É interessante que esse projeto de lei seja considerado... é assim que o permissionário encara a sua permanência no espaço público. E eles têm realmente poder, detêm o poder de influenciar a dificuldade de fiscalizar esse tipo de atividade é incrível. Só quem teve a experiência na prática sabe a dificuldade que é mexer com esse tipo de influência de interesses.

O SR. RICARDO TRÍPOLI - Eu sinto nesta reunião que estamos discutindo 3 pontos, o projeto de anúncios, do Madeira, e gostaria também de informar que recebemos também um projeto de lei do Vereador José Índio. Eu pedi que tirasse xerox e será entregue a todos vocês, que também em cima do projeto do Arnaldo Madeira, sobre anúncios.

Temos o projeto da ex-Prefeita Luiza Erundina, que foi discutido até agora aqui, e temos também a compilação das leis e decretos feitas pelo Cândido Malta. Por um lado, temos esses três itens de discussão. Em seguida, sentimos a necessidade de viabilizar alguma proposta por esta Comissão, com as dificuldades todas dos "lobbies", como foi dito por Bona, como foi dito por todos aqui. Quer dizer, é uma questão que temos que trabalhar no conjunto. E conversando há pouco com E Paulo Bastos, eu faço uma indicação à Mesa, que poderíamos primeiro fazer o resumo de uma minuta de proposta desta comissão, e depois marcaríamos a audiência com o Presidente da FIESP, para poder demonstrar a nossa preocupação ao Presidente da Federação do Comércio, sindicatos, associações de publicitários, para poder envolver quem de fato, não digo que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 178 de 1995
 N.º 36 de 10

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	2	emira	pol.visual	03.10.95	tripoli	

está do outro lado, acho que temos ~~e~~ quem pensar no conjunto, como temos discutido aqui, porque as dificuldades que vamos encontrar em todas essas propostas que têm o nosso aval, dos Vereadores, tenho certeza, pelo menos, dos que fazem parte desta Comissão, será muito difícil uma aprovação e a sanção do Sr. Prefeito se não nos conscientizarmos e não ~~xxx~~ procurarmos trabalhar todo o ~~xxx~~ conjunto da sociedade, que são os empresários, e como o Paulo Bastos colocou, a própria população está perdida. Foi dito aqui que cidade não está mais legível, e dificulta até a proposta de publicidade. Então, eu coloco uma proposta à Mesa, no sentido de ... O Cândido Malta disse que em 3 x horas quem sabe, na semana que vem, ele teria essa compilação das leis e decretos. Depois, em cima do projeto Arnaldo Madeira, e desse projeto, que não sei ~~x~~ como poderíamos chamar, "Uso do espaço público?", então a sugestão que a Comissão faça via o seu relator, o Vereador Maurício Faria, uma minuta de proposta, quem sabe, para poder encaminhar, quer dizer, não está fechada a questão e abro a palavra para discutir essa proposta. Com a palavra Maurício Faria.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Eu acho que foi apresentado esse projeto de lei, que trata do uso do espaço público.

Nós teríamos que ter, em algum momento, uma apresentação e comentários sobre a legislação de anúncios, que teve toda uma tramitação e também um grande impasse, porque a verdade é que as últimas elaborações não frutificaram, do ponto de vista de se tornarem efetivamente uma lei. Eu acho que deveria centrar do ponto de vista da elaboração legislativa, nesse projeto, na discussão sobre lei de anúncios e na possi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 180 do proc.
N.º 36 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
All	3	emira	pol. visual	03.10.95	faria	

bilidade que foi levantada pela Rosa Klias, de se propor uma legislação unificada. Quer dizer, a idéia de um código visual, enfim,

A vantagem de ordenar uma legislação, de englobar uma legislação em um código é que inclusive evita-se ou dificulta-se essas inserções aleatórias de projetos que surgem sem estarem situados no contexto do que seria um código, porque quando se classifica como código, tem uma tramitação mais exigente, a audiência pública, etc.

Isto, do ponto de vista da elaboração legislativa. Ainda dentro disso, eu acho que seria importante que houvesse um momento para ouvir, porque há uma interferência muito grande. Na verdade, por que é que essa legislação ela não evolui como gostaríamos? Acho, em primeiro lugar, porque a consciência social dessa questão é ainda incipiente. Esse é o dado, a meu ver, mais importante. Enquanto que para outras questões de qualidade de vida urbana, ~~já há um respeito, por exemplo,~~

~~uma diretoria...~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CITADO	CONT. PARTE
Al2	1	regina	pol. visual	3.10.95			

já há um despertar, por exemplo, uma árvore vai ser cortada, alguém reclama. Isso significa que a população ainda não tem consciência que a paisagem urbana é um elemento importante na qualidade de vida. Então, teria de ter um processo de despertar dessa consciência. Além disso, há uma ação, para ser bem franco e objetivo, muito influente dos interesses econômicos, sobretudo da publicidade, que atua no espaço urbano. Nós sentimos um jogo de pressões muito intenso, e isso influenciou bastante a tramitação dos projetos. Então, é importante trazer. Eu, por exemplo, gostaria de ouvir se há representantes desses segmentos, e como é que se vê isso. Se há essa visão, essa ótica mais civilizada de que essa parafernália de anúncios é contraproducente, inclusive do ponto de vista de uma visão publicitária mais consistente, moderna e eficaz. Então, ter um momento de diálogo com esses segmentos.

Uma outra questão que me parece muito importante é discutir a fiscalização, a gestão e fiscalização, porque eu acho..., não no sentido de uma CPI, de denúncia, não é isso. Seria uma discussão conceitual, porque o problema da fiscalização no Município de São Paulo, é um problema seriíssimo. Está presente na questão dos anúncios, está presente na questão dos usos, e o Cândido é um paladino da luta contra os usos não conformes; e há necessidade de se discutir. Porque discutindo a fiscalização para a legislação referente à anúncios, é possível também trazer elementos para discutir a fiscalização de um modo geral. A meu ver, temos de discutir especificamente: como é que se deve tratar a questão da fiscalização? Ela é uma fiscalização despreparada profissionalmente? Os quadros são insuficientes quantitativamente? É uma fiscalização que não prevê mecanismos de controle social, de participação social na fiscali-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1836 de 10/10/95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al2	2	regina	pol,vis.	3.10.95		

zação? Não há mecanismo institucional de fiscalização social da fiscalização estatal. Então, essa seria uma das únicas formas, é um instrumento um mecanismo fundamental para tornar mais eficaz a fiscalização. E também uma discussão sobre a especialização da fiscalização, remuneração da fiscalização, como tratar isso. Acho que valeria a pena ter uma sessão em que a gente pediria a colaboração dos nossos convidados, para trazer pessoas que nos forneçam essas elaboração, idéias, como é que funciona em outros países, em outras partes, como é que essa questão? Acho que não adianta avançar a legislação se não avançarmos os controles e a fiscalização. E por último, acho que uma parte seria a elaboração legislativa, outra parte, gestão, controles, e fiscalização. Terceiro: a educação, vamos dizer, o que se poderia propor para fazer ou avançar a consciência social. Eu acho que a experiência do Searochi(?) foi muito importante, mas poderíamos retomar a idéia de efeito demonstração, ver se sensibiliza todo esse movimento do Viva o Centro, etcêtera, ver se seria possível formular uma proposta de uma experiência, em perímetro, mais restrito, em que houvesse uma aposta dos vários agentes sociais e econômicos, para se implantar uma experiência para efeito da demonstração. Aí, inclusive, o setor de publicidade poderia estar participando. Eu tenho pensado um pouco nos rumos da comissão, já que o prazo é curto, talvez pensarmos alguma coisa nesses três objetivos. Ou seja, que a comissão produzisse indicações, ou sugestões, de um aperfeiçoamento da legislação; que ela tentasse levantar, pelo menos, uma discussão sobre gestão, controle, e fiscalização; e a questão da educação da população, do despertar de uma consciência social. Que proposta poderíamos ter de uma experiência, ou de um programa, que sensibilizasse o próprio Executivo para avançarmos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 183 do proc.
N.º 36 de 13/95

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Al2 3		regina	pol.wis.	3.10.95		

O SR.PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Só um aparte dentro das palavras do Vereador Maurício Faria, na última reunião, que foi somente entre os Vereadores, nós deliberamos o seguinte: no próximo dia 10, terça-feira, nós vamos ouvir os que fazem parte da propaganda, quer dizer, quem gera essa publicidade; e no dia 17, nós vamos ouvir a fiscalização, como Sehab, Caðan(?), SAR, regionais, enfim, acho que a proposta é muito positiva.

O SR.MAURÍCIO FARIA - Só um adendo. Eu acho que na questão da fiscalização, além de ouvirmos os órgãos que são responsáveis por ela, acho que era importante que a gente conseguisse trazer contribuições de pessoas que tenham pensado isso, quer dizer, porque não podemos trazer só o registro de como é, acho que teríamos de trazer as sugestões de como deve ser, o que precisaria ser mudado. Era bom vermos quem tem algo elaborado sobre isso, que experiências poderiam ser trazidas.

O SR.PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Então, eu acho que devemos estar abertos tanto às sugestões do conselho, dos Srs. Vereadores, a indicar para o dia 10 próximo pessoas ligadas à propaganda; e para o dia 17 pessoas ligadas à fiscalização, as normas.

Passaria a palavra para Ana Martins e, em seguida, ao Vereador Gilson Barreto.

A SRA.ANA MARTINS - Gostaria de levantar algumas preocupações. Eu considero que a comissão está trabalhando de forma interessante, mas a complexidade do assunto é grande. Então, me vem na cabeça, aliás na instalação eu levantei isso, que a gente definindo o que nós queremos desta Comissão, sintonizados com esse grupo de técnicos, de tanta qualidade e que contribuem tanto conosco, é que nós também fôssemos deixando claro o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

N.º 184 do proc.
56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O TORADORITIO	CONT. APARTE
A13	4	regina	pol.visual	3.10.95		

que nós queremos com esta comissão. Além de analisarmos projetos de lei em tramitação, porque isso já é uma grande contribuição, mas como têm pessoas especialistas, e estudiosas, que aprofundam mesmo a questão, se nós iríamos, o objetivo final seria mesmo a gente, e eu me lembro que alguns colocaram isso na primeira sessão, avançasse em termos de melhorar mesmo a produção legislativa da Casa. E mesmo que contribua mais para conseguirmos que o Poder Público trate essas questões com uma outra concepção. Mas eu tenho, e vou falar das minhas preocupações, eu não sou especialista no assunto, e é por isso que escuto todos com muita atenção e me esforço para compreender um pouco mais, e tenho buscado ler tudo que eu posso para ajudar a contribuir. Mas ainda não tenho claro, e como eu sei que aqui tem opiniões diferentes, se é melhor que caminhemos para um Código do Meio Ambiente, ou não. Eu até ouvi na outra sessão a opinião de alguns, e eu gostaria que a gente construísse uma opinião coletiva, por que sim, por que não, qual seria o mecanismo melhor. Mas a preocupação que levanto de novo é a seguinte: como sociedade, como a nossa população é tão pouco trabalhada do ponto de vista da educação do meio ambiente também, além de outras questões, toda legislação que não é assimilada pela população, e eu não estou dizendo só sobre os setores populares, estou dizendo também do empresariado, os interessados na questão da propropagando. Então, sou da opinião de que não devemos apressar demais os trabalhos de uma comissão. E às vezes a gente trabalha em uma etapa, convoca uma audiência pública, chama lideranças populares, porque também temos o papel educador de ir ganhando na sociedade, nos diferentes setores, além das lideranças populares, setores do empresariado, etcétera, uma nova concepção de enxergar a cidade. Eu sou assistente social, eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 185 do proc.
N.º 56 de 1995
CORADOR HATARI CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	CORADOR HATARI	CONT. APARTE
A13	1	regina	pol. visual	3.10.95		

tenho 30 anos de trabalho com a população, aliás, 40 anos. Mas eu, depois que tornei Vereadora, tenho aprendido muito. Tudo aquilo que não é meu ramo, não é meu campo, com os especialistas, porque nós temos tido o cuidado de ouvir. Mas me preocupa que isso vai muito pouco para a população, porque o que se faz na Câmara não é divulgado, nós Vereadores não podemos legislar sobre os meios de comunicação. Porque, senão, com certeza, eu mesma já teria feito um esforço de que as sessões de interesse da cidade, fossem pelo menos transmitidas de 10 a 15 minutos, tipo que teve na constituinte, porque durante cinco minutos, todos os dias, as diferentes forças tinham direito a falar, transmitiam alguma coisa. Sei que municípios do interior já conseguiram fazer isso, São José Dos Campos, divulgam as sessões. A minha preocupação é que a gente não apresse, se chegar o momento que temos de suspender, retomar daqui a um mês, dois meses, ou coisa semelhante, mas que a gente intermediasse com coisas mais públicas, além do rico trabalho que vem sendo feito. Porque, assim, também nós nos habituamos que tudo que se aprofunda não deveria ser só nosso, nós deveríamos ir vendo os mecanismos, ir chegando nos diferentes setores. Porque eu acho que isso é educação para democracia, a democracia nossa é muito restrita e o domínio do conhecimento então é um funil, que cada vez que se aprofunda uma determinada coisa, eu fico pensando: que pena que é de tão poucos, que pena que atinge poucos. E não vamos conseguir uma sociedade, com outro nível se esse conhecimento não forma democratizado em nível algum. A minha preocupação é essa. Uma é que eu gostaria de acumular mais a discussão, se ou para onde queremos chegar, realmente é apaeifeioar a legislação, é caminhar para um Código. Acho que não precisa ser fruto de uma discussão só, mas que a gente fosse discu

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 186 do proc. N.º 56	95
ORADOR	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A13	2	regina	pol.visual	3.10.95		

tindo o que é melhor, eu também não tenho claro ainda; e também que nós víssemos algumas atividades, que essas coisas fossem ficando, e não todas, mais..., que com o produto a gente fizesse alguma audiência pública. Não dá para fazer muitas, mas este ano, uma; o ano que vem, outra. Deu para entender? Não são coisas que atropellem, porque todos estão aqui contribuindo voluntariamente, e tem seu tempo restrito, nós também temos acúmulo grande, mas essas são minhas preocupações. Eu estava até dizendo para o Cândido Malta, olha, o dia que eu peguei a Avenida Imperador em São Miguel, e que ocorrido urbanização, até boa, que foi feita agora, naquela avenida, mas, de repente, enfiaram aqueles suportes, protetores das árvores que foram plantadas, uma quantidade tão grande, um verde tão estúpido, que naquele dia, aquilo lá é uma poluição para os meus olhos, eu acho que é uma poluição para a cidade. Depois eu vi que no centro, a atual Gestão está colocando os suportes brancos. Mas na periferia, que é pobre, aquele verdão horrível. O Aricanduva todinho, uma coisa tão sem... Como legislar melhor para que também o Poder Público se discipline um pouco? Eu estava dizendo também do tamanho das placas da obra da Jacu-Pêssego. Tem placa desse tamanho, naquele parede, que absurdo. E você pega o Jacu-Pêssego e tem mais de 100 placas, imaginem o desperdício do dinheiro público! Nós temos que pensar nisso...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 0.º 189 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONF. AFORTE
Al4	1	morg.	poluição vis.	3.10.95		

~~.....~~
~~.....~~
~~.....~~
... Proporcionamente ao tamanho da obra que o poder público faz é descabido a propaganda que é feita daquilo. Se a gente pega o Cingapura na Marginal, a cada dez metros o tamanho da placa do Cingapura, aí todo mundo, outro dia o meu marido disse- onde é o Cingapura, tanta placa. É ali atrás. Mas polui tudo com a propaganda. Acho que são questões importantes e vou trazer muita questão que a gente vai vendo, moro na periferia, tenho 30 anos de trabalho com a população e acho que deveria entender as minhas preocupações, que a gente não tenha pressa, mas que a gente produza alguma coisa que vai ajudando interferir um pouco não só na concepção do poder público, a concepção nossa de vereadores, que isto aqui ainda é triste para produzir alguma coisa melhor para a população da cidade e também a gente vai vendo alguma coisa que vai chamando a população pra discutir.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Gostaria de informar que recebemos da assessoria do Vereador Eder Jofre, que ele está com um problema com um neto então ele não pode vir conforme a convocação. Em relação ao que a Vereadora Ana Martins colocou, um adendo, o código de meio ambiente já está pronto na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, a caminho da Câmara Municipal. Quem sabe é o espaço para a gente trabalhar essa questão.

A Sra. Ana Martins - Significa que esta comissão vai ter muito trabalho e não deveria ter muita pressa.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - A minha preocupação em relação ao tempo é que a Comissão Parlamentar de Estudos tem 60 dias



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 199 do proc.
N.º 36 de 10
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRABASTE
A14	2	morg.	poluição vis,	3.10.95		

para poder se manifestar e não poderá pedir mais tempo, Pelo menos que nós nesta comissão em 60 dias com o relator Maurício Faria alguma proposta concreta, poderemos retomar a comissão ou senão trabalhar essa questão na Comissão da Política Urbana, mas a nossa comissão terá 60 dias para discorrer a respeito dessa matéria. Tem a palavra ao nobre Vereador Gilson Barreto e em seguida ao Paulo Bastos.

O Sr. Gilson Barreto - Vejo o papel desta comissão, o início de um processo e não tem razão de ser em 60 dias se concluir um trabalho tão significativo quanto esse. Acho que depois dos 60 dias pode se requer novas comissões e por etapa ou por assunto e realmente isso dentro de um ano não vai se conseguir chegar a um denominador, principalmente numa cidade tão desordenada que hoje é totalmente loteada e os donos dos distritos fazem e desfazem, realmente, são coisas absurdas que a gente vê por aí principalmente na periferia e quando os mandantes são as pessoas totalmente despreparadas da questão da administração da coisa pública. A questão da fiscalização acho que é importante uma discussão em função disso, mas em função de projetos de punição, a punição melhor não seria para a fiscalização e sim para os detentores da fiscalização, esses que eu acho que são as pessoas mais responsáveis dentro desse processo. É um absurdo quando você passa nas esquinas a distribuição desses panfletinhos, de modo geral, acho que isso é um atentado ao ser humano, você está num carro recebendo aquele negócio, crianças distribuindo e correndo o risco de vida, acho que isso aí é um absurdo total. Quanto as bancas de jornais eu tenho uma posição já formada, acho que as bancas de jornais hoje não têm mais razão de ser instaladas nas ruas acho que banca de jornais hoje é um comércio e teriam que ser instaladas em salões comerciais. Hoje se constrói tantos conjuntos comerciais, porque não ter



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Forma N.º	197	do proc.
N.º	56	de 1995
O	LABORATÓRIO	CON. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
Al4	3	morg.	poluição vis.	3.10.95		

uma portinha para colocar a banca de jornal. Acho que isso não tem mais razão de ser a não ser em casos excepcionais como em praças, algumas praças podem ter bancas de jornais hoje por esse contesto. Quanto a prestação você encontra na economia informal pega uma avenida e não tem um local para atravessar a avenida tem que passar um quarteirão, isso acho que é uma afronta também em função de não só de visual mas o problema geral, isso tem que ser realmente ordenado. Outra coisa que não estamos atentos hoje são os loteamentos irregulares acho que hoje a poluição, esses loteamentos irregulares o poder público tem que chamar para si e resolver o problema, esses loteamentos não têm áreas para construção de equipamentos públicos, não estão existindo ruas, o pessoal constrói até no meio da rua, enfim, o que será desta cidade, principalmente na periferia, que amanhã participará do contexto geral, como ficarão esses bairros amanhã e temos exemplos de há vinte anos atrás próximo ao centro era um bairro que começou as construções hoje vamos considerar perímetro urbano central e esses bairros hoje que estão sendo construídos, essas casas, esses bairros em loteamentos irregulares, amanhã participará do centro urbano da cidade e como vamos ficar? Acho que o problema é polêmico e requer bastante tempo e a preocupação acho que está além das nossas preocupações, além dessa legislação. Agora, não tenho dúvida que a culpa maior é do poder público, não é do munícipe. O munícipe é ordeiro, aceita desde que coloque as regras, O poder público faz tudo, pode tudo, pelo que vemos, o serviço público, execução de obras, que atentado ao munícipe, com placas, material, vai passar numa calçada, o material toma toda a calçada você tem que dar a volta até no quarteirão para poder passar, não tem lugar, para uma pequena obra. Hoje as empresas prestam serviços



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A15	1	morg.	poluição vis.	3.10.95		

o material retirado fica no meio da rua cinco, dez dias e a população passando por cima. Acho que o problema abrange outros fatores e realmente depois dessa comissão seria em função de relatório, propor novas comissões para detalhar bem o assunto dentro desse contexto.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Antes de passar a palavra ao Paulo Bastos, queria lembrar que no dia 10 nós vamos ouvir todos os relacionados com propaganda. Quem tiver sugestão a fazer faça até amanhã para que possamos convocar e fazer parte da agenda. Por problema de saúde em casa, vou ter que me retirar e passa a Presidência ao Vereador Maurício Faria. Tem a palavra o Sr. Paulo Bastos.

- Assume a Presidência o Sr. Maurício Faria.

O SR. PAULO BASTOS - Queria me reportar que as questões colocadas aqui pelo Maurício, pela Vereadora Ana, é o seguinte, eu estou vendo com preocupação o trabalho da comissão para que ela produza efeitos esperados do ponto de vista de prazos e por outro lado produza efeitos de socialização de conhecimento e ~~se~~ cumpra a tarefa didática que essas coisas devem ter. Primeiro, acho que todas as obras e intervenções que estão sendo feitas em São Paulo hoje e não são pequenas e são locadas em vários bairros, basta ver a última publicação do Instituto de Engenharia com as obras que estão sendo feitas em todos os lugares, isso está suscitando uma série de contestações dessas obras e de articulação das populações localizada em relação a essas questões que são intervenções que são feitas à revelia dessa discussão. Estamos vivendo uma organização desse tipo no Alto de Pinheiros em função das obras, sei que o pessoal das cercanias do Ibirapuera está se movimentando em relação às obras de lá, o pessoal do Morumbi, então, são de bairros mais nobres, de pessoas que tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 0.º 193 do proc.
N.º 36 de 1989
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
Al5	2	merg.	poluição vis.	3.10.95		

um nível de compreensão maior e eu acho que existe um clima de discussão sobre essa questão das intervenções na cidade. Isso potencialmente é uma coisa muito importante, muito boa para se discutir, a cidade dentro dela, essa questão da paisagem urbana. Acho que temos nas diversas associações de moradores que estão começando a se movimentar pontos de apoio de divulgação e de possível participação na discussão em relação as questões da cidade e questões urbanas. Em segundo lugar, acho que a mídia é um elemento importante da divulgação para as pessoas das questões. Não sei em que medida a comissão de vereadores tem, possibilidade em contato com a mídia começar a jogar para os jornais, pelo menos a mídia escrito, a questão dessa discussão, que a Veja teve isso como matéria há algum tempo atrás e que suscitou uma série de repercussão. Na medida em que a comissão possa propor alguma coisa, ou propor algum nível de discussão, a comissão dos vereadores, poderá jogar na mídia essa discussão e começar tentar a discutir. Não sei se eventualmente uma rádio tipo Jovem Pan, Jornal da Tarde pode incampar uma campanha que possa fazer de discussão da paisagem urbana no sentido que estamos discutindo aqui que possa ser um veículo de divulgação. Essa questão do projeto piloto que pudesse ser discutido com o Viva o Centro, ou qualquer coisa desse tipo é um elemento importante de divulgação e de discussão e é um elemento positivo na medida em que diz esse trecho da cidade é passível, temos que divulgar o que foi feito no Arouche, Sé, analisar outros locais da cidade onde se devesse discutir essa questão do equipamento urbano, como foi colocado, usando a conceitualização para ver se se pode reordenar, porque o Viva o Centro saiu para restaurar fachadas de edifícios e ao mesmo tempo que disciplinava o uso. Então, esses são elementos positivos que geram fatos jornalísticos através.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata No. 124 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. ABATE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABATE
A15	3	morg.	poluição vis.	3.10.95		

dos quais pode se colocar a discussão na rua. Não é só a audiência pública, as que eu participei em coisas que eram extremamente importantes como Faria Lima, a repercussão, a participação embora numerosa localmente foi pequena do ponto de vista do conjunto da população. Então, acho que tem que se associar, audiência pública é ~~em~~ uma, mas as ações na mídia são outras. Então, vejo seguinte, tem quem ser simultânea uma ação, ~~em~~

~~tem quem ser simultânea uma ação, em~~

~~tem quem ser simultânea uma ação, em~~

~~tem quem ser simultânea uma ação, em~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 195 do proc.
N.º 66 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT./CAPTE.
Al6	1	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

quer dizer, a gente vai ter que combater a sombra, quer dizer, não dá para ficar esperando ficar pronto para ter as ações que são já de combate. Então acho que tem que ir discutindo a legislação, e tudo o mais, ao mesmo tempo em que se arma uma estratégia de gerar fatos que a mídia venha dando respaldo, coloca-se essa questão na ordem do dia, está certo? E o contato com as associações de moradores que estão se movimentando é um fato importante no sentido de apoiar a repercussão pela mídia, inclusive. E as pessoas vão compreender que a Cidade não são só obras, ela é obras, ela é todo esse equipamento que está sendo colocado, é todo esse conjunto que está fora da nossa discussão enquanto cidadãos.

Então eu acho que são coisas simultâneas; do ponto de vista do resultado que a Comissão venha a produzir eu não vejo, assim, que ela - e é um pouco difícil você chegar, digamos, a uma decisão sobre um projeto de lei, um código, mas ela pode chegar a uma série de recomendações. No seu final ela pode fazer uma série de recomendações muito embasadas conceitualmente, com muita clareza, e com muita objetividade, e essas recomendações, à Câmara, e tudo o mais, que ela venha a fazer, enquanto Comissão, podem gerar outras consequências, quer dizer, como o Vereador estava colocando.

Então eu tenho uma certa angústia, que eu compartilho com todo mundo, mas acho que reduziria essa angústia à sua real dimensão, ou seja, nós podemos produzir recomendações, e mais do que tudo, eu acho que a gente tem que produzir fatos, gerar fatos públicos, gerar fatos na mídia através das propostas à discussão, e tudo o mais, de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	196	do proc.
N.º	56	de 1995
Orador	Funcionário	
CONT.	APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A16	2	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

quem traga aqui para discutir. Era um pouco isso.

O SR. CÂNDIDO MALTA CAMPOS FILHO - Primeiro, quero apoiar tudo o que o Paulo Bastos colocou, com todas as propostas por ele feitas; eu só chamaria a atenção para a idéia do Plano Diretor de Bairro, como um instrumento de aglutinação local dessas forças e desse debate, como instrumentos, a gente fazer levar essas idéias a um nível muito local, ainda mais em uma cidade gigantesca como São Paulo, chegar no nível, como nós fizemos lá, no Alto de Pinheiros, que o Paulo é lá da Associação de Moradores, fizemos um debate lá, eu acho que foi exatamente colocando essas questões, mas colocando também, e ressaltando o que o Paulo já disse, a Cidade, na medida em que cresce e se transforma, provoca situações em que uma legislação que não leve em conta esse processo ficarão a reboque de muitas realidades.

Eu só quero chamar a atenção para esse vínculo que o Paulo já lembrou. Tudo indica, por exemplo, que a atual Administração joga tráfego em cima de certos bairros, ela quer isso, para produzir um tráfego que vai gerar uma pressão para que haja uma mudança de uso do solo, quer dizer, uma mudança especulativa no sentido de gerar valorização.

E atrás disso vêm os anúncios, por exemplo, na Avenida Brasil, que eu acho que é um caso claro de que isso está em processo, em ocorrência, na Avenida Brasil agora a última palavra são anúncios eletrônicos, que colocam ali, com aquela coisa que fica girando, com um alto apelo para quem está passando, quer dizer, a densidade de anúncios que está ali surgindo é resultado de um tráfego imenso que foi



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	funcionário CONT. APART.
Al6	3	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

canalizado para ali, e isso pode ocorrer no Alto de Pinheiros, nós estávamos discutindo isso lá, na Pedroso de Moraes, na Jayme Fonseca Rodrigues, isso está em curso, uma idéia nesse sentido, para provocar uma destruição de um zoneamento.

Então, há uma vinculação dessa legislação com essa transformação de uso que o Poder Público pode dirigir, e provocar. Portanto, nós temos de saber ligar(?) lidar(?).

Agora, discutindo um pouco a idéia do Código Visual, ou Ambiental, ou o nome que se tenha, para que ele pudesse ser bem completo teria de envolver a legislação do uso do solo, já que há uma ligação-não apenas legislação, o planejamento do fluxo de veículos - há, como ~~MM~~ acabamos de mostrar, eu acho que há uma ligação muito forte entre uma coisa e outra.

Quer dizer, o que a gente está preocupado - estamos preocupados com a paisagem urbana, com a questão da qualidade visual dela, que ~~inclua a dimensão estética~~ ~~inclua a paisagem urbana~~, até, não apenas de qualidade de vida, mas então inclua os aspectos estéticos, acaba, essa legislação, tendo de ser vista no seu conjunto determinante, ou controlador, dessa realidade inteira.

Quer dizer, há esse risco, eu diria, de se a gente quiser colocar num código, querer colocar tudo, acaba tendo de ser um plano diretor, então talvez a gente devesse criar um limite, criar um recorte, que fosse adequado para uma coisa mais visual, um código mais restrito um pouco, do tipo desse que estávamos falando até agora pouco, que entram anúncios, que entra mobiliário urbano, que entram esses elemen-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	TÍTULO	CONT. APARTE
Al6	4	Norma	Poluição Vis.	03.10.95			

elementos como foram aqui colocados, mas de alguma forma ligando à legislação mais geral, ligar à idéia do Plano Diretor, à idéia do fluxo de tráfego, à idéia do zoneamento, para a gente não perder abrangência, mas, ao mesmo tempo, não fazer algo tão enorme que acabou ficando impossível de ser manejado. -(aparte fora do alcance dos microfones)- Isso, como se fosse um patamar, para se atingir o mais geral, mas deixar isso muito claro, a gente não deixar de ligar as coisas, não deixar de fazer esses vínculos.

O SR. PAULO BASTOS - Eu acho que nesse quadro essa questão da fiscalização que você levantou ganha ^{uma} outra dimensão, porque só a fiscalização acredito mais dos moradores mesmo, os que estão sofrendo essa carga, quer dizer, eles é que são os maiores fiscais e que vão pressionar a fiscalização oficial para cumprir essas coisas.

Então eu acho que na medida em que se possa discutir, começar a discutir a coisa local, a descentralização que eu vejo é mais essa, ^{menos} ~~menos~~ ser da Administração Regional e mais ser dos moradores.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Eu vou falar alguma coisa, é o seguinte: eu acho que em relação à fiscalização concordo com o que o Paulo coloca, que o decisivo é exatamente a fiscalização feita pelas comunidades, o ~~acompanhamento~~ acompanhamento, a cobrança das coletividades ~~comunitárias~~ - sobretudo isso pode ocorrer no âmbito local, cobrando o Poder Público, mas ~~em~~ só isso também tem limites porque nós temos hoje uma realidade, por exemplo, na ZI, em que os movimentos de ZI têm inventários, dossiês fartos, documentadíssimos, sobre usos não conformes, isso tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 199 de pros.
S.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A17	1	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

um certo efeito, evidentemente, você coloca certas barreiras, mas o processo de multiplicação dos usos não conformes está em marcha, então ter-se-ia de discutir mecanismos para institucionalizar uma relação, vamos dizer assim, de participação das comunidades, das coletividades, das entidades na fiscalização, e de controle administrativo, processual, sobre o desempenho da Administração Pública, uma vez acionada por uma denúncia, não é ?

Então é algo que não basta, quer dizer, a atenção das comunidades e a participação, porque no caso dos usos não conformes já existe e não está, isso, por si só não — é claro que tem uma eficácia, tem um efeito, controla, em certa medida, mas a tendência geral tem sido o avanço da predação, não é ? Apesar dessa participação, no caso do Defesa São Paulo,

Então, eu queria dizer, sobre essa discussão mais geral dos objetivos da Comissão de Estudos — ela tendo sessenta dias — eu acho que no caso da legislação nós teremos de ir sentindo o que é que dá para avançar em sessenta dias, se é possível a Comissão sugerir um anteprojeto de código visual — eu acho que tem de ser algo do tipo código visual, para não ser nem tão esparramado nem tão restrito, e isso apostando na posterior tramitação ~~normal~~ legislativa, porque apresentar, ou sugerir, um anteprojeto não é algo pronto e acabado, ele teria, depois, de tramitar na Câmara, etc.

Eu acho que ^é a importância de retomar uma tramitação legislativa de algo que ficou trancado, não é ? Agora, me parece que um objetivo decisivo ^é o seguinte: ~~nesta~~ ^{nesta} Legislatura, essa questão da legislação



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABADOR	CONT. APARTE
A17 NNN	2	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

referente à disciplina do espaço público, do uso do espaço público, e a lei de anúncios, nada andou, e nada andou, quer dizer, em política é o seguinte - se tem um jabuti em cima da árvore, alguém colocou ali - então nada andou por que ? Porque há um jogo de interesses em que interessa que haja uma legislação confusa, dispersa, que a fiscalização seja ineficiente, não é ?

Porque havia um esforço de disciplinar, de avançar a legislação, e não era um esforço, vamos dizer assim, político-partidário, não era o esforço de um partido que estava no Executivo, havia um esforço de negociação, houve um processo exaustivo de negociações na Comissão de Proteção à Paisagem Urbana e se chegou a um projeto de lei que era resultado de negociações, não era uma iniciativa unilateral do anterior Executivo.

Na passagem dos governos é praxe o novo Prefeito, quando toma posse, retirar os projetos do Executivo anterior para reavaliação - isso é praxe, isso foi feito, é normal; agora, o fato é que retirou, o atual Executivo, e não mandou uma proposta sua, quer dizer, então houve a retirada no rol de um conjunto de projetos do anterior Executivo, e se criou um vazio, ou seja, o Executivo, ao retirar a proposta da Administração anterior e ao não enviar posteriormente uma proposta sua, isso tem uma sinalização, ou seja, no mínimo o atual Executivo não vê essa questão realmente como prioritária, não vê a necessidade de um aperfeiçoamento da legislação porque não se empenhou em enviar ao Legislativo um projeto de lei que expressasse a sua elaboração, a sua vontade, etc.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º	201	do proc.
N.º	56	de 1995
ORADOR	Conde	CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
A17	3	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

Por outro lado, nós estamos entrando em um período que me parece fértil para que essa discussão evolua, que é o período, vamos dizer, pré eleitoral, não no sentido partidário, no seguinte sentido: eu acho que os técnicos, que são os senhores, que têm uma interconexão forte com entidades, com movimentos da sociedade civil, nós teríamos que fazer crescer também essa preocupação de maneira que ela estivesse presente durante o ano de 96, se é uma preocupação que diz respeito à Cidade, à qualidade de vida urbana, que os partidos sejam cobrados em relação a isso, que os candidatos a prefeito sejam cobrados em relação a isso, que se faça um processo, indo em direção a 96, em que a sociedade civil coloque essa questão na pauta política da Cidade, como temário político de 96, assim como outros temas estão - está havendo uma articulação para colocar um conjunto de temas, considerados fundamentais, nas discussões de 96, quer dizer, que as discussões não sejam apenas - quer dizer, a eleição não seja só um processo de campeonato de marketing eleitoral, mas seja um processo substantivo, onde se discuta e haja essa pressão sobre os partidos, e por extensão, sobre o futuro Legislativo, sobre o futuro Executivo, para um avanço também desse tema que é a questão da paisagem urbana.

Eu acho que ainda, com relação ao que você coloca, Paulo, é o seguinte: eu acho que nessa questão de paisagem eu cito que falta - um parêntese, eu tinha proposto um tempo atrás que a Câmara criasse um banco de dados sobre urbanismo e legislação municipal; isso não foi adiante, não teve recursos, a Câmara, em termos de informatização é super atrasada, e tal, mas eu acho que essa questão é uma ques



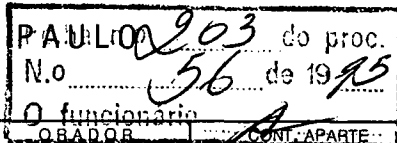
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 202 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT: APARTE...

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APARTE...
A17	4	Norma	Poluição Vis.	03.10.95		

questão em que as imagens são fundamentais, ou seja, se a gente pudes
se pensar ~~em~~ num evento, Cândido, ~~que~~

~~(...)~~





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO	204	do proc
Folha N.º	36	de 1995
Co. R.º	100	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Co. R.º	APARTE
A18	2	Angela	Pol.Visual	03.10.95		

O SR. _____ - Nesse sentido, a Câmara, às vésperas de se discutir o Plano Diretor, fez o Encontro da Cidade, não sei se você se lembra. Vieram delegações de várias cidades do mundo. Foi um negócio que teve uma repercussão muito grande e deu um resultado muito bom, muito interessante. Será que não seria possível montar na Câmara um pequeno seminário sobre a questão da paisagem urbana? Você não faria uma conferência, mas montaria uma discussão. E aí essas questões seriam colocadas e, em função do caos que a Cidade se encontra, o que se poderia fazer para mudar isso.

E aí você monta uma coisa que pode não ser tão ambiciosa quanto aquela, mas ~~maior~~ que pode ter uma repercussão grande na imprensa. Não pode?

O SR. MAURÍCIO FARIA - Acho que essa é uma idéia bem interessante, porque na semana passada o Vereador Gabriel Ortega, do PSDB, teve uma iniciativa muito feliz: ele propôs, e foi aprovado, para posterior votação do Plenário da Câmara, um seminário a ser realizado em março de 1996, com toda uma programação, com toda uma previsão de eventos, sobre o Mercosul. Ele pretende realizar um seminário com a participação de representantes de países do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Ata O.º 203 do 1º
N.º 56 do 1º
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A18	3	Angela	Pol. Visual	03.10.95		

Mercosul e dos municípios do eixo mais envolvido no Mercosul, as capitais mais envolvidas, que são Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba e São Paulo.

Poderia-se, também, como neste período da Comissão, tentar elaborar a proposta de um seminário e dialogar com o Presidente da Câmara para tentar que seja algo institucional, afastando qualquer prevenção de conotação político-partidária, um evento institucional e pluralista~~xxxxx~~. Quando você falou eu me lembrei que houve essa iniciativa, que é uma iniciativa inovadora do Vereador Gabriel Ortega, de aprovar a realização de um grande seminário no plenário da Câmara. E aí veio a possibilidade de, inclusive, a Câmara, uma vez aprovado um seminário sobre paisagem urbana, de ela buscar uma associação com entidades, fazer algo como foi aquela vez aquele seminário em que o Madeira era o Presidente da Câmara, em conjunto com entidades da sociedade civil.

A SRA. ANA MARTINS - Temos um prazo regimental, mas podemos alongá-lo um pouco, não há essa rigidez, principalmente nas comissões de estudo. Mas se chegarmos à conclusão de que devemos dar continuidade a esse trabalho, com o objetivo de que mais setores da sociedade participem, é possível pensar, principalmente no ano que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO	206	do
N.º	56	de 1985
O ORADOR	ORATÓRIO	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORADOR	ORATÓRIO	CONT. APARTE
A18	4	Angela	Pol.Visual	03.10.95			

vem, em que vai haver essa grande conferência sobre assentamentos urbanos e rurais.

Acho que esse já é um motivo para nós, aqui, Câmara Municipal, os Vereadores que têm uma preocupação maior com esses problemas da cidade, de promovermos alguns debates, alguns eventos que chamem a atenção da sociedade civil, desde os setores mais populares até os demais, para virem debater essas questões. É por isso que além de produzirmos alguma coisa em termos de legislação vale a pena pensarmos em alguma coisa que vá multiplicando esses debates.

Então, depende da conclusão a que a Comissão chegar e as propostas que recebermos. Acho que no ano que vem deveríamos aproveitar, apesar de uma administração adversa como a de hoje, um ano eleitoral que também vai ser uma coisa horrorosa, na minha opinião, mas deveríamos aproveitar logo o primeiro semestre para alguns debates sobre a questão dos assentamentos urbanos que nos permitem aprofundar essa questão da paisagem, a questão da qualidade de vida e mesmo essa problemática tão grande que exige um debate maior, que nos subsidia e ajuda também a levar essa discussão à população.

O SR. CÂNDIDO MALTA - Talvez se procurássemos a TV Cul-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	297	de	10
N.º	56	de	10
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A18	5	Angela	Pol. Visual	03.10.95		

tura, para que ela pudesse transmitir um seminário como esse, se não for na íntegra pelo menos em alguns momentos mais significativos, conseguiríamos uma multiplicação muito grande, muito maior do que conseguiríamos com a audiência pública.

Acho que temos um clima favorável a essa idéia. A TV Cultura nos deve, de certa maneira, uma atenção à questão urbana. Acho que podemos cobrar dela a inserção de uma programação não de um debate só, mas cobrar dela uma preocupação grande com o estilo da nossa Cidade. Poderíamos até aproveitar esse habitat para poder dizer: "Olha, essa questão está sendo discutida no mundo inteiro. Nós não podemos ficar restritos às lideranças, a pequenos grupos. Temos de fazer isso atingir o grande público." E a TV é o melhor veículo para isso.

Se porventura a TV Cultura não se interessar talvez possamos até procurar outras televisões que tenham esse interesse. Até pelo "Defenda São Paulo" eu deverei tomar essa iniciativa, procurar esse espaço. Se puder ser feito com o apoio institucional da Câmara acho que ganha outro peso.

A SRA. - Só para complementar o que a Vereadora acabou de dizer. Neste mês, dias 30 e 31, vai ha-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 209 do proc.

N.º 56 de 93

ORADOR: CONT. APARTE

O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
119	2	Angela	Pol. Visual	03.10.95		

entre elas e só me veio uma preocupação^e acho que o Cândido Malta ~~começou~~ começou a esboçar esse tipo de ~~preocupação~~ colocação. Eu quero atentar essa preocupação para esta Comissão.

Estamos discutindo a questão da poluição visual, estamos tentando tirar uma proposta de projeto de lei nesse sentido. Ao mesmo tempo, o Vereador Trípoli anunciou que o Executivo remete a esta Casa um projeto de lei sobre o Código Ambiental do Município. Este é um fato muito interessante.

E, acerca de tudo isso, temos um dispositivo da Constituição de 1988 que obriga a todos os municípios do País, que tenham uma população superior a 20mil habitantes, e em São Paulo parece que a Constituição Estadual até diminuiu esse número, para que qual município passe a fazer isso, a ~~uma~~ obrigatoriedade de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Nós, até hoje, embora tenhamos pensado e falado sobre isso, pois é um assunto bastante assustador em São Paulo, visto que se desenvolve espontaneamente, são as forças sociais e econômicas que atuam nesta cidade atuam num jogo quase que sem regras no exato momento. Ademais, sob o aspecto do desenvolvimento urbano, São Paulo é vítima de uma situação social do próprio País.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ord. no 210 do proc.
No 56 de 1995
ORADORIONET
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADORIONET	CONT. APARTE
A19	3	Angela	Pol. Visual	03.10.95		

Então, o que eu gostaria de chamar a atenção para que pensamos, para que utilizemos esse tipo de reflexão aqui. Vamos fazer, e acho importante, vamos poder tirar daqui um projeto de lei, seja ele codificado ou não, pensando nesse sentido, mas gostaria de colocar a reflexão para esta Comissão de que qualquer coisa que façamos agora não pode ser estanque, temos de inseri-la num desenvolvimento global do Município, senão vamos cair no que chamamos de "dinossau-ros jurídicos" que são feitos e nunca são utilizados, na prática não pegam, como já aqui já foi abordado.

O Paulo Bastos colocou a preocupação dele sobre essa flexibilização, ou seja, é feita uma lei e essa lei não é cumprida por determinados setores ou sempre se dá um "jeitinho" de se adequar, de se ultrapassar essa lei. Isso é muito típico no Brasil, por um motivo muito simples: como já foi dito inclusive na época do Plano Cruzado, este é um País ~~queixoso~~ onde a lei pega ou não pega. Apesar que não é bem isso. O Brasil tem uma estrutura de Estado-Pai, ou seja, a população assiste a classe governante dirigir os destinos do País. Isso já foi feito historicamente, foi imposto à população. Ainda sofremos um pouco esse tipo de situação, apesar dos avanços democráticos, apesar das novas instituições democráticas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha N.º 36 do proc. de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	1	Monteiro	Poluição	03.10.95		

O que ocorre é que aqui normalmente a legislação é feita dissociada de todo o conjunto da população. Hoje, nós estamos discutindo aqui, mas gostaria de dar uma sugestão nesse sentido até, sobre isso que estou falando, de chamar, para esta discussão, os representantes não só da FIESP, como foi dito, da Federação do Comércio, mas os empresário de propaganda, esses especificamente da Central de Outdoors, essas coisas porque nós podemos fazer qualquer tipo de normatização aqui, vejo isso e já assisti isso antes, não vou falar de outros países, falo aqui do Brasil, coisas que já foram tentadas, o capitalismo se adequa. Ou seja, nós vamos normatizar aqui: é proibido colocar placas ali, aquela placa do G. Aronson, por exemplo, que tem ali, e digamos um outdoor no Columbini, é proibido colocar placa no Columbini. Isso é feito hoje em dia, vou dar um exemplo típico, existem condomínios que não cobram prestações condominiais, prestações mensais dos moradores porque cedem o seu espaço para propaganda.

Vamos dizer que estipulemos que não se pode colocar autodoor aqui ~~xxx~~ ou ali, limitemos a utilização da propaganda. Eu acho que os empresários, que o sistema vai encontrar um outro meio, até dentro do que a lei permite, para poluir a própria cidade, ou seja, pode colocar balões, não pode outdoor coloca balões, quando vê coloca



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 0212 do proc. N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. ARARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
A29	2	Monteiro	Poluição	03.19.95		

um vídeo correndo com plaquetinhas, pode se transformar até numa situação interessante. A experiência que eu vejo é que sempre o sistema se adequa quando há uma normatização desse tipo. Então, a forma mais fácil de se fazer isso é obter o consenso inclusive dos empresários nessa área, no sentido cívico, no sentido de que a propaganda não pode poluir, de que a cidade tem um interesse difuso de controle nessa questão visual e tentar chegar a normas nesse sentido. Acho que eles vão poder nos dar uma série de boas sugestões nesse sentido.

Em suma, é isso. Eu tenho uma certa preocupação nesse sentido, vemos vários projetos de lei aqui, inclusive vendo esse código sendo encaminhado eu protesto o encaminhamento desse código por esta Administração Municipal sem discussão prévia, sendo encaminhado assim de certa forma à sorrelha e sem também haver uma iniciativa desta Administração nesse sentido de tentar implementar a discussão do plano diretor de desenvolvimento urbano, onde eu acho que até essa questão de poluição visual vai ser inserida dentro de um sistema maior, legislativo, que é previsto por Constituição, porque a gestão anterior fez a Lei Orgânica do Município, que é já um dispositivo legal importante previsto, mas o plano diretor ficou um pouco



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A29	3	Monteiro	Poluição	03.10.95		

relegado e essa, a atual Administração, tem encaminhado esses dispositivos, seja um código, seja legislações desse tipo, tentando tratar certas situações, até talvez por oportunismo ou por atecnia de forma estanque, como se você tratasse um indivíduo que sofreu ferimentos e uma explosão e você cuidasse apenas de um dedo, colocasse bandagem num dedo, um pouco num ferimento na orelha quando o pulmão dele foi afetado, ele tem uma hemorragia interna. Acho que o problema é para ser abordado honestamente, é para ser abordado de uma forma muito mais ~~qui~~ global do que esta.

Essa é apenas uma reflexão que eu coloco paranós aqui, para que possamos conduzir o nosso trabalho nesse sentido, Muito obrigado.

O SR. MURÍCIO FARIA - Estamos nos encaminhando para o encerramento da reunião. Surgiram, então, uma série de propostas sobre a programação da Comissão, os objetivos, etc. Acho que aí é fundamental que o Vereador Trípoli se inteire dessas propostas, ele teve de sair por razões de saúde na família, e que a Comissão, vai ter que, trocando idéias com os que sugeriram uma série de iniciativas, rapidamente tentar estabelecer essa programação, particularmente essa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO BASTOS 214 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	4	Monteiro	Poluição	03.10.95		

possibilidade da Comissão interagir com esse evento Centro 21, que me parece muito interessante. Então, vou transmitir porque, nas Comissões de Estudo, o presidente tem um papel importante no sentido de estar coordenando, conduzindo. Então, vou transmitir isso, a assessoria do Vereador Trípoli está presente e esperamos, então, num prazo curto de alguns dias, tentar ajustar essa programação. Já está prevista no dia 10 essa próxima reunião que vai tratar exatamente da questão da publicidade e me parece que seria interessante, para não ficar uma discussão genérica sobre publicidade, que ela estivesse relacionada com os projetos de lei que existem, quer dizer, que existiram, foram retirados, o do Madeira está em tramitação. Então, que houvesse uma discussão em cima da legislação de anúncios.

No dia 17, todos os órgãos que lidam com a questão da fiscalização, controle institucional, a gente renova a solicitação para os técnicos presentes, todos os presentes, que nos tragam nomes que possam abrir mais essa questão da gestão, controle e fiscalização, para não ficar só um depoimento da experiência dos órgãos da Prefeitura. E essa idéia, então, de ter um plano de mídia, como propõe o Paulo Bastos, de abrir mais espaços de mídia, criar eventos, acho que é uma idéia muito interessante.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

PAULO 215 do proc
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
A29	5	Monteiro	Poluição	03.10.95		

Não sei se alguém quer falar ainda, se não estaremos encer-
rando. (Pausa) Então, nós agradecemos a presença de todos e os con-
vidamos para o dia 10. Obrigado.

- o - o -



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

"Poluição Visual"

DATA: 10/10/95

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
LUIZ ROBERTO F. VALENTE FILHO	CENTRAL DE OUTDOOR	R. JOÃO ADOLFO, 118 - CJ 201	605-9111
Julio Albicini Neto	SEPEX - SIND. EMP. PUB. EXT. LEM	RUA TABAPOÁ, 649 - CJ. 44	822 9099
JODE RICARDO FUJER	DEPAL - Assoc. Empr. Propag. Ar Livre	RUA TABAPOÁ, 649 CJ. 44	822 3035
MARLY NAMUR	USP/CDHU.	RUA DOS BOMBEIROS, 87	851-2022-4.623.
MARIA DE FATIMA SILVEIRA	SETHAS - CPPU	R. SÃO BENTO - 405-220	235-1027
BONA DE VILLA	Secretaria da Câmara		n. 1448
BRUNO R. PADOVANO	FAUUSP/IDEA	R. MARIA CAMOINA, 495	2802455
KAZUO KANEKAE	VER. GILSON BARRETO		R. 1515
MIRTHES I.S. BAFFI	DPH - PMSP	R. FREI CANECA, 1402 - 66	253 2331 R. 266
HORACIO CALVANEDE	CMSP/VER. MARCIO PEREIRA		
Rosane Helena Miranda	CMSP/VER. ANA MARTINS	sala 308 - CMSP	239-4445
REGINA MAURO	Basilio Tripoli		

Folha nº 216 do proc.
Nº 56 de 1995
O funcionário



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 217 do proc.
PAJULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

PRESIDENTE: Sr. Vereador Roberto Trípoli

MEMBROS: Srs. Vereadores

Gilson Barreto

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Ítalo Cardoso

Ana Martins

Maurício Faria

Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição Vi-
sual na cidade de São Paulo realizada no Salão Nobre da Câma-
ra Municipal de São Paulo, no dia 10 de outubro de 1995,

Solicitante: Sr. Vereador Roberto Trípoli
(Memo CT/CEE/nº 03/95)

Secretária: Maria José Saluceste



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 218 do proc.
N.º 56 de 1990
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	1	regina	pol. visual	10.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Estamos dando início a mais uma reunião de estudos sobre poluição visual, da qual fazem parte Vereador o Roberto Trípoli, que fala; o Vereador Gilson Barreto, da Comissão de Constituição e Justiça; o Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho, Presidente da Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente; Vereador Ítalo Cardoso, pela Comissão de Atividade Econômica; Vereadora Ana Martins, Presidenta da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho; e o Vereador Maurício Faria, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esportes, também relator desta comissão.

A Comissão também conta com um conselho, que tem procurado assessorá-la, o desenrolar de todos os debates e encontros, fazendo parte a Sra. Mirtes Baffi, arquiteta DPH; o Sr. João Carlos ~~da~~ Caldoro; Antônio Fernando Pinheiro Pedro; Roberto Saruê, do movimento Viva São Paulo; Ricardo Ohtake; Bruno Roberto Padovano; Paulo de Melo Bastos; Ricardo Ribenboim; Marli NaMor; Regina Meyer; Cândido Malta Filho; Rosa Glenaclias; Maria Cecília Barbieri Gorski; Minoru Naruto; Isao Minami; Silvio de Ulhoa Cintra; Elide Monseglio.

Ficou deliberado, na penúltima reunião, que na data de hoje, teríamos convidado as seguintes pessoas para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Estudos. A saber: José Ricardo Fuver, Presidente da APEL - Associação das Empresas de ~~MARKET~~ Propagando ao Ar Livre; o Sr. Luís Roberto Valente Filho, Presidente da Central de Out Doors; e o Sr. Júlio Alberi Neto, Presidente da ~~ASEPEESP~~ - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 219 do proc.
N.º 36 de 1985
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
G17	2	regina	pol, visual	10.10.95		

Está presente também a Sra. Maria de Fátima da Silveira, Chefe da Assessoria Técnica da Comissão de Proteção da Paisagem Urbana, CPPU.

Quero iniciar agradecendo a presença de todos, mais uma vez, porque estão colaborando com esta Comissão Parlamentar de Estudos. Quero informar que esta comissão não é Parlamentar de Inquérito, é uma Comissão Parlamentar de Estudos. Todas as pessoas que aqui vêm são convidadas e, tenho certeza, irão enriquecer o relatório final, porque nós temos prazo de 60 dias para apresentá-lo.

No dia de hoje vamos ouvir os representantes da área de publicidade da cidade de São Paulo. (Pausa).

Vamos abrir a palavra aos convidados e passamos a ouvir, em primeiro lugar, o Presidente AEPAL - Associação das Empresas de Propaganda ao Ar Livre, Sr. José Ricardo Fuver. Gostaríamos de ouvi-lo em relação à questão paisagística da cidade de São Paulo, à questão da poluição visual, da inserção das publicidades, enfim, de que forma a sua associação vê essas questões hoje na cidade de São Paulo.

O SR. JOSÉ RICARDO FUVER - Em primeiro lugar agradeço o convite para participar deste debate, para podermos expressar o que a AEPAL, como ^a entidade congregadora das empresas de publicidade ao ar livre, pensa como também o pensamento dos empresários dessa área na cidade de São Paulo principalmente.

Hoje a AEPAL congrega em torno de 40 empresas, que trabalham com publicidade ao ar livre, e um dos aspectos muito discutido nos últimos anos, junto à CPPU, porque a AEPAL tem uma cadeira na CPPU com objetivo de poder participar e dar sua contribuição, ~~de~~



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	1	morg.	poluição vis.	10.10.95		

para ordenação quanto aos anúncios na cidade de São Paulo. Um dos pontos que nós levantamos muito se refere principalmente a questão de rarefação de anúncios. É nossa linha de pensamento que os anúncios em São Paulo devem seguir uma linha de rarefação para que você tenha uma melhor ordenação e maior abertura dos espaços da cidade. Dentro do que acontece hoje a realidade de São Paulo que vemos é a seguinte, as empresas de publicidade, como agentes veiculadores de publicidade dentro da cidade de São Paulo possuem hoje ao redor de 8.500 anúncios e isso falo e excluo as parcerias do poder público com as iniciativas privadas. Esse número temos hoje porque você tem hoje em São Paulo cerca de 5.500 cartazes de outdoors especificamente considerados aquele quadro onde tem a mensagem através de papel colado e depois os anúncios luminosos de topo de prédios os break lights, os front lights que são peças de maior porte, estão na faixa de 3 mil peças em São Paulo. Hoje diríamos que em termos de veículos publicitários em São Paulo gira em torno de 8.500 peças. O que existe em termos de má qualidade visual com referência a anúncio é a manutenção, e podemos garantir pela associação que as empresas que trabalham como veículo publicitário fazem uma manutenção adequada porque esse é o negócio delas, tem que ter peças em boa qualidade, porque isso dá o valor ao seu produto e outra coisa é que o grande problema são os anúncios que chamamos de indicativos são aqueles que determinam o ponto comercial de um negócio. Esse que consideramos que é uma quantidade grande onde não se tem um critério de manutenção, as peças estão se degradando, o comerciante inaugura o negócio, manda fazer uma peça dessas, no início está bonito, mas ao longo do tempo esquece que a peça teria que sofrer manutenção



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 221 do proc.
N.º 96 de 1995
O. funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G18	2	morg.	poluiçãoavis.	10.10.95		

quanto limpeza, pintura, parte elétrica, esse no nosso modo de ver é que seria necessário se fazer uma ordenação na parte de anúncios indicativos e com relação a manutenção. Hoje em dia na CBPU o Paulo está trabalhando nesse sentido para conseguir uma ordenação onde as nossas propostas em conjunto com a comissão técnica da CBPU se volta para quem se tenha garantia de segurança quanto instalação, exibição do anúncio, manutenção, parte estrutural e elétrica, de maneira a que evite que essas peças se degradem no tempo causando uma segurança ao cidadão paulistano e também a questão de visualização da cidade. Basicamente esses seriam os nossos pontos.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Agradecemos a participação do José Ricardo Fucer, Presidente da AEP. Vamos ouvir agora o Sr. Luiz Roberto Valente Filho, Presidente da Central de Out Doors.

O SR. LUIZ ROBERTO VALENTE FILHO - Primeiramente quero agradecer a oportunidade da Central de Out Doors estar aqui expondo um pouco o que os nossos associados pensam sobre o problema de poluição visual na cidade de São Paulo. A Central de Out Doors é uma associação nacional que congrega 153 empresas em São Paulo, 11 filiados, nasceu em 1977 por iniciativa dos empresários por problemas que a gente enfrentava de poluição visual, há 18 anos atrás. Em 1978 a cidade de São Paulo tinha 12 mil quadros de out doors, hoje estamos com 5.500, o empresariado se preocupou em valorizar os pontos, tínhamos fileira dupla, quando se alugava um terreno, instalava out doors na parte superior e inferior, um terreno de cem metros colocávamos vinte placas de out doors de 30 m2, era algo bastante agressivo. Então, a Central, desde 78, também participa da CBPU,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 222 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
FORADOR CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	FORADOR	CONT. PARTE
Gl9	1	Raimundo	Poluição Vis.	10.10.95		

... temos uma cadeira lá e eu acho que há uns 5, 6 anos sou representante da Central de Outdoor na CPPU. Nosso associados à Central a maioria deles também são ~~xxxxx~~ associados à REPAL (?), porque além de ter produto "outdoor" eles também possuem ~~xxx~~ outros ~~xxx~~ veículos lotados para (ininteligível) no exterior. Então, nossa linha ~~x~~ de pensamento também está muito atrelada ao que ~~xxx~~ pensa a EPAL (?) ~~xxxxxxxxx~~ A gente acha que rarefação não valoriza o nosso ponto, o ponto que estamos com o nosso outdoor. Então, acha que o caminho é esse, você ter uma ordenação da paisagem para você ter pontos valorizados e só vai conseguir realmente com a conscientização de todos.

Hoje a cidade está realmente abandonada, você tem aí as empresas de outdoors, back light competindo pelos espaços, juntamente com empresas de indicativos, então você tem hoje aí um outdoor, não vou citar nenhum ponto específico, mas pega alguns pontos da Cidade de SP e você tem o outdoor, o back-light, o anúncio indicativo da ~~xxxx~~ loja, todo mundo disputando ali o seu espaço visual. Então, realmente precisamos pensar na ordenação da cidade, pensando aí no próximo século, para poder valorizar realmente a cidade como um todo. Basicamente ~~xxx~~ acho que era isso que a Central tinha para colocar e estamos aí abertos para discutir no debate.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 223 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G19	2	raimundo	Poluição	10-10-95		

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Passo a palavra, então, ao Sr.

Julio Alieri Neto, Presidente do Sindicato das ex Empresas de Publicidade do Exterior do Estado de São Paulo.

O SR. JULIO ALIERI NETO - Bom dia, Sr. Presidente, em meu ~~nome~~ nome próprio e em nome do Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo, quero agradecer ao convite para poder falar nesta sessão e a minha fala não vai ser tão curta quanto as dos meus antecessores. Primeiro, quero situar o problema da publicidade exterior na Cidade de SP, eu li todo o material das duas sessões anteriores havidas aqui, então baseado no que li, vejo a necessidade de colocar uma certa ordenação no momento e depois fazer esse comentário sobre o que já foi dito e o que na nossa visão tem necessidade de ser feito. Eles deram, José Ricardo e o Luiz Roberto, passaram para os senhores uma noção de número de empresas, de números de quadros existentes na Cidade de ~~SP~~ SP.

Como Presidente do Sindicato, posso dizer que na Cidade de SP por um rastreio que estamos fazendo já ~~in~~ identificamos 2 mil interventores na paisagem urbana, ou seja, as oficinas de pintura que também fazem toda essa instalação de faixas, cartazes, peças sem o menor critério colocado na cidade, são 2 mil oficinas, só na Cidade de SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 299 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário 110

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL9	3	Raimundo	Poluição	10-10-95		

Portanto, o agente é em volume muito grande em relação a tudo aquilo que a gente tem visto. Então, para dá uma ordenada na coisa, vou lembrar que no final dos anos 70 a desordem do visual na Cidade de SP era tal, o então prefeito Olavo Setubal resolveu dar um basta nisso - até a gente faz um comentário que ele não fez nenhuma intervenção não, porque já em 1616 o rei de França foi obrigado a baixar um decreto para regulamentar o tamanho dos anúncios na França, porque estavam crescendo muito e ele queria uma França ~~se~~ ordenada, então o problema não é de hoje, é bem antigo.

O primeiro decreto feito ~~então~~ pelo então Prefeito Olavo Setubal foi o Decreto 14.536, de 12 de maio de 78, e ele dispunha sobre o cadastramento dos anúncios na cidade de SP, que deveria ser feito um banco cadastral de todos os anúncios indicativos, como eram considerados na época, e era dividida a publicidade na época entre indicativos e publicitários, mas toda a intervenção que houvesse na cidade de SP. Logo em seguida, ele promulgou o decreto 15.186/78, ~~se~~ que criou a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, também ~~dentro~~ ainda dentro da SEAB (?) que era com o intuito de que as informações recolhidas no cadastro de ~~anúncios~~ anúncios e análise feita por um grupo de pessoas envolvidas diretamente com a ~~publicidade~~ publicidade pudessem buscar uma ordenação para essa paisagem urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 225 do proc.
N.º 516 de 1978
QUADRO CIONÁRIO COM APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	QUADRO CIONÁRIO	COM APARTE
GL9	4	Raimundo	poluição	10-10-95		

Logo em seguida, no dia 28 de setembro de 78, pelo de-
creto 15.364/78, foi feita uma regulamentação para instalação de anún-
cios na Cidade de São Paulo. Esse seria teoricamente o embrião da orde-
nação da paisagem. Agora, esse decreto 15.364, na verdade, se baseia
em leis que vêm desde 1952, a lei 4.600 e alguma coisa e vem inclusive
até o decreto de 1978, como último elemento a ser colocado nessa orde-
nação da paisagem urbana, que era o decreto do cadastramento do anún-
cio. Então, o primeiro decreto ele tinha como objetivo cadastrar os anún-
cios, quer dizer, tentar identificar a ~~quantidade de anúncios na cidade~~
~~a cidade, aqui quem foram um período, com as informações de~~
~~various que se teria 2 milhões de anúncios, que se teria até 10~~
~~milhões de anúncios, esse cadastramento~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 226 do processo
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G-20	1	Angela	Pol. Visual	10.10.95		

a quantidade de anúncios que existem na Cidade.

E aqui eu quero ~~me~~ fazer um parêntese. Correm informações, das mais variadas, de que São Paulo teria 2 milhões de anúncios, de que São Paulo teria até 10 milhões de anúncios. Esse cadastro nunca conseguiu ser totalmente alimentado, não sei exatamente quais as razões. Então, não temos uma noção exata de quantos anúncios existem na Cidade.

Segundo decreto que criou, então, a CPPT - Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, ele reuniu todas as secretarias, e depois vou citar mais a frente algumas delas e as situações; ~~as~~ associações da iniciativa privada; nós, que trabalhamos com a publicidade exterior; a Universidade de São Paulo e uma série de outras entidades que, então, formaram o embrião desse Decreto 15.364, que regulamentou a publicidade exterior ~~expuseram regulamentando a~~ ~~publicidade exterior~~ até julho de 1993.

~~Em~~ De 1978 a 1989 tivemos uma série de situações que foram tratadas mais pontualmente. Foram criados alguns conceitos dentro da CPPU para ordenar quais tipos e como os anúncios poderiam ser colocados. Surgiram nesse intervalo, então, os "back lights", que mais recentemente estão tendo um crescimento maior, mas, num



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

folha n.º	227	do processo
N.º	56	de 1989
Corador	BONFATO	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	Corador	BONFATO	APARTE
G-20	2	Angela	Pol.Visual	10.10.95			

determinado período, a coisa ficou parada e a ~~função~~ comissão interna da CPPU, o órgão técnico da CPPT, continuou a trabalhar.

Em 1989 o então Vereador Arnaldo Madeira registrou nesta Casa o projeto de lei 607/89, que na verdade era uma junção da publicidade no imóvel particular à publicidade na área pública, um projeto que já vinha sendo discutido na época em que ele era Secretário do então Prefeito Mário Covas.

No Governo Jânio Quadros a coisa ficou meio calma e o pessoal técnico da CPPU, e temos aqui a Mirtes que fez parte, a Fátima e outros que não estão presentes hoje mas provavelmente estarão em outras reuniões, e discutiram o problema da publicidade e desmembraram então a publicidade em duas partes: o que era publicidade no próprio particular e o que ~~era~~ era publicidade no próprio público. Fizeram, também, uma coisa que na nossa opinião, empresários do meio, uma coisa inteligente, que foi dizer que a publicidade, enquanto interferência na paisagem, em propriedade particular, não importava se ela fosse uma publicidade indigestiva ou se ela fosse uma publicidade institucional, tinha de ser vista, analisada e avaliada como publicidade e colocada nesse contexto.

Após esse posicionamento foi feito ~~um~~ um projeto de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	228	do processo
N.º	56	de 1995
GRADUACIONAL	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUACIONAL	CONT. APARTE
G20	3	Angela	Pol. Visual	10.10.95		

lei. Então, a Prefeita Brundina apresenta como substitutivo, ao projeto do Vereador Madeira, esse projeto, ~~que foi apresentado~~ no início do ano de 1990.

Na posse da Prefeita e na posse do novo corpo técnico da CPPU e dos novos membros que passaram a compor a CPPU foi, por um consenso nosso —membros da CPPU—, discutir esse projeto que veio sendo também falado nesta Casa que estávamos discutindo nós, Secretarias Municipais e entidades particulares, um projeto de lei que obviamente não seria um consenso, mas seria, para aquele momento, a melhor situação para a Cidade de São Paulo, para que houvesse uma ordenação dos amêncios.

Esse projeto já veio desmembrado, como disse anteriormente, tirando o imobiliário urbano para um tratamento aparte e a propriedade particular tendo um tratamento não mais de indicativo de publicidade mas um tratamento comum do que seria a publicidade.

Pelo prazo aproximado de dois anos essa Comissão se reuniu sistematicamente às segundas-feiras e produziu um documento, um projeto de lei, uma contribuição à Câmara, o qual foi apresentado. Por razões que não temos conhecimento esse projeto de lei não



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

folha n.º 229 do proc.
N.º 56 de 1992
O funcionário
LABADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABADOR	CONT. APARTE
G20	4	Angela	Pol. Visual	10.10.95		

foi
~~foi~~ apresentado na primeira vez que veio e ele foi, depois, apre-
sentado por volta do mês de maio de 1992, se não me falha a memó-
ria, pelo então Vereador Firmino Fecchio.

Vou tomar a liberdade de ler as entidades que estiveram
envolvidas no desenvolvimento desse projeto de lei que acabou vin-
do para esta Câmara.

Em primeiro lugar, o corpo técnico da CPTU, a assessoria
técnica da CPTU; depois, a Secretaria da Habitação e Desenvolvi-
mento Urbano; Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura; Se-
cretaria Municipal de Planejamento; ~~Secretaria~~ Secretaria Municipal de
Cultura - Departamento do Patrimônio Histórico; Secretaria de Vias
Públicas; Secretaria das Administrações Regionais. Inclusive à
época, já vou deixar registrado porque na frente vai aparecer,
quem é que fazia a representação de SAR, era uma arquiteta que tra-
balhava na Regional da Sé.

Também estavam a Secretaria Municipal de Esportes, Lazer
e Recreação; o DEPAR - Departamento de Parques; Secretaria Muni-
cipal de Transportes - Departamento de Transportes e Sistema Viá-
rio; Secretaria das Finanças; Sociedade Brasileira do Direito do
Meio Ambiente - Sobradinho; Instituto de Arquitetos do Brasil;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 239 de proc.
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR/CIEN	CONT. APARTE
G21	1	Monteiro	Poluição	10.10.95		

Universidade de São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, ASSOCIAÇÃO DAS Empresas de Propaganda ao Ar Livre, Sociedade Brasileira de Paisagismo, Central de Outdoor, Instituto de Engenharia, (IR), Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (IASP) e o Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo. Essas entidades que foram citadas foram as entidades que os seus ~~representantes~~ representantes participaram de todo o projeto, desse projeto.

É um projeto amplamente discutido, bem debatido, obviamente não se conseguiu chegar a um consenso, mas conseguiu-se com ele chegar a um objeto que seria praticável na cidade. Também era de conhecimento da Comissão que nós não iríamos, na promulgação dessa lei, se ela chegasse a ser promulgada, ter no dia seguinte a cidade corrigida, que demandaria um prazo para que nós tivéssemos a correção desta cidade.

Esse projeto então, depois reapresentado pelo Vereador Firmino Fecho, ele não foi aprovado, ele foi lido em Plenário, inclusive, ele não conseguiu ir para a votação, chegou a ir à votação, depois retornou e acabou não sendo votado. Isso já estávamos no mês de de-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 34 do proc.
N.º 56 de 1995
O.º Funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	2	Monteiro	Poluição	10.10.95		

zembro de 92 e o Vereador Madeira então, no dia 23 de dezembro de 1992, juntando novamente a propriedade particular e o mobiliário urbano, colocou um projeto de lei substitutivo ao Projeto 607/89. Esse projeto, então, está aqui na Câmara e não sei como ele vem sendo encaminhado.

Em 1993, o Prefeito Paulo Maluf, após a posse, após tomar pé de algumas coisas, até onde é do conhecimento nosso, e tendo conhecimento da existência desse projeto de lei discutido dentro da CPPU, resolveu, junto com quem está envolvido no processo internamente no Poder Executivo, pegar os aspectos praticáveis dele, projeto de lei, porque existem aspectos que o projeto de lei, não estou querendo legislar mas é só para esclarecer, existem aspectos que um decreto pode trazer, mas que a lei é muito mais forte, mas aquilo que pôde ser trazido por projeto de lei foi levado ao projeto de lei.

Esse projeto de lei, nº 3.388, ou melhor, 33.888, decreto, desculpem, Decreto 33.888, foi promulgado no dia 14 de junho de 1993 e nesse mesmo dia foram promulgados alguns outros decretos, inclusive criando a Comissão Pró-Centro, que é para a ordenação da paisagem urbana no centro de São Paulo, foi ampliado o programa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 232 do proc.
N.º 56 de 1995
GRADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
G21,	3	Monteiro	Poluição	10.10.95		

Sé-Arouche, quer dizer, nesse dia 14 de julho de 1993 houve então a entrada em vigor de uma série de normas na tentativa de, em primeiro lugar, ordenar o chamado Centro Velho para depois continuar a se pensar no resto da cidade.

Mas temos, nesse período, algumas mudanças no projeto da publicidade na paisagem da cidade de São Paulo. Esses projetos foram feitos, até aonde nós temos conhecimento enquanto sindicato, como um aperfeiçoamento no sistema administrativo, já ~~aproximadamente~~ que o Poder Executivo foi obrigado, pelo projeto de lei que havíamos criado e pelo que o decreto trazia, a montar toda uma nova sistemática de avaliação para poder aprovar e ~~o~~ cadastrar os anúncios. Só muito recentemente, levou aproximadamente um ano e meio, quase dois anos, para que esse programa, feito pela Prodam, estivesse pronto. Ele está acabando de ficar pronto agora.

Essa é, historicamente, a situação da publicidade como nós, da publicidade exterior, vivemos em São Paulo. Estamos sempre sujeitos a um decreto, é uma preocupação constante, muitas empresas não melhoraram os seus equipamentos, o seu mobiliário, as peças que produzem porque pode vir um decreto novo mudando todas as regras do jogo e como é que vai ficar isso?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 233 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G21	4	Monteiro	Poluição	10.10.95		

Mas, dentro do tema "a poluição visual da cidade", acho que a poluição visual da cidade na verdade não é uma causa, ela é um efeito. Ela tem como origem, em situações anteriores, a situação do uso conforme. Se nós sairmos pela cidade de São Paulo, e não precisamos sair só pelo centro, podemos sair por bairros que já foram bairros residenciais da cidade, bairros que já foram bairros agradáveis que por uma necessidade do sistema de tráfego houve uma mudança de rua, ou por uma questão de zoneamento, a região passou a ser considerada zona dois, na medida em que o que a zona dois permite que tenha como utilização, o indivíduo põe um anúncio pequeno, o vizinho resolve também alugar para comércio ou montar o próprio comércio, põe um anúncio maior porque ele também quer aparecer e aí a coisa vai crescendo. Se a gente sair pela cidade vai ver que as casas que tinham um recuo frontal, era seu antigo jardim, hoje elas estão construídas até o alinhamento da calçada. Elas vêm construídas até o alinhamento da calçada, não se satisfazem em colocar um anúncio paralelo ao eixo da rua, têm que colocar em bandeira porque bandeira é vista a 90 graus, ~~então vai ver~~.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 234	do proc.
N.º 36	de 19 90
ORADOR	CONT. AFORTE
O Funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFORTE
G22	1	ant.	pol.	10.10.95		

o transeunte vai ver com mais facilidade e cada vez maiores anúncios são colocados. A questão da publicidade em São Paulo não pode ser vista só no momento presente, ela tem que ser vista no histórico da cidade e dentro do histórico da cidade até o Edifício Martinelli, quando foi construído, já nasceu com ~~uma~~ a sua empena cega voltada para esta face onde nos encontramos prevendo quadros para serem instaladas publicidades por uma empresa, de pintura, italiana. A interferência da publicidade na paisagem urbana em São Paulo é muito anterior ao que estamos discutindo. Mas a cidade cresceu tão desordenadamente, regiões de mananciais foram ocupadas, lugares onde os loteamentos eram mais baratos foram ocupados. A primeira coisa que surge é a padaria, a mercearia, ou o indivíduo que faz embaixo para ser o bar, a padaria, já deixa para em cima construir alguma coisa e já começa a se apropriar do espaço entrando para a calçada, sem nenhum critério das mais variadas situações. Tentar fazer uma legislação que pasteuriza a cidade de São Paulo, na minha opinião, é impossível. São Paulo não é uma cidade, São Paulo não são vinte e poucas administrações regionais. São Paulo é um número muito grande de culturas que se centralizam em pontos e que levam parte da cultura que trouxeram de suas regiões de origem e tentam aplicar na cidade de São Paulo. Temos o Bairro da Liberdade, se formos para a região de Itaquera Guai-nazes vamos ver outro aspecto da cultura e da poluição visual também surgindo nessas regiões. Se formos até Marsilac que é praticamente a divisa de São Paulo com Itanhaem, vamos encontrar o mesmo tipo de problema. A nossa maior preocupação, no geral, foi sempre voltada ao centro velho de São Paulo, ao centro histórico onde foi o embrião da cidade. Pelo próprio embrião da cidade vamos notar que a cidade cresceu a partir



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 235 do proc.
N.º 36 de 1945
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G22	2	ant.	pol.	10.10		

do caminho de burro e aí surgiram casas dos dois lados e a cidade foi crescendo devagar. Hoje a cidade explodiu e se perdeu o controle. Quer fazer alguma coisa que seja pastgerizada não dá. Vamos ter que pensa para cidade inteira uma lei básica mas que haja condições de se administrar, regionalmente, problemas que são absolutamente regionais. Nós cidadãos estamos mais habituados e temos uma preocupação com alguns bairros, mas a cidade toda está caminhando para o mesmo lugar. Para se ter uma idéia que a pasteurização não é possível na cidade há uma empresa, o Banco Itaú, que tem uma preocupação muito grande com a cidade. Ele mantém um padrão de construção. Quando ele projeta uma agência ele já projeta o que vai ser instalado de identificação visual do conjunto para que haja uma harmonia na cidade, não fosse o Banco Itaú presidido pelo Sr. Olavo Setubal. Só que tiveram um cuidado muito grande na planificação e recentemente na CPPU tivemos que discutir a instalação de um anúncio deles que é absolutamente padronizado. Só porque tinha um desenho que fugia 10 centímetros em determinada posição (ininteligível) CPPU para ser instalado num prédio que o Banco Itaú construiu na cidade. Não dá para pasteurizar a cidade. A mesma coisa que serve na zona Sul, em Itaquera, zona Leste, necessariamente não serve no centro. Mas, serve no centro tanto que a CRPU aprovou porque esse projeto estava dentro do contexto da arquitetura que foi construída para aquele ponto, para aquele comércio e para aquele serviço. A cidade precisa ter a possibilidade, não o exagero, mas permitir que certas mobilidades sejam dadas. Se faz parte do projeto que isso seja ocupad .

Li todo material que foi aqui, gostei demais de uma colocação da arquiteta Rosa Clias, quando se refere a colocação da visualização



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 236 do proc.
N.º 36 de 19 95
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
G22	3	ant.	pol.	10,10		

da paisagem e como ela deve ser apropriada e que devemos buscar um código paisagístico para a cidade. Devemos buscar um código paisagístico mas não podemos pensar e querer sair do maior para chegar no menor, o código paisagístico tem que ser nossa meta, mas ~~temos~~ devemos, em todos os momentos começar a ordenar essa paisagem para que o código paisagístico possa vir a ser montado.

Vou aproveitar um pouco no final, porque a Mirtes numa reunião que não estive presente, fez uma explanação muito clara do projeto que a CBPU fez da apropriação do espaço público, com bancadas de jornais, placas de nomenclatura de rua, poste de eletrificação. um projeto do qual ela participou e ela diz que eu sou um dos que acha o projeto bom, Acho que foi um projeto que embora tenha partido muito mais dessas regiões que olhamos com muito mais cuidado na cidade, mas pode ser aplicado em outras regiões, mas se as pessoas tiverem critérios, que forem intervir na paisagem tiverem consciência de lei aplicar, vai ser possível. Naquele momento, com a empresa da qual sou sócio, depois saímos por problema de depredação, vandalismo existente nesse cidade, fomos instalar cestos de lixo. Só nos propusemos instalar esses cestos quando a administração regional da Sé soltou uma concorrência pública já ~~marcada~~

~~vandalismo existente nesse cidade~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 237 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
LABORADOR CONT. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
G23	1	emira	pol.visual	10.10.95		

usando os parâmetros daquele projeto no espaçamento, no distanciamento em relação a outros elementos existentes na cidade.

Há que se ressaltar aqui também que a Administração Regional da Sé fez aquele decreto, fez aquela concorrência e colocou parte daquele projeto que a Mirtes se referiu, exatamente porque a representante de SAR, no momento na CPTU era uma pessoa da Administração Regional da Sé, e que tinha tido um outro envolvimento muito grande muito esforço — eu soube na ~~Comissão~~ Grupo Técnico da CBTU, — que era um problema do eixo Sé/Arouche. Dá para ordenar esta cidade, desde que todos os agentes, ou todos os atores, como queiram, tenham consciência e respeito por aquilo que existe. Dá, sim, para ordenar. Não é de um dia para outro, nós não vamos ter a partir da promulgação do decreto, uma cidade de Curitiba, ou qualquer outro tipo de cidade absolutamente limpa, mas teremos condições de evoluir e de buscar um equilíbrio entre o público e o privado.

Ainda quero fazer mais um comentário a respeito da apropriação dos anúncios que são feitos pelo proprietário da loja. O proprietário da loja já diz "eu sou o proprietário". Primeiro, nós, brasileiros, temos a mania da rua, "a minha rua", não é "a nossa rua",



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 228 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G23	2	emira	pol.visual	10.10.95		

é a minha rua", é a rua que eu moro, é a rua que eu tenho o meu comércio, é a minha rua. Acho que também passa um pouco o aspecto psicológico, eu não psicólogo, mas passa um pouco o aspecto psicológico dessa apropriação da rua. Então, ele vai não coloca o anúncio de uma forma mais adequada. Não sei. Ele vai, coloca o primeiro anúncio, o vizinho vem e coloca um anúncio maior, e numa oportunidade que ele tem, com uma sobra de caixa, ele coloca um anúncio maior. E assim as coisas vão evoluindo, visto o que aconteceu outro dia, e vi novamente uma foto da Rua São Bento, a publicidade da Veadox de Ouro, uma casa centenária, conhecidíssima dentro da cidade de São Paulo, e colocou um monstrengo no meio da Rua São Bento para identificar que ali funcionava mais de cem anos a Botica Ao Veado de Ouro. Nós temos que passar, principalmente, para a Associação Comercial da Federação do Comércio que os comerciantes também têm que respeitar o espaço. Ele tem a sua atividade econômica, e por pior que esteja sendo o momento econômico por que passa o País, por um ajuste inflacionário de 50, 50 e poucos por cento ao mês, tentar cair esse nível inflacionário para algo em torno de 1, 2 pontos percentuais ao mês, é uma coisa muito grande, mas isso também vai passar por todo o nosso aspecto cultural. E vamos tratar as regiões diferentes, como são as regiões de São Paulo, cada região diferente, de formas diferentes. Muito obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 239 do proc.
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G23	3	emira	pol.visual	10.10.95		

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Nós é que agradecemos a participação do senhor Júlio Albeí Neto, Presidente da SETEC - Sindicato das Empresas de Publicidade do Exterior do Estado de São Paulo, e passamos agora a abrir o microfone, primeiro, aos Srs. Vereadores, em seguida, às pessoas presentes. Alguém quer fazer alguma pergunta aos 3 convidados?

A SRA. MARLI NAMUR - (USP - Eu queria, você que analisou todo o histórico da legislação, queria fazer uma pergunta: você citou o projeto de anúncios do Madeira, que não foi apreciado aqui na Câmara, ficou no projeto, e falou que em 93, ou seja, 4 anos após, houve um Decreto do Maluf, o 33388, aprovando uma legislação de anúncio. Qual é a diferença entre o projeto do Madeira e esse Decreto?

O SR - O Projeto do Vereador Madeira e o Decreto que está em vigor tem uma diferença que é a volta da união da parte da propriedade particular e da parte pública que é onde houve a distinção inicial. Porque se a gente quiser tratar a cidade, e devemos tratar a cidade como um todo, como uma matéria única, na minha opinião pessoal, acho que ~~mas~~ as coisas devem ser divididas para que haja entendimentos e tratamentos mais específicos. O Vereador Madeira voltou novamente a ter a parte particular e a parte pública juntas. Essa é a diferença maior que existe dentro do Projeto de lei que está nesta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 240 do processo
N.º 56 de 1995
O funcionário
LABRADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	LABRADOR	CONT. APARTE
G23	4	emira	pol.visual	10.10.95		

Casa e do Decreto que esta em vigor.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - Sou chefe da Assessoria Técnica da CBPU.

Eu acho que por todo o histórico que o Júlio comentou, e até pela própria leitura que ele faz da situação atual, me sinto também com muita vontade, de tanto fazer um resumo rápido de como eu vejo a questão da legislação, e como eu vejo a questão da paisagem que hoje a gente vê pela cidade. Eu acho que, de qualquer maneira, a gente como cidadadão, independente de técnico que trabalha com isso ou não, a gente verifica que realmente a paisagem da cidade, em muitas áreas ela é caótica, e não potencializa o que ela poderia dar de informação. Às vezes a ineficiência da informação é uma coisa bastante presente, e ela pode ser melhorada em muito. De qualquer maneira, acho que ela não é valorizada. Pelo contrário, em muitas áreas acontece justamente o contrário.

Eu vejo que para mudar isso, acho que algumas coisas teriam que ser alteradas, em função e até de porque elas estão aí.

Eu vejo a questão da legislação como um dos pontos que contribuem para isso. A leitura que faço da legislação hoje é a seguinte: eu separo um pouco a questão da anúncio e a questão do imobiliário urbano, até por uma questão até didática da coisa. Na questão de anúncio,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 24 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário [assinatura]
ORADOR [assinatura] CONT. ARQUIV. [assinatura]

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARQUIV.
G23	5	emira	pol,visual	10,10,95	m.fátima	

hoje o que que está em vigor? Hoje está em vigor uma lei de 59, que é
uma legislação tributária, ~~porque a questão tributária sempre foi em~~
~~fronte na cidade. Tem a lei de 59, que é a lei de 59, que é a lei de 59,~~
~~que é a lei de 59, que é a lei de 59, que é a lei de 59,~~
~~que é a lei de 59, que é a lei de 59, que é a lei de 59,~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 242 do proc.
N.º 56 do 255
O func. n.º
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	1	valéria	poluição vis.	10.10.95		

porque sempre a questão tributária foi na frente da Cidade. Esse é um pecado que a cidade de São Paulo apresenta, acho que até meio comum. De qualquer maneira, a lei é de 59 e a partir daí a gente teve decretos. Nós tivemos um decreto em 78, que é do Setubal, que o Julio falou, o 503/64, o mesmo ano em que surgiu a CPTU; a gente tem o Decreto 33388 e que foi posteriormente modificado junto ao gabinete do Prefeito, a CPTU não teve participação e depois o que está hoje em vigor, que é o 33874. De qualquer maneira, são decretos, são coisas que o Legislativo decide, a princípio ouvindo a CPTU, e outras áreas não, mas, de qualquer maneira, são decretos. Então, essa questão de uma discussão mais ampla, a questão de uma legitimidade, fica um pouco comprometida. Por outro lado, a legislação é uma coisa, mas há outra questão que é a da legitimidade dessa legislação, que acho que é uma coisa que está muito junta com a questão da existência da legislação. Eu acho que quanto mais a legislação for simples, quanto mais houver uma discussão entre todos os agentes que ~~finx~~ influenciam para que a paisagem seja o que ela é hoje, acho que é importantíssimo, inclusive o envolvimento da população. E aí acho fundamental o papel da Câmara. Acho que numa sociedade em que os segmentos estão se organizando agora, a representatividade é uma coisa meio complicada, acho que a Câmara tem um papel fundamental. Então, acho que essa discussão da poluição visual na Câmara é extremamente benfica e nós da CPTU estamos muito felizes por ter essa preocupação porque aí é uma hora de você participar e uma hora de as coisas tenderem a mudar. Outra coisa que acho complicado a nível de paisagem que é um dos problemas que a gente vê é a questão da fiscalização. Claro que quanto mais a legislação tiver uma legitimidade, a própria população vai fiscalizar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 243 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	2	valéria	poluição vis.	10.10.95		

Agora, esse é um processo, acho que não é de uma hora para outra que isso acontece e acho que a fiscalização tem de existir - e hoje ela praticamente não existe - tem de ter multa. Acho que na etapa que estamos de conscientização dos direitos do cidadão é importante ter multa, acho que a partir daí a coisa tende a mudar. Por outro lado, saindo um pouco da questão de núncios, porque desde 84 a gente faz projetos de lei e anúncios e paisagens e até hoje não conseguimos aprovar nenhum. Então, esse de 84 basicamente é aquele que o Madeira apresentou em 89 que foi objeto de algum consenso que chegou ao do Firmino, que inclusive hoje tem um na Câmara, do vereador José Índio, o 468. De qualquer maneira, o que vejo é que são várias tentativas de se aprovar um projeto de lei, parece que a coisa está quase indo e a coisa não vai, então, acho que tem de haver regras básicas numa lei, tem que ter toda uma discussão na Câmara e eventualmente tem de haver decretos regulamentadores. Eu vejo também a questão - o Julio falou uma coisa interessante, na questão de não pasteurização da cidade, A gente entende, a gente, que eu digo, a assessoria técnica, entende que deveria haver regras básicas para a cidade. Mas, a princípio, São Paulo apresenta várias áreas distintas, quer dizer, no fundo é uma cidade com inúmeras paisagens. De qualquer maneira, a idéia era se fazer uma legislação para a cidade toda e certas áreas serem contempladas pontualmente. A gente verifica que a área central é diferenciada. Uma outra área que a CPTU está trabalhando é a área das marginais, que a gente acha que também merece destaque. Claro que o ideal seria ter um código de paisagem, como a Rosa Elias(?) falou, ou como um plano de paisagem, mas como a gente não tem realmente essa coisa global, a idéia é tentar trabalhar meio que cobrindo isso, então, detectando uma regra



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 244 do pres.
N.º 56 do 2º
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G24	3	valéria	poluição vis.	10.10.95		

básica para a cidade e regras específicas para áreas específicas. Acho que aí sim para áreas específicas, poderia eventualmente não ser da Câmara, poderia ser do Executivo, mas de qualquer maneira essa possibilidade de você definir áreas específicas de paisagem. Agora, só para concluir que eu não consigo não falar sobre isso, é com relação à questão do mobiliário - estou tentando fazer essa parte mais didática porque no fundo a paisagem é resultante de tudo isso que está aí, mas a nível de mobiliário, o que a gente vê são inúmeros dispositivos legais, alguns contraditórios com outros, cada um tratando de uma coisa isoladamente, sem ter nada que amarre, sem ter nada que se preocupe com a paisagem como um todo. E aí acho que infelizmente a Câmara tem dado um exemplo que não é nada bom. De qualquer maneira, o que a gente vê mesmo, projetos de lei que chegam, acho que é uma prática que a Câmara adotava e que infelizmente continua adotando. Realmente são inúmeros projetos de lei, inúmeras leis que tratam da coisa isoladamente sem ter uma preocupação com a coerência, sem ter uma preocupação com a paisagem como um todo. Acho que é uma prática que só o tempo pode alterar. Acho que esta comissão aqui já é um passo adiante nesse processo todo de evolução de como se entender a paisagem e como intervir nessa paisagem. Acho que basicamente era isso que tinha a falar.

O SR. JULIO ALBIERI - Pegando ganhos da Fátima e é bom porque a gente pode discutir e evoluir na matéria, quando ela fala da ineficiência da publicidade, já existem estudos feitos por instituições especializadas em pesquisa de mercado contratadas pelas agências e grandes anunciantes que detectaram regiões em São Paulo em que você colocar ou não colocar uma publicidade já não faz mais efeito. Ou seja, a empresa que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Diário n.º	245	do proc.
N.º	36	de 1985
ORADOR	ANTONIO	CONV. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONV. APARTE
G24	4	valéria	poluição vis.	10.10.95		

contratar publicidade nessa área está jogando fora. Por incrível que pareça, uma dessas áreas chama Jardins. A área de melhor grau de visualização publicitária na cidade de São Paulo, que mantém o maior recall de visualização de publicidade exterior na cidade de São Paulo é a região de Indianópolis, para o lado da Av. Indianópolis, para o lado de cima do Planalto Paulista com tendência ao Jabaquara. Essas são informações concretas feitas com base em pesquisas de mercado por institutos credenciados e são muito importantes porque o próprio empresário ou anunciante passa a tomar consciência de ~~que~~ que uma intervenção dele naquele espaço não vai ter efeito. Mas isso traz também o gancho ~~com a intervenção dele~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 246 do processo
N.º 36 de 1995
O funcionário COM. PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	LABORADOR	COM. PARTE
G26	1	exterior beth	pol.visual	10.10.95		

e sempre nós, as empresas de publicidade exterior, e quando a gente fala em empresa de publicidade exterior nós estamos falando em todo aquele agente que produz, veicula, administra ou mantém uma peça de publicidade exterior, fazemos; nós realizamos, as empresas que representamos, realizam muitas vezes aquilo que o cliente delas quer. Por mais que se diga que não pode, o cliente, no final, quer, então, uma empresa diz não, outra diz não, mas vai aparecer, sem dúvida nenhum, a, alguma empresa que vai dizer sim. E que fique muito claro aqui também: muitas dessas empresas que dizem sim não têm nenhum compromisso com a cidade de São Paulo, partindo do princípio que elas não têm nem sede na cidade de São Paulo, nem filial na cidade de São Paulo. Elas produzem fora da cidade de São Paulo e trazem para dentro da cidade essa interferência. Então, são empresas que não têm preocupação com essa cidade. O que eles têm a fazer com esta cidade? Alguém pediu, eu fiz e entreguei, produzi. Há pouco tempo fui entrevistado por uma pessoa e me dizia: olha, eu quero colocar uma faixa na rua cumprimentando o meu namorado. Mas você sabe que é proibido fazer isso? Sei, mas não sou eu que vou colocar, tem alguém que eu contrato e coloca! Ora, eu sei que tem uma porção de gente aí que mata; eu vou contratar para matar? Ah, mas o senhor está extrapolando. Não, não estou extrapolando, a atitude é exatamente a mesma, se você tem uma preocupação na cidade e a pessoa diz que tem preocupação com a cidade vai fazer isso? Existem instituições que dizem ter tanta preocupação com a cidade e sabe que determinadas formas de veicular são proibidas e se utilizam delas, baseados no princípio de que alguém vai produzir, alguém vai colocar. Existem outras situações onde o abuso chegou até um pouco que não há como administrá-lo e se cria o selo casa com o intuito de trazer benefício



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 247 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G26	2	beth	polui.visual	10.10.95		

para crianças carentes ou pessoas necessitadas que eram para ser colocadas em publicidade em imobiliárias nos finais de semana espalhadas pela cidade e que hoje qualquer bazar compra sua casa e põe uma placa para dar a sensação de legalidade, quando é totalmente ilegal a fixação dessa publicidade. E não é só publicidade imobiliária, porque sejo casa foi criada para publicidade imobiliária nos finais de semana e hoje o comércio em geral está se utilizando desse artifício. Então, uma das coisas importantes que existem é a fiscalização e uma coisa: por que um decreto - não sei explicar e não consegui - quando a Fátima passa por fiscalização e multas me vêm a memória e quero fazer: no decreto você não pode ter multas, não pode ter uma série de agentes penalizadores; para você ter uma pena, você tem de ter uma lei. Então, a necessidade da lei também vem nesse sentido, no sentido de você poder agir legalmente contra o agente que está cometendo a ilegalidade. Por um decreto ele está pouco se lixando - desculpem a gíria. Para vocês terem uma ideia, os cantores e pessoas atores que se dizem tão ligados com as coisas da cidade, com as coisas da cultura, declaram em seus budgets logo de saída que vão ter x de multa na cidade de São Paulo, que é uma multa irrisória de 150 e poucos reais mas eles vão colocar o lambe-lambe pela cidade, eles vão emporcalhar a cidade, qual é a preocupação que eles vão ter com a cidade? Na mídia somos eternos defensores, mas no budgets deles aparece que eles vão colocar o lambe-lambe na cidade, porque é mais barato ser multado do que fazer uma coisa legal dentro desta cidade. Por quê? Porque não existe lei que regulamente o anúncio. Então, há necessidade de haver lei, e eu estou falando de ler documentos, mas de ouvir inclusive declaração de cantores e atores dizendo: deixa rolar, a multa já está dentro do meu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 248 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G26	3	beth valéria	10.10.95			

orçamento do meu show. Muito obrigado.

A SRA. MIRTES - Do DPH. O Júlio não vai sair da berlinda hoje. Júlio, é o seguinte: além do projeto de amúncio, foi discutido na CPTU também o prjeto de uso do espaço público, talvez não dois anos, pelo menos uns 6 meses. Então, acho que seria muito importante, você como participante de CPTU na época, você dar um depoimento de como a CPTU na época analisou o projeto e se você se lembra quais foram os aspectos questionados e os aspectos que você citou como bons.

O SR. JULIO ALBIERI - Olha, eu acho, eu li o que você falou na reunião anterior e li todo um comentário que havia principalmente sobre bancas de jornal, que é um dos assuntos mais palpitantes, e o camelo que também está dito na reunião anterior. Isso acho que ficou muito claro lá. Quando o projeto foi discutido dentro da CPTU e quando chegou o momento em que os jornalheiros e seu sindicato souberam q que estava acontecendo, eles fizeram uma pressão muito grande mas mesmo assim nós deixamos o projeto da forma que estava. Você quer saber quem são os agentes. Você diz na reunião anterior, e também diz comentários a respeito da colocação das lixeiras nas portas dos bares. Isso é uma lei promulgada pela Prefeitura Erundina, essa lei está em vigor e ninguém está praticando. Além de que, como você mesmo diz ali na reunião anterior, se ela for praticada, caada um vai colocar de um jeito, num lugar, e onde você já não tem como passar, você vai ter menos espaço ainda para passar. Eu vou ser repetitivo em função da forma que você descreveu como foi feito. Acho que você não deixou escapar ~~nenhuma das brechas e nem mesmo os problemas que não foram~~

~~discutidos durante a reunião pública. A minha opinião na reunião pública é que a Administração Regional de São Paulo não deu um edital~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	249	do	1
N.º	26	de	1995
O funcionário			
ORADOR	CONT. APARTE		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	1	Norma	Poluição Vis.	10.10.95		

nenhuma das situações e nenhum dos problemas que nós enfrentamos na discussão da ordenação da paisagem urbana.

A minha ação na paisagem urbana, como disse, foi que já que a Administração Regional da Sé soltou um edital que vinha baseado em uma coisa que eu acreditava, que era esse espaçamento, eu fui trabalhar, fui verificar até antes de concorrer, para fazer não um cheque daquilo que estava colocado no projeto, mas para verificar a viabilidade, e há a viabilidade de você combinar esses agentes de mobiliário urbano desde que haja uma ordenação, quer dizer, desde que existe - porque eu vou fazer uma brincadeira aqui: aquele projeto ele tem aí, ~~isso~~ parece uma função matemática, quer dizer, você tem a função da reta, depois você tem as variáveis, e elas estão colocadas aproveitando a passagem daquela reta, em vez de você definir a reta, antes da reta você vai definir o ponto, inverter um pouco o problema - mas temos condição de colocar cada um dos agentes, cada um dos móveis, nos devidos lugares, e caberão todos havendo principalmente espaço para a circulação do cidadão.

Agora eu vou aproveitar aqui um gancho do Minoru Naruto que também diz: olha, se o negócio continuar desse jeito, eu também quero um espaço na calçada, de preferência na Avenida Paulista, que eu vou montar um shopping center, porque hoje ele, que está lá para vender ~~o~~ jornal, tem xerox, máquina de datilografia, já tem microcomputador para fazer curriculum vitae, já tem ar condicionado, a banca é de aço inoxidável, ele vende chiclete, balas, bombons, caramelos, frutas, remédios e tudo aquilo mais que você quiser. Se me arranjam um



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	250	do proc.
N.º	56	de 19 95
O funcionário		
ORADOR	CONT.	APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	
G14	2	Norma	Poluição Vis.	10.10.95	

espaço na Avenida Paulista eu largo tudo o que estou fazendo e vou trabalhar na Avenida Paulista. -(risos)-

A SRA. BONA DE VILLA - Faço parte da Assessoria Técnica da Secretaria da Câmara. Gostaria de aproveitar esta reunião para confessar a minha ~~ignorância~~ ignorância nesse campo, sobre uma questão que, por outro lado, me preocupa, que é justamente a da responsabilidade técnica, isto é, antigamente publicidade era coisa que se colava na parede, ou se pintava; hoje em dia temos peças de engenharia de alta tecnologia, certo ?

Então confesso que na minha cabeça não está claro como se configura - e gostaria de saber a opinião dos presentes sobre essa questão, isto é, que tipo de responsabilidade, existe uma responsabilidade, por exemplo, pela segurança, mesmo, da peça, do seu suporte, existe uma responsabilidade pela aderência à legislação em vigor ? Como, na opinião dos senhores, isso seria distribuído entre o empresário, o dono de empresa, o profissional contratado, existiria a figura de um profissional responsável, como um engenheiro responsável de um anúncio complexo ? Como é que a coisa se configuraria na opinião dos senhores para ter um interlocutor frente ao Poder Público ?

O SR. JÚLIO ALBIERI - O anúncio se identifica entre ~~anúncio~~ anúncio simples e anúncio complexo. O anúncio complexo tem uma definição baseada em área e uma definição baseada em se tem movimentos mecânicos ou se tem carga elétrica.

Todo anúncio considerado complexo obrigatoriamente tem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -


 Folha n.º 251 do proc.
 n.º 56 de 1985
 O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	3	Norma	Poluição Vis. MM	10.10.95		

como responsável técnico um engenheiro civil, em relação à parte de fundações, e estrutural, e um engenheiro elétrico quando envolve os aspectos elétricos da peça.

Existe uma quantidade outra de amúncios que são colocados, e que também já foi falado que, se não me engano pelo Paulo Bastos, que se nós tirássemos todo esse luxalon(?) que está aí, graças a Deus, protegendo a paisagem no Centro da Cidade, diríamos: beleza de prédios! Só que esses amúncios, ao serem colocados, estão deixando de respeitar uma quantidade muito grande de normas de segurança. Acontece - uma quantidade que eu não posso definir, eu teria de chamar o pessoal específico da Eletropaulo, a quantidade de acidentes elétricos com os instaladores de amúncios, principalmente na periferia ou em lugares um pouco mais distantes, quando vão instalar o luxalon e tentam esconder o cabo elétrico, ou dar passagem para o cabo elétrico, já que ele vai fazer todo o recobrimento da fachada ele acaba entrando com o cabo elétrico por uma - faz um corte no alumínio para passar o cabo elétrico - e aí existem alguns problemas de acidentes.

E esse amúncio acaba não sendo classificado, e não chega muitas vezes nem a impedir o cadastramento, pelo menos até onde nós saibamos, aqui no CADAN, que é da SEHAB. Agora, as grandes peças, essas peças que têm uma assinatura embaixo, de identificação, principalmente do responsável, de quem está tomando conta daquela peça, essas, em geral, têm um engenheiro que é responsável por todos os cálculos estruturais e por todos os cálculos elétricos, inclusive



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

voto n.º 252 do proc.
56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	4	Norma	Poluição Vis.	10.10.95		

esse registro, essa ART, vai ao CREA, ela é registrada no CREA.

O SR. MAURÍCIO FARIA - Eu queria pedir ao Sr. Júlio que nos informasse o seguinte: bom, em primeiro lugar eu acho que aquela pesquisa que o senhor mencionou sobre a eficácia da publicidade e o fato de que alguns pontos da Cidade a colocação de anúncios tem um efeito nulo para fins de publicidade, porque não fixa a atenção do público, esse dado seria interessante, se houver condições, que alguma coisa nesse sentido fosse informada à Comissão, porque inclusive no relatório final é um dado importante porque mostra o nível a que chegamos. Mas, dentro disso, indago ao senhor - já que o senhor, os senhores, estão ligados a esse ramo, e procuram, pelo que eu sinto, ter uma abordagem moderna, eficaz da questão publicitária, se existem estudos, ~~em~~ análises e procedimentos para aferir exatamente qual o tipo de publicidade que é eficiente, quais os padrões, tamanhos, etc, ou se isso existe, se é recente, ou antigo, ou se a lógica da colocação de anúncios é simplesmente ~~uma~~ uma lógica caótica, ~~uma~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 233 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H-1	1	Raimundo	Poluição	10.10-95		

... de uma competição de tamanhos e de número de colocações de mensagens, enfim, existem, como é em outros países, existe uma técnica, um procedimento para avaliação de qual o ponto de equilíbrio, porque a minha dúvida é a seguinte: parece-me que há uma contradição em muitos pontos entre o interesse da paisagem urbana e o interesse da publicidade. Agora, essa contradição tem que ser trabalhada, mas por outro lado, pode, vamos dizer assim, essa situação caótica que a Cidade vive também não corresponder aos interesses de uma visão moderna e adequada da própria publicidade, ou seja, essa idéia que o senhor mencionou logo no início de que uma rarefação e ~~uma~~ adoção de padrões técnicos de publicidade mais, vamos dizer, bem estruturados, pensados, etc. é melhor para a publicidade e pode favorecer o equilíbrio de interesse entre a publicidade e a cidade, a paisagem urbana. Então, eu queria saber mais exatamente isso, o senhor mencionou uma ~~pesquisa~~ pesquisa, mas se ~~existem~~ existem estudos, avaliações sistemáticas, um procedimento moderno que permita equacionar tecnicamente a questão da publicidade.

O SR. JULIO ALBIERI - A publicidade exterior é o meio de comunicação fora a fala mais antigo, já há 6 mil anos, uma pesquisa feita, quando a escrita uniforme (?) é que surge o 1º indivíduo oferecendo um pouco de trigo que ~~lhe~~ tinha sobrado e mais alguma coisa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 254 do Proc.
N.º 36
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CÓD. APARTE
H-1	2	Raimundo	poluição	10-10-95		

que ele tinha à disposição de quem quisesse. Essa publicidade veio - crescendo, crescendo, crescendo e não levando muito em consideração, já que era as suas primeiras formas, nunca levando em consideração a pesquisa de mercado propriamente dita. A igreja então começou a colocar as torres bem altas para aparecer e todo mundo ver que lá tinha a Cruz, ~~xxx~~ então aquilo já era o símbolo, já era a publicidade, já tinha pesquisa de mercado dentro confessional, porque o padre quando estava na paróquia dele sabia o interesse da comunidade e quando ele queria passar alguma informação, alguma coisa ele batia o sino.

No Brasil, a pesquisa de mercado da publicidade exterior está surgindo nos últimos 2 anos. Nos Estados Unidos e na Europa isso já existe há muito mais tempo, inclusive institutos de pesquisa europeus e americanos brigam para ver qual é a melhor forma de avaliar a eficácia disso e ~~maximá~~ a forma de que essa publicidade deva ser colocada, mas no Brasil nós começamos muito recentemente. Quem começou mais cedo no Brasil a fazer a pesquisa sobre a eficiência da publicidade como um veículo foi a Central de Outdoor representada aqui pelo Luiz Roberto. Os outros meios começaram a fazer pesquisa mais recentemente e as agências também passaram a se preocupar mais recentemente com isso, porque em virtude do encarecimento das chamadas x mídias maiores, que são os jornais e a televisão, que têm pesquisas feitas, porque surgiram



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 255 do proc.
36 de 13
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HL	3	Raimundo	poluição	10-10-95		

com o avanço da sociologia também e a se adentraram por esse meio - essas pesquisas no Brasil são muito novas, os agentes estrangeiros, as empresas estrangeiras começaram a pedir avaliações, avaliações que não havia, então as agências nacionais passaram a se preocupar com isso e algumas empresas da publicidade exterior também passaram a se preocupar com isso, só que a preocupação mais antiga, vamos dizer/ assim, no Brasil vem da Central de Outdoor, mas aí também vem uma pesquisa, e o Luiz Roberto, depois, pode falar melhor, mais do ponto de vista da memorização de imagens, de como você criar corredores. A forma aparentemente caótica de se colocar publicidade na cidade é ligada diretamente à proporcionalidade da expectativa empírica daquele achemétrico do empresário principalmente, de que como vai haver um sinal, como vai haver um semáforo, como vai haver um assoreamento de trânsito, uma desaceleração de trânsito, um grande fluxo de público, ali é um bom lugar para colocar publicidade. Mas a saturação leva exatamente à ineficiência dessa publicidade. Esses estudos a que me referi são feitos pela J.Walter Thompson, não sei se eles podem tornar público isso; sei que a Northan (?) também tem estudos nesse sentido - todas as empresas que trabalham particularmente com a Companhia Nestlé têm essa preocupação, por que ? O presidente mundial da Nestlé, há alguns anos inclusive há uma matéria grande na Gazeta Mercantil a esse respeito, falou para seus

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —


 Folha n.º 236 do proc.
 M.º 56 de 1995
 O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
HI	4	Raimundo	poluição	10-10-95		

diretores e gerentes que queria meios mais baratos de publicidade e que fossem buscar publicidade exterior, mas ele queria avaliações, então, nisso o Brasil saiu correndo atrás novamente da história. Voltando, nos Estados Unidos e Europa existe, agora, para você ter uma idéia, nos próximos dias, 3 e 4 de novembro, vai haver na Virgínia, existe uma fundação específica para análise de publicidade exterior, vai haver um seminário para explicar em que ponto estão as pesquisas para o território do nafta (?), já que englobaram também o Canadá, já que não conseguem levar ao México, mas o Canadá já está envolvido nesse processo, porque eles também tem alguns problemas nesse tipo de normatização, quanto a dimensões e certas formas de instalação, mas quanto a pesquisa de resultados já têm isso bem adiantado.

A SRA. REGINA MACEDO - O senhor colocou que muitas empresas de fora não têm competência para isso, já que sempre se viu aqui

como particularmente observado o crescimento das indústrias no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 257	do proc.
N.º 56	de 13
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	1	valéria	poluiç.vis.	10.10.95		

não tem compromisso com a cidade, vêm e fazem um caos aqui. Agora, particularmente, eu tenho observado o crescimento dos infláveis na cidade. Tem um imenso nesta semana em plena Av. Paulista fazendo a chamada de atenção para uma exposição de barras de ouro que há no Banco Real. Ele é horrível, absurdo. Essas empresas de infláveis não são ligados ao sindicato e associações de vocês? Não são de São Paulo.

O SR. - O sindicato tem muito mais uma relação de obrigatoriedade com as empresas que se ligam a ele é mais voltado ao aspecto trabalhista. Esse foi sempre o ponto de vista do sindicato em relação às empresas. E quando o sindicato começa a tentar cercar ou criar alguns problemas ou criar situações como essa que você colocou dos balões, as empresas não querem se filiar a nós porque dizem: não, eles irão nos bombardear, por que eu vou contribuir com eles? Vou dar dinheiro para ser bombardeado? Mas aí também, na minha opinião, vem uma nova falha na lei. O Brasil foi um país que esteve na maior parte do tempo fechado às nações amigas, no sentido de que o porto abriu em 1808, fechado, abre, fecha, essa porteira abre e fecha a todo o momento. Novas tecnologias estão chegando, toda a legislação que está aí sendo discutida nada prevê ou dificilmente prevê uma adaptação da lei a essa evolução que vem vindo. Então, esses infláveis que começaram tão pequenos hoje e estão proliferando pelas cidades, incríveis, não existe aparentemente nenhum estudo sobre segurança, sobre a possibilidade de pegar fogo, estão surgindo outros tipos de objetos na cidade que também não estão previstos nos decretos - como não existem leis e sim decretos, eles não estão previstos nos decretos. Há necessidade mesmo se fazendo uma lei, se deixar um artigo onde esses novos tipos de manifestação tenham de passar por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 58 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H2	2	valéria	poluição vis.	10.10.95		

uma comissão como a CPTU para serem avaliados do ponto de vista de segurança, de dimensões, para inclusive, poder se definir rarefação específica. Eu posso adiantar que lendo revistas especializadas estrangeiras a quantidade de coisas que não chegou aqui e vai chegar é muito muito grande.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Gostaria de pedir aos três convidados, dentro da questão feita pelo Vereador Maurício Faria, relator desta Comissão, o acesso a essas pesquisas, já que vocês representam as três maiores entidades na área de comunicação. Pergunto a vocês se há possibilidade desta Comissão obter todas essas pesquisas em relação à comunicação, o que facilitaria nosso relatório. Faço uma pergunta aos três convidados: de que forma minimizar a questão caótica da poluição visual na cidade de São Paulo? Gostaria que as três entidades se pronunciassem. Qual é a forma, qual é o caminho para minimizarmos a poluição visual?

O SR. LUIS ROBERTO - Da Central de Out Door. Antes de responder, gostaria de tecer alguns comentários sobre o que o Julio colocou, também respondendo ao Maurício Faria. Ele perguntou como funciona no exterior. Vou tentar citar alguns exemplos aqui. Lá fora existem coisas caóticas também, talvez mais centralizadas. Podemos pegar uma Nova York, o Times Square, Londres, Picadilly Circus. O Ricardo outro dia estava com umas fotos aqui de Milão, umas coisas que ele viu recentemente. Vamos sair um pouco de Nova York, ir para São Francisco, Los Angeles, você tem o out door presente na paisagem urbana, e digo out door no exterior na paisagem urbana, é que aqui nós classificamos out door como o cartaz de papel colado e lá fora o out door engloba tudo. Então,



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTAPARTE
H2	3	valeria	poluição vis.	10.10.95		

em Los Angeles você tem peças de dupla face solocadas de 100 em 100 metros em sentidos opostos da via. Você andando numa avenida, você tem out doors nos dois lados da via colocados ordenadamente, você tem um número de peças grandes mas há uma ordenação nas peças. O out door nos Estados Unidos é um pouco menor que o brasileiro, o out door de papel colado que tem 3x9 metros e nos Estados Unidos ele tem cerca de 3x6 metros. Aqui no Brasil a gente não permite a sobreposição de imagens e nos Estados Unidos já é permitido. Então, na mesma estrutura você coloca dois out doors de 3x6 metros. Aqui a central de out door não recomenda isso para seus associados, inclusive, acho que na cidade de São Paulo nós não temos casos de dois out doors na mesma estrutura. Pode ter visualmente próximo a terrenos lindeiros, mas a central de out door procura criar normas de instalação para seus associados. A central é uma associação, não podemos mandar na casa dos outros, então, nem sempre os associados seguem as orientações, mas a gente procura ditar algumas regras. Acho que basicamente era o que queria dizer, exemplificar alguns comentários que foram feitos e que ficaram meio abertos. Relativo a pesquisas a Central de Out Door tem uma pesquisa que não tenho número, vou ver se consigo trazer para a próxima reunião, a aceitação da publicidade exterior na cidade de São Paulo. Dentro das pesquisas que a gente faz regularmente para ver o retorno publicitário nosso instituto de pesquisas saiu às ruas e nós pedimos esse questionamento. Não tenho os resultados de cabeça (apartes) ia falar 89%, então, acho que seja até o contrário, 98% de aceitação, mas me comprometo a trazer os dados numa próxima vez. Agora, respondendo à pergunta do Vereador Roberto Trípoli acho que precisamos ter leis definidas para podermos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 36 de 36
de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
H2	4	valéria	poluição visual	10.10.95		

atuar na cidade. Se você voltar, a primeira empresa de out door que surgiu em São Paulo foi em 1929 e hoje estamos em 1995. Basicamente a

~~estrutura que hoje colocamos no mercado. Não temos um quadro de~~

~~redes, com uma galáxia, quer dizer, a estrutura de out door~~

~~que nós temos...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 56	do proc. 56
RAULO	de 1985
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H3	1	emira	pol,visual	.10.10.95		

e hoje estamos em 1985. Basicamente a estrutura do "out-door", a peça colocada na rua é a mesma até hoje. Nós temos um quadro de madeira com chapa galvanizada, quer dizer, a estrutura do "out-door" em si não evoluiu. Temos atitudes isoladas de alguns empresários que hoje estão trabalhando com estrutura metálica. É uma preocupação, a gente precisa ter as coisas definidas para poder investir no nosso meio para poder evoluir o meio. Hoje, o "out-door" tem impacto, mas se você for analisar ele com a estrutura dele, realmente é uma coisa feia, estrutura de madeira, uma coisa que ficou parada no tempo. Então, acho que se tivermos leis, e penalizações, acho que é a maneira da gente conseguir consertar a cidade. Acho que o brasileiro, infelizmente, não só brasileiro, lá fora também, as penalizações são sérias e assim a pessoa se educa, então, acho que falta isso no Brasil, ter leis e penalizar quem está errado, para podermos chegar aos nossos objetivos.

Passo a palavra aos meus companheiros.

O SR. MAURICIO FARIA - Aproveitando a sua presença no microfone, é só uma curiosidade, mas tem a ver com essa problemática que foi levantada. Eu estive, recentemente em Vitória, não conhecia Vitória do Espírito Santo, e uma das coisas que me chamou a atenção é que vi lá um "out-door" muito menos do que os da qui. Teria aproximadamente a metade dos daqui. E aquilo me causou certa perplexidade. Os automóveis são da mesma marca, a altura média é a mesma do povo brasileiro, então por que é que aqui ele é tão menor do que o "out-door" de São Paulo? E aí a curiosidade de saber se existe algum estudo, alguma análise sobre o tamanho do "out-door", e Eu estive em Vitória só por um dia e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 262 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H3	2	emira	pol,visual	10,10,95	maluricio	

não pude verificar se todos são pequenas, mas em vários pontos da cidade existe um tipo de "out-door" que não existe aqui, é um bem menor e, portanto, tem um impacto bem menor na paisagem. Então, de onde surgiu esse tamanho padrão na cidade de São Paulo, se isso obedece a alguma lógica técnica, algum critério técnico de visualização, etc., e por que que em Vitória há um "outedoor" menorzinho, que em princípio é mais harmonioso?

O SR. LUIZ ROBERTO - (Central de "Out-doors") - Nós temos 153 associados e a Central de "Out-door" trabalha com um tamanho padronizado de "out-door", é o 3 x 9 metros. Em Vitória temos 3 associados que trabalham com "out-door" padronizado de 3 x 9 metros. Eu, particularmente, não conheço a cidade. Pode ser que exista alguma empresa não filiada à entidade que trabalhe com "out-door" diferenciado. Realmente eu até vou questionar com o meu associado, porque não conheço isso. Sei que existem algumas cidades do interior, como Campinas, por exemplo, que hoje trabalha com "out-door" de 8 folhas. São empresas isoladas que não pertencem à Central de "out-door", que lançaram esse produto no mercado. Agora, a padronização do "out-door" em 32 folhas que ~~em~~ hoje dá 3 x 9 metros, se deveu ao crescimento desordenado das empresas. Como comentei, o o "out-door" surgiu no Brasil em 1929, Em 1935 surgiu a segunda empresa, hoje a Pintex, e na época a Pink Publicidade, eles lançaram um "out-door" de 4 folhas. A primeira empresa tinha um "out-door" de 2 folhas. E aí foi se proliferando, e hoje temos "outedoor" de 8 folhas, de 16, sempre múltiplos disso, 32 e até o de 64 folhas, que era um "out-door" duplo, e tinha 6 x 9 metros.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 263 do proc.
PAULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H3	3	emira	pol,visual	10.10.95	luiz roberto	

Com o advento da Central de "Out-Door", a gente padronizou em 3 x 9 metros. E por que os 3 x 9 metros? Não vou dizer que houve uma pesquisa, sobre isso, é que basicamente o pessoal de criação de agência gostava do formato, porque ele tem o comprimento 3 vezes maior do que a altura. Então, como existiam muitos quadros de 16 folhas, e basicamente era só juntar e obter um quadro de 32 folhas, optou-se por esse formato no Brasil, de 3 x 9 metros. Basicamente, no restante do mundo, os "out-doors" atingem 3 x 6, ou 3 x 8. Não existe padrão mundial para esses. Por isso que o "out-door" brasileiro tem 3 x 9 metros, e no Brasil todo ele trabalha com esse formato.

O SR. JOSÉ RICARDO FUVER - (Epal) - Com relação ao questionamento do Vereador Trípoli, eu diria que para você fazer uma ordenação na cidade, isso exigiria, primeiro, um tempo que não seria muito curto em termos de fazer uma programação de ordenação para que a cidade pudesse se adaptar às situações novas que venham a surgir.

Segundo, é necessária uma legislação que seja realmente aceita, porque hoje estamos cansados ~~de ver leis~~ de ver leis que saem e que simplesmente a população ignora, e o poder público também não toma nenhuma atitude para que se faça ser cumprida.

Outro aspecto, em termos de você conseguir uma melhoria visual na cidade, e é um ponto que sempre defendi, é a rarefação. Tem de haver uma maneira de se fazer uma rarefação, em termos da cidade. Um distanciamento entre anúncios.

Um outro ponto que é muito importante, é a questão de manutenção dos anúncios. Acho que quem quer colocar uma edificação no co-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha 264
36
93
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H3	4	emira	pol. visual 10.10.95	j. ricardo	j. ricardo	

mércio, ou quem quer trabalhar com uma peça de veiculação publicitária, ele tem que garantir à cidade uma visualização bonita, e isso não se teria através de um sistema eficaz de fiscalização quanto à manutenção.

~~Cópia para o Arquivo (terminado)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 265 do proc.
N.º 58 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H4	1	ant.	pol.	10.10.95		

O ponto que o Júlio colocou, que hoje acontece muito, que são as empresas que estão fora de São Paulo, vêm aqui, instalam suas peças, vão embora não dão manutenção na peça porque não têm o menor interesse na Cidade, recolhe os seus impostos na sua cidade de origem, não estão dando a mínima para a Cidade. É uma situação difícil. Você não pode tolher a livre comercialização no nosso país, mas acredito que desde que você tenha uma prestação de serviço, em termos de publicidade, já que ele vai ocupar uma área dentro da cidade de São Paulo, a empresa tem que ter o comprometimento com a cidade. Essa é a única maneira. Acho que deverá comparecer aqui a Federação do Comércio, porque dentro da cidade de São Paulo o maior índice de anúncio em São Paulo se refere ao comércio e o comércio faz de maneira totalmente desordenada diria até que, muitas vezes, por ignorância de que existe uma legislação a respeito, porque ele abre o seu comércio, contrata uma serralheria para fazer uma peça para ser instalada, não existe nenhum critério técnico, critério de cálculo, de segurança e simplesmente ele instala porque acha que está no seu imóvel e tem o direito de fazer isso no seu imóvel. Esse é um ponto que tem que ser discutido com a Federação do Comércio, porque se você pegar o centro de São Paulo, com as grandes ruas comerciais, você pode fazer um levantamento visual. A grande maioria se refere a comércio e a grande parte dele está em estado precário de manutenção e isso leva a uma degradação visual muito grande. E isso é uma coisa que vai se estendendo cada vez mais porque a cidade está crescendo de uma maneira muito grande. Roteiros de trânsito que estão se definindo, onde bairros mais nobres estão tendo corredores de tráfego intenso, onde você tem regiões arborizadas que há tempo eram regiões residenciais, bem cuidadas, hoje você está tendo essas avenidas com uma deterioração muito grande. Vai aconte-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 266 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B4	2	ant.	pol.	10,10		

tecer cada vez mais. As peças são praticamente novas, porque são novos pontos que estão se abrindo. Mas daqui alguns anos isso vai estar deteriorado. Então, é uma legislação adequada, eficaz e uma fiscalização eficaz para valer senão você não terá nenhuma condição de ter uma melhoria visual na cidade.

Mais um ponto. Com relação a pesquisas acredito que seria conveniente que a própria Comissão solicitasse junto às agências a possibilidade de fornecimento dessas pesquisas, porque nós, como agentes da publicidade, não teremos acesso porque essas pesquisas foram pagas por algum anunciante, são informações confidenciais e elas não fornecem. Há questão de dois anos, a JWThompson que fez uma pesquisa específica para a Nestle, a Epal conseguiu junto a JW Thompson que eles fizessem uma explanação sumária do ~~que~~ resultado da pesquisa. Eles nos convidaram, fizeram uma apresentação bem sucinta e solicitamos se eles podiam fornecer alguma coisa, mas se negaram porque isso é uma informação confidencial do cliente. Os dados que eles nos passaram foram basicamente dados que eles achavam que seriam orientativos para que atingisse ~~xxxxx~~ as necessidade... orientativos em termos de o que deveríamos fazer para atingir os objetivos daquele cliente específico. Se a comissão solicitasse a essas empresas que fizeram a pesquisa, acredito que a possibilidade de obtê-la seria muito maior. Podemos fazer um levantamento quais que sabemos que foram feitas, passamos a informação e a solicitação seria da Comissão.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Agradecemos a indicação de quais empresas para que esse comissão entre em contato e tente conseguir uma audiência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 267 do proc.
PAULO 56 de 1925
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H4	3	ant.	pol.	10,10		

O SR. ÁULIO ALBIERI - Respondendo a pergunta do Vereador Trípoli do que haveria necessidade para se ordenar a publicidade na paisagem urbana de São Paulo, é opinião do Sindicato que em primeiro lugar haja uma legislação clara e objetiva e ela não tem que passar, necessariamente, por uma obrigatoriedade do sindicato, mas que o comerciante que vai colocar a publicidade na porta do seu estabelecimento

~~que ele tenha o direito de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Processo de 268
Assinatura de 32
Em 19
GRADUADOR CONT. APARTE

CODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADUADOR	CONT. APARTE
H-5	1	Monteiro	Poluição	10.10.95		

que ele tenha facilidade de resolver os seus problemas juntos aos órgãos competentes da Prefeitura, Com a nova ~~ta~~ sistemática de programa existente, e se um lei for feita poupando esses bancos de dados, isso é perfeitamente possível, não havendo nem a necessidade de intermediário porque uma grande quantidade de anúncios, dessa coisa que está aí fora, são anúncios que seriam facilmente registrados e alguns cadastrados ou rejeitados, mas ele não teria necessidade do intermediário.

Há a necessidade de que as pessoas tenham ~~ta~~ consciência de que a publicidade, como qualquer outra coisa, a publicidade na porta de uma loja, dum estabelecimento de serviços, ela tem que sofrer manutenção. Manutenção preventiva, manutenção de emergência e limpeza. Não adianta também que essa manutenção seja simplesmente um contrato com alguém para dizer "eu tenho um contrato", mas que essa manutenção seja realmente feita. Se nós sairmos pela cidade de São Paulo e formos observar alguns anúncios, eles já não têm mais nem possibilidade de leitura da mensagem em função da fuligem, formação de um negócio que as pessoas, a maior parte das pessoas não está habituada, de fungos dentro da publicidade porque uma bacia de acrílico ou um tela de tecido "night & day", que faz essa publicidade por aí,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 269 do proc.
56 de 1975
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H5	42	Monteiro	Poluição	10.10.95		

ela se enegrece pelo surgimento do fungo, cai a chuva, cai o sereno, traz uma quantidade de elementos em suspensão que, com a humidade e o calor, forma um caldo de cultura, para usar a biologia ou outros termos, forma um caldo de cultura e forma essa negritude nessa publicidade.

Então, a manutenção é importante, ^{mas} a fiscalização é talvez o aspecto mais importante nisso. E o que da fiscalização? Infelizmente, é de nosso conhecimento, porque constantemente é discutido na CPPU, que o mesmo fiscal que fiscaliza uma obra é o mesmo indivíduo que vai fiscalizar um anúncio. Então, haveria a necessidade do treinamento de pessoas que tivessem ~~um~~ um conhecimento mais específico da matéria para poder fazer uma avaliação mais técnica da coisa. Não adianta também que venha um projeto de taxas, está aí também em tramitação nesta Casa, um projeto para taxas, que aumente demais o valor da taxa de anúncio porque a taxa tem que trabalhar com função de taxa e ser uma remuneração pela fiscalização. Depois vamos buscar formas de colocar impostos ou outros mecanismos para essas publicidades que querem ter tamanhos maiores. A cidade também pode ter um retorno financeiro, a taxa ter a finalidade de taxa, ou seja, é alguém que vai fiscalizar se a coisa está correta, se está sendo praticada, e depois cobrar valores pela veiculação da publicidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 270 do proc.
PAULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
H5	3	Monteiro	Poluição	10.10.95		

Óbvio, esses valores têm que ter um grau de equilíbrio entre a dimensão da peça, o retorno da peça, não simplesmente também ser proibitiva.

E, termos, volto a insistir, a consciência de que, aprovada a lei, ela tem que ter prazos de adaptação. Não podem ser prazos nem muitos longos, para que a coisa não degradingue de vez, nem prazos muito curtos porque não serão praticados e, por consequência, também não será respeitada a própria lei, vem aquela... desculpem novamente o praguejar aqui, aquela maldita coisa de que uma lei não pegou: "Isso daí não vai dar, pô, não dá pra fazer em 18 meses. Se não dá para fazer em 18 meses então não vou fazer, vou deixar como é que está para ver como é que fica. Um dia alguém resolve." Então, tem que haver um período estudado, haver um cronograma para adaptação à nova lei, mas que haja a fiscalização concomitante e a conscientização do cidadão.

O Ricardo coloca a Federação do Comércio. Sem dúvida, a Federação do Comércio é uma das entidades que mais deve participar porque o volume de coisas, de recobrimento de fachadas, vem da Federação do Comércio. A Federação de Bancos também pode participar porque existem alguns bancos que fazem também verdadeiras obras de imundície na cidade. Então, esses são aspectos que nós gostaríamos de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 27 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

PRODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H5	4	Monteiro	Poluição	10.10.95		

ver colocados numa legislação.

Nós pedimos e lutamos, algumas pessoas aqui sabem que eu sempre lutei para que uma legislação tivesse manutenção, mas uma manutenção efetiva, não é uma manutenção de boca, não é uma manutenção de contrato, uma manutenção à semelhança da manutenção do elevador, onde o indivíduo tem que praticar porque é uma responsabilidade dele com a cidade. Existe uma lei aí sancionada pelo Prefeito Jânio Quadros, que os prédios em São Paulo, as residências, deviam ser pintados a cada cinco anos. Se nós olharmos por essa janela aqui, puxa vida, as fábricas de tinta devem estar muito chateadas porque ninguém está ~~mantendo~~ pintando a cidade, ninguém está recuperando seus prédios. E pode acontecer a mesma coisa com uma lei que for feita de forma intempestiva. Muito obrigado.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - Só complementando um pouco o que o Júlio falou, eu acho que realmente a fiscalização tem que ser efetiva, tem que ser uma pessoa treinada, que de qualquer maneira não considere o anúncio como um dos últimos elementos a serem observados, a serem fiscalizados, mas além disso acho que há uma coisa que o Júlio também comentou, mas eu queria dar uma ênfase melhor. A questão tanto da legislação ser clara para o fiscal e tanto da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 272 do proc.
N.º PAULO 56 de 13
O funcionário

PRODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H5	5	Monteirom	Poluição	10,10,95		

lei de multa ser muito clara, ~~mas~~ claro que a de hoje é clara, ela é 10 UFMs, o dobro na reincidência, mas de qualquer maneira ela nivela tudo por baixo. Acho que também não é por aí.

De qualquer maneira, tem que ter uma legislação de multa que seja adequada e também não seja complicada porque, por exemplo, tem um projeto de lei que está na Câmara, do Vereador José Índio, que repete a tabela de multas que a gente propôs em 84. Na época, a gente achou que por uma fórmula matemática que considerasse todas as características do anúncio, a multa seria uma multa mais adequada. Hoje a gente vê que tem que ter uma diferenciação, mas também se for complicada demais é bobagem, o cara nunca vai conseguir fazer a conta e não por aí também.

~~XXXXXXXXXXXX~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 273 do proc.
N.º PAULO 56 de 1995
O funcionário

ORDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	1	Angela	Pol. Visual	10.10.95		

Por outro lado, também, acho que nunca ou dificilmente a Prefeitura vai dar conta de você fiscalizar tudo. Então, é preciso uma conscientização da população, um envolvimento da população para que ela própria saiba qual é a regra, que ela se sinta motivada a aplicar a regra e aí sim o fiscal seria complementar, porque realmente achar que a fiscalização é suficiente para fiscalizar um milhão ou dois milhões ou dez milhões de anúncios, seja qual for a cifra, acho que não é por aí.

O SR. BRUNO PADOVANO (?) - Sou da FAU e do IDEA.

Primeiro, gostaria de me desculpar por haver chegado tarde hoje e ter perdido a última reunião, mas tive visitas de fora e perdi a oportunidade de estar junto com vocês.

Na primeira sessão eu manifestei a minha preocupação de que a Comissão tivesse a participação da indústria da área e fico muito satisfeito hoje em ver aqui representantes dessa indústria, uma vez que entendo que temos um problema com a poluição visual.

Entretanto, temos uma enorme energia econômica de interesses, de agentes, que está por trás dessa riqueza, que podemos chamar até, de elementos visuais na paisagem de uma metrópole como São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 274 do proc.
S.A.9 PAULO de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	2	Angela	Pol.Visual	10.10.95		

Sinto que ~~xxxxxxxxxxxxxx~~ o grupo presente aqui hoje é fundamental no encaminhamento de mudanças. Gostei ~~mx~~ muito de ouvir também a Fátima, pela CPPU, colocando essa questão da conscientização, porque sinto que apenas a legislação, por melhor que ela seja, realmente não é suficiente.

Sei que o IDEA tem tentado, através de cursos e alguns eventos, ~~x~~ criar alguns cenários para proposições, projetos para a Cidade. Não tivemos muito ~~mx~~ êxito, mas algumas coisas conseguimos fazer.

E aí eu queria chamar a atenção para essa palavra "Projeto", que até agora foi associada especificamente a legislação, a projetos de lei, mas a forma do bom projeto, por profissionais da área de projetos~~mx~~, arquitetos, urbanistas e paisagistas, que na verdade estão um pouco fora dessa discussão.

A mim parece que isso tem causado uma perda grande em termos das potencialidades de vermos essas energias, essas forças canalizadas de uma forma mais criativa.

O que temos visto, basicamente, é uma situação, um status quo se consolidando ao longo do tempo, tentativas de organizar, de melhor controlar esse processo, mas não temos visto grandes passos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 273 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	3	Angela	Pol. Visual	10.10.95		

criativos, projetos que pudessem servir de referência, experiências mesmo que limitadas dentro do espaço urbano que pudessem ter, na sua elaboração e na sua proposição uma participação ampla desse setor de projetistas, via concursos, por exemplo, voltados a reorganizar a paisagem de algumas áreas da Cidade.

Desconheço, em São Paulo, um concurso público com esse intuito. No entanto, temos institutos de arquitetura, institutos de engenharia, associações de paisagistas, várias entidades que poderiam ter-se organizado nesse sentido, já que é um problema que vimos sentindo e que seria importante ser enfrentado, participando desse processo de uma forma mais ativa, mais presente.

Eu queria colocar aqui neste encontro, manifestar uma preocupação com isso, de que as entidades públicas e a iniciativa privada, que é o meu setor, se juntassem no sentido de explorar simultaneamente e fazer um esforço no sentido da atualização, da modernização da legislação, apresentando alguns projetos - não de leis ambientais, projetos esses que pudessem conjugar equipes multidisciplinares, envolvendo arquitetos, urbanistas, engenheiros e que tivessem ~~uma preocupação com~~ o compromisso do poder público e dessas entidades ~~no sentido de~~ no sentido de implementar as propostas interessantes e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 976 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H6	4	Angela	Pol.Visual	10.10.95		

inovadoras, pois poderemos ter surpresas bastante agradáveis com a criatividade que existe nesse meio e com as forças, com a energia existente.*

Queria fazer essa proposição e perguntar aos representantes da indústria se conhecem -pela sua experiência e internacional- alguns casos onde isso aconteceu, onde Prefeitura, órgãos públicos, associações de classe e o setor da publicidade ao ar livre se juntaram para, por exemplo, propor concursos, explorar projetos ambientais integrados que pudessem servir de referência para um novo padrão, para um padrão diferenciado, para um padrão melhorado com relação ao já conhecido.

E, por último, antes de parar de falar, porque sou muito ~~prof~~ prolixo, queria solicitar aqui à CPPU que nos encaminhasse um histórico do que vem acontecendo, de uma forma sucinta, fácil de ler, porque aquela coisa que recebemos na semana passada é impossível. Aquilo desanima qualquer um.

Então, acho que deveria ser, realmente, uma coisa de umas cinco folhas, que pudesse contar um pouco a história, os principais acontecimentos, como fez o Júlio Arbieri hoje, e como a CPPU encara

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 977 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H7	1	Marcelo		Poluição Visual 10.10.95		

~~Por~~ por essas mudanças que foram ~~xxx~~ acontecendo. Muito obrigado.

O SR. JÚLIO ALBIERI - Acho que o primeiro problema aqui é o sobrenome italiano. Nós, ~~xxx~~ de origem italiana, ~~gostamos~~ gostamos muito de falar.

Quanto a projetos ~~x~~ que o Bruno pergunta, São Paulo teve o problema do programa do projeto Sé-Arouche, que depois se expandiu para uma descida para rua São Bento, Largo São Francisco, entrou por um pedaço da Florêncio de Abreu. Ali ~~xxx~~ houve uma intervenção, mas foi principalmente uma intervenção dos órgãos públicos e que conseguiram conscientizar realmente o comerciante local a recuperar e valorizar o seu pouco espaço.

Esse trabalho de conscientização foi um trabalho muito importante. Depois, uma outra associação chamada Viva o Centro, também veio e a própria Prefeitura tem o ~~Pró-Centro~~ Pró-Centro, numa tentativa de recuperar o núcleo central da cidade, se é que se pode ~~xxx~~ chamar assim.

Quanto a projetos de publicidade exterior, os arquitetos sabem muito bem disso, porque sempre chegam a mim e falam: "Você é arquiteto. Desenha a minha casa para ~~minha~~ mim e vai lá e faz". O brasileiro ainda ~~xx~~ não está acostumado a pedir ou ~~xxx~~ contratar alguém



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 278 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H7	2	Marcelo	Poluição Visual	10.10.95		

que faça um projeto de comunicação visual para a sua ~~própria~~ própria empresa, e de identidade visual para sua empresa. Essa cultura vem chegando agora, esse aculturamento, podemos dizer ~~mas~~ assim, vem chegando agora e estamos tomando consciência de que eles também têm que pagar, porque esse trabalho intelectual tem um valor. Então a população tem que ser ~~mais~~ conscientizada de que ela ~~tem~~ também tem que participação e a participação dela é contratando o profissional específico para a área específica.

Quando nós ~~temos~~ temos na nossa empresa, uma empresa qualquer, um profissional da área, quem vem nos pedir o projeto chega e fala: "Poxa, você tem o profissional e vai cobrar o trabalho do profissional? ". Eu respondo que tenho que pagar o profissional. Mas eles dizem: "Mas já está na sua ~~empresa~~ empresa. Faz de conta que morreu no seu custo". Não é assim. Eles têm que ter consciência de que você tem que ter um projeto para esse projeto ser executado e esse projeto ser encaminhado.

Uma outra coisa que nós, quando vamos executar algum projeto de comunicação visual temos, é que o indivíduo imagina uma coisa muito linda e ele nunca se preocupa com a forma como aquilo vai ser ~~em~~ estruturado. Chega para nós uma capa e não chega o miolo, ou seja, che-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 279 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H7	3	Marcelo	Poluição Visual	10.10.95		

ga que eu quero essa imagem e como vai ser feito é problema de vocês. Então tem a necessidade de ~~xx~~ haver uma educação da sociedade como um todo. O ~~X~~ Comunicador visual faz a peça, alguém projeta e avalia a possibilidade dessa peça ser instalada. Toda essa sequência é abandonada. A comunicação visual é deixada para um segundo plano. Na empresa nós sempre brincamos com o seguinte: a loja foi inaugurada ontem, mas nós estamos sendo contratados ~~h~~ hoje para colocar o anúncio anteontem. ~~Essa é uma verdade.~~ Essa é uma verdade. A loja foi inaugurada ontem, nós somos hoje contratados para colocar um anúncio anteontem. Quer dizer, ~~xxxxxx~~ não dão nada, não querem saber de nada, qualquer coisa serve. Então vão em qualquer canto que estão dispostos a fazer e fazem de qualquer forma.

Alguns poucos estão preocupados com a imagem. Hoje os grandes bancos ~~xxxx~~ estão preocupados ~~x~~ com a própria ~~xxxx~~ imagem e estão tomando cuidado. É o caso específico do Banco Itau, é o caso do Unibanco, é o caso do Banco de Boston. Eles estão tendo uma preocupação e estão passando essa preocupação para a frente.

Com a abertura novamente do Brasil uma ~~quax~~ quantidade enorme de empresas de franquias e serviços chegaram e essas empresas de serviço e franquia também chegaram com conceitos que chegaram do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 280 do proc. 56 de 1995
O funcionario

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H7	4	Marcelo	Poluição Visual	10.10.95		

~~xxx~~ exterior , então, quando elas pedem o projeto, o projeto tem que ser integrado, não só o projeto arquitetônico, no sentido de uma ~~xxx~~ arquitetura construtiva do edifício, mas a arquitetura envolvendo também o visual, envolvendo e dizendo também para que aquele espaço se destina.

Muitas vezes no passado o arquiteto projetava a edificação e esquecia de dizer qual a finalidade daquilo ou deixava um espaço para ~~uma~~ identificação daquilo. A não ser quando no ~~xxx~~ concreto ele deixasse gravado alguma coisa, vamos citar o exemplo típico da fachada da Gazeta, que ~~foi~~ fazia parte do projeto de arquitetura , na concretagem já saia a marca Gazeta, mas muito pouco cuidado, ou muito pouca preocupação havia com a comunicação visual porque nós não podemos tratar aqui a poluição só como publicidade, é a comunicação visual como um todo.

Esta preocupação é que devagar precisamos ir passando para a população, passando para o comerciante, através da Associação Comercial, através da Federação do Comércio, vou ser repetitivo, Federação de Bancos e todo o resto, para que também eles tenham essa preocupação com a cidade, porque a cidade merece esse cuidado. É a cidade, na verdade, que lhes dá o sustento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 281 do proc.
19.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H7	5	Marcelo Poluição Visual		10.10.95		

Existe na pesquisa que o Luiz Roberto se referiu, da Central de Out-doors, q o índice de aprovação na cidade é muito grande, porque o cidadão comum, aquele cidadão mais chão, quando ele quer tirar uma foto, ~~inclusive~~ inclusive apareceu na pesquisa, desculpa ser indiscreto aqui, ele quer tirar uma fotografia num lugar que tinha bastante anúncio para ele poder mandar para a terra dele e mostrar que está num lugar pujante. Ele quer transmitir essa pujança pelo número de anúncios e luminosos que tem na proximidade dele.

O anúncio não é a essa coisa que imaginamos, tão massificante. Existe um extrato que se sente massificado, mas existe uma grande massa que se sente confortável com a existência desse anúncio, que o acha bonita, porque acha que ele é significado ou representa ~~prop~~ prosperidade.

~~tem, a preocupação com o projeto não pode levar a uma~~
~~série de soluções de uma coisa que já se encontra em construção~~
~~quando eles são construídos, mas não são mais os mesmos que estão passando por~~
~~uma transformação, mas é uma mudança de população.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 282 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

PRODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H8	1	morg.	poluição vis.	10.10.95		

Agora, a preocupação com algum projeto pode levar a uma série de soluções dessas. Hoje você já vê edifícios serem construídos - e estamos numa zona que está passando por uma transformação, uma zona de classe média baixa, hoje está se transformando numa zona de serviços de alta, que o pessoal fugiu para o centro depois foi para a Chácara Santo Antonio na região da Alexandre Dumas e Verbo Divino, atrás do Carrefour, então, quando sai a construção já sai a identificação do prédio, tem um elemento onde vai dizer todo mundo que está dentro daquela prédio é um movel que já foi desenhado pelo arquiteto que desenhou o prédio ele já desenha o mobiliário que ele quer, o problema do World Trade Center, que o Ricardo fez uma série de trabalhos onde o pessoal já se preocupou em fazer o projeto da comunicação visual e da identificação, não abandonar a identificação e depois nós pensamos, vamos pensar logo no começo prá não ter o problema no futuro, esse é outro aspecto que devesse entrar não na lei do anúncio mas até se começar a pensar na lei da própria edificação, porque as pessoas precisam se mostrar, precisam ser identificadas e aí é que vem essa parafernália de coisas que acabam criando essas situações desagradáveis.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Quero agradecer a participação dos convidados José Ricardo Fuser, Presidente da APELMA, Luiz Roberto Valente Filho, Presidente da Central de Out Doors, Sr. Júlio Alvi Neto, Presidente do Sindicato de Empresas de Publicidade do Estado de São Paulo, agradecer a todos que fazem parte do Conselho que já citei o nome de todos que participaram no dia de hoje, a todos os Srs. Vereadores e Assessores que porporcionaram esta reunião no dia de hoje e lembrar que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 283 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODILHO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
H8	2	morg,	poluição vis.	10.10.95		

para o dia 17 de outubro, as 9 hs., , pretendemos ouvir os órgãos públicos como Secretaria de Vias Públicas, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Transportes, Secretaria das Administrações Regionais e se alguém tiver mais alguma sugestão, são os órgãos públicos que exercem uma função de inserir na comunicação visual da cidade de São Paulo indicativos das suas obras, seus projetos. Para o dia 24/10, gostaria que o conselho anotasse em sua agenda, será o dia da fiscalização e normatização. Vamos receber o CASE, Departamento de Cadastro Setorial, CADAM, Cadastro de Anúncios, SAR, Secretaria das Administrações Regionais, CPPU Comissão de Proteção ao Paisagismo Urbano e a Comissão Pró-centro. Se alguém tem alguma sugestão a fazer a nossa assessoria está aberta.

Mais uma vez agradeço a todos e damos por encerrada a reunião do dia de hoje. Muito obrigado.

* * *



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 284 do proc.
N.º 96 de 1992
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 17/10/95 - 9:00 hs. - SALÃO NOBRE.

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli (Presidente)

414 Maurício Faria *Zuleica 21.973*
714 Gilson Barreto *Roberto*
1113 Antonio de Paiva M. Filho *Estu 23086*
804 Ítalo Cardoso *Francisco Canabarro*
308 Ana Martins *[Signature]*

[Signature]
Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 285 do proc
N.º 36 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

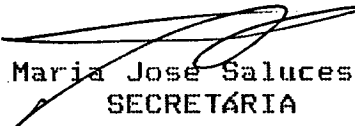
São Paulo, 11 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 14 /95

Exmo(a). Sr(a). Vereador(a).

Conforme determinação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convocamos V.Excia. para reunião desta Comissão a realizar-se no dia 17 de outubro do corrente, as 9:00 horas, Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade, quando será discutido com os convidados representantes dos órgãos públicos, a questão da fiscalização e o controle institucional sobre a poluição visual.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA



Câmara Municipal de São Paulo
SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Folha n.º	286	do proc.
N.º	56	de 13
O funcionário		

São Paulo, 16 de outubro de 1995

MEMO.C.T./C.E. Nº 15/95

Ao Cerimonial.

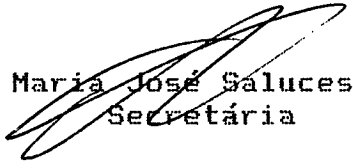
Senhor Chefe.

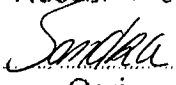
Conforme determinação do Vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a Poluição Visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria as dignas providências no sentido de ser reservado o Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade, nos dias 07, 14, 21 e 28/11; 05 e 12/12 do corrente - das 9:00 às 13.00 horas, para Reunião desta Comissão.

Solicito, ainda, sejam fornecidos serviço de copa, som e gravação, para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,


Maria José Saluceste
Secretária

Em	16.1/10.1.95
Recebi o original	
	
Cerimonial	



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 287 do proc.
N.º 56 de 1995
O Funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 16 de outubro de 1995

MEMO.C.T./C.E. Nº 15/95

Ao Cerimonial.

Senhor Chefe.

Conforme determinação do Vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a Poluição Visual na Cidade de São Paulo, solicito de Vossa Senhoria as dignas providências no sentido de ser reservado o Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade, nos dias 07, 14, 21 e 28/11; 05 e 12/12 do corrente - das 9:00 às 13.00 horas, para Reunião desta Comissão.

Solicito, ainda, sejam fornecidos serviço de copa, som e gravação, para posterior transcrição taquigráfica.

Declaro-me, desde logo, responsável pelo local e evento ora aprazado.

Atenciosamente,


Maria José Saluceste
Secretária

798.

RECEBIDO	DT. 10.	NO DIA
16/10/95	AS 15.30	HORAS
Rite-		



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 288 do pro
N.º 56 de 10 25
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMO CT/CEE Nº 13/95

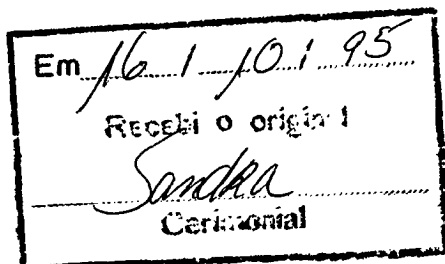
São Paulo 16 de outubro de 1995

Ao Cerimonial.

Senhor Chefe.

Solicito de V.Sa. se digne providenciar a mudança no horário dos dias 17, 24 e 31/10 do corrente (às terças-feiras) das 9:30 às 13:00 para 9:00 às 13:00 horas, das reuniões da Comissão de Estudos sobre a Poluição Visual na cidade de São Paulo, espaço já reservado anteriormente através do memo nº 03/95 - Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade.

Maria José Saluceste
Secretária





Câmara Municipal de

Folha n.º	289	do proc.
N.º	56	de 1995
O Funcionário	São Paulo	

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMO CT/CEE Nº 13/95

São Paulo 16 de outubro de 1995

Ao Cerimonial.

Senhor Chefe.

Solicito de V.Sa. se digne providenciar a mudança no horário dos dias 17, 24 e 31/10 do corrente (às terças-feiras) das 9:30 às 13:00 para 9:00 às 13:00 horas, das reuniões da Comissão de Estudos sobre a Poluição Visual na cidade de São Paulo, espaço já reservado anteriormente através do memo nº 03/95 - Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade.


Maria José Saluceste
Secretária

Tar.

RECEBIDO	DT. 10	NO DIA
16/10/95	AS 15:30	HORAS
Reto		



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

Estudos "Poluição Visual"

DATA: 17/10/95

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
KAZUO KANEGAE	VER. GILSON BARRETO		R 1515
JOÃO CARLOS ROSSI FILHO	S.A.R - Gabinete	Av. Estado, 900	228.7766
Dicardo TEIXEIRA	CET	R. SHCing 478	8370640
REGINA MACEDO	GAB. TRIPOLI		
HELLADIO MAUCEDO	Secc. Urban. Perifericas	Praca da Republica 154	259-1644
JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEFÈVRE	ENURB / CPPU	R. SÃO BENTO, 405, 16º	239-1105
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA.	CPPU / SEHAB.	R. SAS BENTO, 405 - 22º	239-1027
José Antonio Ug Lompoio	SEHAB / CASE	Rua São Bento 405 - 24º	2393190
Julio Albini Neto	SEABO - SP	Rua Taboas 649 - cj 44	8229099
HORACIO GALVAES	ver. Mauricio Faria	CM SP	rm 1428
MAURICIO FARIAS	VEREADOR		
Roberto TRIRIA	VEREADOR	CM SP.	R 1522
José Carlos Gomes Dias	DSS. PRINC. PT.	CM SP	R 1465
BONA DE VILLA	Secretaria de Gênero		R 1448
MIRTHEI L. BAFFI	DPH - PMSP	Fria Camela 1402 6º	5717179

Folha n.º 290 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário



LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

Estos "Policos Visual"

DATA: 171/01 95

[illegible]

Folha n.º 241 do proc.
N.º 36 de 1973
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º	272	do proc.
N.º	56	de 19 95
ORADOR	Orador	CONT. APART

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART

SEM REVISÃO

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

**Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição Visual na
Cidade de São Paulo.**

Presidente: Sr. Vereador Roberto Trípoli

Membros : Srs. Vereadores

Gilson Barreto

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Ítalo Cardoso

Ana Martins

Maurício Faria

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo em 17 de outubro de 1995.**

Solicitante: Sr. Vereador Roberto Trípoli

(Memo nº 13/95- CT/CEE).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G2	1	regina	pol,visual	17.10.95		

Folha n.º 293 do processo
N.º 56 de 10/10/95
ORADOR: Regina
CONT. APARTE: [assinatura]

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Estamos dando início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo.

Faz parte desta comissão o Vereador que vos fala, Roberto Trípoli, na Presidência; pela Comissão de Constituição e Justiça o Vereador Gilson Barreto; pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, o Presidente, Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho; Ítalo Cardozo, pela Comissão de Atividade Econômica; Ana Martins, Presidenta da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho; e Maurício Faria, Presidenta da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, relator desta Comissão.

Pediria a todos que se sentassem em torno da mesa, por favor.

Agradeço a participação das pessoas que foram convidadas a estarem presentes nesta Comissão, nesta sessão da manhã de hoje. Dentre elas, representando a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o Sr. Vicente Manoel Simões de Almeida Prado; da Secretaria de Vias Públicas, Heládio Mancedo(?); da Emurb, José Eduardo Assis Lefèvre; da Secretaria das Administrações Regionais, João Carlos Rossi Filho; e da CET, Companhia de Engenharia de Tráfego, Sr. Ricardo Teixeira. (Pausa).

Está presente também o Sr. José Antônio Vaz Sampaio, Presidente do Case. Encontra-se também presente o Sr. Júlio Albieri, Presidente da Associação das Empresas de Publicidade ao Ar Livre.

Bom gostaria de dar início agradecendo a todos os convidados, a presença de todos, dizendo que esta Comissão não é parlamentar de inquérito, é uma Comissão Parlamentar de Estudos, que visa tentar minimizar a questão da poluição visual da cidade de São Paulo.



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
G2	2	regina	pol. visual	17.10.95		

Nós formamos um conselho que assessora esta comissão. Fazem parte do Conselho a Sra. Mirthes Baffi, arquiteta; Sr. João Carlos Calduro(?); Sr. Antônio Fernando Pinheiro ~~XXXX~~ Pedro; Sr. Roberto Saruê; Sr. Rocardo Ohtake; Bruno Roberto Padovano; Paulo de Melo Bastos; Ricardo Bemboim; Marli Namour; Regina Meyer; Cândado Malta Filho; Rosa Ganacchia; Maria Cecília Barbieri Gorski; Minoru Naruto; Isao Miname; Silvio de Ulhoa Cintra; Elide Mongeglio. Eles fazem parte do conselho que assessora esta comissão.

Estão presentes as assessorias de alguns Srs. Vereadores.

Gostaria de iniciar pedindo que o senhor, que o representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Sr. Vicente Manoel Simões de Almeida ~~XXX~~ Prado usa da palavra de forma a colaborar com esta comissão, falando sobre os projetos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente em relação à publicidade, comentando a respeito da legislação em vigor, dos projetos futuros da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e como a Secretaria vê a questão da poluição visual na cidade de São Paulo. Uma última pergunta seria qual a sugestão da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para melhorar a questão, minimizar a questão da poluição visual da cidade de São Paulo, quer dizer, um parecer geral do que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente pensa em relação ao que está acontecendo em São Paulo, de que forma poderia ajudar para colaborar e minimizar a questão.

Passo a palavra ao Sr. Vicente Manoel Simões de Almeida Prado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 295 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	INTERPRETE
G2	3	regina	pol.visual	17.10.95		

Antes porém, queria lembrar que em outras reuniões que tive mos aqui, foi mencionado o projeto da Secretaria do Verde e Meio Ambien- te, que seriam as um milhão de árvores, aquele aparador para árvores, as cores que foram colocadas, verde, vermelho e branco. Quer dizer, quais os critérios utilizados, dependendo da região, da área, se existe algum estudo nesse sentido, se existe alguma pesquisa também porque nós gos- taríamos de ter conhecimento, se pudermos ter acesso para facilitar os trabalhos desta comissão.

o SR. VICENTE MANOEL SIMÕES DE ALMEIDA PRADO - Sou Diretor da Divisão Técnica de Paisagismo do Departamento de Parques e Áreas Ver- des. Embora com esse nome, gostaria de fazer uma ressalva introdutória, Divisão Técnica de Paisagismo, porque o nosso âmbito de atuação está mu- to restrito à urbanização de áreas verdes, implantação de praças e par- ques na cidade, e não o a questão do macropaisagismo. Eu me sentiria ma- is a vontade, na verdade, para falar sobre os projetos do Depav, já que vim como representante do Depav. No entanto, o projeto "Um milhão de ár- vores", eu posso dizer para vocês alguma coisa do que conheço porque está sob a coordenação da assessoria técnica do gabinete da Secretaria. Não é um projeto que eu tenha ligação direta, embora pelo tema do en- contro de hoje eu já imaginasse ~~que seria um dos pontos abordados aqui~~
~~alguns dos projetos que se referem à Secretaria do Verde, esse é o mais~~
~~que se refere ao Verde (Depav)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 296 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G3	1	beth	poluição visual	17.10.95		

certamente seria um dos pontos abordados aqui. Talvez no que se refere aos projetos da Secretaria do Verde é o projeto mais polêmico, sem dúvida. O projeto "Um milhão de árvores" é feito em parte com recursos da Secretaria em parte com confênio, com contrato feito através de licitação com a iniciativa privada onde ocorre a exploração de publicidade. Daí a relação do programa com a questão da poluição visual. Fazer um lembrete de que a Secretaria do Verde é uma secretaria municipal relativamente nova e que está se implantando. Estamos finalizando o Código do Meio Ambiente do Município. Está em fase final de elaboração. Em função da implantação do código pretendemos também a reestruturação da Secretaria. Por uma série de razões ela não tem hoje a estrutura organizacional a contento para executar os projetos e os programas a ~~maneira~~ que ela se propõe. Dentre eles, sem dúvida, está a questão da poluição como um todo e, em particular, a questão da poluição visual. No caso seriam questões afetas a outro departamento que é o Departamento de controle Ambiental. O que ocorre, na verdade, com a estruturação da Secretaria a criação do DEPAVE, a criação do Departamento de Educação Ambiental e Planejamento, questões antes tratadas pelo Depave e que foram tratadas, estão diluídas pela responsabilidade de outros órgãos. No que se refere ao Programa Um Milhão de Árvores, retornando à questão do projeto em si, foi feito em parte em parceria com a iniciativa, com a responsabilidade exclusiva da Prefeitura que tem equipes para o plantio de árvores no Município e parte através de uma contratada que explora a veiculação de propagando nas protetores de árvores que são colocados. Sem dúvida esse é o projeto mais polêmico da Secre-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 297 do proc.
N.º 56 de 1995
OF. ADJ. FUNCIONÁRIO CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	OF. ADJ. FUNCIONÁRIO	CONT. APARTE
G3	2	beth	poluição visual	17.10.95		

taria. Em relação ao DEPAVE seria a programação visual, a questão da programação visual, a comunicação visual propriamente dita dentro das áreas públicas, dos parques municipais: são projetos nossos, próprios do DEPAVE, pela característica de nossas atribuições e também alguma coisa relacionada à questão da poluição visual com outro projeto - aí, não diretamente, mas indiretamente - temos uma parceria com a CET que é um contrato para sinalização de cicloviás. Então, as cicloviás implantadas tanto nos parques municipais quanto as que pretendemos estar implantando no sistema viário do município terão seu projeto de sinalização desenvolvido através de um contrato que mantemos com a CET. São essas as questões abordadas. Eu quis me justificar um pouco falando da questão da reestruturação ainda da Secretaria, dizendo da questão da poluição visual que deve ser tratada pelo Departamento de Controle Ambiental, por conta ainda de serem questões que estão sendo estudadas dentro do nosso âmbito interno. Estudamos ainda formas de atacar essas questões, de que forma podemos participar. Temos ~~MM~~ já divulgado e publicado no Diário Oficial o que nós chamamos de Planos, Programas e Projetos, uma sequência de propostas de implantação de políticas na área de atuação do Verde e do Meio Ambiente e que estão colocadas aí. A verdade é que a secretaria ainda carece de uma estruturação. Essas questões são ainda indiretamente abordadas dentro do âmbito dos projetos especiais da Secretaria. São conduzidos pela Assessoria Técnica. São projetos de cada um dos departamentos. A grosso modo é isso. Em termos de legislação temos o Código, que é talvez a mais importante peça nesse sentido e nós estamos aí, via de regra, fazendo apreciação de alguns projetos que são propostos pela Casa. Alguma coisa de ini-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 298 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G3	3	beth	pol. visual	17.10.95		

ciativa nossa já fizemos no passado. Alguns projetos de regulamentação de implantação de parques, praças tiveram a nossa operação, no antigo DEPAVE. Costumamos dizer que o DEPAVE deixou de ser o primo pobre da Secretaria de Obras e passou a ser o primo rico da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. É o maior departamento em número de funcionários de recurso. Então, essas questões estão sendo tratadas assim por lá. Indifetamente dentro dos projetos rotineiros da Secretaria e os projetos especiais que são conduzidos pela Assessoria Técnica da Secretaria. Basicamente é isso. Como disse no início, ficaria mais à vontade para falar dos projetos do DEPAVE. Não estou me furtando a responder a qualquer pergunta, a curiosidade que vocês tenham sobre o "Um milhão de Árvores" desde que evidentemente eu possa responder satisfatoriamente. É evidente que eu, enquanto técnico, tenho também a minha opinião, a minha posição que é pessoal, a respeito do projeto que não cabe ser colocado.

~~O SR. ROBERTO GONÇALVES - Eu costumo de perguntar...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 279 do processo
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G4	1	Norma	Poluição Via.	17.10.95		

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Eu gostaria de perguntar ao Sr. Vicente, respondendo aqui pelo DEPAV, a respeito de que há um projeto de lei na Câmara, do Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho, que faz parte da nossa Comissão, que visa liberar publicidade nos parques e praças; e eu gostaria de saber do parecer do DEPAV em relação a esse projeto de lei, a respeito do qual sensibilizamos o Vereador Paiva que o retirou de Plenário quando estava para ser votado. Portanto a questão é saber se há um parecer do DEPAV em relação a liberar os parques e praças para publicidade, em troca do recebimento de recursos para a manutenção de seguranças, etc.

A outra pergunta é a respeito da soma da iniciativa privada com o Poder Público, porque nós notamos que o Poder Público, por falta de recursos, estão abrindo várias frentes de trabalho, juntamente com a iniciativa privada, e com isso cedendo espaços para comunicação.

E a terceira pergunta é em relação ao Código Municipal de Meio Ambiente, se trata também da questão da poluição visual, do paisagismo urbano na Cidade de São Paulo.

O SR. VICENTE - Vamos começar pela questão do projeto de lei. Eu gostaria de colocar o exemplo bem prático, que acontece, e também pega um pouco essa questão da ~~iniciativa~~ iniciativa privada, do poder público, dessa parceria.

Nós temos alguns exemplos bem típicos de como essa questão acontece, de como está sendo abordada; eu colocaria um só, para ser



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 300 do proc.
V.O. 56 de 1999
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G4	2	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

suscinto, que é a publicidade veiculada nos cestos de lixo que vocês encontram no Parque do Ibirapuera. Então, se alguém já reparou, se não talvez eu mencionando aqui isso vá reavivar a memória de vocês, e certamente é uma coisa que está bem evidente lá, bastante evidente, você circula pelo Parque e vê uma profusão de cestos dos mais diferentes tipos, modelos, e tamanhos, e materiais de confecção, distribuídos lá de uma forma não criteriosa, não satisfatória, não é satisfatória, não é criteriosa a forma como eles são distribuídos, via de regra estão concentrados em áreas de maior ~~em~~ afluxo, de circulação de pessoas, etc, e nesses cestos você tem a veiculação de propaganda.

Então, como é que se consegue isso? A pretexto dessa parceria da iniciativa privada e Poder Público, e questões ambientais, você tem - esse é um dos programas que eu não saberia dizer para vocês nem a origem, como ele acabou acontecendo, o Parque do Ibirapuera é um parque, assim, completamente atípico, fora do normal para nós, do que nós tratamos, daquilo que tratamos em relação aos outros 29 parques da Cidade. Há um interesse muito grande de particulares, associações, instituições, empresas, em fazer veiculação de propaganda, promoção de eventos dentro do Parque, e isso acaba gerando essa confusão.

Nós temos lá também a ASSUAH, que é uma associação de usuários, muito presente no Parque, muito atuante; nós temos problemas com todos os concessionários que se utilizam de instalações no Parque, de forma que mais uma vez essa questão da poluição visual aí, por propaganda, através desses programas, implantação de cestos de lixo, etc,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 301 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G4	3	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

ela aparece aí de uma forma indireta, quer dizer, não tratada necessariamente pela Secretaria do Verde, apareceu lá por iniciativa da ~~MM~~ ASSUAPI, da Fundação Bial, do MAM, do Museu da Aeronáutica e do Folclore, e aí tem relação com outros problemas que nós enfrentamos lá no caso, que é a questão das concessionárias, etc, o pessoal que tem cessão de áreas dentro do Parque para utilizar, explorar de alguma forma o Parque e suas instalações.

Isso acaba gerando esse tipo de problema. Não é satisfatório. Dentro do próprio Parque a gente também tem alguma coisa do Programa Um Milhão de Árvores, e vocês vêm lá também os protetores colocados, com propaganda, etc.

Também houve alguns contratempos, algumas colocações lá, situações não satisfatórias, que a gente está procurando resolver, não é ?

Tudo isso é bastante complicado porque tem uma série de questões envolvidas aí, que acho não valeria a pena agora estar entrando, porque são muito específicas do DEPAVE.

Eu pediria a gentileza de me lembrar as outras questões que foram colocadas. Uma era sobre a questão do Código, se ele abordava a ~~questão~~ questão da poluição visual, não é ? --(aparte fora do alcance dos microfones)--

A SRA. REGINA MACEDO - Você fez uma colocação interessante, você mesmo, como técnico, diz que certas situações são insatisfatórias tá ? Então, por exemplo, nós temos vários exemplos, não só do Parque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —



Folha n.º 302 do proc.
N.º 36 de 19 95
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G4	4	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

como esse programa de um milhão de árvores. Acho que foi uma unanimidade o que esse programa conseguiu: ninguém gostou, ninguém aprovou - acho que talvez só o MacDonald's tenha aprovado, mas ele também deve ter tido uma propaganda negativa.

NNNN

Agora, você abordou que a Secretaria do ^{Verde} ~~NNNNNN~~ está fazendo alguma coisa, algumas coisas para mudar isso, eu gostaria - e acho que até a Comissão necessita disso, realmente não só a gente criticar o que ~~NNN~~ está errado ~~mas a quem está errado~~

~~(o que precisa fazer para mudar isso? Ans. n.º 65)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 303 do Proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
ADJ. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ADJ. APARTE
G5	1	ANA	Poluição Visual	17.10.95		

mas o que está sendo feito? , O que precisa ~~em~~ fazer para mudar isso?x

O SR. - Não dá para falar diretamen-

te sobre o programa, quem não conhece a fundo, , programa um milhão de árvores, mas posso dizer a consequência indireta de outros programas que nós temos. Por exemplo, nós temos muito problemas com os permissionários; aquilo que não queria entrar em maiores detalhes; vou procurar ser sucinto. Nós estamos hoje abrindo processos de licitação para colocar em licitação a exploração de todas as áreas cedidas para terceiros dentro do Parque do Ibirapuera. Uma coisa que não se fazia,, não entendemos porquê, em administrações passadas e você tem maus usos consagrados, pessoas que se apossaram de áreas e estão, entre outras coisas poluindo visualmente, alteraram as características originais do parque, inclusive. Quem anda ~~em~~ no parque do Ibirapuera conhece o Maixena, que tem as bicicletas lá, tem o restaurante próximo da Prodam, que a gente chama entre nós de mosca frita, tem os quiosques da Kibon, tem o quiosque junto à pista de cooper e a ciclovia, tem o bicicletário da Caloi que aparece junto à passarela, ao bigburger, que também é um arranjo que ficou insatisfatório. A Lanchonete Bigburger fica junto à passarela do Detran, ao lado tem um bicicletário da Caloi. Nós entendemos que revendo a questão da concessão de uso dessas áreas, e tratando isso da forma que deve ser tratada, sob todos os aspectos, a gente está de forma indireta tratando da questão da poluição visual. Nosso interesse é maior ainda, é de regulamentar o uso dessas áreas, regularizar o uso dessas concessões, restituir ao parque suas características originais--- estou falando do Ibirapuera, que é a menina dos olhos da cidade. Nós temos um Plano Diretor quem teve



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 304 do proc.
N.º 56 de 1995
O fun. ORADORATO
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADORATO	CONT. APARTE
G5	2	ANA	Poluição Visual	17.10.95		

um estudo preliminar desenvolvido por nós e deve ser agora continuado, tratado pelo Arquiteto Oscar Niemeyer, que é um dos autores do projeto do Ipirapuera, quer dizer, as edificações do Ipirapuera são de autoria do arquiteto. E todas as questões que coloquei aqui estão sendo contempladas nesse plano diretor. A gente quer devolver ao parque suas características originais. Nossa intenção é que o cidadão ao entrar no parque do Ipirapuera não tenha mais lembrança de que está no centro urbano, na metrópole mais importante do País, da América do Sul, etc. e tal, que é dar para restituir ao parque aquilo que acredito que foi sua característica, a intenção original do seu projeto de implantação. Então, as questões de poluição, não só visuais, mas acho que estão sendo tratadas indiretamente através de medidas como essa: um plano diretor que pretende devolver ao parque suas características originais, a questão de estarmos abrindo processos de licitação. Estamos com questões sendo tratadas na procuradoria estadual, do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Gostaria de saber do Sr. Vicente quais os critérios que levaram a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente ao criador de um milhão de árvores, de cor vermelha, branca, verde e o material utilizado? Quais os critérios que foram utilizados? E é colocado... nós temos uma avenida na periferia da Cidade de São Paulo que é um de cada cor. É um impacto muito grande. Como está sendo feito esse critério? Existe um respeito à paisagem local? As cores e o material escolhidos? Existe pesquisa nesse sentido?

O SR. VICENTE - Eu vou dizer como o projeto deveria funcionar. Eu acredito que os técnicos que estão na casa estão de alguma forma procurando fazer com que seja dessa forma. Como eu disse ele é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

PAULO 395 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G5	3	ANA	Paluição	17.10.95		

x elaborado pela Assessoria Técnica. Então, vamos ter uma empresa particular, que ganhou, que venceu uma concorrência, a (ininteligível) e ela implanta, planta a muda, coloca o protetor e explora a publicidade do protetor. A Prefeitura, com relação à publicidade em si, ela não entra no espaço publicitário. Quem v ai colocar sua propaganda ali, nós não entramos no mérito. Então não interessa saber quem está x veiculando a propaganda ali. O que fazemos é um levantamento a partir de estudo da Viaverde(?), uma proposta que eles formulam da implantação das mudas, dos protetores etc.; eles nos submetem esse plano e nós aprovamos. Aí vem todas as questões colocadas: quantos protetores, em que locais, que tipo de muda seria plantada no local e assim vai. Afora isso tem uma outra grande parte de projeto que é ~~o estudo por 20 equipes, se não me engano, e 20 equipes-parceiras.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ata n.º 306 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT.: ARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.: ARTE
G6	1	emira	pol.visual	17.10.95		

executado por 20 equipes, se não me engano, equipes-padrão, contratadas pela prefeitura, que aí fazem o plantio de árvores.

O SR. _____ - Isso já é um ^{lado} programa que atende a solicitações de sociedades amigos de bairro, de administrações regionais de programas conjuntos com algumas parcerias já com SVT também já chegamos a fazer. Então, temos a implantação da Av. Faria Lima, por exemplo, tem a ciclovia da Faria Lima e nós vamos fazer um tratamento paisagístico com implantação de mudas de árvores. Então, há poucos dias atrás estávamos vendo detalhes desse projeto. O programa funciona assim. Evidentemente ele tem os critérios, e eles já hoje com as cores do protetor escolhidas, o tamanho, o material, a fabricação, tudo isso já estabelecido, coisas que estão sendo revistas e reestudadas em função principalmente do problema de depredação. É uma coisa que estou um pouco distante dessa discussão, não saberia dar maiores detalhes, o que sei é que está sendo revista.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES - Eu não entendi direito a sua exposição. A implantação desse projeto, o espaçamento entre as árvores, as cores dos protetores, tudo isso foi aprovado pela Secretasria? O que está colocado na rua, hoje, foi aprovado pela Secretaria? Teve um parecer favorável do órgão técnico da Secretaria que gerencia o programa?

O SR. _____ - Ainda sobre isso, queria saber se a Secretaria tem um programa de acompanhamento, de monitoramento dos resultados desse procedimento do plantio de árvores. Ou seja, se há uma avaliação por parte da Secretaria sobre a situação das mudas



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 387 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTÁBIL
G6	2	emira	pol.visual	17.10.95		

plantadas, se elas têm tido um processo normal, adequado de desenvolvimento, ou seja, se o objetivo pretendido que teria de ter a arborização num prazo determinado, se esse objetivo tem sido monitorado. 3 Porque eu já tive a oportunidade de conversar com especialistas, que levantam dúvidas sobre alguns aspectos técnicos. Primeiro, é sobre o espaçamento entre uma muda e outra, fque eles dão um espaçamento muito pequeno. E segundo, sobre as esquinas, a questão das esquinas, e a questão da possibilidade de desenvolvimento das mudas em ambiente tão inóspito, como no caso da 23 de maio, com as mudas sujeitas a uma intensa ação de fatores de poluição ambiental. Queria saber se existe esse monitoramento, esse acompanhamento sistemático em função do objetivo, porque algumas pessoas acham que poderia correr o risco de se transformar numa plantação de Mac Donalds.

O SR. HORÁCIO GALVANESE - (Assesor do Vereador Maurício Faria) - Queria acrescentar um outro aspecto técnico, também, se houve critério técnico definido, ou se foi um programa de propaganda pré-estabelecido. A gente vê o problema do espaçamento, e vê também plantio de árvores do lado de boca de lodo, em cima de ramais de galerias, pelo que pudemos acompanhar nas visitas que fizemos nas diversas avenidas que onde foi feito esse programa.

A SRA. REGINA MACEDO - Outro problema da 23 de Maio, tem mudas plantadas embaixo de árvores pré-existente, e mudas que se vingarem, vão ~~enterrar as placas~~ tapar placas de alguns acessos da 23 de maio. E nos sentimos um pouco à vontade de questionar isso, porque antes do programa começar o Roberto fez uma comissão de estudos, do eucalipto, na época, e o Roberto fez um questionamento contra a própria Secretária do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 308 do proc.
RAULO 36 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
G6	3	emira	pol.visual	17.10.95	regina	

Verde, onde colocamos o problema, parceria com iniciativa privada não se corre o risco de ter realmente um plantio de propagandas?

O SR. _____ - Veja, foram várias colocações, e vou tentar começar por aqui. Desculpem-me se não me lembrar, podem me... mas vou tentar responder a todas.

Sem dúvida, os critério para a implantação do projeto foram aprovados pela Assessoria Técnica da Secretaria.

Para responder a questões tão específicas e pertinentes, bem colocadas, como vocês fizeram, deveria estar aqui o coordenador do projeto. Eu me sinto não completamente à vontade, não por falar, mas porque não é um projeto que está sob a minha responsabilidade.

A questão da arborização urbana tem algumas controvérsias. Então, algumas questões que foram colocadas aqui, são pertinentes, como, por exemplo, plantar mudas perto de boca de lobo, muda embaixo de árvore já existente, em ambiente inóspito. Então, você pode até fazer determinadas coisas, como a questão da 23 de Maio e do ambiente. Evidente que ali você vai procurar a trabalhar com espécimes mais resistentes e fazer uma manutenção adequada. ~~a questão da manutenção tem que ser... (continua)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 309 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTABARTE
v	G7nn 1	ant.	pbl.	17.10.		

a questão da manutenção tem que ser colocada, aí vou na questão do monitoramento, do resultado, há esse monitoramento porque foram questões levantadas a partir desse monitoramento, uma é o alto índice de depredação dos protetores que está fazendo a secretaria repensar a questão da opção feita pelo protetor de plástico na forma como é colocado hoje. A questão da implantação das mudas colocaria outras. Você tem o tamanho da cova definido, o espaçamento das mudas, da distância da cova ao meio fio, São coisas que frequentemente as pessoas colocam e acredito que os técnicos que conduzem o projeto são questões colocadas. No âmbito do DEPAVI posso dar um testemunho pessoal porque há implantação de mudas pelo programa Um Milhão de Árvores dentro dos parques municipais. Entra o DEPAVI e a Divisão Técnica de Paisagismo. Recentemente no Parque do Ibirapuera contestamos a execução de um plantio numa determinada área com veiculação de propaganda, isso foi apreciado pelos nossos técnicos não concordamos com a forma como foi feito e isso está sendo estudado a forma de remover esses protetores e colocá-los em outros locais. A questão do Ibirapuera é um parque que todo mundo quer fazer propaganda lá. É uma coisa que escapa um pouco ao nosso controle. Foi implantado e n's, enquanto técnicos responsáveis pelo parque nos manifestamos contrários à forma como essa implantação ocorreu. Foi questionado e esse questionamento foi respeitado e está se estudando a forma de mudar. Tem que ser feito com cuidado porque existe um contrato com uma empresa que faz a implantação, ela veicula a propaganda, a empresa que veicula a propaganda nos protetores, isso não acontece de uma hora para outra não se trata de ir lá e remover. Existem critérios para implantação que foram aprovados pela secretaria. Existe um acompanhamento e isso já es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 310 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G7	2	ant.	pol.	17 .10		

tá dando algum retorno, há uma reavaliação do programa estuda-se a possibilidade de mudar o título do protetor.

Acredito que quem conduz o programa estaria aberto a ouvir essas críticas. Só fazer uma ressalva, se soubéssemos que iria ser abordado o projeto a gente teria mandado o coordenador. Como o convite ~~em~~ mencionou o DEPAVI, como o Dr. Cristiano não podia comparecer, foi solicitada a minha presença.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Agradeço a participação do Sr ~~Maximiliano~~ Vicente Manoel Simões de Almeida Prado que representa a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, na área do DEPAVÊ e acredito que tenhamos que chamar mais uma vez a Secretaria do Verde em relação ao responsável pelo projeto com relação à poluição na cidade de São Paulo.

Tem a palavra o Sr. José Eduardo de Assis Lefevre que representa a EMURB. e é presidente da CBPU. Dentro da mesma linha do representante da Secretaria do Verde e Meio Ambiente gostaria que o senhor se manifestasse sobre o que o senhor acha que está acontecendo na cidade de São Paulo e o que a EMURB tem participado e como vê essa questão e quais as soluções para que possamos resolver ou minimizar a questão da poluição visual.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE ASSIS LEVEFRE - Vou dividir o que vou falar em duas partes. A primeira enquanto presidente da EMURB e a segunda enquanto presidente da CBPU, de vez que são pronunciamentos diferentes que respondem a questões diferentes. Com relação à EMURB eu diria que no âmbito da EMURB se tratou da questão da poluição visual desde o início, tanto da formação da EMURB, quanto da estabelecimento que criou a CBPU; A legislação da CBPU foi criada pela EMURB quando da Administra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 311 do proc.
N.º PAULO 56 de 1923
O funcionário

ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G7	3	ant.	pol	17u.o0		

ção Setubal e quando o presidente da Emurb era o Eng. Ernesto de Carvalho Mance (?) O Arquiteto Nelson Treza, (?) participou diretamente da criação da CBPU. Aí ~~há~~ há uma vinculação de origem ~~em~~ da CBPU

~~com relação a essa legislação municipal~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 312 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
G8	1	Monteiro	Poluição	17.10.95		

com relação a essa legislação, que foi feita na época em que foi tornado secretário da CPPU era também secretário da Sehab, quando a Sehab foi criada, era também presidente da Emurb,

Com relação a interesses específicos da Emurb, a Emurb teve, por lei, a competência para instalar mobiliário urbano com exploração de publicidade em São Paulo, ela detinha essa prerrogativa legal. E, dentro dessa legislação, a Emurb efetivamente adotou a iniciativa de implantar alguns equipamentos mobiliários com exploração publicitária que, digamos, evidentemente interfere diretamente com a paisagem. Foram feitas, digamos, foram feitas licitações específicas para implantação de uma rede de abrigos para usuários de ônibus e também para uma rede de implantação de relógios com marcadores de temperatura e também para a colocação de lixeiras com exploração publicitária.

Cada um desses equipamentos teve, digamos, evoluções diferentes dentro da cidade. No caso dos abrigos de ônibus, ainda existem abrigos de ônibus com exploração publicitária, porém é um programa que sofreu uma redução muito grande com relação ao objetivo inicial. Se tentaram várias formas de implantação dos abrigos, primeiro foram feitas concorrências, e algumas inclusive muito bem sucedidas, com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

folha n.º 213 do proc.
n.º 26 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APART.
98	2	Monteiro	Poluição	17.10.95		

resultado muito bom em termos de mobiliário para a colocação do abrigo e depois, de posse desse abrigo, se tentou implantar... após o projeto, encontrar uma firma que colocasse os abrigos e funcionou. Foi feito, posteriormente, um outro sistema, já em outra administração, com a concessão, licitação para a escolha de um concessionário que implantasse, projetasse e implantasse, colocasse os abrigos, fizesse, portanto, o pacote completo.

Essa licitação apresentou um resultado, digamos, de menor qualidade. Foi instalado um conjunto de equipamentos, abrigos de concreto que sofreram vários aperfeiçoamentos, mas efetivamente essa rede não se espalhou para a cidade como um todo e, digamos, não atendeu ao objetivo de atender à questão da colocação de abrigos para usuários de ônibus. Então, atualmente esse é um programa que está extremamente reduzido, são muitos poucos os abrigos que funcionam nesse sistema.

Com relação à instalação de lixeiras, lixeiras em São Paulo constituem um assunto de extrema diversidade de abordagem. Isso quer dizer que as lixeiras colocadas pela Emurb, numa determinada ocasião, foram aquelas "bolinhas" de fiberglass. Essas bolinhas já desapareceram há um bocado de tempo, a Emurb também atualmente não opera mais



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 314 do proc.
N.º 56 de 19 85
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
68	3	Monteiro	Poluição	17.10.95		

esse sistema e a questão das lixeiras com exploração publicitária atualmente a nossa visão é que as lixeiras devem fazer parte do contrato da empresa que faz a coleta de lixo, porque você não tem como separar a colocação da lixeira ~~xxxx~~ da sua operação. Aquela lixeira da bolinha estava relacionada com um determinado intervalo de coleta de lixo, ela era pequena, ela exigia, portanto, coletas frequentes. Se o sistema não está acoplado uma coisa à outra, acaba não funcionando. Então, atualmente em São Paulo ainda o assunto lixeira, digamos, apresenta diversas soluções diferentes funcionando, quer dizer, coexistindo, portanto é um assunto não resolvido. Portanto, nesse caso também aquele programa que foi tentado pela Emurb não atingiu os seus objetivos.

No que diz respeito à colocação de relógios com indicadores de temperatura, esse programa eu considero que apresentou um sucesso, um resultado maior do que os outros dois programas. Efetivamente, há uma rede instalada, verdade que funcionou melhor durante os primeiros anos de funcionamento. Sucessivas, digamos, mudanças de contrato, ainda com a mesma firma, representaram períodos em que quando esse contrato estava sendo renegociado a qualidade apresentava uma queda, depois, devido a questionamentos diversos, essa qualidade não se man-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Na n.º 315 do proc.
N.º 56 de 1995

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O GRABORÁRIO	CONT. APARTE
08	4	Monteiro	Poluição	17.10.95		

teveix, digamos, a mesma durante todo o tempo de exploração. No entanto, essa rede ainda está funcionando e existe um sistema estabelecido de escolha de locais e depois de fiscalização por parte da Emurb.

Então, no momento, digamos, relacionado à questão da poluição visual em São Paulo e à questão do controle, a Emurb participa do CPPU, eu sou representante e, afora esses programas, não há outras atividades da Emurb que represente diretamente uma interferência na poluição visual. Inclusive esses programas a que me referi, com exceção dos relógios indicadores, não têm continuidade e não há ideia de ampliar esse sistema. Quer dizer, não há perspectiva de ampliação da colocação de mobiliário urbano com exploração publicitária. Quer dizer, é um assunto, digamos, que não está... não há perspectiva de ampliação do que está instalado.

Efetivamente, já há algum tempo atrás, já no âmbito da CPPU, mas enquanto representante da Emurb, foi discutida a questão da colocação daqueles indicadores de qualidade do ar por parte da Cetesb. Nós fomos extremamente críticos com relação a esse programa por várias razões. Primeiro, porque a Cetesb não detinha competência legal para implantar aquele equipamento e, segundo, porque esse equipamento, quando implantado, apresentava inclusive uma relação entre área de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

N.º 316 do proc.
N.º 56 de 1995
O AUTORADORIO
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
08	5	Monteiro	Poluição	17.10.95		

publicidade com área de informação extremamente favorável. É a publicidade em detrimento da informação. Em terceiro lugar, porque a informação que era vinculada inicialmente era uma informação quase que absolutamente inútil para as pessoas: informava o teor de CO da atmosfera. Essa é uma informação que para quem não é técnico específico, é uma informação extremamente realtiva. Quer dizer, ninguém vai mudar qualquer coisa em seu comportamento em função de saber qual é a porcentagem de CO na atmosfera.

Então, se não existe um programa de esclarecimento e se efetivamente esse programa de ~~implementação~~ implantação de indicadores da qualidade do ar não está ~~vinculado~~ vinculado a alguma coisa concreta em termos de uma campanha de esclarecimento e de procurar fazer com que as pessoas, de alguma forma, mudem o seu comportamento em função daquela informação, trata-se de uma informação inútil. Esse programa foi oferecido à Emurb, porque a Emurb setinha o poder de implantar esse equipamento, ~~na~~

~~maneira que esse programa de implantação de indicadores de qualidade~~

~~de implementação a ser feita a Emurb~~



CÂMARA MUNICIPAL DE
- TAQUIGRAFIA -

SÃO PAULO do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

BODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G-9	1	Angela	Pol. Visual	17.10.95		

e não foi aceito pela EMURB, não foi incorporado. De maneira que este programa de implantação de indicadores de qualidade do ar não tem nada a ver com a EMURB.

~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ Estou à disposição para responder questões quanto às atividades da EMURB. A EMURB não tem colocado faixas nas ruas públicas e também não tem colocado outros equipamentos de publicidade, a não ser as placas de obras, placas vinculadas a cada uma das obras. Mas isso, também, existe uma legislação específica quanto às placas indicativas de obras.

Com relação à participação na CPTU, eu, pessoalmente, fui representante da EMURB na CPTU no período de 1982/83 e, mais um tanto de tempo, em 1984. Depois, retornei em 1989 a fazer parte da CPPTU e já há algum tempo que tenho a honra de presidí-la, escolhido por votação entre os diversos representantes.

Quanto à composição da CPPTU é importante que se diga que ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX~~ ela é formada por 10 representantes das Secretarias e um da EMURB da Administração e por 13 representantes de fora da Prefeitura. Portanto, a CPPTU representa não exatamente a posição da Prefeitura, mas parcialmente essa posição. Ela é um órgão constituído por representantes de diversas entidades que



CÂMARA MUNICIPAL DE
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 318 do proc.
SÃO PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G-9	2	Angela	Pol.Visual	17.10.95		

não têm nada a ver com a Prefeitura e diretamente não têm a ver com a colocação de anúncios mas sim com a paisagem, no caso do Instituto de Arquitetos, Instituto de Engenharia, Universidade de São Paulo, diversos órgãos que não têm uma relação com a paisagem, mas não diretamente com a colocação de anúncios. Têm, no entanto, a participação de setores diretamente vinculados às atividades empresariais da colocação de anúncios. Pelo menos quatro representantes estão ligados à questão da colocação de anúnciosx.

Portanto, é um foro capaz de estudar e debater as questões ligadas à poluição visual de uma forma bastante ampla. É evidente que as decisões tomadas pela CPPU refletem a participação de seus diversos membros, a sua agressividade, a sua combatividade, a sua persistência em defender determinados interesses e determinadas posições e, enquanto Presidente, a mim me cabe justamente ordenar o debate e procurar fazer com que todos tenham uma participação e se enriqueça o debate.

A preocupação da CPPU tem sido, durante um bom tempo, além de responder as questões ~~das~~ rotineiras, que é uma das tarefas às quais está vinculada, que é examinar em grau de recurso as pendências existentes entre o público e a Prefeitura. Essa é uma incum-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 319 do proc.
Q.º PAULEO 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
6-9	3	Angela	Pol. Visual	17.10.95		

bância administrativa. Portanto, a CPPU tem uma carga de processos que tem de examinar, que tem de emitir parecer a respeito desses recursos.

A CPPU tem-se preocupado na preparação, na análise e na discussão de projetos de lei referentes à questão da paisagem, em relação à colocação de anúncios. Nesse sentido, tivemos a oportunidade de discutir longamente na CPPU um projeto de lei que foi posteriormente enviado à Câmara Municipal como um substitutivo ao projeto de lei enviado pela Prefeita Luiza Erundina e que foi o substitutivo apresentado pelo Vereador Firmino Fecchio. Esse projeto de lei tratava especificamente da questão de anúncios. Portanto, era voltado especificamente à questão de anúncios, não abordando a questão do mobiliário urbano.

É ~~ainda~~ importante esclarecer o seguintex, ainda com relação ao histórico dos projetos de lei relativos a anúncios: o Vereador Arnaldo Madeira, agora Deputado, foi Secretário da Habitação na Administração Mário Covas. Durante aquele período a Secretaria da Habitação preparou, através da assessoria técnica, um projeto de lei que não chegou a ser encaminhado à Câmara Municipal. Esse projeto tratava de anúncios e incorporava alguns dados com relação ao mobi



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 329 do proc
RAULO de 1995
O funcionário
CONT: APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APARTE
G-9	4	Angela	Pol.Visual	17.10.95		

projeto de lei. No entanto, o Vereador Arnaldo Madeira, depois de ser Secretário da Habitação, foi eleito, se tornou Vereador e apresentou basicamente aquele projeto que havia sido elaborado pela SEHAB durante a sua administração como um projeto de lei da sua iniciativa.

Esse projeto de lei tramitou pela Câmara, não chegou a ser aprovado e foi, na administração Luiza Erundina, substituído por um projeto de lei apresentado diretamente pelo Executivo, que era o projeto de lei da gestão da Erundina, apresentado mais ou menos no início de sua gestão.

Esse projeto de lei foi longamente discutido na CPPU, artigo a artigo, e se procurou chegar a um consenso, a uma posição intermediária entre o projeto apresentado inicialmente pela Prefeita Luiza Erundina e aquilo que fosse possível de ser implantado. A preocupação era de se fazer uma lei que se tornasse efetivamente realidade e não uma lei que efetivamente existisse enquanto papel, mas não existisse enquanto realidade, porque atualmente o que vemos em São Paulo é que existe uma legislação que é de 1959 regulando a questão de anúncios, mas o que efetivamente existe, se for feito um levantamento, é que uma grande porcentagem dos anúncios é irregular.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 321 do proc.
PAULO de 1995
O funcionário

ROBÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G-9	5	Angela	Pol.Visual	17.10.95		

Portanto, ~~não~~ existe uma lei, mas a lei não é fielmente cumprida.

A preocupação foi a de se chegar a um ponto de acordo aonde houvesse uma série de concessões de parte a parte de interesses antagônicos, de forma a se procurar chegar a uma solução negociada e viável. Dentro dessa visão, era importante que houvesse um acordo, tanto dos técnicos ligados à questão da paisagem quanto com relação aos empresários.

Naquela ocasião os representantes, especialmente dos sindicatos, das empresas de publicidade exterior, apresentaram uma série de propostas que consideramos altamente interessantes, particularmente no que diz respeito à ~~rar~~ rarefação de anúncios e no que diz respeito ao controle das empresas atuando no setor. Essas propostas, na ocasião, ~~uma delas foi a criação de uma reserva~~

~~para a criação de uma reserva~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 322 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G10	1	raimundo	Poluição	17-10-95		

... uma das críticas que foram formuladas foi a de que constituíam uma reserva de mercado. Efetivamente, eu pessoalmente, considero que há necessidade de se estabelecer uma reserva de mercado para as empresas que trabalham honestamente e corretamente, quer dizer, o que existem em SP hoje em dia, onde lado a lado com as empresas que trabalham regularmente existe uma infinidade de ~~empresas~~ outras atividades que são feitas por empresas irregulares que não pagam impostos, instaladas fora do Município e que, portanto, tumultuam totalmente o panorama de uma atividade, que é uma atividade importante para a Cidade. Acho que a colocação de anúncios faz parte da Cidade, é importante que isso seja devidamente regulado. Não se pode eliminar totalmente o problema, dizer, não, toda publicidade é ruim para a cidade, não é isso o que existe, existe um excesso e existe uma atividade que é feita irregularmente. Então, eu pessoalmente, sou favorável a que haja uma reserva de mercado para as empresas que trabalham corretamente, quer dizer, que trabalham, pagam seus impostos, atendem a legislação e cumprem aquilo que está estabelecido. Então, esse princípio, digamos, somado a rarefação de anúncios levava a que houvesse uma valorização da publicidade colocada nos espaços públicos. Portanto, digamos, há uma valorização da atividade, uma regulamentação dessa atividade.

No entanto, esse projeto de lei ~~não~~ foi apresentado



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 323 do proc.
ANO PAULO 56 de 1925
O funcionário

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G109	2	Raimundo	poluição	17-10		

pelo Vereador Fermino Fecho, mas não chegou a ser votado, não foi apre-
ciado na Câmara, apesar de ter passado pelas diversas comissões, etc.
Posteriormente esse projeto foi substituído por um novo projeto de auto-
ria do Vereador Arnaldo Madeira e atualmente parece que há um novo subs-
titutivo, quer dizer, o que está sendo ~~mx~~ examinado na Câmara é sempre
'o último substitutivo e os anteriores ficam para trás, deixam de ser
examinados. Isso no que diz respeito à colocação de anúncios. E parti-
cularmente na CBPU (?) há um interesse muito grande em que efetivamente
essa legislação seja consolidada através de lei, porque sabemos muito bem
que através de decreto, que é a forma que existe de regulamentação do as-
sunto, o decreto é frágil, porque ele pode ser substituído pelo próprio
administrador a qualquer momento ou por qualquer sucessor seu, o que não
ocorre com a lei, porque aí há a necessidade de aprovação de uma nova
lei na Câmara, que é um processo muito mais demorado; ~~x~~ é muito mais di-
fícil mudar uma lei que um decreto. Então, realmente temos grande intere-
se que seja efetivamente transformado em lei aquela proposta que examina-
da detalhadamente na CBPU referente a anúncios. Atualmente o decreto que
^{em} está vigência em SP é um decreto que constitui, digamos, aproveita uma
grande parte daquele projeto de lei que foi elaborado, examinado pela CBPU
porém, não integralmente e também, digamos, sem a força de uma lei.

No que diz respeito à questão do mobiliário urbano, e da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 324 do proc.
N.º PAULO 56 de 1988
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Glo	3	raimundo	poluição	17-10		

paisagem de uma forma mais ampla, foi ~~minimamente~~ examinado detalhadamente um outro projeto de lei que abordava a questão do mobiliário urbano de uma forma bastante ampla e todos os elementos colocados no espaço público, desde ~~postagem~~ posteação (?) até elementos de sinalização, bancas de jornais, abordava de uma forma muito ampla. Esse projeto de lei foi examinado na CBPU até cerca de 50% de sua quantidade de artigos. Efetivamente a discussão na CBPU de legislação é uma discussão bastante lenta, porque como se trata de 24 representantes, de informações diferentes, com formações diferentes, o processo de discussão artigo, artigo é muito demorado; quer dizer, você leva muito tempo discutindo, debatendo cada item, então nós levamos muito tempo examinando esse projeto de lei de mobiliário urbano até que chegou um ponto que havia um volume muito grande de outros assuntos represados que não podiam mais, digamos, ficar aguardando se chegar a uma conclusão com relação àquele exame, então efetivamente foi interrompida a análise daquele projeto de lei para serem retomados os outros assuntos que estavam, digamos, atrasados no seu exame. No entanto, consideramos que esse projeto de lei de mobiliário urbano deve ser retomado, é extremamente importante que ele seja examinado na Câmara e se possível seja aprovado, porque efetivamente existem equipamentos colocados nos espaços públicos que constituem uma total aberração e uma agressão tremenda à paisagem. Eu não me refiro apenas à questão dos ambulantes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 325 do proc.
RAULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GLO	4	Raimundo	poluição	17-10-95		

que teoricamente seriam mais móveis, mas principalmente a equipamentos fixos como é o caso das bancas de jornais, das bancas de revistas, bancas de frutas que se instalam nos locais que apresentam maior fluxo de pessoas e constituem um lobby extremamente forte. Quer dizer, nós já enfrentamos esse lobby na CBPU, já tive contacto com pessoal de bancas de jornais desde a reforma da Praça da Sé, quando se tratou da relocação e já vimos que na hora que começa a mexer com as bancas começa a chover telefonemas de deputados, de vereador intercedendo, mas por que isso, por que aquilo, por que vai mexer com fulano. Então, realmente se constitui num lobby forte que procura vinculações políticas e que exerce pressões bastante fortes. E é efetivamente há locais, basta pegar, por exemplo, um local que é tombado, uma das paisagens mais bonitas de São Paulo, que é o Viaduto do Chá, existem exatamente bancas de jornais instaladas exatamente nos locais mais importantes do viaduto, onde você teria visibilidade para murada do viaduto, para os espaços mais amplos que foram criados para usufruto da população estão lá ocupados com as barraquinhas e com as bancas de jornais. Experimenta tirar uma banca daquelas de lá? É uma briga de foice, quer dizer, realmente sabemos que some processo, que as coisas não vão para frente. Há uma banca de jornais no Largo do Café, ela é irregular, há o processo, é para tirar, se debateu no PROCENTRO, se debateu no CBPU, a conclusão é que ela tem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 326 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G10	5	Raimundo	poluição	17-10-95		

que sair de lá, ela é irregular, não pode ficar lá, em nenhuma instância ela teve autorização para ficar lá e está lá até hoje. E não é de hoje, não é desta Administração, já é de administrações passadas. Então, a gente fica, como é que se pode chegar a uma conclusão com relação a isso, quer dizer, realmente é um grupo extremamente forte e que a gente sabe que exerce uma pressão muito grande.

De momento é isso que gostaria de colocar e estando à disposição para responder mais alguma pergunta.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Eu gostaria de saber do representante da EMURB em relação a 2 pontos. ~~Em relação à 1ª e 2ª~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 327 do proc.
PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	1	morg.	poluição vis.	17.10.95		

primeiro, em relação às lixeiras, é responsabilidade de quem ? Foi passado para a Limpurb ?, como o senhor se referiu, responsável pela lixo ou não ?

O Sr. José Eduardo Lefrève - Não. Isso é uma proposta, mas não está pra Limpurb. Atualmente a questão das lixeiras, tanto quanto eu saiba é responsabilidade da Administração Regional, da Secretaria das Administrações Regionais.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - O segundo ponto é em relação aos relógios instalados, também indicativos de poluição do ar que existem pela CETESB, esses são de responsabilidade dos contratos que foram feitos com a EMURB.

O Sr. José Eduardo Lefrève - Os relógios indicadores de hora e indicadores de temperatura são de responsabilidade da EMURB, os indicadores de qualidade do ar são da CETESB.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Com a autorização da EMURB ?

O Sr. José Eduardo Lefrève - Não. Sem autorização da Emurb.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - E não há necessidade de autorização de um órgão municipal para isso ?

O Sr. José Eduardo Lefrève - Haveria.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Os contratos que foram feitos com os relógios, foram feitos pela EMURB ?

O Sr. José Eduardo Lefrève - Sim, após uma licitação, longa licitação, e vários concorrentes. Inclusive, eu participei da comissão de licitação, de modo que estou informado do processo inicial,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 328	de 328
PAULO	de 10/95
O funcionário	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	2	morg.	pol.visual	17.10.95		

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Então, como presidente da comissão eu peço ao senhor a gentileza se possível passar os contratos, cópias de contratos, para estudo da comissão. Vários relógios não estão funcionando, onde eles estão colocados, surgiu até uma polêmica não me recordo bem a um ano atrás, da legalidade desses relógios ou não, então, se possível, a comissão gostaria de obter a cópia desses contratos dos relógios e vamos procurar na CWTESB saber como funciona a instalação deles junto ao Município, já que o logradouro é o Município e a empresa de urbanização da cidade de São Paulo.

O SR. José Eduardo Lefrêve - Vou encaminhar também a cópia da lei que criou a autorização da EMURB para a implantação de mobiliário urbano para exploração publicitária, com a base legal.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Agradecemos. Mais alguém gostaria de questionar a EMURB?

A Sra. Ana Lúcia Ancona (ABAP - Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas) - Gostaria de fazer duas observações, uma sobre a intervenção anterior relativa ao programa de arborização de ruas, queria só fazer constar que a ABAP vem se manifestando pela imprensa, publicamente, estranhando uma série de falhas no programa de arborização de ruas, da Prefeitura, basicamente em relação a critérios que deviam nortear um programa tão amplo de arborização, em relação a localização das árvores a serem plantadas, a escolha de espécies, a questão de tutores, cortes das mudas, questão de responsabilidade de manutenção, o que a gente tem visto na cidade é que se planta uma muda muito pequena com um tutor, com um dispositivo de proteção muito grande, a muda geralmente morre e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 329 do processo
PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G11	3	morg.	pol. visual	17.10.95		

fica o dispositivo de proteção com propaganda. Então, onde que estaria a responsabilidade de reposição das mudas pequenas que morrem. Ainda em relação a isso com respeito a gente está fazendo um trabalho mais consistente de planejamento desse grande projeto de arborização, a cidade dispõe de um cadastro de vegetação significativa elaborado pela SEMPLA, com profissionais contratados por licitação, por concorrência, mas por profissionais da ABAP, arquitetos paisagísticos, foi feito esse cadastro em 84/85, seria um elemento básico para estar norteando essa questão da localização de mudas e escolha de espécies, porque através disso a gente sabe da melhor adaptação de determinadas espécies em localizações na cidade, também a SEMPLA e no governo Erundina fez um outro levantamento de vegetação geral no Município de São Paulo, através de imagem de satélite, que pode nos fornecer as áreas mais carentes de vegetação e esse dado cruzado com outros dados relativos à população, uso das ruas, característica das próprias ruas, seria enfim uma série de fatores que poderiam estar contribuindo para essa escolha, para esse plano mais consistente de arborização.

Em relação à questão do depoimento do representante da EMURB estranhei essa questão de dizer que acha que não tem muita função a informação sobre qualidade do ar que está nos relógios. Acho que o problema de poluição do ar em São Paulo parece que é não só eu que acho, é uma coisa extremamente grave, é hoje um problema de saúde pública, um problema geral, as pessoas estão tendo uma série de sintomas, de doenças, relacionados com a falta de qualidade do ar da cidade, é uma coisa que era sazonal, que se tornou constante praticamente na cidade, a gente teve uma certa melhora em durante, infelizmente por motivos não muito



O Sr. José Eduardo Lefreve - Lamento ver que não fui muito bem entendido. ~~Realmente, fomos bastante críticos em relação ao programa, inclusive em relação à reunião da ANPP, com relação~~
~~as primeiras informações que foram enviadas inicialmente, eram obscuras~~
~~mesmo~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 331 do proc.
PAOULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	1	Marcelo	Pol. Visual	17.10.95		

Realmente nós fomos bastante críticos em relação ao programa da Cetesb, inclusive isso consta das atas da reunião da CBPU, com relação ao seguinte: as informações que eram veiculadas ~~exteriormente~~ inicialmente eram observações ~~inteligíveis~~ ininteligíveis para o público, dava a porcentagem de componentes tóxicos no ar, informações técnicas que para um técnico tem sentido. Eu, sinceramente, apesar de ter visto.....

A SRA. - Fala de uma coisa passada, por que atualmente é qualidade do ar boa, ruim, regular e tudo bem.

O SR. - Eu acredito que inclusive a Cetesb tenha mudado em decorrência das críticas que nós fizemos.

A SRA. - Desculpe, eu não entendi.

O SR. - Eu não sei qual é a porcentagem conveniente, qual é o limite de particulados no ar, só um técnico sabe. Então veja, a nossa crítica é que essa questão que devia ser ligada, vinculada a um programa mais amplo, onde efetivamente levasse aquela informação a ter um reflexo na atitude das pessoas. Quer dizer, só uma informação técnica de saber qual é a composição da qualidade do ar não chega a fazer com que as pessoas mudem de ~~seu~~ comportamento.

A SRA. - Não. Qual a composição, quantos PPM de não sei o que tem no ar, tudo bem, acho que é extremamente técnico. Agora, saber se a qualidade do ar está boa, regular ou ruim eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 332 do proc.
ANEXO 0 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
12	2	Ma celo	Pol. Visual	17.10.95		

acho que não tem nada de técnico, acho que qualquer pessoa alfabetizada compreende ~~perfeitamente~~ ~~perfeitamente~~ perfeitamente, se ela é sensível ao ~~pro~~ problema da qualidade do ar, e as pessoas são sensíveis de fato, eu acho. E a questão da falta de um programa mais amplo e tal, tudo bem, nada é completo, muito menos na nossa cidade e no nosso País, mas eu acho que isso somado à própria mídia, que ~~veicula~~ ~~veicula~~ veicula essa questão, que traz informação, que trata também dessa questão, isso ~~já~~ ~~já~~ já sensibiliza as pessoas. Então não precisa ter necessariamente um programa de governo atrelado a essa informação. Eu acho que as pessoas conseguem ~~usar~~ ~~usar~~ usar essa informação com o conjunto de informações que elas têm ~~vivendo~~ ~~vivendo~~ vivendo na cidade.

O SR. _____ - Veja, eu acho que houve uma melhora grande no tipo de informação que estava sendo veiculado pelas placas. Mesmo assim ainda há uma preponderância muito grande do aspecto da publicidade sobre a informação diretamente.

Uma outra coisa é que fizemos uma crítica com relação à campanha da Cetesb no sentido de que é importante que essas campanhas sejam eficazes, que as pessoas sintam que elas estão, de alguma forma, contribuindo ~~para~~ ~~para~~ para a poluição. A simples informação de que a qualidade do ar está ruim em Santana, normalmente não leva as pessoas a dei-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 330 do proc.
PAULO 96 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
CL2	3	Marcelo	Pol. Visual	17.10.95		

luindo. É preciso que haja uma ~~maior~~ conscientização ~~maior~~ mais ampla no sentido de que as ~~pessoas~~ pessoas percebam que são agentes poluidores.

Em todo caso, esse é um detalhe ~~de~~ dessa campanha que eu ~~maior~~ pessoalmente considero que até agora a única experiência que foi bem sucedida em São Paulo foi uma desenvolvida quando o ~~Dr.~~ Jorge Wilhen era Secretário de Planejamento, se não me engano, quando durante alguns dias ~~efetivamente~~ efetivamente o acesso ao centro da cidade foi interrompido. Foi uma experiência mais drástica, ~~mas~~ já faz uns ~~seis~~ seis, sete ou oito anos, realmente aquela foi muito bem sucedida. Mas, efetivamente, acho importante que essas campanhas estejam, digamos, atingindo efetivamente as pessoas, para que sintam que são ~~maiores~~ realmente agentes poluidores.

Mas, em todo caso, agora, ~~inclusive~~ inclusive a própria Secretaria do Verde, em conjunto com a Cetesb, estão ~~maior~~ procurando reformular esse programa, no sentido de procurar torná-lo mais eficiente.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES - Só gostaria de fazer uma comentário. Na última reunião do Cades, quem teve oportunidade de assistir a última reunião do Cades, viu uma apresentação do Dr. Saudiva sobre os efeitos da poluição e , principalmente, seus efeitos ~~em~~ com relação à mortalidade infantil e mortalidade de ~~pessoas~~ pessoas idosas. É um efeito desastroso e ele mostrou claramente que ~~maior~~ ela está associa-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 334 do proc.
N.º PAULO 36 de 1995
O funcionário

ROZÍO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	4	Marcelo	Poluição Visual	17.10.95		

do ao uso do automóvel, principalmente ao uso do automóvel na cidade de São Paulo.

Aqui não interessa saber se a poluição é um problema estadual ou municipal, evidente que o município, através da Secretaria do Verde, deve assumir essa responsabilidade de uma campanha de conscientização ligada com os órgãos do Governo Estadual responsável pela poluição. É claro que parece que é mais importante ter um relógio indicador da qualidade do ar do que um relógio marcando horas para a cidade, do ponto de vista de informação de temperatura do ponto de vista da saúde do povo. Não tenho dúvida nenhuma de que seria um programa muito mais meritório um programa desse tipo do que aquele que informar o horário e a temperatura simplesmente.

De outra forma, eu queria ouvir um comentário. É uma pena que o representante do Depav já tenha saído, porque é a segunda vez que vejo mencionado o fato de que um Código Ambiental está praticamente pronto para ser enviado à Câmara e nós não sabemos em que fórum ele foi discutido, qual sua abrangência, não conhecemos, não temos praticamente informação nenhuma sobre esse Código.

Ele mencionou ainda que o Departamento de Controle Ambiental da Secretaria do Verde, mencionou de relance, teria ou não competência para tratar de poluição visual. Há um "inbroglio"



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º 325 do proc. N.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G12	5	Marcelo	Polução Visual	17.10.95		

ai formado e toda vez que a gente não sabe exatamente ~~xxx~~ quem é responsável por determinado setor , o que ~~xxx~~ acontece é ~~xxx~~ que ninguém é ~~responsável~~ responsável e a poluição visual corre ~~xxx~~ solta e não tem controle.

Eu queria um comentário aqui tanto dos ~~xxx~~ representantes da Emurb, quanto da Sehab, que comentassem essa possibilidade do Departamento de Controle Ambiental ter competência ou não em ~~as~~ questões ligadas à poluição visual, inclusive fiscalização, que ~~xxx~~ hoje ~~xxx~~ está, se não me engano, depois vocês me corrigem, estar sob atribuição das administrações regionais, porque isso é muito importante até para que esta Comissão consiga acionar os responsáveis. Então queria que se fizesse esse comentário.

A SRA. BONA DE *Villa* Eu gostaria de emendar, então, a pergunta do colega. É meio no sentido de quem fiscalizará o fiscalizador. Na questão da poluição ambiental e urbana, evidentemente nós temos uma série de ~~elementos de poluição ambiental, ambiental que~~
~~são gerenciados por órgãos de Executivo e não só municipal,~~
~~mas estadual. Então a mesma coisa é quanto à questão de uma lei que~~
~~está em discussão...~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 336 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RQDIZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL3	1	valéria	poluição vis.	17.10.95		

... elementos de poluição visual eventual que são bancados diretamente por órgãos do Executivo, não só Municipal mas também estadual. Então, a minha dúvida é quanto a eficácia de uma lei que tente ordenar o comportamento desses interventores nos espaços públicos que são agentes públicos. Então, na experiência dos colegas da Emurb e Sempla, seria eficaz uma lei desse tipo? Quer dizer, na hora de fazer valer, de penalizar o infrator, quem penaliza quem? Como a coisa se processa? Existe uma dúvida muito grande para mim sobre isso, quer dizer, na hora de haver um conflito qual é a autoridade capaz de de fato e de direito penalizar, tirar aquele elemento, multar, ou seja o que for.

O SR. - Veja, como esse é um assunto que não está sendo ~~ria~~ diretamente tratado pela Emurb e também não está sendo discutido na CPTU acho que o preferível é que essas questões sejam discutidas pelos representantes da Sehab que estão aqui presentes. Eu, para responder, precisaria estudar, ver o assunto em que pé está para poder informar. Queria ouvir os representantes da Sehab que têm melhores condições de responder de imediato.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Eu acredito que essa é a primeira rodada. Estamos ouvindo todas as Secretarias, Vereadores, setores, enfim, depois tudo vai para a Taquigrafia, faremos uma leitura e voltaremos a chamar aquelas pessoas que temos mais interesse para participar somente essa pessoa. Hoje temos aqui cinco órgãos do município. Quero, neste momento, agradecer a participação do Sr. José Eduardo Assiz Lefebvre que representa a Emurb e também é presidente da CBTU pela sua participação que só vem enriquecer o nosso relatório. Convido agora para usar da palavra o representante da CET, Companhia de Engenharia de Tráfego,

059 Sr. Ricardo Teixeira, Em relação à CET já foram discutidos aqui pelo Con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 335 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. APARTE
G13	2	valéria	poluição vis.	17.10.95		

selho que assessora esta comissão em vários pontos: em relação ao uso dos infláveis, por exemplo, colocado por outros órgãos, da ilegalidade do uso de infláveis. Vimos aquele que existe na Brasil com Henrique Schawman e Rebouças, uma boneco imenso da CET com uma propaganda enorme do Mac Donalds e um espaço muito pequeno dizendo: use cinto de segurança. Também o excesso de faixas colocadas nos semáforos. Eu mesmo a caminho hoje da Câmara reparei em faixas imensas dizendo: não feche o cruzamento. E vejo que 1/3 da faixa diz não feche o cruzamento e 1/3 é da faixa que está patrocinando. Acredito que uma faixa deva custar uma média de 5, 6 reais o metro, não sei se é em troca do custo da faixa que vem a publicidade em lugar nobre, porque todos os motoristas são obrigados a ficar ali olhando, essas novas placas luminosas que trazem só uma palavra não identificando corretamente a rua, como Pamplona, como Augusta, enfim, notamos que embaixo do semáforo tem um pequeno luminoso com o nome da rua e me parece por leitura de imprensa que ali no futuro está se fazendo uma pesquisa e se pretende colocar publicidade ali. Quer dizer, quais são os critérios, em cima de que dados, qual é a proposta, sob qual legislação. Parece-me que os infláveis são ilegais e o próprio CET tem utilizado esses equipamentos. O que o CET pensa e quais são seus projetos. Com a palavra o responsável pelo CET.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Sou gerente de engenharia da CET, não sou o homem apropriado para falar desses itens mas vou tentar colocar sobre tudo que foi dito. Primeiro, quanto ao inflável, o inflável existe um e está sendo patrocinado por uma empresa privada, fica em diversos pontos da cidade e não sei como foi feito esse compromisso entre a CET e o Mac Donalds, sei que existe, está aí fazendo campanha do uso de cinto de segurança e criança no banco traseiro e a empresa responsá-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 338 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL3	3	valéria	poluição vis.	17.10.95		

vel pela confecção do equipamento, o inflável, é o responsável pela colocação em diversos pontos da cidade. Então, só existe um. Quanto às faixas de pano, realmente hoje na cidade de São Paulo a CET deve ter cerca de 200 faixas de pano oficiais, na cidade toda que são 14 mil quilômetros de rua. Então, 200 faixas realmente somem. O que acontece e que muitas faixas de pano são copiadas, como você falou, 1/3 é de propaganda e com certeza deve ser irregular. O que a gente vem fazendo em conjunto com as Secretaria das Administrações Regionais é passar para a Secretaria e para as regionais quais são as faixas oficiais da CET porque muita gente acaba copiando a faixa, fazendo a faixa e colocando em cima de semáforos, atrapalhando a nossa própria sinalização, acaba ficando perigoso. Quando nós detectamos acabamos retirando as faixas. Vocês devem ter reparado que a faixa da CET tem a borda pintada de amarelo e preto, justamente temos usado esse dispositivo para destacar nossas faixas, de tantas faixas que existem na cidade, porque somos obrigados a fazer campanhas de trânsito. Quais são? Nunca feche o cruzamento, use cinto de segurança, criança no banco traseiro, para o pai do aluno não largar o carro em fila dupla quando vai para a escola. A gente não faz só campanha evidentemente usando só faixas de pano. Esse é um elemento, inclusive, dos mais recentes que a gente tem utilizado. Usamos out door, back light, televisão, rádio, enfim, para que se faça toda a campanha necessária na cidade. Lembro, inclusive, que essa campanha nunca feche o cruzamento, a gente fez coincidir com o inverno porque fechar o cruzamento no inverno significa fechar o trânsito, congestionamento e aumentar a poluição ambiental. É evidente que também atrapalha ~~porque acaba causando uma poluição visual, como já~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 339 do proc.
PAULO 56 de 1995
O funcionário

ORDIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	1	beth	poluição visual	17.10.95		

porque acaba causando uma poluição visual com ~~já~~ foi elencado aqui. O número, por exemplo, 200 faixas da CET parecem ~~mas~~ muito mas só na região da Vila Mariana, o Regional falou em jornal e eu li na imprensa, ele fez uma limpeza de panos e lá ele ~~retirou~~ retirou 3 mil. Então, 200 para 14 km de rua é pequeno. Mas também não é um dispositivo que a gente queira usar permanentemente. Essas novas obras que estão saindo vocês devem estar acompanhando os painéis de mensagem variável onde já vem a mensagem on line para o motorista de um congestionamento, o use o cinto, enfim, já se faz campanha ali. Esse projeto a gente já colocou no projeto das novas marginais. Infelizmente ele não caminhou para a frente, só nas novas marginais a gente poderia ter 20 painéis de mensagem variável dando a informação on line para o motorista e também fazendo a campanha, qualquer tipo de campanha porque ali se escreve qualquer mensagem e o nosso projeto é colocar mais desses painéis pela cidade inteira. Quais são os outros projetos que você abordou?

O SR RICARDO TRIPOLI - Os infláveis, as faixas e eu gostaria de aproveitar a oportunidade de pedir à CET sobre o contrato do Mr Donald sobre os infláveis que estão ~~sendo~~ sendo colocados e também da concessão das faixas.

O SR RICARDO TEIXEIRA - As faixas não existe um contra



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 340 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

ROBERTO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	2	beta	poluição visual	17.10.95		

to, na realidade, Muitas dessas faixas - como eu falei, 200 - não são próprias da CET. Hoje estamos com obra na Altemar Dutra, Lá será feito um novo viaduto e tem as faixas informando o usuário que o trânsito foi modificado. Não tem patrocínio de ninguém.

O SR ROBERTO TRIPOLI - E as faixas que têm patrocínio?

O SR RICARDO TEIXEIRA - Eu vou verificar se existe algum contrato. Mas devem existir. Como informei sou engenheiro mas deve existir. Só preciso o contrato de inflável e o contrato das faixas. Você tinha abordado outro aspecto? As placas luminosas. Estão em teste na Cidade, e desconheço se serão colocadas propagandas. Eu vejo...

O SR ROBERTO TRIPOLI - A imprensa divulgou que ali estava sendo feita uma pesquisa de mercado verificando o retorno daquele tipo de comunicação. Se fosse positivo iriam incluir a publicidade, o espaço ~~publicitário~~ publicitário.

O SR RICARDO TEIXEIRA - Eu não conheço essa sinalização está sendo copiada de Los Angeles onde existe essa sinalização. Estamos fazendo teste em algumas vias da Cidade para medir o efeito da mesma principalmente à noite quando o motorista não consegue ler aquela outra informação da rua porque ele acaba ficando num ponto mais baixo e não iluminado. Então, para o motorista não se perder a gente está fazendo o teste mas é muito cedo para fazermos alguma avaliação por-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 341 do proc.
PAULO 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	3	beth	poluição visual	17.10		

que é muito pouco tempo de teste. Estou disponível para qualquer pergunta.

O SR ROBERTO TRIPOLI - ~~ALGUÉM~~ Alguém gostaria de fazer alguma pergunta ao responsável pelo CET?

Qual é a solução para minimizar a questão da poluição visual na Cidade?

O SR RICARDO TEIXEIRA - ~~NE~~ A CET sofre com a poluição visual porque a sinalização que a empresa usa acaba sumindo dentro do paisagismo da Cidade. Nós temos uma proposta que foi inclusive apreciada pela CBPU sobre uma legislação específica só para as marginais do rio Tietê e Pinheiros onde proliferaram muita propaganda e a sinalização da CET some. Tem trechos da Marginal que o motorista não consegue ver uma informação de saída ou de entrada de tanta publicidade que existe. Quanto às faixas de pano - já passei - estamos trocando as faixas de pano por um painel de mensagem variável e esse outro projeto que já foi analisado pela CBPU que pode virar um decreto onde diminuimos a quantidade de publicidade nas marginais.

O SR HORACIO GALVANESE (Gabinete do Vereador Maurício Faria)

A minha pergunta é sobre os postes necessários para a sinalização de semáforos. A gente hoje acompanha a instalação desses postes que estão sendo instalados em avenidas, como no caso da Fátima Lima e é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 342 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

ORDIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	4	beth	poluição visual	17.10		

uma parafernália de postes para semáforo, de luz. Gostaria de saber que critérios são usados para esse tipo de sinalização.

O SR RICARDO TEIXEIRA - São critérios basicamente técnicos onde a gente precisa dar visibilidade para o motorista e para o pedestre do semáforo, da cor que ele está para que ele possa passar com segurança. É basicamente técnico.

O SR RICARDO TEIXEIRA - Eu encaminho a documentação que o Sr. pediu?

O SR ROBERTO TRÍPOLI - Eu fui passar via fax ao Sr. Presidente mas gostaria que o Sr. informasse o mais rápido. Como eu falei é uma Comissão de Estudos e precisamos ter conhecimento de como são feitos esses contratos, de que forma, qual é o critério para que em análise junto com o conselho possamos confeccionar.

O SR RICARDO TEIXEIRA - Vou solicitar.

O SR JOSE CARLOS GOMES - Você tocou no assunto dos anúncios luminosos lindeiros às marginais e mencionou um projeto que teria sido enviado à CBPU para diminuir esses anúncios. Eu queria que isso fosse um pouco mais detalhado aqui. A posição de vocês com relação àquela sequência de anúncios na Marginal, do lado da via férrea, da outra pista da Marginal; do Tietê tem aquele anúncio gigante em frente ao Play Center e tem os anúncios, ou melhor, aqueles Back



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 343 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário *AB*

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G14	5	beth	poluição visual	17.10		

light que foram colocados pelas empresas que patrocinaram a pintura das pontes que são colocadas em posições estratégicas.

~~Exqueria sobre qual é a norma~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 344 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G15	1	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

Ela queria saber qual é a posição da CET com relação a esse tipo de anúncio que, aparentemente, interfere negativamente do ponto de vista do usuário da Marginal.

O SR. _____ - Está certo. Esse projeto que nós fizemos, é um esboço no projeto dentro da CET, é basicamente levando em consideração as curvas, porque tem diversas curvas na Marginal, e caso o motorista se perca em uma dessas curvas ele pode estar colidindo com um backlight, ou um painel, seja lá o que for que esteja sendo colocado.

Uma outra coisa é que a Marginal, por exemplo, como você falou, aquele painel do MM Playcenter, o motorista, para conseguir enxergar aquele painel é obrigado a tirar a sua atenção do ~~tráfego~~ volante, para de olhar para a frente e faz um movimento lateral, ele é obrigado a olhar para o lado para ler; isso, não só o do Playcenter mas todos os outros outdoors colocados pela Marginal, a maioria deles.

Esse que você se referiu, do Jockey Club, da Cidade Universitária, que também tem, ou mesmo na linha férrea, eles já têm uma ~~inclinação~~ inclinação para a pista, mas a gente acha que aquela inclinação ainda é pequena, porque o motorista ainda precisa fazer um movimento de ~~verificação~~ verificação daquela propaganda. Então é um risco muito grande, não é?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 345 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
615	2	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

E, só lembrando, a Marginal é a via da Cidade que apresenta o maior número de acidentes. Então todo o nosso trabalho foi em cima de reduzir o número de acidentes na Marginal.

Agora, uma outra coisa que também chama muito a atenção nesse trecho entre Cidade Jardim e Ponte Euzébio Mattoso é a quantidade de luminosos, principalmente do lado esquerdo, na via férrea, e se vocês passarem lá verão que não se consegue ler a sinalização que está nesse mesmo ~~mesmo~~ lado, a sinalização de trânsito acaba sumindo em função dessa quantidade de painéis que existe lá.

Então, em função disso, e principalmente em cima da redução de acidentes que acontecem na Marginal é que a gente fez algumas propostas para a CPPU, em cima desse enfoque.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Me parece que no ~~Código~~ Código Nacional de Trânsito é proibida a questão desses equipamentos blacklights que ofuscam a vista do motorista. Então isso tem relação direta com a Secretaria dos Transportes e a CET, como se vê, volto a dizer, na Henrique M. Schaumann, com a Brasil e a Rebouças, e outros pontos que até nós questionamos por ofício, porque me parece que é ilegal, conforme o próprio Código Nacional de Trânsito. Como é que você - porque o próprio representante da CET, aqui, está colocando que interfere, que in-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 346 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	COM. PARTE
G15	3	Norma	Poluição Via.	17.10.95		

impossibilita, que pode até causar alguns acidentes, e qual é a ação da CET nesse sentido ? Tem oficializado às administrações regionais, para que se cumpra a lei ? Ou tem oficializado a outros órgãos, enfim, como a CET tem trabalhado, fora esse encaminhamento de código ao CEFU ?

O SR. _____ - Não, quanto ao Código Nacional de Trânsito a gente não entrou no enfoque de que está ~~interferindo~~ atrapalhando porque ofusca a vista, porque na realidade ele não ofusca a vista, o motorista é obrigado a fazer um movimento lateral porque ele vê o painel, ele vira, ele não ofusca a vista, e nós já tivemos um ou outro caso de algum painel que ofuscava a vista do motorista, e esses foram corrigidos. Mas esses que eu levantei, não é o ofuscamento e sim o movimento que o motorista faz com o pescoço, ele tira a atenção para fazer a leitura, é em cima disso.

E eu citei as Marginais porque na lei atual as marginais estão fora, não estão especificamente citadas as marginais, e por isso é que a CET acabou, em conjunto com a Secretaria da Habitação, fazendo propostas para a complementação dessa lei, em função do nosso conhecimento de acidentes, mas sem ter feito uma informação precisa de que se aquele motorista se acidentou por causa daquele painel, porque é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 347 do proc.
N.º PAULO 56 de 1995
O funcionário

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
C15	4	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

muito difícil você coletar essa informação, porque normalmente quando acontece um acidente são diversos os motivos que levaram a ocorrência daquela acidente, talvez inclusive um painel, está certo ? Mas isso a gente não pode afirmar. Mas só de você ter um painel na lateral, onde o motorista faça um movimento com a cabeça de olhar para o lado e ele perde a atenção, me parece que isso pode estar gerando potencial de risco, por isso que a gente solicitou que os painéis então fossem ~~inclinados~~ inclinados para que os motoristas ~~con~~ conseguissem ler a informação sem tirar a atenção do movimento do trânsito.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Eu agradeço então ao Ricardo Teixeira, representando a Companhia de Engenharia de Tráfego nesta sessão de hoje. Obrigado.

O SR. RICARDO TEIXEIRA - Posso me retirar, por causa do horário, sem problemas ?

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Claro. Muito obrigado. Eu gostaria de convidar, então, para fazer uso da palavra, o representante da Secretaria das Administrações Regionais, Sr. João Carlos Rossi Filho.

O SR. JOÃO CARLOS ROSSI FILHO - Sou representante da SAR,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 348 do proc.
PAULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G15	5	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

e estou à disposição para - antes eu queria, foi enfocado aqui o problema das lixeiras, e SAR tem um programa, hoje, de colocação de lixeiras, através de licitação, foram compradas, estão sendo compradas lixeiras, através de licitação.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Outros tipos de lixeiras ?

O SR. JOÃO CARLOS ROSSI FILHO - É um tipo só de lixeira, uma lixeira de argamassa armada, extremamente resistente, está sendo colocada em São Paulo, não sei se vocês têm ~~visto~~ visto, na Nove de Julho já tem, em outros corredores importantes já tem, e é uma lixeira que procura ser, é resistente, argamassa armada, que é um tipo de argamassa armada, que aguenta o impacto, e internamente ela tem um dispositivo para a colocação de sacos de lixo, ele é retirado conforme, com a varrição normal das ruas, e ao mesmo tempo, em paralelo, o programa para essas lixeiras é da colocação de dez mil, até o final do ano, é o objetivo da Secretaria, e a necessidade de São Paulo, segundo o levantamento, é de trinta ~~mil~~ mil lixeiras, nós estamos procurando colocar dez mil, até dezembro, supre uma parte dessa necessidade, e paralelamente ainda continuamos com o programa de doação, através de propaganda, porém padronizando para esse tipo, mesmo tipo de lixeira a ser colocado, quer dizer, evidentemente, como existe uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº 349 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. PARTE
G15	6	Norma	Poluição Vis.	17.10.95		

parafernália de lixeiras na cidade, é bolinha, é cesto aramado, como
já foi colocado aqui hoje, isso não vai poder ser retirado de momento
porque muitas delas evidentemente estão prestando o seu serviço, ~~mas~~

~~(... e assim como não são retiradas... mas R G16) :~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 350 do proc.
PAULO 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	SOM. APARTE
G16	1	ANA	Poluição Visual-17.10.95			

mas paulatinamente elas vão sendo retiradas, conforme o programa de colocação dessas novas lixeiras padronizadas.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Vereador significa "ver" e "andar" e eu ando muito por São Paulo e tenho notado a exploração do espaço público pelas imobiliárias, principalmente nos finais de semana. Eu tenho também um ranchinho em Ibiúma e também na Raposo Tavares eu vejo no meio fio da estrada várias placas chamando a atenção do motorista para o lançamento de apartamentos, de prédios, de escritórios. E parece-me que foi criado um selo pelo Administrador Regional e todos que têm esse selo estão autorizados. Eu noto também que são utilizados carros velhos, que me parecem sem utilidade praticamente, parecendo carros guinchados, que são colocados em alguns pontos, em locais proibidos, entre uma avenida e outra, no meio fio, ou em esquina em cima da calçada, com placas imensas em cima. Isso tem colaborado muito com a poluição visual da Cidade. É um fato que existe por São Paulo inteira. Em todas Administrações Regionais tem essa questão e em qualquer rua que se ande se nota ou uma placa amarrada num poste ou no meio da rua ou em cima de um carro. É uma coisa que agride muito a paisagem urbana. Eu quero saber como a Administração Regional vê isso e de que forma ela legalizou isso? Parece-me que existe um selo, criado pela Administração que regularizou essa questão.

O SR. _____ - É existe um selo. Evidentemente essa é uma parte de uso e ocupação do solo que não estou diretamente afeto, mas tenho conhecimento para poder falar alguma coisa a respeito. O selo permite que se coloque placas nos fins de semana com tamanho padrão, longe de cruzamento. Evidentemente existem os abusos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 351 do proc.
PAOULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL6 2		ANA	Paluição	17.10.95		

está sendo reestudada por parte da Secretaria a alteração desse "modus operandi". E com relação aos carros, realmente existem aqueles que nem motor têm, que são jogados nas vias públicas com propaganda de imóveis. Esses carros estão sendo retirados. É que sempre esbarramos naquele eterno problemas da falta de condições das margens de atuar com material humano e equipamento. Às vezes a retirada de um equipamento irregular requer um equipamento mais sofisticado, por exemplo, um caminhão muqui(?) com aquela carrocinha que sobe e desce, coisa que a Prefeitura não tem; requer muitas vezes até um tipo de ferramentas que muitas vezes não se tem. Então, se esbarra muito nesse tipo de como fiscalizar e como atuar nesse sentido. Tudo isso tem uma equipe estudando, tem uma maneira de se reformular essa parte, principalmente no tocante à fiscalização. Acho que a fiscalização é o ponto nevrálgico dessa questão; atuar efetivamente a fiscalização levando em_bora o que se tem de irregular na via pública, retirando esses carros e multando efetivamente.

Infelizmente, a maioria do que se vê na Cidade, desses panfletos colocados já a própria companhia que coloca, já coloca como preço a multa. A multa é 10 UFMs, é uma multa barata e eles já colocam; faz parte, a propaganda é mais interessante que a multa. As faixas... eu retiro faixas da minha rua. Eu moro numa rua residencial e eu vou lá e retiro faixas. É um problema sério esse de faixas. Converseando, inclusive com o Ricardo Teixeira e com o pessoal do CET... "vamos procurar um método de se mudar, pelo menos que a Prefeitura e o CET não dêem mau exemplo de colocação de faixas." Está certo que são faixas de propaganda interessante para a população: usem cinto de segurança, não feche o cruzamento. Mas quem sabe estudarmos maneiras de colocar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 358 do processo
PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G16	3	ANA	Poluição	17.10.95		

mensagem para a população de uma maneira mais elegante, de maneira que não ataque a parte visual da cidade, que já é tão precária.

Essa parte visual envolve nossas praças, nossos próprios municipais, nossas calçadas, nossas pontes, nossas passagens de nível. Tudo isso são problemas que devem ser estudados para a melhoria da paisagem da Cidade, uma coisa completa, que se comece com essa parte de placas, de propagandas que realmente está abusiva e daí se procure afinar para esse tipo de comportamento.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Qual a proposta da Administração Regional em relação a esse tipo de publicidade, tanto da distribuição de panfletos nas esquinas, como das placas? O senhor falou também que existe um critério, que é o tamanho da placa.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES - Complementando a pergunta do Vereador: o que autoriza a colocação das placas, nas esquinas, amarradas nos postes e tamanhos, e a distribuição de panfletos é um decreto do Prefeito. Evidentemente, há um consenso de que a distribuição desses panfletos nos sinais e mesmo a colocação das placas... é uma pena que o representante do CET não esteja aqui, geralmente nas esquinas as placas têm um tamanho que encobrem os veículos que estão esperando o cruzamento. Se há um consenso que isso é negativo e ruim, por que não se muda esse decreto e não se proíbe de vez.

O SR. _____ - Isso tudo, isso que o senhor está falando é perfeito, o abuso é flagrante, eles são colocados...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 353 do proc.
RAULO 36 de 1995
O funcionário

MODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	1	regina	pol.visual	17,10,95		

~~esse vale, isso que o senhor está falando é perfeitamente, e abuse é flacran~~
~~de elas são colocadas~~ nas esquinas e quando você vai virar dificilmente enxerga o carro que vem. A distribuição de apnletos é extremamente negativa porque além de sujar a cidade inteira, e irritar o munícipe que está no seu veículo, vai parar fatalmente nos bueiros, e essas coisas todas que são negativas. Em função disso, a preocupação do atual Secretário é estudar uma maneira de se modificar esse estado de coisas, eu não pertenco a esse grupo de trabalho porque isso está ligado ao uso e ocupação do solo, que é atribuição dela, a supervisão geral de uso e ocupação do solo, mas sei que está sendo estudada uma maneira de se modificar isso aí, de se fazer uma modificação. Por enquanto, eu não sei mas alguém de supervisão de solo ou de SAR poderia vir aqui para falar especificamente sobre isso com vocês, porque eu acho que é extremamente interessante.

O SR. ROBERO TRÍPOLI - Seria interessante que se pudesse mandar por escrito a esta comissão qual a proposta da Secretaria em relação a esses pontos para tomarmos conhecimento.

O SR. _____ - Perfeitamente.

A SRA. MIRTHES BAPPI - Sou do Patrimônio Histórico da Prefeitura.

Velo que entendi, a regional está preocupada com a questão de criar um padrão. Então, estaria fazendo licitação para comprar lixeiras, de fibro-cimento, para que... aliás de argamassa armada, para já começar um processo de padronização. No entanto, o que estamos vendo pela cidade é que continua a proliferar a intensa variedade de "modelitos" novos de lixeiras, para todos os lados, eu posso até estar exagerando. Mas na minha vida, de percorrer a cidade e olhar, acho que nunca vi tan



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 354 do pro
A.ULO 56 de 1975
O funcionário

ROZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	2	regina	pol.visual	17.10.95		

to "modelinho" novo e saindo assim com tanta quantidade do forno. Eu pos
so citar o caso dessas lixeiras, das bolinhas que voltaram agora com um
pequeno detalhe, é chanfrada dos lados, o que diminui ainda mais a capa
cidade de armazenar lixo, as bolinhas, as bolinhas verdes, que estão em
vários pontos da cidade. Como a gente sabe que essa cooperação, como foi
dito, se dá, aliás, doação é o termo certo, esse termo de doação, na
verdade, se dá através de termo de cooperação onde a Prefeitura, em tro
ca de determinados equipamentos cede ao doador o direito de explorar pu
blicidade. Quer dizer, não é uma troca, não é que ele dá e explora a pró
pria publicidade naquele equipamento, ele adquire o direito de explorar
publicidade, ele vende essa publicidade que está estampada no elemento,
no caso a lixeira. Mas esse termo de cooperação pode ser feito com qual
quer equipamento.

Pela forma como o termo de cooperação costuma ser redigido,
não existem restrições em relação à localização, ao tamanho do equipa
mento, a quantidade de equipamento, não existe restrição de forma al
guma. Aliás, gostaria de ver, já que ele está pedindo os constratos, eu
adoraria ver os novos termos de cooperação que estão sendo feito. São
doações mas baseadas em termo de cooperação. A figura legal que permi
te, foi criado por decreto, pela Erundina, que é um termo de cooperação
que permite as regionais fazer os contratos. Nós gostaríamos de ver se
nesse caso está aparecendo alguma referência e acho que seria importan
te a gente saber se há referência em relação a esse problema. Porque o
que temos visto é assim: prolifera de uma forma incrível, são regionais
diferentes que estão fazendo. Não sei se está sendo centralizado em
SAR. Por exemplo, eu trabalho na Avenida Paulista, metade da avenida



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 355 do processo
PAULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G27	3	regina	pol, visual	17.10.95		

pertence à regional da Sé e a outra metade é Pinheiros, e aparece nos dois lados da avenida. Então, o mesmo tipo de lixeira aparece dos dois lados. Então foram feitos termos de doação de uma regional e para a outra? Seria isso? Ou é SAR que está centralizando isso. Essa é uma coisa. Segundo, gostaria de saber realmente se está sendo vista a questão da localização. Há situações absurdas, elas estão localizadas sempre ou nas esquinas, ou em cima das faixas de pedestres, elas não se localizam nas laterais, são sempre implantadas no meio da faixa de pedestres, como em outros locais ~~numerosos~~ completamente absurdos. Existem lixeiras em cima de lixeiras, porque na avenida Paulista há lixeiras de granito, de concreto, de metal, de todos os tipos tem ali. E essas novas lixeiras estão, elas são implantadas ao lado da outra, na frente da outra, de preferência. Então, poderia dizer, mas essa é uma situação da cidade sempre. Mas como o senhor se referiu a uma intenção de padronização, o que me leva a crer que há intenção de organização, eu queria saber como é que isso está sendo visto nessa situação que é absolutamente contraditória, que são os novos equipamentos que estão sendo colocados na cidade. A gente não consegue perceber o que organiza isso. (Paula). Não, essa é recente, deve ter no máximo uns dois meses.

O SR. _____ - Veja, a sua colocação é perfeita, o Prefeito sensível a esse problema determinou a SAR que houvesse a padronização do equipamento. Realmente é recente a aquisição pela Prefeitura das novas lixeiras, é coisa de 45 dias que estão sendo começadas a serem colocadas em São Paulo. O programa é 10 mil até dezembro, mas até agora devem ter sido colocadas talvez, creio que nos 45 primeiros dias umas 600, 500, não sei bem o número, 800, por aí. Então, vejam



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 356 do proc
RAULO 36 de 1995
O funcionário *RA*

RODÍZO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
G17	4	regina	pol.visual	17.10.95		

quanto aos termos de ~~decação~~ e não é cooperação, é ~~conqto~~, inclusive

~~o~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 357 do proc
PAULO 56 de 1995
O funcionário

BODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Gl8	1	valéria	poluição vis.	17.10.95		

doação - não é cooperação, é doação, inclusive obedecendo a um decreto da Administração anterior. Eles eram feitos com as regionais. Então, veja, havia realmente a parafernália, quer dizer, cada regional inventava um modelo, evidentemente a colocação das lixeiras era atribuição da regional, muitas vezes até colocadas em lugares errados, eu concordo. A lixeira não pode ser colocada na frente de uma passarela de pedestres, a lixeira tem de ser colocada no mínimo a 50 cm do meio-fio; não pode ser colocada em calçadas com menos de 1,5 metros de largura, e temos um série de regulamentos para que sejam colocadas. Evidentemente na frente de saída de veículos, sempre a cinco metros de uma esquina, no mínimo, e daí para a frente. Com essa busca de padronização que estamos começando agora, o que estamos fazendo? Estamos colocando as novas lixeiras, mas para que sejam retiradas as velhas, o termo de doação diz que tem de ser feito uma comunicação à empresa doadora, no caso de rescisão, e dado um prazo de 30 dias para retirarem e é o que está sendo feito. Então, com a colocação dessas novas lixeiras padronizadas agora vamos começar a ver a retirada das velhas justamente nesse prazo daqui a 30 dias, vamos dizer, vão começar a ser retiradas as lixeiras que foram doadas, quer dizer, tem termo de doação assinado com as próprias regionais. Em vista disso, em vista dessa modificação, cada regional pensando de uma determinada forma, o atual Secretário resolveu centralizar no gabinete e todos os termos de doação de agora em diante passarão a ser não assinados no gabinete, mas serão vistos, autorizados pelo gabinete. Então, o administrador regional que se propuser a colocar em sua regional lixeiras através de termos de doação, isso é, aquela propaganda da empresa doadora, ele terá de fazer um pedido ao gabinete



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 358 do proc.
RAULO 96 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL3	2	valéria	poluição vis.	17.10.95		

e nesse pedido ele vai colocar a localização das mesmas, quantas são, se elas estão obedecendo aos critérios rígidos que temos hoje para colocação dessas novas lixeiras. Eu acredito, veja, minha senhora, a cidade com relação a lixeiras a parafernália era muito grande, então, agora não é de uma paulada só que vamos resolver. Acredito que nos próximos 4, 5, ou 6 meses essa situação já esteja bem melhor do que está agora com relação a lixeiras. É o próprio gabinete que verifica isso, evidentemente a fiscalização é de SAR-atos, que está colocando essas novas lixeiras através de contrato e os termos de doação só são válidos mediante lixeiras padronizadas. Não se pode mais colocar qualquer tipo de lixeira na cidade, bolinha, triangulinho, sempre tem de ser aquele tipo.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Gostaria de saber se a Secretaria das Administrações Regionais tem algum departamento com técnicos na área de paisagismo urbano, se essas questões - porque me parece que foi liberado para cada administração regional fazer o que bem entende, cada administrador regional é responsável pela sua região e ele libera da forma que achar melhor. Agora, independente de ele liberar da forma que ele achar melhor, existe algum conselho, algum departamento na SAR que vocês passam isso antes de colocar em prática? É o caso das lixeirass que o senhor comentou que são feitas de massa corrida - passou por algum departamento da SAR visando pensar em São Paulo como um conjunto, quer dizer, analisando a questão daquelas ruas em que vão ser colocadas, o patrimônio histórico, uma ligação entre a forma, formato, as cores, o material utilizado, existe algum critério nesse sentido? Existe algum departamento que analise essa questão?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º 359 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
GL8	3	valéria	poluição vis.	17.10.95		

O SR. _____ - Sim, sem dúvida, é justamente a Assessoria Técnica de Obras e Serviços da Secretaria que faz essa análise e nessa assessoria tem engenheiros, arquitetos, estavam estudando isso há algum tempo, estavam preocupados pelo próprio pedido do Prefeito - o Prefeito era o mais preocupado com isso tudo, que se colocassem lixeiras na cidade, que se padronizasse essas lixeiras...

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Um aparte nova ente. A pergunta diz respeito ao seguinte: a Av. Paulista não tem a ver com a Cupecê, é outro tipo de construção, outro paisagismo. Padronizando essas lixeiras não vai haver interferência no visual da Cidade? Está sendo analisada essa questão também? Colocaram muito aqui a questão do centro velho, do centro histórico de São Paulo que é uma coisa à parte, estão trabalhando, foi até criado um conselho para administrar isso, e na periferia é de outra forma, as construções são outras, as cores utilizadas são outras. Existe alguma fórmula que vincule isso ou vai ser padronizado, como os aparadores de árvores, são todos brancos, vermelhos, e são colocados em qualquer parte da Cidade. Não existe um critério visando acompanhar o ~~my~~ paisagismo daquela rua, avenida ou região?

O SR. _____ - Que eu saiba não, Vereador, que eu saiba foi estudado um tipo, resistente porque nós temos um problema muito sério em São Paulo, da depredação, vandalismo, então procurou-se, em primeira instância... isso é um problema crônico na Cidade, então procurou-se resolver por etapas. Então, a primeira etapa seria a colocação dessas lixeiras, procurou-se ver a resistência, a estética, a praticidade no que tange à retirada de sacos de lixo, ~~alças~~.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 360 do processo
de 1995
O funcionário

PRODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-G 1	1	emira	pol.visual	17.10.95		

a colocação dessas lixeiras, procurou-se principalmente a resistência a resistência, a estética e a praticidade, no tocante à retirada dos sacos de lixo e à colocação. Fez-se um programa muito extenso com relação à ~~sakas~~ em que vias elas seriam colocadas na cidade, mas não houve nenhum tipo de diferenciação, do tipo, por exemplo, uma Av. Paulista e uma Av. Cupecê, por enquanto.

No entanto, essas lixeiras são colocadas na cidade, são chumbadas de forma especial, com pino de aço, e podem ser retiradas e trocadas. Vamos dizer que com o andamento desse projeto, que já chegamos a umas dez mil lixeiras, que seria um terço das nossas necessidades básicas atual, chegamos à conclusão de que já podemos nos preocupar mais com relação, vamos dizer, a um outro tipo de lixeira para o centro histórica da cidade, uma lixeira de outro tipo, ou diferenciar por avenidas, podemos chegar a esse tipo de sofisticação. Por enquanto, ela foi planejada para atender à cidade como um todo, principalmente as vias mais importantes da cidade, que têm ponto de ônibus, que são grandes geradores de papéis, as vias que têm lanchonetes, bares e restaurantes. Assim, a preocupação básica é esta: uma lixeira resistente, estética, prática e de maneira que se pudesse cobrir rapidamente, pelo menos, um terço das nossas necessidades.

O SR. JOSÉ CARLOS GOMES - Queria fazer duas perguntas.

Primeiro, continuando no assunto das lixeiras, queria que se você pudesse enviar à Comissão o projeto das lixeiras, não só o "design" das lixeiras, mas o projeto de colocação, para que verificássemos onde vão ser implantadas. Essa licitação de dez mil preocupa um pouco. Dependendo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 361 do proc.
RAULO 56 de 1995
O funcionário

PRODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1-G	2	emira	pol.visual	17.10.95	j.carlos	

da localização, pode ficar algo semelhante ao protetor de árvore verdinho. Então, precisamos tomar um certo cuidado. Queria que o senhor explicasse rapidamente o espaço dedicado à publicidade nessas lixeiras e se elas estão associadas a mensagens publicitárias, e que tipo de símbolo vai existir nessa lixeira. A capacidade da lixeira e ~~maximamente~~ a periodicidade da retirada, porque o que se vê, é que o equipamento é colocado, mas não tem nada a ver com a capacidade e com a retirada dos ... Não é sistêmico. Mas a pergunta que gostaria de fazer é com relação ao projeto de parceria para pintura das pontes. É uma questão que foi polêmica há pouco tempo, está ~~sendo~~ acontecendo e acho que temos pouca informação sobre isso, desde o projeto que orientou a escolha das cores, o projeto de ~~xt~~ programação visual, propriamente dito, e também contrato associado à publicidade, e manutenção dessa pintura nas pontes.

Seria interessante, e até sugiro ao atual presidente da comissão, que solicite os contratos firmados com as empresas para essa parceria.

O SR. _____ - Pois não. Com relação às lixeiras, primeiramente, evidentemente, essas compradas não têm propaganda. Está escrito "Prefeitura Municipal de São Paulo, Secretaria das Administrações Regionais. As que eventualmente forem colocadas por doação, serão, no espaço de propaganda, eu não sei dizer o tamanho, mas posso mandar depois, mas é pequeno. É um espaço pequeno, colocado apenas numa face da lixeira. A retirada do lixo é conforme a varrição da rua. Os varredores normais, aquele contrato de varrição não só varrem como retiram da lixeira e colocam num saco plástico.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 362 do proc.
PAJULO 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1-G	3	emira	pol.visual	17.10.95		

Quanto à abertura, à capacidade é de 100 litros, uma lixeira com capacidade muito grande, e a abertura eu não tenho as dimensões de cabeça, mas são 4 bocas, uma de cada lado, mas cabe perfeitamente uma garrafa de plástico, de 1,5l ou 2l de suco coca-cola, sem problema nenhum. Ela é muito prática com relação a isso. Ela tem uma portinha que para retirar o saco, e é simples de operar.

Plano de locação, eu mando à parte para cá, o decreto também, e todos os elementos referentes a isso eu mando a vocês.

Com relação à pintura de pontes, por exemplo, o que se via, e ainda se vê muito, é ponte suja, poluída, pichada, arreventada, pingada, com os gradis enferrujados, e pessoas que faziam programas para pintura dessas pontes, estou aproveitando o decreto da administração anterior sobre termos de cooperação, que prevê melhorias urbanas na cidade, além da conservação de áreas verdes execução de melhorias, além de conservação de áreas verdes, prevê a execução de urbanismo, através de termos de cooperação, e melhorias urbanas.

Então, inicialmente fez-se um programa para as marginais, para a pintura das pontes marginais, que estavam em estado precário, e nesse primeiro programa pensou-se em se fazer um projeto de pintura ~~baseado em a conservação e pesquisa histórica.~~ (Monteiro).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 363	do proc. N.º 56	de 1995
O funcionário		
ORADOR		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	PARTE
I-7	1	Monteiro	Poluigão	17.10.95		

levando em consideração, vamos dizer assim, a pesquisa histórica das pontes, quer dizer, dos locais em que elas estão. Chama-se toponímia esse estado e então pesquisou-se a ponte da Freguesia do Ó, por que que ela é azul. Então, foi-se pesquisar a igreja da Freguesia do Ó, a Nossa Senhora que tinha lá na igreja, aquele véu de Nossa Senhora, aquela mesma tonalidade daquele véu foi usada na pintura da ponte. Então, procurou-se sempre utilizar esse método da toponímia ou a pesquisa histórica para se chegar à composição de cores das pontes.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Seria interessante esta Comissão ter esse relatório dessas pesquisas. Conforme cada ponte, como o senhor disse, a ponte da Freguesia do Ó a cor do manto de uma santa. Então, gostaríamos de ter, se possível, esse relatório de todas as pontes e quais as referências, por favor.

O SR. _____ - Certo. Isso em termos de Marginal.

O SR. _____ - Esse projeto foi contratado?

O SR. _____ - Não, esse projeto foi solicitado...

nós solicitamos..., primeiro fomos até a USP, solicitamos a participação de arquitetos, gratuitamente, porque esse plano, todo ele, é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 364 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - APART.
I-7	2	Monteiro	Poluição	17.10.95		

sem ônus para a Prefeitura, então fomos pedir a opinião para alguns arquitetos e mesmo o pessoal da Prefeitura e houve então uma série de propostas, uma delas era pintar cada ponte com as cores dos times do futebol, então apareceram diversas propostas. Acho que aquela que mais se caracterizou como a melhor foi essa das cores através da toponímia, pesquisa histórica, que inclusive pegou muito bem, muitos bairros ficaram até agradecidos, caso da ponte de Vila Maria, que foi pintada com as cores areia, vermelha e verde, a ponte do Socorro com as cores de Santo Amaro e assim vai. Quer dizer, foi uma coisa que calou bem.

Agora, com relação às novas pontes de São Paulo, não se está tendo esse tipo de preocupação com toponímia porque aí a coisa é muito extensa, temos 280 viadutos em São Paulo e a coisa ia ser muito prolongada. Então, se está procurando fazer de acordo com o corredor, sempre procurando manter as cores características daquele corredor para que não haja muita profusão de cores. Esse é o projeto que nós estamos tentando levar.

O SR. _____ - Esse projeto foi contratado ou é um programa interno?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 365 do proc.
PAULO 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-7	3	Monteiro	Poluição	17.10.95		

O SR. _____ - Nada é contratado,

O SR. _____ - Fora das Marginais, isso é
feito em parceria coma iniciativa privada ou é...

O SR. _____ - Sempre em parceria com a ini-
ciativa privada,

O SR. _____ - Então, seria interessante a
gente ter os contratos,

O SR. _____ - Certo, sem dúvida. É todo ele
sem ônus para a Prefeitura. E ele prevê a pintura... a pintura seria
o quê? A hidrolavagem da ponte, a troca de gradis caso estejam en-
ferrujados, necessitando de troca, o conserto do revestimento por-
que em geral as pontes estão com os cantos quebrados, caminhão passa
por baixo, bate, desbeica aquele canto, então prevê também o conser-
to do revestimento, prevê uma demão de encerrador e duas demãos de
latex acrílico. E a manutenção dessa pintura, que é o nosso maior
problema,

O problema da pintura não é o revestimento em si e sim a ma-
nutenção. As Regionais, como eu já falei, a dificuldade é muito
grande no tocante à manutenção. Então, é nisso que esse programa vem
ajudando muito a gente. O senhor imagina quantas vezes são pintadas,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 366 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-7	4	Monteiro	Poluição	17.10.95		

por mês, cada ponte dessas aí. A ponte da Casa Verde, na Marginal Tietê, tem trechos pintados três vezes por semana. Dia sim, dia não passa a equipe da empresa cooperante pra pintar.

O SR. - Só para ilustrar o seu exemplo, o senhor poderia dar dados com relação a que que significa isso em custo para a empresa e o que que ela recebe em contrapartida, como é que é essa relação.

O SR. - Veja, hoje nós temos,,, todos os termos não são feitos sem antes se elaborar uma relação custo-benefício, na relação custo-benefício se pega a empresa, se mede a ponte, para se ter uma idéia da ordem de grandeza do custo e se faz uma pesquisa de custo de um ~~aluguel~~ aluguel de um imóvel nas proximidades para se fazer uma propaganda, alguma coisa nesse sentido, e se faz uma relação custo-benefício desse termo. Esse custo-benefício teria que ser acima de um para um, em geral é dois para um, dois e meio para um, e a Prefeitura faz o termo com a empresa.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - O tempo está agindo contra a gente, vamos precisar voltar a chamar algumas pessoas para participar mais uma sessão inteira e eu queria agradecer neste momento ao Sr. João Carlos Rossi Filho, que representa aqui a Secretaria das Administra-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 367 do proc.
S/AULO 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTÉ
I-7	5	Monteiro	Poluição	17.10.95		

ções Regionais. Todo requerimento que eu tenho feito acredito que a Regina tenha anotado, independente de pedir verbalmente, nós também fazemos um ofício via fax, mas seria bom o mais rápido que o senhor conseguir e agradeço a todos que foram pedidas as informações.

Passo a palavra então ao representante da Secretaria ~~de~~ de Vias Públicas, o Sr. Heládio Mancebo.

Sr. Heládio, mais ou menos é a mesma linha que o senhor ouviu, que participaram desta Comissão e o que mais preocupa, pelo menos é o que a gente tem ouvido do conselho que faz parte da Comissão, é ~~em relação principalmente aos assuntos de trânsito~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º 368 do proc.
PAULO 56 de 1925
O funcionário

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
18	1	Raimundo	332 S. Ord.	17-10-95		

... em relação principalmente aos anúncios das obras. Foi tocado aqui, por exemplo, aí eu não sei se é Vias Públicas ou Obras, apesar que é o mesmo secretário de ambas, só para concluir, e me parece, vamos supor, o Cingapura. A Vereadora aqui colocou que ela foi procurar um desses prédios e não conseguiu achar porque deveria estar atrás de alguma placa sinalizando que ali estaria sendo construído mais um Cingapura, enfim,, em relação a essas placas. A gente nota que a obra é pequena, mas a placa é enorme. Recordo-me, aqui mesmo no Viaduto 9 de Julho, onde fizeram o recapeamento da própria calçada e colocaram uma placa no meio da calçada, a placa tomava todo espaço da calçada, diminuindo o nome da empresa, arquiteto responsável,. Isso tem sido muito discutido aqui. De que forma a Secretaria de Vias Públicas vê a poluição visual e o que tem feito para ajudar, ~~max~~ colaborar para minimizar a questão.

O SR. HELLADIO MANCEBO - Eu represento a Secretaria e no caso estou representando o Dr. Reynaldo. A Secretaria ela está estruturada basicamente em 4 braços; ela tem a Superintendência de Obras, a Superintendência de Projetos e Viários, tem Convias (?) que cuida do mapeamento do subsolo e tem Ilume (?). Então, a Secretaria, na realidade, são 4 braços que se interligam a nível de gabinete. A assessoria do ~~SR~~ Secretário ~~secretaria~~ de Vias Públicas ao receber o convite dos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha N.º 369 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO,	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTRAPARTE
118	2	raimundo	332 S. Ord.	17-10-95		

tacou com marcador amarelo ~~que~~ a Comissão de Estudos ~~sobre~~ sobre Poluição Visual, então ela interpretou que seria questionada sobretudo ~~de~~ genericamente. Como sou representante da Secretaria de Vias Públicas na CEFU fui convocado para aqui está presente.

Essas perguntas que você está colocando elas dizem diretamente a obras provavelmente, certo. Então, estou na mesma posição do representante do Verde, a pessoa que não é adequada para poder dar a resposta. Eu solicitaria, portanto, no sentido de eficiência, porque é muito importante o trabalho desta Comissão, e eu como representante convivendo com o problema da paisagem urbana, ela veio no momento certo, está terrível. A cidade está sendo agredida de todos os lados da forma mais vil, porque existe uma impunidade correndo solta. As pessoas colocam e depois vão ver o que vai acontecer. Quando digo as pessoas colocam, são firmas na maioria das vezes, está certo. Quando você tem uma faixa de pano, tudo bem, pode ser até um indivíduo colocando, mas um "back-light", uma coisa mais portentosa, algumas são colocadas à revelia, sem consulta a órgão nenhum; eles colocam e enquanto isso, a sensação que temos é que estão ganhando tempo, até que venha uma fiscalização e multe, mande retirar, etc, eles ganharam um período lá. Isso é uma das leituras, evidentemente que não é a única. Então, no sentido de que se tenha eficiência nesta Comissão, essa pergunta espe-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 379 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1-8	3	raimundo	332 S. Ord.	17-10-95		

cifica, solicitaria que fosse encaminhado um ofício à Secretaria de Vias Públicas buscando a pessoa, o ponto adequado.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Ai no caso foi enviado ao Secretário de Vias Públicas ?

O SR. HELLADIO MANCEBO - De Vias Públicas genericamente.

A SRA. - Eu especificamente, porque assessore o Roberto nesta Comissão e os ofícios foram enviados e de forma/ achoque clara. A gente sentiu aqui que todos que vieram..., e eu fui encarregada também, os ofícios e foram enviados na quarta-feira, daí na quinta- veio o feriado, na sexta, eu liguei para todos os órgãos convidados procurando conversar com a assessoria, seja do Secretário, seja do Diretor da CET, pedindo para saber quem ia ser o representante, me colocando à disposição para tirar qualquer dúvida. Aqui está colocado que a reunião é da Comissão de Estudos da Poluição Visual, no entanto, no segundo parágrafo do ofício está claro que já foram ouvidas empresas que trabalham com propaganda e agora estamos solicitando a colaboração do Poder Público para podermos conhecer a posição dos órgãos que mais se utilizam de comunicação visual em áreas públicas, placas de obras, faixas, cartazes de campanhas institucionais, sinalização, etc.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 372 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
19	1	morg.	poluição vis.	17.10.95		

digo, a assessoria teve o interesse de atender, só que ela se posicionou pelo grifo maior que era a poluição visual, convocou o representante da Secretaria de Vias Públicas na CPPU por causa da paisagem urbana, porém quem coloca as placas de obras, por que elas ficam, qual o tamanho, quem determina, tudo isso estaria ligado à Secretaria de Obras, da qual eu não tenho nenhum contato, porque dentro da Secretaria de Vias Públicas como arquiteto eu pertencço ao Departamento de Projetos Viários. Como eu estou aqui representando o Secretário, vou levar, tenho que prestar um relato do que se passou aqui e oficialar que eles estão sendo cobrados nesse sentido. Mas, independente do meu relatório, acharia interessante que fosse solicitado, como você colocou, via fax, a presença da pessoa dentro da Secretaria, dentro do ramo de obras, que poderia responder sobre isso, porque é muito específico. Mesmo dentro do setor de obras deve ser uma ou duas pessoas que cuidam desse assunto de placas.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli -) - Além de fazer a questão oficial, coloço-me à disposição para telefonar ao Secretário explicando o que se trata, não é uma comissão parlamentar de inquérito, mas é uma comissão parlamentar de estudos, que visa minimizar essa questão da poluição visual em São Paulo. Acho que todos nós participamos de uma forma ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 373
N.º 56 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
19	2	morg.	poluição vis.	17.10.95		

de outra para poluir a cidade de São Paulo, tanto o Legislativo com
cem leis quanto o Executivo com cinquenta decretos, como o Executivo
anunciando em suas placas, mudando o sistema viário, enfim, e os empre-
sários por falta de leis, por falta de sanções, por falta de fiscaliza-
ção têm também participado. Então, nós estamos mais é querendo entender
essa questão. Agradeço a sua participação neste momento. Entrarei em
contato com o Secretário Reynaldo de Barros, para que num próximo
momento possamos ter mais informações sobre a Secretaria que ele diri-
ge. Agradeço a participação de todos e comunicar que na próxima terça-
feira, teremos como convidado que foi a participar desta comissão, o CASE-
tani, o CADAM e a SAR e vamos discutir a questão da fiscalização do
poder público ~~junto~~ com esses órgãos em relação a anúncios, publicidade.

Muito obrigado por terem participado desta reunião. Sei que
todos têm muita responsabilidade em suas atividades e tiraram a manhã de
hoje para poder informar à Câmara Municipal sobre o que está acontecendo.

Está encerrada a reunião.



Câmara Municipal de

Folha n.º 374 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário *Paulo*

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 24/10/95 - 9:00 hs., SALÃO NOBRE - 8º ANDAR

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli (Presidente)

Maurício Faria	<i>WLEICA</i>	21.973	414
Gilson Barreto	<i>Gaspar</i>		714
Antonio de Paiva M. Filho	<i>Paulo</i>		1113
Ítalo Cardoso	<i>Alcides</i>		804
Ana Martins	<i>Paulo</i>	22.944	

Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 375 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 19 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 16 /95

Exmo(a). Sr(a). Vereador(a).

Conforme determinação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convocamos V.Excia. para reunião desta Comissão a realizar-se no dia 24 de outubro do corrente, as 9:00 horas, Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade, quando será discutido a questão da fiscalização do poder público em relação à anúncios de publicidade.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 376 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS

**Comissão Especial de Estudos sobre a Poluição Visual na
Cidade de São Paulo.**

Presidente: Sr. Vereador Roberto Trípoli

Membros : Srs. Vereadores

Gilson Barreto

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Ítalo Cardoso

Ana Martins

Maurício Faria

**Reunião realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal de
São Paulo em 24 de outubro de 1995.**

Solicitante: Sr. Vereador Roberto Trípoli

(Memo nº 03/95- CT/CEE).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 377 do livro
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T2 122	1	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli - PV) - Esta' aberta a reunião da Comissão de Estudos sobre Poluição Visual. Dela fazem parte este Vereador que vos fala, Vereador Roberto Trípoli, na Presidência, o Vereador Gilson Barreto, pela Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho, Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio-Ambiente, Vereador Ítalo Cardoso, pela Comissão de Atividades Econômicas, Vereadora Ana Martins, Presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho e Vereador Maurício Faria, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que é nosso Relator.

Eu pediria a todos os convidados que fizessem parte da mesa, colocassem cadeiras em volta da mesa, porque se trata de uma Comissão Parlamentar de Estudos e não uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, uma mesa redonda facilita os trabalhos para que a gente possa debater e chegar a algumas conclusões.

Foram convidadas para o dia de hoje a Secretaria das Administrações Regionais, que está presente representando-a o Sr. Paulo Sérgio Pinheiro da Silveira, supervisor do uso do solo, ocupação do solo. Sr. Clóvias Isamu Yamashita, assessor técnico. Da Secretaria das Finanças o Sr. Carlos de Souza Braga, diretor do Departamento de Rendas Mobi-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

 Folha n.º 378 do proc.
 N.º 36 de 1990
 O funcionário


RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	ARARTE
T-02	2	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

liarias. Da ~~CPPT~~ CPPT, Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, Maria de Fátima Fátima Silveira, ~~chefe~~ chefe da assessoria técnica. Do Pró-Centro, ~~programa~~ programa de valorização do centro, o seu Presidente ~~Sanderley~~ Sanderley Fiusa. Do Case, Departamento de Cadastro Setorial, da Sehab, o diretor é o Sr. José Antonio Vaz Sampaio. Vou deixar as regionais mais para a frente.

Convido, então, o representante da entidade Pró-Centro, Programa de Valorização do Centro, que é o Sr. ~~Sanderley~~ Sanderley Fiusa.

Antes, esta Presidência quer dizer que a ~~intenção~~ intenção da Comissão Especial de Estudos é no sentido de procurar minimizar a poluição visual da cidade de São Paulo. Nesse sentido temos convidado todas entidades, órgãos e pessoas que tenham conhecimento de causa para colaborar com esta Comissão, no ~~sentido~~ sentido, quem sabe, de reduzir essa legislação que existe, facilitar a fiscalização e procurar conscientizar e informar a população do que de fato está acontecendo. Então gostaria que o Presidente do Pró-Centro ~~utilizasse~~ fizesse ~~um~~ uso da palavra, dissesse o que o acha da poluição visual na Cidade de São Paulo, ~~na~~ o que está acontecendo hoje na Cidade de São Paulo, o que essa entidade, ~~esse~~ grupo está desenvolvendo, valorizando o centro da cidade, e quais seriam as propostas para poder minimizar a poluição visual na Cidade de São Paulo.

Tem o Sr. Presidente do Pró-Centro a ~~palavra~~ palavra.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 379 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T-02	3	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

O SR. SANDERLEY FIUSA - Sou Presidente do Pró-Centro, Programa de Valorização do Centro, da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, da S Prefeitura de São Paulo.

Gostaria de antes de entrar especificamente no tema que está sendo tratado aqui, expôr alguns conceitos sobre o que é o Pró-Centro. Ele foi criado pelo Prefeito Paulo Maluf em 1993, portanto, fez dois anos agora em julho, com o objetivo de valorizar a área central. O que é isso? Foi identificado antes da criação do Pró-Centro, por uma comissão especialmente criada chamada Comissão Pró-Centro, que fez o diagnóstico dos temas da área central. Obviamente esse diagnóstico foi feito com os temas existentes, onde diversas questões foram colocadas. Uma delas, inclusive, é essa que está sendo objeto desta Comissão Especial de Estudos, e outros fatores como acessibilidade, como deterioração do patrimônio urbano da área central, como praças, monumentos etc. Isso gerou o Pró-Centro, Programa de Valorização do Centro, que foi criado, como citei, visando corrigir essas falhas.

Essencialmente o programa que o Pró-Centro hoje encontra é uma dicotomia onde toda sociedade investiu pesadamente na área central durante 20 ou 30 anos, onde temos abundância de infra-estrutura, nós temos investimentos altíssimos feitos pela iniciativa pública e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 380 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADON	CONT. APARTE
T-02	4	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

privada, como transportes, telecomunicações, energia, água, ~~enf~~ esgoto, como nenhuma outra área da cidade tem, e, ao mesmo tempo, a gente se depara com o fenômeno de abandono dessas áreas todas e começa a haver uma invasão de outros usos.

Esse processo precisa ser revertido, porque, ~~mas~~ caso contrário, nós vamos perder uma área fundamental para a cidade, uma área com potencial incrível de desenvolvimento, além de tudo uma área que toda população de São Paulo quer que se preserve. Isso é unânime. Eu falo desde da pessoa mais humilde até o Governador do Estado, Dr. Mario Covas, todos estão extremamente interessados que o programa de valorização do centro traga de volta toda aquela riqueza que tínhamos e ainda temos na área central.

Também gostaria de fazer um esclarecimento em relação ao Viva o Centro. A Organização Viva o Centro é uma ONG que foi criada por um setor da sociedade, no caso o setor bancário, visando identificar esses mesmos aspectos que ~~eu citei anteriormente.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 381 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T-03	1	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

Hoje em dia a Associação Viva o Centro está muito preocupada em também ajudar a Prefeitura, como o restante da sociedade, a desenvolver um programa que também traga elementos, especialmente para a Prefeitura, ~~para~~ para que possamos, em conjunto, atacar várias frentes que ~~em~~ são fundamentais para o sucesso desse plano.

Muitas vezes se confunde a Associação Viva o Centro com o Pró-Centro, por isso estou fazendo essa diferenciação. A Associação Viva o Centro participa da Comissão Pró-Centro; a Comissão Pró-Centro é formada por todas as Secretarias do Município, praticamente todas, duas ou três só que ~~as~~ não fazem parte, além do IAB, do Instituto de Engenharia, da Associação Viva o Centro, da Associação dos Amunciantes, da Deatur, enfim, de outros representantes da sociedade civil, de tal maneira que a gente tenha sempre uma posição não só interna da Prefeitura, mas com viés das pessoas da sociedade civil.

Um dos objetivos do programa é justamente a melhoria das condições ambientais. Isso envolve essencialmente a parte de recuperação de áreas públicas. Praticamente nós temos problemas em todas as nossas praças, em todas ~~as~~ os nossos edifícios históricos, como museus etc., que tem que ser recuperado. O Pró-Centro está fazendo um programa para o ano que vem começar ~~efetivamente~~ efetivamente resgatar isso para a cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 382 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T-03	2	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

Depois nós temos, como eu disse, nesse vácuo que ficou entre a iniciativa privada sair e entrarem novos ~~xxxx~~ atores nisso, nós tivemos uma degradação em várias áreas. A gente nota isso, inclusive, associado com a poluição visual, que é um dos graves problemas que nós temos.

A Sehab, antes da criação do Pró-Centro, através da CPPU, a Dra. Fátima está aqui, já vinha fazendo um trabalho nesse sentido, visando melhorar essas condições, ~~pr~~ essencialmente no centro histórico. O Pró-Centro tem uma área de ~~abrange~~ abrangência que envolve o centro velho, que seria um setor, se nós ~~f~~ dividíssemos em setores teríamos sete setores diferentes dentro do centro, e o centro histórico é uma área de alto conteúdo arquitetônico e de toda história desta Cidade, do povo desta Cidade. Isso já está tombado pelos patrimônios estadual e municipal e nós temos uma legislação específica para essa ~~área~~ área, que eu não sei se a Fátima em ~~uma~~ outra reunião já citou, mas a gente poderia explicar em detalhes isso, que é muito mais ~~x~~ restritiva do que em outras áreas da cidade, ~~xxxx~~ visando essencialmente que a gente tenha a fachada dos edifícios históricos visíveis e recuperáveis. ^{Infelizmente} ~~Infelizmente~~ nós temos ~~uma~~ ruas como a Santa Efigênia, por exemplo, onde puseram lonas nas fachadas, colocaram pórticos na rua, fizeram uma animação comercial ali que afeta profundamente a qualidade arquitetônica, histórica e patrimonial daquela rua



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 383 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE...
T-03	3	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

e que nós estamos começando a conversar com eles para ver o que podemos fazer em conjunto.

Temos outro exemplo interessante, a Florêncio de Abreu, que a gente já vem trabalhando com eles há dois anos, mais ou menos, visando recuperar todas as fachadas da Florêncio de Abreu. ~~Em~~ Esse projeto já está praticamente no final. Já iniciamos algumas coisas, existe uma associação chamada ALFA, dos lojistas, uma associação importante que vem junto conosco e com as tintas Axxel-Ypiranga ~~faz~~ fazendo o programa de recuperação dessa rua. Nós vamos recuperar desde a Senador Queirós até o Largo São Bento. Estamos também recuperando o Largo São Bento, junto com a Associação Viva o Centro, também com a tinta Ypiranga. Ali vamos criar um eixo. Queremos dar continuidade nisso recuperando o viaduto Santa Efigênia, que também está em ~~negociação~~ negociação, a Cásper Líbero, que também está em negociação com os hotéis ali, estamos revendo uma série de coisas, tanto do ponto de ~~vista~~ vista urbanístico, quanto o ponto de vista dos ~~anúncios~~ anúncios, a Santa Efigênia, que é um eixo paralelo.

Então a nossa ~~idéia~~ idéia é ir trabalhando por setores e ir fazendo um trabalho de conscientização junto com os comerciantes. Nós tivemos uma primeira experiência na rua São Bento, que acredito que foi exitosa, foi antes da criação do Pró-Centro, feito pelo pessoal da Sehab, fun-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 384 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
T-03	4	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

cionou muito bem e foi feito muito bem. Então achamos que aquela ~~experiência~~
~~rixi~~ experiência foi exitosa e ela foi feita em conjunto com os comer-
ciantes. Estamos fazendo de novo na Florênio de Abreu da mesma forma.
~~Achamos~~ Achamos que está indo bem. Muitos podem dizer que está levando
dois anos, muito tempo. Concordo também. Mas, acho que é preferível fazer
isso do que uma ~~m~~ ação mais brusca da Prefeitura, de ir e arrancar os
anúncios, os comerciantes ~~entrarem~~ entrarem em pânico, não sabendo o que
se pôr em seguida. Por quê? Porque nós estamos fazendo uma fichinha técni-
ca para cada imóvel. Esse imóveis todos foram ~~registrados por um fotogra~~

~~_____~~

~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 385 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I6	1	morg.	pol.visual	24.10.95		

fotografado com um fotógrafo especializado nisso, foi estudado com a Secretaria de Cultura, DPH da Secretaria de Cultura do Município de São Paulo, uma proposta em conjunto com eles onde o DPH está preparando uma fichinha. Nós estamos levando para a Associação Comercial que está em contato com eles, então, vamos não só fazer uma proposta de recuperação de fachada como também fazer uma proposta junto com eles de como serão os anúncios na fachada, vamos tentar harmonizar isso de tal maneira que eles não se sintam prejudicados naquela guerra de anúncios, porque um coloca um pequeno anúncio na fachada, o outro coloca vertical, outro coloca um triângulo, outro coloca os quatro andares e isso vai numa guerra de infinito e a 25 de Março é exemplo, a Santa Efigênia, bons exemplos. É muito difícil mudar dessa mentalidade para o que nós queremos uma fachada praticamente visível toda ela e com uma pequena indicação do tipo de negócio que tem ali. Se todos exercerem essa mesma linha de utilização da comunicação com o público nós achamos que fica uma coisa igualitária, todo mundo sabe que a Florêncio de Abreu tem e presta aquele tipo de serviço e eles vão identificando na fachada qual é a loja e isso está sendo ultimado. Ontem mesmo tive uma reunião com o patrocinador, com as Tintas Upiranga, com outro patrocinador e com a Associação. A Prefeitura de São Paulo dá esse suporte dentro do programa de valorização, porém ela não financia nada não pode fazer nada disso, então, o que fazemos é estimular, harmonizar as ações, juntar aqueles que estão interessados, como as Tintas Upiranga, ela é interessada, se forem edifícios históricos, se for pintar um viaduto qualquer na cidade ela não tem nenhum interesse, porque ela está associando o nome dela a esse tipo de ação. Então, fez isso em Re-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 386 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 6	2	morg.	poluição vis.	24.10.95		

cife, fez em Santos, fez em Curitiba, no Rio de Janeiro junto com a Fundação Roberto Marinho. Aqui em São Paulo não está fazendo com a Fundação Roberto Marinho, porque o PRÓ-Centro ~~tem~~ e não que não quiséssemos e eu convidei a Fundação, mas como o Pró centro e a Prefeitura de São Paulo tem essa estrutura, não é só Pró-Centro, tem CPPU, DPH, etc., então, com isso nós conseguimos fazer toda essa organização.

Na Rua XV de Novembro nós estamos fazendo uma ação mais fiscalizatória, porque ela não comporta esse outro tipo de ação que descrevi e temos tido dificuldades, o Luiz Antonio quase que apanhou lá outro dia, temos que pedir à Guarda Municipal para nos acompanhar e ele nada mais está fazendo do que seguir a lei. Infelizmente, as pessoas têm dificuldade de entender o trabalho de um fiscal, ou da fiscalização. Temos dificuldades de tirar alguns com alguns comerciantes, nós tentamos fazer um trabalho de conscientização com outros locais e foi muito difícil, os comerciantes se recusam a conversar, etc. Então, a gente é obrigado a fazer uma ação inicialmente indo contra as normas da Prefeitura, a gente não está multando na primeira visita, estamos intimando, convidando para eles irem e na CEAB conversar com o Carlos, ou CPPU, no Pró-Centro para resolver essa questão. A resposta é muito pequena. Então, daí nós voltamos, fazemos uma ~~uma~~ atuação com multa e a terceira etapa que vamos começar amanhã, provavelmente, seria de retirar os anúncios irregulares, é uma atuação que a gente não queria fazer, porque ir lá e arrancar tudo da fachada, mas infelizmente nós estamos vendo que é a única forma de fazer com que se cumpra isso. Existe como vocês sabem um estudo de um projeto de lei sendo desenvolvido pela CEAB em termos da área central nós preten-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 387 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - APART. -
I6	3	morg.	poluição vis.	24.10.95		

demos manter no que está no miolo, que a gente chama, que é a parte mais restritiva e expandir para outros corredores, ou setores, ou áreas, essa mesma legislação dentro do Centro, porém não em toda área de abrangência do Pró-centro porque tem áreas que não merecem esse tipo de cuidado, outras áreas seguiriam o padrão menos restritivo. ~~Não temos~~ Achamos que do jeito que a legislação está atende bem tanto nós da CEAB quanto da Secretaria de Cultura do Município, achamos que é satisfatória a legislação, e nós vemos que o problema maior é a falta de uma conscientização, que eu acho que faz parte do conjunto da sociedade, Prefeitura, Câmara, comerciantes, etc., e acho que essa comissão de estudos poderia muito bem propor alguma coisa junto com essa população no centro, acho que isso é possível e para que eles se conscientizem da importância e do ponto de vista comercial eles também não perdem nada porque de novo eles vão jogar dentro de uma regra equânime para todos. Porém, é uma questão de conscientização e entender isso aí é melhor, etc., para poder aplicar. Isso é assim em qualquer outro local que tenham essas mesmas características, podem ir que vão ver que tem uma pequena identificação do imóvel e a fachada está intacta. Basicamente é isso que nós queremos na área do centro velho, do centro histórico, e como disse alguns corredores que estão definidos e entrariam na lei. Acho que é o mais relevante.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Em nome da comissão quero parabenizar o trabalho desse grupo, e dois anos não é pouco, para conscientizar e informar a população demanda tempo de fato, mas teria algumas reivindicações a fazer em nome da comissão. O senhor citou em relação à fotografias e estudos que são feitos junto com a Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	388	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 7	1	morg,	poluição vis,	24.10.95		

de Cultura e se nós poderemos ter não todas as fotografias, mas pelo menos um conjunto que dê noção que tipo de trabalho está sendo feito e também nos indicar se na Secretaria da Cultura quem é que está colaborando na realização desse trabalho, seria interessante nós conversarmos com essas pessoas e se tivermos acesso a essas fotografias e essas pesquisas que o senhor mencionou. A pergunta que queria fazer é a seguinte: em relação as Tintas Ypiranga, o senhor colocou que há uma contra partida, quer dizer, eles preferem os prédios com valor histórico, que tenha algum retorno publicitário, quem sabem, e em contra partida eles pintariam esses prédios. Então, pergunto: qual é a contra partida das Tintas Ypiranga no caso, eles teriam uma placa nesse prédio ou eles poderiam colocar publicidade dentro do centro antigo, como é que fica a contra partida? As Tintas Ypiranga vão lá e pintam aquele prédio, com valor histórico e qual é a contra partida das Tintas Ypiranga?

O SR. SANDERLEY FIUSA - As fotografias foram elaboradas pela nossa equipe e elas estão à disposição da comissão, vou fazer chegar às mãos, talvez fosse mais interessante o relatório, mas este ainda não está concluído, não sei em termos de tempo, mas as fotografias estão à disposição da comissão, é só ~~verificar~~ se é pertinente mandá-las sem o resto do conteúdo ou mandamos tudo junto. Podemos conversar e de qualquer maneira estamos à disposição. Quem está fazendo isso é no DPH, o arquiteto José Geraldo, que está coordenando pela Secretaria de Cultura.

Em relação às Tintas Ypiranga, o que nós temos acordado com eles é o seguinte: qualquer propaganda que eles façam terá que ser institucional, por exemplo, ele pega e tira uma foto da rua pronta e publica



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 389 do proc.
N.º 96 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUAÇÃO
I 7	2	morg.	poluição vis.	24.10.95		

vamos supor, na Veja, que ele fez aquela restauração. Essa é a única coisa que eles vão poder fazer. E durante a obra daí vão ter as placas de obras, onde vai estar lá patrocínio das Tinta Ypiranga, apoio da Prefeitura de São Paulo, isso no decorrer, na execução das obras. É a placas de obra mais essa placa explicando o patrocínio e o apoio, nada mais que isso. Não vai ter placa nas casas, nada disso.

No caso das impeiras cegas existe uma legislação que permite que seja colocada uma placa, tem a dimensão, um metro e qualquer coisa, não me lembro de cabeça, mas enfim, tem uma legislação para impena cega ? artística, então, nesse caso ele pode. Eu estou querendo mudar isso também e eu acho que é muito grande do jeito que está a legislação e basicamente eu tenho sentido, vamos supor, você pega uma impena cega(?) como essa da Tomi, que o Banco Nacional restaurou agora aqui e ele identificou com uma placa não muito maior do que isso daqui, que tem uns 80 por 50, algo assim e é um painel enorme num prédio de 11 ou 12 andares. E é perfeitamente visível, atende toda a publicidade que ele quer fazer, etc. Então, me preocupa no caso das impena cegas de repente a placa do patrocínio fique numa proporção muito grande em relação à obra e estrague inclusive a obra. Já existe uma legislação onde enquadramos isso dentro da obra, mas acho que isso é um assunto que gostaria de rever e estamos pensando nisso. Então, é o único caso onde o patrocinador teria. A minha idéia é que tenha uma placa de bronze, uma coisa assim que mantenha lá, em tamanho adequado, um registro só que eu acho justo, mas não para fazer propaganda, porque não teria sentido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 390 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
I	7	3	morg.	poluição vis.	24.10.95	

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Gostaria de saber do Presidente da Pró-Centro se se reúnem semanalmente, porque particularmente, eu gostaria de participar, se houvesse alguma reunião de vocês, para conhecer melhor esse trabalho bonito que vocês têm desenvolvido no centro da cidade, conforme o senhor está colocando, se tem alguma reunião semanal, não sei como funciona.

O SR. SANDERLEY FIUSA - Funciona assim: existe a SEHAB dá o apoio técnico, a comissão executiva, um grupo que é presidido por mim, que é o Programa Pró-Centro, depois nós temos a comissão do Pró-centro, que se reúne mais ou menos a cada 60 dias, essa reunião é onde nós apresentamos os principais pontos já desenvolvidos que é onde nós discutimos a essência ou conceito, quando nós discutimos, ou quando fazemos aprovações, ela tem essa capacidade. Eu presido essa comissão e terei imenso prazer em convidá-lo para a próxima reunião, ainda não está marcada, mas provavelmente será em 8 de novembro, estamos analisando, mas é muito em função do ~~seu~~ andamento dos trabalhos. Quando os trabalhos precisam de várias definições, inclusive, a gente chega a marcar extraordinárias, fora daquela frequência de cinco semanas que seria o razoável, mas as vezes também passa um pouco disso, mas vamos convidá-lo.

~~_____~~
~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha No. 391 de 1995
N.º 56
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-8	1	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Agradeço.

Gostaria, agora, de abrir o microfone para aquele que tenha alguma pergunta a fazer ao representante do Pró-Centro.

Regina Macedo.

A SRA. REGINA MACEDO - Gostaria de saber se a questão dos marreteiros está sendo discutida, porque a Rua Santa Ifigênia, por exemplo, está com as calçadas totalmente tomadas, o que, além de se constituir numa poluição visual, como eles empilham coisas em frente das lojas, tapam as fachadas.

Temos, também, a questão dos viadutos, em que eles usam os guarda-sóis coloridos, parecendo uma praia.

Gostaria de saber se essa questão entrou em discussão por vocês.

O SR. SANDERLEY FIUSA - Essa questão, no Pró-Centro, não entrou em discussão porque, no meu modo de ver, é uma questão de fiscalização, não deveria haver esse tipo de coisa. ou, se tivesse, deveria ter algo de tal maneira ordenado que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 392 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-8	2	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

nós não tivéssemos essa ~~mont~~ quantidade absurda. Além do que, e isso estou falando em meu nome, acho que é uma coisa absurda o que estamos vendo aí. Ontem mesmo eu passei pela Rua São Bento, naquele trechinho da Antonio Prado até o metrô, em que fizemos o Pró-Centro, quer dizer, um esforço junto à iniciativa privada para reformar as ruas, como a Bolsa, que reformou toda a pracinha, depois de muita luta nossa, e o relógio, que é de uma família a qual não me lembro o nome agora, também ajudou a reformar, e a Regional ~~reformou~~ refez toda aquela descida da São João. Aquilo tudo é tombado, ficou tudo arrumadinho.

Estou fazendo pressão, através do CONTRU, através dos meus conhecimentos pessoais, etc, para que o Governo do Estado reforme a fachada daquele prédio abandonado da Secretaria de Esportes, que está enfeitando tudo e é perigoso. Conseguimos isso também e já vamos começar. ~~Quaxixix~~

No entanto, a gente anda 50 metros e vejo camelôs vendendo de tudo. Quer dizer, uma coisa é você ir ver, como em muitos lugares, pessoas vendendo artesanato ou banca de turismo, etc., o que é folclórico, o que é bonito, há em todo lugar e esse tipo de coisa a cidade pode comportar perfeitamente, agora vender ferramen-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 383 do proc.
n.º 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-8	3	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

tas, televisão de todas as polegadas, vídeos, de tudo, isso, no meu modo de ver como cidadão, é um absurdo.

Como Presidente do Pró-Centro o que eu tenho feito é encaminhar à Regional para fazer isso. É ilegal, é uma coisa que não tem muito a discutir, porque ou cumpre ou não cumpre. Se não cumpre é preciso saber por que não cumpre. Agora, se eventualmente tiver de ser rediscutido esse tema, com normas, etc., o Pró-Centro está muito interessado nisso, para que a gente tenha coisas compatíveis com o tamanho.

Temos problemas sérios no centro de São Paulo em termos de circulação. Recebemos pedidos, sem parar, de aumento de banca, aumento da dimensão da banca, colocar barraca para show beneficente para vender isto e aquilo, todo mundo quer vir para o centro, cada um com um objetivo nobre. Porém, não existe essa condição. O centro de São Paulo, em termos de circulação de pedestres, não tem essa condição. Então, é impossível atender isso, além dos camelôs.

Temos de ter claramente que devemos optar por algum tipo de uso. Eu acho que o uso tem de ser essencialmente para circulação dos ~~pedestres~~ pedestres; depois, para os outros usos. Temos áreas tombadas, como o Largo do Café, por exemplo, em que temos uma



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 394 de proc.
O.º 386 de 1985
O funcionário [assinatura]

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-8	4	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

banca ali que impede a visualização, uma das coisas mais lindas que temos naquela área. A banca é ilegal, a Regional vem fazendo esforços grandes para retirar e por uma série de razões não conseguiu, mas ao mesmo tempo, ali em frente, há três ou quatro banquinhas de camelôs. ~~quartel~~

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Mais alguém gostaria de fazer alguma pergunta ao representante do Pró-Centro? (Pausa.) Não havendo, esta Comissão gostaria de agradecer a participação da entidade Pró-Centro - Programa de Valorização do Centro, em nome de seu Presidente, Sanderley Fiusa, por ter colaborado com esta Comissão. Ficamos no aguardo, então, do convite da próxima reunião do Pró-Centro e também desse material de pesquisa, como fotografias e, me parece, o relatório final, para podermos enriquecer o trabalho desta Comissão.

O SR. SANDERLEY FIUSA - Eu acho que em mais três semanas o relatório está pronto. Então, talvez possa mandar o relatório e as fotos, porque só as fotos acho que não é suficiente.

Eu é que agradeço o tempo que vocês me deram.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 395 de 1995
N.º 36 de 1995
O funcionário [assinatura]
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-8	5	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Obrigado.

Convidamos, agora, a fazer uso da palavra, o representante da Secretaria de Finanças, Sr. Carlos de Souza Braga, Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias da Cidade de São Paulo, que fará uma explanação a respeito da arrecadação que é feita com as sanções em relação à publicidade na Cidade de São Paulo, sobre o que todos têm se pronunciado aqui, que as multas são muito pequenas e fazem parte do Orçamento da publicidade de certas empresas. Foi citado aqui o caso dos artistas, cantores, enfim, que vêm para a Cidade de São Paulo e [REDACTED]

[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 396 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 9	1	morg.	poluição vis.	24.10.95		

distribui aquele "lambe-lambe" na cidade de São Paulo e o valor da multa que parece que é dez reais, então, esses dez reais já faz parte do orçamento da programação do show e o que o senhor pensa em relação ao que está acontecendo na cidade de São Paulo em relação à poluição visual na cidade .

O SR. CARLOS DE SOUZA BRAGA - (Diretor do Departamento de Rendas Mobiliárias da Secretaria das Finanças, da Prefeitura Municipal de São Paulo) - Esse problema ligado, entre as atribuições inicialmente do Departamento de Rendas Mobiliárias, contamos com a fiscalização e a tributação de caixas de anúncios e nós temos sentido a despeito de todo esforço em sentido contrário, vamos observando que a deterioração da receita com relação a taxas de anúncios vem acontecendo ao longo do tempo principalmente, porque desde 1989, 90, a Prefeitura deixou de emitir os carnês para cobrança das taxas de anúncio, e como se deixou de emitir o carnê, a PRODAM teve determinação de simplesmente cancelar aquele cadastro que tínhamos. Então, perdemos toda informação. Hoje não temos essa informação e nos parece que o CADAM, vimos fazendo um trabalho conjunto, tentamos também tem uma certa dificuldade em estabelecer o que existe de anúncios hoje na cidade de São Paulo.

Hoje nós temos um grupo de 70 agentes fiscais designados para fazer a fiscalização não só das taxas de ~~fundi~~ instalação e funcionamento como também das taxas de anúncios e é um corpo muito reduzido para o tamanho da cidade de São Paulo. A carência de recursos humanos é grande. E nós precisaríamos para poder descobrir o que existe fazer um recadastra-

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 397 do proc.
N.º 36 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I 9	2	morg.	poluição	24.10.95		

mento e gostaríamos de no próximo ano fazer o recadastramento de todos os contribuintes de tributos imobiliários, mas por questões operacionais vamos ter que jogar isso um pouco mais prá frente para meados do ano onde tentaremos de alguma forma cadastrar os contribuintes de ISS e principalmente das taxas de instalação e de anúncios.

Agora, a própria receita hoje dessas taxas representa uma parcela ínfima em relação as receitas próprias da Prefeitura. Hoje recebemos essas taxas dos contribuintes que espontaneamente preenchem um documento de arrecadação e recolhem o tributo. Não temos condições de fiscalizar todos. Hoje uma tentativa de pegar alguns eixos, Av. Paulista e Faria Lima e tentar ver o que existe e cobrar, foi um trabalho conjunto com o pessoal do SEHAB, mas é uma coisa pequena frente ao tamanho da cidade e hoje essa arrecadação de taxas é coisa pequena. A própria legislação do que é anúncio, do que seria anúncio tributado é algo de 1986 e tem os valores das multas extremamente reduzido, como instrumento de reordenação dessa parte de anúncios, que de certa forma afeta o que se chama de poluição visual, uma taxa mais expressiva, ou multa, poderia ser utilizada como instrumento, desde que previsto em lei.

Temos algum tipo, ou o primeiro contato com o Pró-centro se deu através da Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas, ~~inter~~ através da qual o departamento forneceu uma série de informações recentes de valor adicionado de todos os estabelecimentos contidos dentro dessa área objeto do Pró-centro. A nossa participação nesse grupo ~~e~~ fica restrita ao fornecimento de informações, como o tipo que recentemente fizemos e alguma colaboração em termos legais, em projetos de lei que possam ser encaminhados ao Executivo, para posteriormente encaminhar à Câmara, no



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 398 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
19	3	morg.	poluição vis.	24.10.95		

sentido de regulamentar ou penalizar aqueles anúncios considerados irregulares. Muito embora do ponto de vista da Secretaria das Finanças, todo e qualquer anúncio que se enquadre em princípio como fato gerador de tributo, seja ele regular ou não tem que ser tributado, se o anúncio é regular é um problema ~~de~~ ou não é um problema da fiscalização tributária, é um problema mais de posturas, uma coisa assim. Para nós se existe o anúncio e se ele atende às ~~suas~~ características de ser tributado, luminoso, iluminado, visto de rua, etc., tem um tamanho mínimo temos que tributar, independente dele ser regular. Agora, nós tentamos de alguma forma usar as informações do CADAM para atualizar o nosso cadastro, mas essas informações também me parecem estão bastante desatualizadas. Houve uma certa, existe toda uma tentativa, um esforço de se atualizar esse cadastro, mas é muito difícil pelo próprio tamanho da cidade. Não sei que tipo de informação poderia dar, pois fui pego de surpresa ontem, não tive nenhum tipo de informação mais específica, caso alguém tenha interesse me coloco à disposição para retornar novamente se oportuno, se conveniente para expor com mais detalhes sobre algum assunto específico.

O SR. PRESIDENTE(Roberto Trípoli) - Só as informações que o senhor está passando a esta comissão tem um valor muito grande para que possamos unir todas as informações e propor algum mecanismo para facilitar o Poder Executivo. Abro a palavra aos Srs. Vereadores, aos presentes que queiram fazer alguma pergunta ao representante da Secretaria de Finanças.

O Sr. José Carlos (Assessor do PT) - Primeiro parece haver, não é uma novidade, uma história, ~~que a fiscalização de uso e ocupação~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 399 do proc.
N.º 56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	1	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

tanto da fiscalização do uso e ocupação do solo, quanto da fiscalização de anúncios, ~~na~~ uma desarticulação entre cadastro e fiscalização tributária e cadastro e fiscalização do anúncio propriamente dito.

Eu gostaria de saber da sua posição e da posição do departamento com relação à possibilidade do cadastro único e de uma integração dos dois tipos de fiscalização, porque parece que se esse tipo de atitude não for tentado nós vamos ter sempre as duas atividades desconectadas e isso colabora para que ninguém tome conta de nada e fique essa cidade do jeito que está hoje, como todo mundo já viu ~~xxix~~ aqui.

O SR. ~~CARLOS DES. BRAGA~~ - A existência de um cadastro único seria o ideal. ~~Qual~~ Qualquer que seja a secretaria que fique encarregada de manter e atualizar esse cadastro, acho que não ~~haveria~~ haveria nenhum problema se fosse Sehab ou fosse a Secretaria das Finanças. Acontece que as duas secretarias estão, de certa forma, com seus cadastros deteriorados. Já houve tentativas conjuntas recentes da duas fiscalizações, tanto das Finanças como da Sehab, de se ~~x~~ tentar ver como se pode trabalhar de uma forma conjunta e obter ~~xxxx~~ resultados positivos. Isso foi feito recentemente na avenida Paulistas e ~~xxx~~ na Faria Lima também.

O que nós precisamos é de um cadastro, ~~qualquer~~ qualquer que seja a sua fonte e dois órgãos alimentando esse mesmo cadastro é o ideal. Já existem esforços nesse sentido.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 400 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	2	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

O SR. JOSÉ CARLOS - Só complementando a informação, qual foi o resultado desse trabalho conjunto na avenida Paulista e na Faria Lima, do ponto de vista da tributação e de que porcentagem de anúncios irregulares instalados? Os anúncios irregulares estão sendo retirados?

Dá a impressão, para quem está ouvindo ~~a exposição~~ as exposições, inclusive a exposição do presidente do Pró-Centro, que houve uma grande demora para se chegar ao diagnóstico da situação e estão se propondo programas e boa parte desses programas vão começar no ano que vem ainda, nem neste ano estão começando. A gente sempre fica com a impressão que há uma descontinuidade.

Experiências anteriores, do ponto de vista, inclusive, de recuperação do cnetro, foram realizadas e durante um certo período de tempo a gente nota os ~~a~~ resultados e depois isso retroage, retrocede, a fiscalização parece que relaxa. Hoje a gente vê a São Bento, que já esteve limpa do ponto de ~~xxxx~~ vista de anúncios, hoje é um absurdo, eu não sei como está o eixo Sé-Arouche, recentemente eu não vi, mas foi uma experiência interessante que parece que a gente vai perdendo com isso, porque não dá continuidade, a cidade vai perdendo com isso.

Eu queria saber ~~do~~ ~~a~~ resultado efetivo desse controle na Paulista e na Faria Lima, já que isso é uma experiência mais recente.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 404 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	3	Marcelo	Pol. Vis ual	24.10.95		

O SR. CARLOS S. BRAGA - Essa é uma experiência piloto, va-

mos dizer assim. Agora, o trabalho conjunto entre a Sehab e a Secretaria das Finanças já é antigo, ele não é recente. O que existe nos dois lados, me parece, é uma carência de recursos humanos para poder fazer um trabalho de maior envergadura.

Na avenida Paulista, se não me engano, constatou-se que 10% dos ~~anúncios~~ anúncios eram regulares, os demais eram todos irregulares. Agora, a totalidade ~~de~~ deles foi tributada. Agora, quanto ~~à~~ a continuidade ou não de um anúncio irregular não é um problema da Secretaria das Finanças. Do nosso ponto de ~~de~~ vista, existiu o fato gerador nós cobramos, agora, se ele pode permanecer ou não é problema de outro tipo de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli - PV) - O senhor falou que toda publicidade tem que ser tributada, legal ou não. Isso não estimula a colocação de publicidade ilegal na Cidade de São Paulo?

CARLOS DE S. BRAGA
O SR. - Não diria que estimula. Eu não

entendo que estimula ou iniba, eu diria que existe uma lei que manda cobrar. Se existe o fato gerador nós temos que cobrar o tributo correspondente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli - PV) - Mesmo sendo ile-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 402 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	4	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

gal?

O SR. CARLOS DE S. BRAGA Mesmo sendo ilegal. Constituiu um fato ~~ger~~ gerador, nós temos que tributar.

A SRA. ANA LÚCIA ANCONA - Represento a ABAP, Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas. Eu acho que ~~me~~ não foi abordada a questão inicialmente ~~abordada~~ perguntada pelo Vereador Trípoli, referente ao valor das multas.

Eu acho que a gente tem na cidade, como um todo, um grande problema de cadastro, isso é um ~~progr~~ problema grave, que deveria ser sanado realmente, mas não vejo que exista uma dependência tão direta entre cadastro e valor das multas. Quer dizer, ~~me~~ existe fato gerador, existe legislação que institui as multas, mas as multas são irrisórias, elas não tem significância nenhuma para o empreendedor, para o empresário, para o interessado na colocação do anúncio. Se isso ocorresse de fato, acho que haveria muito mais facilidade no cumprimento da legislação. ~~Em~~

~~me~~ Parece-me que ~~exigências~~ as questões ~~me~~ poderiam ser tratadas separadamente. Vamos atualizar os cadastros, vamos unificar os cadastros preferencialmente, sem dúvida, mas os fatos geradores e as contravenções estão lá concretas e identificáveis, independentem ~~x~~ de estarem ou não no cadastro. Então as multas poderiam ser cobradas, poderia ser feita uma política de multas de fato mais contundente se de fato



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 403 do proc.
N.º 56 de 1992
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
B2	5	Marcelo	Pol. Visual	24.10.95		

~~na~~ houvesse vontade de atacar a questão, fiscalizar e disciplinar de fato a questão de anúncios.

BRAFIA—

O SR. CARLOS DE SOUZA — Na minha opinião, não ~~apenas~~ apenas as multas, mas o próprio valor das taxas são pequenos. Agora, no setor público a gente faz exatamente o que a lei determina e nós temos uma legislação que diz que o valor das taxas é estipulado com uma certa fração de UFMs e as multas correspondem a uma certa parcela das UFMs. Para que se pudesse aplicar uma penalidade maior teríamos que ter uma lei específica que permitisse a cobrança maior.

A SRA. ANA LÚCIA ANCONA — Sem dúvida. O que eu estou falando é no sentido de corrigir a legislação especificamente ~~na~~ em relação ao valor das multas, ~~de acordo com o valor de cada um dos serviços, de~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 404 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N20	1	Raimundo	poluição	24-10-95		

... como uma etapa de um trabalho maior de cadastramento, de revisão da legislação nos seus conteúdos maiores, mas de se tratar de questão de multa por legislação, sem dúvida.

A SRA. MARIA DE FATIMA SILVEIRA - Só queria indagar do senhor a questão da Taxa de Fiscalização de Anúncios, porque de qualquer maneira é uma lei elaborada por SF e ela na hora dela discriminar os valores ela usa uma classificação de anúncios que não corresponde àquela que é usada nas regras de normatização, da instalação do anúncio. O que indagara do senhor é essa possibilidade de unificação, que a princípio a gente vê uma classificação que não tem nada a ver com aquela classificação que a gente usa a nível de aplicação, de licenciamento(?) ou seja, é mais um complicador a nível da pessoa definir qual é o tipo de anúncio dele, ou seja, para o munícipe eu ~~acredito~~ acredito que seja mais um complicador e até para o próprio fiscal, gostaria de saber como é que o senhor vê isso, dessa possibilidade de unificação dos conceitos a nível de tipos de anúncios, que é a base dos valores da Taxa de Fiscalização.

O SR. CARLOS DE SOUZA BRAGA - Nós temos, hoje, uma legislação para tributação de anúncios que, se não me engano, data de 1986. Essa classificação de ~~x~~ anúncios que a Secretaria da s Finanças ~~faz~~ ~~adota eu acredito que na época ela foi jogada até conveniente e de a-~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 405 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário
GRADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. APARTE
n20	2	raimundo	poluição	24-10-95		

cordo com a legislação que havia, do ponto de vista do cadastramento dos anúncios, a de autorização para anúncios, só que isso com o tempo vai se alterando,. Hoje nós temos anúncios, é curioso, móveis. As pessoas põem um grande cartaz em cima de uma carreta que é puxada por um automóvel e fica andando pela Paulista, Faria Lima, com muita frequência na Rebouças, isso não está previsto, esse tipo de anúncio. Então, acho que a legislação ~~existia~~ ela deve ser rígida, mas não a ponto de não ser adequada à medida que os tempos vão evoluindo. Eu acho que um ordenamento conjunto SEHAB (?), Secretaria das Finanças para definir uma nova legislação a respeito seria ideal, não só o problema das taxas de anúncio como das próprias taxas de licença, instalação e funcionamento. Acho que teríamos que atualizar essa legislação, sem dúvida. Hoje nós cobramos as taxas de anúncio basicamente como 5 grandes grupos de anúncios, seria luminoso, próprio, ~~luminoso~~ luminoso de 32s, se ele é iluminado próprio, iluminado de 32s ou ~~se~~ se é simplesmente uma pintura numa fachada de um prédio e visto da rua. Isso hoje eu acho que precisaria realmente ser alterado. Se pudéssemos até organizar em conjunto, SEHAB e Secretaria das Finanças, não tenha dúvida de que seria o ideal.

A SRA. MARIA CRISTINA - Sou representante de SAR na

CPPU. Eu queria reforçar a posição da Lúcia com relação a legislação



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 406 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
n20	3	raimundo	poluição	24-10-95		

de multa dos anúncios, que inclusive para a fiscalização fica muito difícil, que hoje ela é injusta. Ela é injusta porque num imóvel um anúncio de uma fachadinha é 10 UFM e aquele painel eletrônico na Henrique Shauman, 10 UFM. Para aquele proprietário do anúncio pequeno é uma multa alta; para quem põe o painel eletrônico ele vai avaliar o custo benefício e vai ficar achando que pode pagar a multa, então fica um pouco difícil para a fiscalização. Acho que a lei que regulamenta a multa deveria ser refeita e deveria ser proporcional ao tamanho do anúncio. Isso facilitaria também.

O SR. JOSÉ CARLOS - Só complementando as 2 intervenções, parece que há um consenso de que a legislação é inadequada, a legislação de taxa de fiscalização e multa. Existe um projeto de lei na Câmara do Vereador José Índio e não sei se vocês já tiveram oportunidade de examiná-lo, mas para que o relatório da Comissão possa sugerir encaminhamentos e possa realmente ~~inexpor~~ propor mudança nessa área de legislação, que é conveniente, todo mundo parece que concorda, nós gostaríamos de ter a opinião das pessoas que vão se manifestar, tendo da SEHAB, quanto a sua opinião, sobre esse projeto de lei que, parece, procura retratar um pouco melhor ou com mais fidelidade a diversidade de anúncios, a taxa é proporcional a área. Existe uma preocupação de evi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 487 do proc.
Q.º 56 de 1995
O funcionário 98

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
n20	4	Raimundo	pojuição	24-10-95		

tar essas injustiças que a Maria Cristina acabou de ~~ã~~ examinar, mas eu não examinei o ~~projeto~~ projeto a fundo e gostaria de ter a opinião de vocês.

O SR. _____ Esse projeto ele passou lá pelo ~~ã~~ Departamento para que a gente se manifestasse, ele, do ponto de vista de anúncios, me parece razoável?; do ponto de vista de fiscalização da taxa de licença de instalação e funcionamento me parece que ele tem uma série de problemas até operacionais. Além do que, do nosso ponto de vista, nós insistimos, essa é uma prerrogativa do Executivo, embora a Lei Orgânica ~~prevê~~ está prevendo, é inconstitucional o Legislativo propor esse tipo de legislação, mas de qualquer forma é uma contribuição que a gente considerak. Com certeza a legislação tem que ser alterada, não para regularizar multa, mas para regularizar tributos, a forma de pagamento, como eu disse a legislação ela tem que ser rígida e extensa, mas tem que ser flexível o suficiente para que se adeque com a evolução das coisas ao longo do tempo. Então, rever a legislação é algo necessário, sem dúvida nenhuma, mas como fazer isso, acho que poderíamos ter uma grande contribuição com o próprio resultado que vamos ter do trabalho do PROCENTRO x até como sugestão de como encaminhar um projeto de lei nesse sentido..

Folha n.º 408 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário _____

ORADOR CONT. APARTE



RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
N20	5	Raimundo	poluição	24-10-95		

O SR. JOSÉ CARLOS - Complementando, parece que a gente está diante de um vício de iniciativa, como acabou de dizer, mas se o departamento já tem uma posição a respeito do projeto, já tem uma análise, ~~verdadeira, poderia ser um complemento com a Câmara no~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	409	do proc.
N.º	56	de 1985
O funcionário	<i>[assinatura]</i>	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F28	1	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

Vocês não poderiam se comprometer com a Câmara de enviar uma mensagem do Executivo com projeto nesse sentido, já que há um consenso de que a legislação é inadequada?

O SR. _____ - Sim, sem dúvida, e nós já estamos com um projeto praticamente pronto de alteração na taxa de fiscalização de anúncios e taxa de licença de instalação e funcionamento, até porque esta última tem sido discutida. A base de cálculo da ~~licença~~ taxa de licença é o número de empregados em ~~jan~~ 1º de janeiro e isso tem sido arguido constitucionalmente. Parece que esse não é o melhor procedimento.

O SR. JÚLIO RI ALBIERI - Está sendo discutido, aqui, o valor da taxa e o valor da multa, mas antes de se chegar à taxa e à multa não deveríamos ter a lei que defina ~~como~~ o que é, e como é e como pode ser instalado um anúncio, ao invés de estarmos atropelando, passando por cima e logo virmos com taxa?

Hoje, toda a legislação existente ou todos os decretos vigentes vêm baseado na Lei para anúncios e de funcionamento, ao invés de vir baseado na lei de anúncios que não existe.

O SR. _____ - Concordo. Agora, veja, a questão de postura é algo que foge à competência da Secretaria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 410 do proc.
n.º 56 de 1913
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F28	2	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

das Finanças. Todo fato gerador, para nós, tem de ser tributado. Agora, se esse fato gerador está coreto ou não é um problema de postura. Outra Secretaria terá a competência, então, para retirar esse anúncio irregular ou ilegal.

Agora, se tivéssemos uma legislação específica para anúncios, eu não sei como é que está hoje a situação, se há interesse em se alterar isso, se é que existe ^{ou} se a legislação atual é suficiente, esse é um outro aspecto, é um problema de competência de outra Secretaria. ~~max~~ Sem dúvida, seria um pré-requisito.

O SR. JÚLIO ALBIERI NETO - O senhor colocou num dos pontos da sua fala que a taxa de anúncio é uma taxa muito baixa e que ela deveria ser aumentada.

Na medida em que o indivíduo tem de pagar taxa até para que surja a evidência do anúncio ou para que o anúncio possa ser cadastrado, o que seria um dos caminhos, essa taxa não deveria ter um valor ponderado de forma a que induzisse o indivíduo a pagar a taxa e, após feito o cadastro, fazer a verificação, se esse anúncio é irregular ou não, para se poder tomar as ações de remover esses anúncios, de remover essas peças que têm característica ilegal?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 411 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F28	3	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

O SR. _____ - Primeiro, eu não disse que é muito baixa, eu disse que ela é baixa frente ao valor, à expressão monetária que ela tem. Agora, eu não sei também se se tributar pesadamente qual o impacto que isso teria.

Eu acho que se pudéssemos novamente, num trabalho conjunto que seria extremamente facilitado por troca de informações de uma maneira eletrônica, toda vez que se detecta um fato comunica-se à SEHAB e vice-versa, acho que seria ideal.

Mas, como eu disse, hoje temos carência de recursos humanos, tanto da parte da Secretaria das Finanças quanto da SEHAB, não temos um sistema de Informática suficientemente desenvolvido, a ponto de podermos trocar essas informações rapidamente e isso dificulta um pouquinho. Mas que sem dúvida a constatação de uma irregularidade deveria de pronto gerar uma informação para quem de direito coibir essa irregularidade eu não tenho dúvida. Isso é feito, so que demanda um determinado tempo até que essa irregularidade seja comunicada e se chegue a quem destino. Às vezes o próprio anúncio já deixou de existir.

A SRA. MARLI (USP) - Acho que de todas as reuniões que



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Pelo Sr. 412 de P.
No 56 de 19 46
O Secretário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
P28	4	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

participamos aqui todos têm o consenso de que é necessária uma legislação e que é preciso parar de legislar por decretos, porque os decretos permitem uma constante mudança muitas vezes até mesmo inconstitucionais. Quando vamos analisar o passado vemos que ele está modificando a lei que ele está regulamentando. ~~Querer~~

Eu estou fazendo um trabalho com o Prof. Cândido e estamos analisando os 70 decretos que existem sobre anúncios na Cidade de São Paulo. O que observamos é, primeiro, e fazendo uma apreciação rápida, porque o trabalho demora um pouco para ser concluído, a contrapartida do permissionário não é claramente definida e quando ela é ~~estabelecida~~ definida num decreto logo em seguida vem um outro que muda o prazo, que amplia o prazo e que diminui as responsabilidades do permissionário.

Outra coisa que percebemos é que a legislação não é clara quanto às multas e quanto às sanções cabíveis. Em tudo quanto é decreto fala em sanções cabíveis, só que não diz quais são.

Passamos dois dias olhando toda a legislação anterior para ver que sanções são essas e não descobrimos. Chegamos à conclusão de que é necessário contratarmos um detetive para saber qual é a sanção cabível para o permissionário que não obedece a lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ata n.º 56/13 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F28	5	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

Então, tem um problema aí que é sério, parece que isso é meio intencional. Se você não consegue saber qual é a sanção, se você não consegue saber o que é que a pessoa que faz a coisa errada tem como consequência não há como fiscalizar esses anúncios, fica tudo muito dubio, fica tudo muito complicado. Eu fico pensando no funcionário público que tem de aplicar a legislação. Ele não consegue chegar a um veredito a respeito daquele anúncio se ele tiver de fazer uma pesquisa de 70 decretos para ver se aquele anúncio está certo ou não.

Eu acho que não dá mais. Eu vou dar um exemplo dessa questão de sanção cabível. Fala da regulamentação da área da Praça João Mendes e do Teatro Municipal. Nos dois decretos fala de sanções, só que não dá para saber que sanções são essas. Acho isso muito sério.

O SR. JOSÉ CARLOS — Só uma observação: os decretos não poderiam determinar sanções, porque as sanções são definidas em lei e, ~~então, a lei não pode determinar sanções, porque a lei é para definir a infração e a sanção é para a lei definir.~~

~~Então, a lei não pode determinar sanções, porque a lei é para definir a infração e a sanção é para a lei definir.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	214	do proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
1-1	1	Monteiro	Poluição	24.10.95		

e evidentemente, quando o decreto se refere a uma lei a sanção deve estar nessa lei. Então eu gostaria que os detetives, ou melhor, os detetives não, os especialistas em legislação de anúncios pudessem responder a sua pergunta.

A SRA. MARLI - Só para complementar, eu procurei nas leis que o decreto faz referência e as sanções não estão nessas leis.

A SRA. REGINA MACEDO - É o seguinte: pessoal do CPPU e de SEHAB citou que a classificação dos conceitos de tipos de anúncio não bate entre as duas secretarias ou três e o senhor falou de um possível projeto que está sendo elaborado. Será que não seria melhor as secretarias envolvidas, todas elas, sentarem para elaborar esse projeto? Porque, senão nós vamos continuar, me parece, com o mesmo problema. Não vai ser decreto, vai ser lei, mas o problema vai continuar o mesmo.

O SR. - Sem dúvida alguma. Então, apenas reforçando: o decreto é usado para regulamentar uma lei. Então, se ele fala em sanções com certeza ele deve estar fazendo remissão a alguma coisa prevista em lei, senão ele estaria com um vício, com certeza não poderia ser aplicado. Agora, esse emaranhado de leis não é um privilégio do Município de São Paulo nem da parte da legis-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 415 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-1	2	Monteiro	Poluição	24.10.95		

lação relativa a anúncios, isso aí faz parte de toda a legislação deste País, é bastante difícil entender alguma coisa às vezes quando se quer ir mais fundo. A quantidade de leis, decretos e portarias que regulamenta um determinado fato é bastante extenso.

Agora, do ponto de vista da legislação tributária, especificamente, eu acho que todas as sanções previstas em lei estão claramente regulamentadas no Decreto 34 e alguma coisinha, que regulamenta todos os tributos mobiliários. Eles estão bem claros e bem expressos, quais são as punições a ~~qualquer~~ qualquer infração na área tributária.

Quanto a esse projeto de lei conjunto Secretaria da Habitação e Secretaria das Finanças, é algo que pode ser, sem dúvida alguma, pensado, muito embora as coisas não devam se confundir, postura é uma coisa, tributação é outra. Acho que sem dúvida alguma se nós pudessemos ter uma uniformidade na forma de classificar um determinado anúncio, seria muito mais fácil a fiscalização, tanto de SEHAB quanto da Secretaria das Finanças, sem dúvida alguma. Eu acho que nós podemos até encaminhar alguma coisa nesse sentido.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - O Pró-Centro quer se pronunciar?

SEHAB?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 416 do proc. 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-1	3	Monteiro	Poluição	24.10.95		

O SR. JOSÉ ANTÔNIO - Só para complementar, depois vou ter minha fala, talvez possa esclarecer outros pontos. A legislação de multas, que o (?) vai estar colocando depois, existe a Lei 9.839/85, que disciplina as penalidades. Dispõe quanto a aplicação de penalidades por infração à legislação sobre anúncio e outras providências. Só no artigo 1, diz: (é uma lei curta) "Os anúncios encontrados sem a necessária licença ou em desacordo com as declarações prestadas junto ao órgão competente para sua obtenção e, conseqüentemente, em divergência com a licença expedida, com a legislação pertinente à matéria, serão apreendidos, retirados ou inutilizados, sem prejuízo da legislação ao infrator, de multas e das normas de responsabilidade civil e criminal. A multa é de 10 UFMs e reincidência em dobro, se permanecer."

Então, existe legislação, é uma questão da grandiosidade da Cidade, não é irregularidade, que tem, é ter pernas para alcançar o todo.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Mas estão retirando, mesmo pouco, mas estão retirando?

O SR. JOSÉ ANTÔNIO - É isso que eu vou estar colocando. Veja bem, a Prefeitura tenta estar fazendo, pelo menos a SEHAB, junto com



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 417 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário
ORADOR: CONT: APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT: APARTE
I-1	4	Monteiro	Poluição	24.10.95		

a ~~uma~~ SADE e com RM (?) tenta estar fazendo isso. Hoje mesmo, à tarde, vamos ter um comando para isso. Agora, apesar de todos os esforços dentro das nossas estruturas que nós temos, pois é claro que isso não aparece aos olhos públicos, Isso vai estar colocando, com certeza, que retire inúmeras faixas.

A SRA. MARLI - José Carlos, é Marli, da USP. Eu queria lhe dizer o seguinte: esses dois decretos que estou falando, tanto o da Praça João Mendes como o do Teatro Municipal, falam de sanções cabíveis e não citam essa lei onde estão as sanções cabíveis. As leis que são citadas no decreto não falam de sanções. É isso que eu quis dizer. Que existe uma lei, eu tenho quase certeza que... você está dizendo que existe, existe, só que elas não são citadas no decreto. Então, aquele permissionário que quer fazer anúncio fala: "Tem sanções cabíveis e não sei quais são" e ele faz, ele não sabe nem que multa ele vai pagar. É isso que eu quero dizer, está faltando então, no decreto, incluir. Ou inclui explicitamente as sanções ou cita a lei que você falou. Acho que isso tem que ficar muito claro. É só isso que eu queria falar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 418 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-1	5	Monteiro	Poluição	24.10.95		

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Acho que estamos partindo agora para SEHAB e SAR e queria agradecer a participação da Secretaria das Finanças neste momento, Sr. Carlos de Souza Braga, Diretor do Departamento de Rendas Imobiliárias, que só vem enriquecer o trabalho desta Comissão. ~~M~~ Muito obrigado ao senhor.

O SR. CARLOS DE SOUZA BRAGA - Eu que agradeço a oportunidade. Obrigado.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Gostaria de chamar então, para fazer uso da palavra, o representante de SAR, Secretaria das Administrações Regionais. Está aqui presente o Sr. Paulo Sérgio Pinheiro Silveira, Supervisor de Uso e Ocupação do Solo e o Sr. Clóvis.

Gostaria, antes de abrir a palavra ao representante de SAR, fazer um pedido à Secretaria das Administrações Regionais porque quando nós iniciamos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Estudos sobre Poluição Visual, tínhamos mais ou menos perto de dez projetos de leis de Vereadores sendo discutidos e ~~já~~ tínhamos acho que três o quatro já no Plenário para serem votados, já com pareceres de todas as comissões, enfim. E este Vereador procurou sensibilizar todos os Vereadores para que retirassem os projetos ue estavam em plenário para serem discutidos nesta comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 419 de proc.
N.º 56 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L2	1	ant.	pol.	24.10		

antes da apreciação de plenário todos se sensibilizaram com o trabalho desta comissão, retiraram o projeto e alguns vieram e fizeram uma explanação sobre o projeto. Sabemos que a Secretaria das Administrações Regionais tem ampliado a publicidade na Cidade. Cito a Vila Mariana que o nosso relator se pronunciou na Folha de S. Paulo em relação ao anúncio da Coca Cola e me parece que a discussão, existe um consenso que tem que tratar a cidade de São Paulo como um conjunto. As atribuições de cessão de área para publicidade estão com os administradores regionais, cada bairro tem uma forma diferente e com isso interferindo e ajudando a poluição visual. Como Presidente da Comissão estou oficializando o Sr. Secretário das Administrações Regionais no sentido que não faça novos contratos, ~~não faça novos contratos~~ segure os próximos contratos de publicidade, peço que o senhor leve, independente de oficializar hoje a secretaria, mas leve ao conhecimento que a nossa intenção é ouvir todo segmento da sociedade, gostaríamos que o Executasse participasse e colaborasse no sentido de brevar esses projetos que ~~tem~~ vêm poluindo a Cidade. Volto a citar a regional de Vila Mariana que é um carnaval de publicidade. Como o Vereador Maurício Faria citou, não estamos plantando árvores, estamos plantando publicidade. Hoje implantaram uma Coca Cola na 23 de Maio, discutimos na outra reunião a questão do Chiclete Adans. Essa é uma reivindicação desta Presidência para o senhor levar ao Secretário Arthur Alves Pinto e, no dia de hoje, estarei oficializando o Sr. Secretário no sentido de que ele colabore com a comissão.

Apro a palavra ao supervisor do solo da SAR para colocar as dificuldades que tem encontrado para fiscalizar a publicidade em São Paulo e o que a secretaria tem feito na gestão do governo Paulo Maluf e as su-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 420 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L2	2	ant.	pol			

gestões para minimizar a questão da poluição em São Paulo? Sr. Paulo Sérgio Pinheiro.

O SR. PAULO SERGIO PINHEIRO - Estou no cargo de supervisor geral de uso e ocupação do solo da SAR e basicamente temos nos preocupado com a questão da propaganda. Junto com a SEHAB, o Dr. José Antonio e eu já fomos vítimas de um acidente quando estávamos exercendo essa questão, quando estávamos verificando placas, outdoors colocados irregularmente no Parque do Povo, na ponte da Cidade Jardim e naquela época tínhamos algumas idéias de como tentar coibir edesse tipo de propaganda que é um dos tipos que tem na cidade, os mais diversos. Junto com a SEHAB estávamos detectando os anúncios irregulares e a SAR tem entrado com equipamentos precários para tentar remoção de alguns desses anúncios que são colocados por empresas que têm um equipamento de primeira geração para colocar o anúncio e a SAR ou a Prefeitura como um todo tem um equipmaneto de 5ª geração que é um caminhão com aquela cesta e na Prefeitura existem, se não me engano, dois, um permanentemente quebrado e outro eventualmente quebrado. Hoje por exemplo esse caminhão está em operação, todos os agentes vistoros para que se façam os autos de multa ou de apreensão, se for o caso, junto com a SEHAB, com técnicos, temos um programa que já vem desde julho, para atacar basicamente alguns pontos da cidade que são críticos. Esse cronograma vai até o final do ano e temos a intenção de prorrogá-lo constantemente, estão sendo feitos ~~trabalhos~~ a cada 15 dias. Hoje está havendo um desses comandos integrados entre a SAR através da nossa supervisão, na José Bonifácio e XV de novembro. ~~É~~ É uma tentativa de se coibir alguns desses anúncio. Essa é uma frente que a Secretaria ataca, a outra é com relação aos panfletos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 421 do proc.
N.º 36 de 19 90
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L2	3	ant.	pol			

distribuidos pela cidade de uma forma horrorosa, pois causa uma sujeira e é extremamente desagradável nos finais de semana ver a sujeira que se faz com panfletos, placas de eventos imobiliários colocados em São Paulo. A SAR tem um comando constante em todos os finais de semana ela trabalha com 10

~~perdas... valerá~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 422 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L3	1	valéria	poluição vis.	24.10.95		

peruas Kombis e nessas peruas Kombis sempre tem uma pessoa que vai comandar aquela operação e um agente vistor que vai fazer as multas a respeito desses panfletos ou placas colocadas indevidamente. Também as faixas que estão proliferando de maneira fantástica na Cidade. Antigamente tínhamos faixas apenas de alguns lançamentos imobiliários; hoje qualquer comerciante, talvez devido à crise que se instalou no país, sempre tenta colocar o seu anúncio, açougues, lojas, o mais diverso tipo de comércio que existe na cidade. Os lançamentos imobiliários que até então não tinham uma regulamentação ainda na Administração anterior houve um decreto que regulamentava apenas a distribuição de panfletos, colocação de faixas de lançamentos imobiliários. Esse decreto posteriormente foi reformado nesta Administração em que se colocou esse anúncio de uma forma a outros eventos além dos panfletos e lançamentos imobiliários. Esse decreto foi regulamentado de forma a se cobrar essa distribuição e o dinheiro arrecadado com esse evento é destinado ao Casa, que é o Centro de Apoio - não sei a sigla direitinho - mas toda essa arrecadação é destinada ao Casa. Essa arrecadação é mensal e todo o selo muda; as empresas adquirem o selo, as pessoas que desejarem fazer essa propaganda, e o selo muda e as placas têm de ter um anúncio institucional. E a Prefeitura fiscaliza isso todos os finais de semana. Só para vocês terem uma idéia, a Secretaria das Administrações Regionais no mês de setembro aplicou um total de 1.934.536 reais de multas na cidade de São Paulo toda só na questão das placas, faixas e panfletos que são colocados na cidade, fora as multas que nós fazemos em conjunto com a Sehab com relação aos anúncios que estão aí colocados, como os out-boards e back lights e demais. Com relação às garrafas de Coca-Cola



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 423 de proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L3	2	valéria	poluição vis.	24.10.95		

que estão aí na 23 de Maio, houve um decreto já antigo - se não me engano tenho a cópia desse decreto - é o Decreto 27.894, de 1989, que estabelecia competências aos Administradores Regionais para elaborar termos de cooperação. E, obviamente, os termos de cooperação são importantes para a cidade. O que se discute é a contrapartida desse termo de cooperação, se é ou não conveniente para a paisagem urbana. Creio que esse seja o enfoque que devemos dar sempre numa Comissão como esta. E eu sou obrigado a concordar com o Vereador Tripoli que a Cidade é administrada não só pelo Executivo, mas também pelos Administradores Regionais e os pensamentos variam e obviamente pode ter havido alguma distorção com relação a esse enfoque aqui. Mas, entendo, por exemplo, que esses termos de cooperação, se houve, não foram de conhecimento da Secretaria das Administrações Regionais - me corrija o Engenheiro Rossi que está aqui, que cuida desses casos. Se não foram, serão objeto de análise, com certeza, da Secretaria das Administrações Regionais, até para se coibir ou se corrigir essa contrapartida. Os viadutos que os senhores vêm foram pintados pelas empresas, todos os viadutos das Marginais, e os viadutos da 23 de Maio também. Obviamente é discutível se essa contrapartida está ou não dentro do âmbito do que se concebe como correto de uma propaganda - porque nunca vai deixar de ser - da empresa que prestou esse serviço para a Prefeitura. Basicamente, concordamos com outros relatos aqui que as multas são pequenas, mas a própria Câmara já editou, inclusive agora no dia 19 de outubro, uma nova Lei 11.915, do dia 19 de outubro agora, que modifica a multa da tabela da Lei 10.315, que é a multa de panfletos. Era então 10 UFM e passou para 30 UFM, a multa por panfleto apreendido. Então, a própria lei está



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 424 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. - APARTE
L3	3	valéria	poluição vis.	24.10.95		

trabalhando no sentido de corrigir. Vejam, poderia essa própria lei ter corrigido as placas, se fosse feito um adendo na lei, por exemplo, a multa do out-door, que são 10 UFMs, o que é um absurdo. Pega um back lights desses é fantástico o retorno, está até incluído no orçamento, talvez um valor t[REDACTED] Câmara real[REDACTED].



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 423 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	1	regina	pol.visual	24.10.95		

tão irrisório quanto esse. Mas a Câmara acabou de editar e nós já estamos aplicando para multas de panfletos este valor de 30 UFMs por panfleto. O que é um valor alto porque panfletos têm-se aos milhares. Nós entendemos na Secretaria que não basta só aumentarmos a tributação tanto na cobrança do anúncio, como a multas em si. Porque existe uma autorização para distribuição de um panfletos, colocação de uma faixa e ela não é barata. Os selos para essas autorizações hoje são estabelecidos por decreto, e o preço tem peso considerável já na propaganda que é feita. É o Decreto 35.513 de setembro de 95, que reformou o anterior de janeiro, que se reportava — e aí sou obrigado a concordar com a nossa colega — ao decreto anterior, da Administração anterior, que regulamentava a distribuição de panfletos na via pública para lançamentos imobiliários. O selo é caro, não é barato e é estabelecido em valores mensais, baseado na UFM, e o Clóvis me corrija se eu cometer algum erro. As empresas pagam esses selos e ainda assim a Secretaria das Administrações Regionais, através de peruas de vigilância urbana, são 10, correm todos os sábados e domingos fazendo essa fiscalização, coibindo a questão da colocação errada ou em desacordo com o decreto. Porque existe uma maneira de ser colocada, e os colegas que estão aqui sabem que muitas vezes a placa está caindo na rua, a placa está colocada numa esquina que impede a visão do motorista, e isso é motivo de multa, está previsto na



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 496 do proc.
IV.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	2	regina	pol, visual	24.10.95		

lei. Então entendemos que não bastam somente as tributações e multas. Fiscalização existe e se existem deficiências, às vezes, podem ocorrer. Mas é necessário a adequação da Prefeitura para, por exemplo, retirar um out-door de porte. Outro exemplo, a Prefeitura não tem condições, porque quando é colocado um "back-light" desse porte, o caminhão que vai colocá-lo é uma carreta, eu já tive oportunidade de presenciar. É uma carreta que coloca aquele poste e coloca aquilo em duas horas. E quando se promove uma apreensão desse tipo, há necessidade de se tomar um cuidado extremo, porque se danificar esse equipamento a Prefeitura é responsabilizada. E o que é pior: geralmente cai nas costas de quem comandou a operação. Eu tenho casos, posso ilustrar aqui, de colegas que foram punidos pois apreenderam uma banca de jornal irregular e a banca caiu do caminhão. É muito bonito falarmos em apreensão, ir lá e fazer um carnaval danado. Mas depois corre um processo de alguém reclamando pela banca, ou pelo out-door, ou pelo luminoso, e simplesmente esse processo corre sem que o ~~qualquer~~ qualquer dirigente maior da cidade saiba, acaba caindo na vala comum das punições previstas em lei. E os colegas às vezes são punidos com suspensões, isso prejudica a carreira de quem quer que seja dentro da Prefeitura. Então se não houver equipamento adequado, seja de um departamento especializado, seja de uma administração regional, fica difícil você prosseguir uma ação de retirada de qualquer out-door. O Zé Antônio está aqui, sabe bem como é isso porque participou e participa de diversas apreensões e é difícil até para se armazenar. Geralmente, para se retirar um out-door, um back-light desses de porte, provavelmente você vai ter que chamar uma das próprias firmas que coloca os equipamentos. Nós fizemos faixas, não sei se você ficou sabendo, saiu na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I4	32	regina	pol,visual	24.10.95		

427
56
do proc
13

imprensa, foi até no dia que tivemos a infelizidade de sermos atropelados, que dizia: "esse é um anúncio irregular...". Era uma faixa amarela, não sei se você tem fotos disso. Nós fizemos uma faixa amarela, "anúncio irregular", fizemos rolos de faixas para que pudéssemos ter uma produção. E o primeiro local onde foram colocados essas mensagens foi no Parque do Povo e essa mensagem causou o acidente, para vocês terem uma idéia. Eu e o Zé Antônio fomos atropelados, eu fui operado do joelho, fiquei seis meses fora da Prefeitura por causa disso. Até hoje eu tenho um parafuso aqui, de graça. Foi amunciante. Então uma pessoa parou para perguntar qual era o acontecimento, o que estava ocorrendo, o que estávamos fazendo, porque era uma pessoa do ramo de publicidade, e outro carro se desgovernou, subiu na calçada atingindo a nós dois. Então essa tentativa foi feita e é válida porque os out-doors foram retirados, posteriormente foram retirados, ela é válida. A idéia era de que se enrolasse nesses relógios que estão aí essas mensagens. São tentativas, mas são tentativas que não têm ainda uma estrutura, atrás, para que seja efetivas e é isso que é importante que se tenha. Para vocês terem uma idéia, nós temos hoje cerca de 3 mil placas apreendidas no depósito das Administrações Regionais, Rua da Piscina, que estão lá, ~~f~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 128 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	1	ANA	Poluição	24.10.95		

foram apreendidas, foram retiradas das ruas, elas estão apreendidas por essa equipe de vigilância urbana. Então, são medidas que foram tomadas, estão sendo intensificadas. A cada dia que passa nós estamos melhorando esse tipo de fiscalização. A legislação está existindo; houve essa lei, que já melhorou para nós em termos pecuniários, de se coibir essa propaganda, mas ainda há necessidade de ser feito muito mais do que já foi feito.

Creio que como explanação seria isto. Fico à disposição.

O SR. MAURÍCIO FARIA - A questão que eu cobraria para o senhor seria a seguinte: apesar desses esforços que o senhor aponta, a verdade o que se observa é que o número de anúncios irregulares é imenso na cidade. E o meu interesse nesta comissão seria menos estabelecer uma polêmica em relação à questão das responsabilidades das autoridades que estão à frente dos órgãos que seriam competentes e mais verificar o seguinte: que idéias? Por exemplo, o senhor mencionou uma idéia que seria a seguinte: nos anúncios irregulares seriam colocados uma tarja dizendo que é irregular. Se existe o anúncio foi retirado porque naturalmente inclusive ele desgasta a imagem do anunciante. O produto anunciado sofre um efeito negativo de imagem com a colocação dessa tarja. Isso me parece uma medida interessante porque tecnicamente ela é mais simples de executar do que a remoção abrupta de todos os anúncios irregulares. Mas que medidas o senhor entende que seriam necessárias para uma reformulação da capacidade de fiscalização da Prefeitura? O senhor diz: falta uma estrutura, mas a questão de construir uma estrutura é uma questão de priorizar, não esta ou aquela gestão, mas o Poder Público priorizar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 429 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
L5	2	ANA	Poluição	24.10.95		

essa questão da paisagem urbana, e a partir dessa priorização, e incluindo nisso uma pressão positiva da sociedade civil construir-se essa estrutura. Porque no caso da Prefeitura de São Paulo, construir essa estrutura não depende de uma eventual carência de recursos. Nós observamos o montante da execução orçamentária, por exemplo, neste ano de 95, e é perfeitamente acessível à Prefeitura, é uma despesa inclusive muito pequena proporcionalmente ao orçamento global da Prefeitura a construção de uma estrutura no âmbito do Município que esteja voltada para a fiscalização eficaz, para um controle eficaz.

Agora, há aquelas questões. Nós sabemos, isso não é a rigor responsabilidade de uma administração ou de outra administração, há um problema estrutural referente à fiscalização em geral, na Prefeitura de São Paulo. A fiscalização geral é ~~inexistente~~ ineficaz, em geral ela é de desempenho precário. Essa é uma contestação que me parece unânime. Então, que mecanismos, inclusive com a inclusão de métodos modernos, de participação da população nesses sistemas do disque-anúncio, quer dizer, que mecanismos, o senhor acha que tenham que ser discutidos para melhorar institucionalmente, ^{não} ~~mas~~ apenas do ponto de vista legal, que é uma necessidade avançar a legislação? Nós já tivemos em outra discussão ~~uma~~ uma preocupação que seria a seguinte: também seria frustrante melhorar a legislação se não se melhorar a capacidade de aplicação da lei, e portanto a capacidade de fiscalização. Nós sabemos que normalmente a capacidade de fiscalização melhora quando surgem também mecanismos de fiscalização da fiscalização. Ou seja, quando a sociedade tem dispositivos, tem canais institucionais em que ela possa estar acompanhando a ação fiscalizadora



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 430 do proc.
N.º 36 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L5	3	ANA	Poluição	24.10.95		

da Prefeitura, controlando essa ação fiscalizadora. Enfim, que questões o senhor acha que seriam apropriadas para evoluir institucionalmente a capacidade fiscalizadora da Prefeitura, no caso específico dos anúncios?

O SR. PAULO SÉRGIO - A questão da melhoria dessa capacidade de fiscalização... porque, veja: a legislação existe, existe uma aplicação de multas que reputo como razoável, mas a irregularidade persiste. Primeiro a questão do equipamento considero importante, mas não adianta comprarmos, a meu ver, obviamente, caminhões, como citei aqui, uma carreta para cada Regional para fazer a retirada do anúncio. Eu entendo que seria muito melhor que isso fosse concentrado apenas em um órgão e ele gerenciasse o equipamento. O equipamento que pode parecer caro, não é, e o próprio Vereador já colocou isso, se ele for adquirido e colocado à disposição de quem efetivamente executa a tarefa de fiscalizar e normatizar essa questão. Eu digo isso porque hoje a normatização está à cargo de base(?) que recebe os processos e que faz o cadastramento dos anúncio e licença ou não. Mas para que base(?) faça essa fiscalização, ele tem que recorrer à Secretaria das Administrações Regionais que é uma outra Secretaria. E essa Secretaria que não tem um corpo de agentes vistorres tem que recorrer às Regionais, convocando os agentes vistorres para fazer essa fiscalização.

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 431 do proc.
56 de 19 95
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
16	1	beth	poluição visual 24.10.95			

Então, há uma descentralização a meu ver ela emperra, de certa forma, ou, não deixa que a fiscalização se produza com uma velocidade efetiva para que possamos coibir essa atividade. Há necessidade como existe, no caso, o CONTRU que tem uma efetiva presença na Cidade. Também se recorre à Secretaria das Administrações Regionais para poder fazer autuações. Então se vê que existem ações que estão separadas por secretarias. Eu acredito que talvez seja o caso de se fazer a união ou se prover os departamentos de fiscalização como já existiu há alguns anos aquilo que foi criado, a COGEF, ou seria CIF? Era uma comissão integrada de fiscalização. Mas eu acredito que ela não deva ser genérica. Acredito que deva ser específica. No caso da fiscalização. Um departamento que cuidasse efetivamente e tivesse o total gerenciamento sobre aquelas pessoas que estão trabalhando nessa questão. Vejam, os agentes vistoros são um corpo técnico que muitas vezes podemos dizer: não faz a coisa. O corpo técnico de agentes vistoros da Secretaria das Administrações Regionais é antigo e vem ainda do tempo em que o agente vistor era o fiscal em comissão. Eram pessoas que muitas vezes - e não estamos criticando - mas muitas vezes existe essa questão do conhecimento da legislação que é complexa para cada lei, para cada coisa você tem um tipo de lei a ser aplicada. O agente vistor sabe qual é a lei que tem de ser aplicada mas existem distorções. O José Antonio está aqui e sabe que muitas vezes uma multa é feita errado e a questão jurídica que é fundamental nesse caso, e os Srs. podem avaliar melhor do que eu, que sou engenheiro, de ~~NAVE~~ até não serem pagas. Vejam, a questão da cobrança das multas é fundamental. Há um tempo

~~mitexx~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 432 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
16	2	beth	poluição visual	24.10		

muito grande daqueles que se faz a multa, é um ato administrativo, essa multa entra no sistema da PRODAM - e a pessoas nem pode pagar - com o auto, ele recebe uma notificação via correio. Ele tem um prazo que decorre 30 dias da entrega dessa multa. Posteriormente ele tem recursos à defesa e depois ele tem recursos que são coisas previstas em lei. Eu acho até correto. Mas a cobrança dessa multa é feita muitas vezes 6 meses, um ano após, cobrança em dívida ativa. Então, isso teria de ser integrado com procuradores, ~~KANK~~ com uma integração maior da Prefeitura. O que me parece, e eu acho que essa é a questão principal, é que temos 4 ou 5 prefeituras agindo, a meu ver. Nessa questão, e ~~XX~~ poderia citar essa e diversas questões. As atribuições para aplicação controle para uma determinada lei estão diluídas por secretarias. Então, por exemplo, a Secretaria de Finanças, o cidadão vai e abre uma ~~XX~~ loja em qualquer lugar em São Paulo. Ele manda fazer o out-door, a placa da porta da loja. Vai na Secretaria de finanças e paga a taxa de licença de localização e ~~efuncionamento~~. Está previsto em lei que se deve cobrar. Muito bem, mas ele não tem a licença de funcionamento que, na realidade, é tirada na Administração Regional. Ora, mas se ele já pagou o fiscal chega e pergunta: sua licença de funcionamento, ele pega a taxa de locação e funcionamento e diz: está aqui. Não, isso não é a licença de funcionamento. A mesma coisa ocorre para anúncio. Ele vai, faz a placa do tamanho que ele quer, do jeito que ele quer e vai em CADAM e entra com processo para licenciar o anúncio dele. Depois que a placa está colocada, funcionando há um mês, dois meses o CASE vai lá e diz: a sua placa não pode ser assim, deve ser desse jeito. ~~Algumas vezes a placa não pode ser assim, deve ser desse jeito.~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 434 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L7	1	ANA	Poluição	24.10.95		

O agente vistor que está lotado na Secretaria do ~~Mun~~ Verde e Meio Ambiente faz efetivamente a multa. Ele está lotado lá, mas a lotação efetiva de lei não pode ser lá porque não existe ponto para se abrir um auto de multa. Acessos a auto de multa são fornecidos pela Prodam. E esse agente vistor então faz uma multa lá. Foi criado um conselho que faz um julgamento dessa multa, que a meu ver, embora tenha méritos, é correto o enfoque da coisa, ele não tem competência para análise, porque se volta uma coisa, tipo assim: criou-se, formou-se a Secretaria, mas se esquece que o agente vistor está atrelado à Secretaria das Administrações Regionais. Então, para resolver esse problema deslocamos o agente vistor para lá, mas ele continua lotado aqui. Acontece que a legislação diz que a competência para despacho de qualquer auto de multa só pode ser através do Administrador Regionais, das Regionais, opinando o agente vistor que lavrou o auto, o engenheiro chefe da fiscalização, o engenheiro supervisor de uso e ocupação do solo, o Administrador; o recurso é dirigido a quem primeiro proferiu o despacho e em segunda instância esse recurso é proferido ao Sr. Secretário das Administrações Regionais. Então, veja bem: a Secretaria do Verde e Meio Ambiente faz um ~~auto~~ auto de multa, mas o julgamento dele, embora seja decidido por esse conselho se vai ou não ser aceito ou não, ele simplesmente só pode ter despachos legais por meio de um outro Secretário que não participou da ação, de outra Regional que não participou da ação.

Então, o que estamos sugerindo é que se abra a tela de multas para a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, lote-se efetivamente o agente vistor lá. Aí, cabe o seguinte: criar uma unidade de controle de autos de multas na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Tem que con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 435 do proc.
n.º 56 de 1986
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L7	2	ANA	Poluição	24.10.95		

versar e com a Prodam, que embora seja empresa da Prefeitura presta serviço. É difícil você mudar alguma coisa na Prodam. Então é obrigado simplesmente a se fazer uma adequação do sistema de autos de multa que foi criado unica e exclusivamente para SAR. Então, vejam a dificuldade que temos para fazer essa junção: há necessidade de um envolvimento muito maior. E quanto aos agentes vistoristas teriam que se mudar as instâncias legais, porque aí então as multas seriam específicas, seriam julgadas pelo conselho que foi criado, que me foge o nome agora, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e o despacho seria do supervisor desse conselho. e posteriormente o recurso seria dirigido ao Sr. Secretário do Verde e Meio Ambiente. Essas questões são fundamentais porque se faz uma lei e diz-se: vamos multar qualquer coisa. Estabelece-se que tem que multar tem que coibir, tem que fazer isso e a quilo. Quem vai multar? Só tem a SAR para multar. Então, é necessário que se crie a questão jurídica para que essas multas sejam julgadas. E a mesma coisa a SEhab, ou seja, qualquer multa que ela aplique o julgamento é feito pela Secretaria das Administrações Regionais. A outra proposta que eu tenho é elevar-se o nível de conhecimento dos próprios agentes vistoristas. Houve um concurso, se não me engano em 88 e a maioria desses agentes vistoristas que entraram já saíram da Prefeitura. Foram jovens que entraram, tinham seus objetivos. É um choque, exatamente. Não deixa de ser um choque e eles acabaram saindo da Prefeitura. Como os engenheiros novos, que também estão saindo da Prefeitura. Então, acho que passa por aí.

A SRA. REGINA MACEDO - Eu não entendi uma coisa. O diagnóstico seu é perfeito. Parece-me que a maioria que falou tem um diagnóstico perfeito de onde estão as falhas, do que está faltando e tal. Por-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	436	do proc.
N.º	56	de 1985
O funcionário		
ORADOR	CONT. ABATE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
L7	3	ANA	Poluição	24.10.95		

que isso não é efetivado. Parece-me que esse tipo de legislação para separar a fiscalização para SEhab ter o seu agente vistor, para a Secretaria do Verde, isso teria que partir do Prefeito, isso é correto?

Uma segunda questão. O que o Maurício falou é importante. Se essa comissão existe é para diagnosticar e tentar sair as efetivas porque quando é colocado a mazela das fiscalizações, a gente pensa que está numa cidade de 500 habitantes, que não é o caso, tem só 10 Kombis. Eu acho pouco porque existem verdadeiros exércitos de jovens distribuindo esses panfletos nas ruas. Dez Kombis é uma coisa irrisória para São Paulo. Então, não é falta de dinheiro da Prefeitura. Agora, o SEcretário tem esses diagnósticos? Como está sendo encaminhado pelo Prefeito? E os diagnósticos que os técnicos, como o senhor apresenta, são perfeitos. Tem os caminhos. Tem as saídas, queria saber o que realmente está sendo feito, efetivamente para encaminhar essas saídas e onde a Câmara pode agir.

O SR. _____ - Veja bem, a questão é uma só. A meu ver é que a atribuição, no caso, não seria especificamente do Prefeito mas dos Secretários envolvidos sentarem e sabermos quais são suas interfaces no sentido de adequação dessa questão, porque, hoje, acredito, embora muitos técnicos estejam aqui e devam ter colocado seus diagnósticos no papel n vezes. Corrija-se eu estiver errado, mas acho que n vezes é um número pequeno. Foi colocado no papel. A questão é, a Cidade funciona meio como bombeiro. Nós, a Administração Regional e eu não sei como está em casa, mas a Administração Regional é isso, eu reclamo muito porque como sou supervisor de uso e ocupação de solo das Regionais eu



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha nº 432 do processo
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O funcionário	ORADOR	CONT. APARTE
L8	1	ANA	Poluição	24.10. 95			

mando por exemplo: são 10 agentes vistores que vêm; todos os dias cada Regional tem que mandar dois agentes vistores para a rua da Piscina para fazer a fiscalização que essas 10 peruas kombis fazem, porque elas não trabalham só com planfletos, elas trabalham com planfletos nos finais de semana, vigilância urbana que chama, então, são 10 peruas kombis que saem todos os dias, através desse departamento para fazer diversas fiscalizações, ou seja, budros, rua, do passeio, há um trabalho muito forte de muro, passeio, limpeza sendo feito pela própria Secretaria das Administrações Regionais. Então, cada regional tem... Então, você pega uma época de chuva que despenca tudo nas periferias e as Regionais teriam que ter por exemplo 30 agentes vistores, e elas têm 20 e dois estão de licença médica, três são velhas, dois estão se aposentando, um não sabe trabalhar e o outro não sei o quê... e manda dois ainda para a Rua da Piscina. Quando não manda, ele recebe um fax nosso dizendo por que não mandou. Nós não queremos saber. Chega a ser meio absurdo o que a gente faz mas é o que a gente faz. Eu acho o seguinte: antigamente, por exemplo, nesta administração existem as 10 peruas, mas não existia nenhuma. Nós saímos de zero e fomos para 10. Não existia esse tipo de fiscalização, existe agora sob o comando do Engenheiro Clóvis, mas a verdade é uma só: existe a necessidade de que os Secretários coloquem isso entre os Secretários. Os Secretários das Administração Regional sabe bem disso. Agora, ele é a vítima do caso, ele não vai dizer: vou te dar 10 agentes vistores; para nenhum Secretário. E eu, até, sou o que mais reclamo porque eu não aguento mais que se faça a legislação, por exemplo, na Secretaria do verde e Meio Ambiente e quem vai multar é a nossa Secretária. Eu tenho 26 supervisores que quando faço reunião com eles é uma reclamação total: "Pô, você me tirou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 438 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L8	2	ANA	Poluição	24.10.95		

isso, me tirou aquilo, eu não tenho isso e aquilo." Esse o problema maior: o material humano para fiscalizar todas as leis ou as atribuições, as multas, está concentrado dentro da Secretaria das Administrações Regionais. É um absurdo. Deveria ter na Secretaria do Verde e Meio Ambiente um corpo de agentes vistoristas; não precisa ter mais do que quatro, eu garanto, porque estou acompanhando, porque sou eu que acompanho todos os comandos; não precisaria ter mais do que quatro. Na Sehab, por exemplo, quantos agentes vistoristas você precisaria? Só em Case, nós estamos falando de Case, se você pegar Contru, Resolo... É uma questão.. Então, a questão é: os Secretários colocarem como plano de ação para o Prefeito, no caso, a questão de se ampliar esse corpo nas demais Secretarias. Isso implica parte jurídica, a necessidade de abertura desses pontos do sistema de auto de multa da Prodam na Secretaria e se altere as instâncias para análise dos procedimentos. Eu acho que seria por aí o início.

O SR. JOSÉ CARLOS - Depois dessa análise dos problemas organizacionais, essa descrição kafkaniana de como funciona o serviço público municipal, a gente tem a impressão de que é uma teia, está todo mundo preso nela, todo mundo lá colado e não consegue fazer nada. Quem já esteve nessa teia, por algum tempo, sabe como é complicado. De outro lado, do lado de fora da máquina a população espera resultados e ainda que justificadas as desculpas de problemas organizacionais e problemas de recursos humanos e materiais, de toda essa conversa para a sociedade passa a imagem de um estado inoperante. Não sei se o Bresser vai resolver esse problema agora. Mas essa imagem de impotência e no caso da poluição visual, que toma conta da cidade, da forma que está, a gente precisa ter algum tipo de luz no fim do túnel e nós temos vários túneis na Cidade de São

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 439 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L8	3	ANA	Poluição	24.10.95		

Paulo. O problema é o seguinte: o problema da fiscalização deve ser encarado não como uma reprodução, mas como uma multiplicação da forma como vem-se fiscalizando, quer dizer uma simples reprodução do sistema de fiscalização. ~~mas~~ A gente tem que questionar mais a fundo o papel da fiscalização, a forma de executar e simplesmente não falar que são 10, 20 ou 30 e vamos aumentar para 50 agentes vistoristas; e talvez a gente amplie os problemas. A gente amplia os problemas que temos hoje, se a gente tem 10 agentes vistoristas, com 100 a gente vai multiplicar por 10, talvez, os mesmo s problemas.

Não é uma coisa que eu tenha preparado, mas eu sinto falta de uma reflexão mais profunda sobre o papel da fiscalização numa cidade como a nossa, se dá para reproduzir o sistema de fiscalização de cidades pequenas, em todo mundo que tem o fiscal do quarteirão, o guarda Belo que está olhando tudo que está acontecendo e anotando e multando. Temos que discutir isso do conceito mesmo de fiscalização. De outra forma sinto que o fato de existirem leis, de existirem normas que são complexas, não são claras e a população nem sabe... Se você perguntar para qualquer pessoa que está andando na rua: você acha que aquele anúncio é regular? Realmente não é relevante. Ele não sabe dizer. Acho que nem o próprio anunciante, as pessoas que contratam os anúncios nem sabem se são irregulares ou regulares. Naturalmente quando delegam a uma empresa



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 140 de proc.
N.º 56 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	1	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

presume que essa empresa vai fazer de forma regular.

Há necessidade de campanhas do poder público de conscientização para o problema. Acho que como se faz campanhas do ponto de vista da Saúde, de vacinação, deve haver um empenho do poder público, associado à iniciativa privada, e acho que aí os termos de cooperação são válidos, claro que deve existir a possibilidade de firmar termo de cooperação, o que é um nome que se deu para o que já há algum tempo está em moda, que se chama "parceria". O conteúdo desses termos é de responsabilidade da gestão da Administração. Se eles são mal feitos, se a contrapartida é inadequada ou não procedem isso é uma responsabilidade de quem está fazendo os termos de cooperação. A possibilidade deles existirem é claro que é interessante. É óbvio que não podemos pensar que não deve existir essa cooperação entre a iniciativa privada e o poder público.

Então, eu acho que ao invés de se investir tanto em equipamento, ~~em~~ em material, por que não investir em campanhas para a conscientização da população, para a conscientização dos empresários? Por que não ~~existir~~ se insistir nesse tipo de coisa? Acho que se a sociedade não está conscientizada de que deve cuidar ~~em~~ melhor do seu patrimônio, não adianta botar fiscal na rua, temos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 481 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	2	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

de partir para uma outra linha de trabalho. Concorde que não a-
dianta ~~se~~ aumentar multas, aumentar tributos, a gente tem de fa-
zer um tipo de trabalho diferente. Meios a Prefeitura tem, re-
cursos tem também, haja vista toda a propaganda e a publicidade
com relação a obras públicas e outras atividades da Prefeitura.
Então, imagino que é uma questão de querer fazer. ~~De~~ Isso deve
ser colocado como prioridade. Se não é prioridade, a impressão
que temos é essa, não é só um problema desta Administração não,
é uma coisa que vem de muito tempo.

Problemas intersecretariais vão existir sempre. Pare-
ce que são feudos. E é interessante que os técnicos vêm em várias
discussões e dizem: "Nós estamos com vontade de trabalhar juntos.
Vamos trabalh~~ar~~ar juntos.", só que isso não acontece efetivamente.
Na hora deles cederem cadastros, na hora de abrirem mão de recur-
sos isso não acontece, não há cooperaçõe~~s~~. O que existe, na ver-
dade, são Secretarias tratadas como feudos e que não se intercomu-
nicam, não formam um corpo, um conjunto.

Se continuarmos tentando mudar o procedimento de dentro,
usando a mesma lógica, provavelmente vamos esbarrar em barreiras,
achamos que estamos presos nessa teia e não vamos fazer nada.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 442 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	3	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Antes de passar a palavra para o colega Presidente da Associação de Publicidade ao Ar Livre, temos percebido aqui que esse tema "fiscalização" é muito forte, está vinculado a tudo.

Concordo com o Zeca quando ele coloca que a tem de dar o conceito, que as pessoas têm de ter conhecimento de causa, mas, da mesma forma que eu pedi ao Movimento Pró-Centro que participemos das reuniões deles para conhecer melhor essa questão e nós temos pedido a todos pesquisas e dados e queremos saber "in loco" o que de fato está acontecendo, saindo um pouco de salas de reunião e indo um pouco para a rua, peço -como Presidente desta Comissão- a possibilidade de participarmos, junto com a fiscalização, quer dizer, esta Comissão determinaria alguns pontos ~~xxx~~ e nós acompanharíamos não interferindo na fiscalização, para podermos ter maior conhecimento.

Como sugeriu a representante da USP aqui, de que há vários decretos, mas não há a lei de sanção, o colega apresentou a lei de sanção, gostaríamos de saber como é que funciona isso na prática. Então, essa é uma reivindicação desta Presidência, no sentido de poder acompanhar a fiscalização da SAR, no que diz res-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 443 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	4	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

peito ao paisagismo urbano, não interferindo na fiscalização mas para poder tomar conhecimento, "in loco", onde corre a ação dos comerciantes, de quem está infringindo a lei, de que tipo de lei, qual a sanção, etc.

Quer dizer, esta é uma reivindicação que faço, abrindo o microfone ao Presidente da SEBEX. Pode usar o microfone, Júlio.

O SR. JÚLIO ALBIERI NETO - Embora toda essa questão filosófica da fiscalização tenha sido colocada, existe um aspecto mais dia-a-dia, mais chão, que é o aspecto dessas ~~placas~~ placas de imobiliárias, colocadas na Cidade de São Paulo, que recebeu a regularização ~~mentação~~ mentação do CELUCASA (?).

Pelo decreto regulamentador, em princípio só podem ser colocadas as placas em final de semana e essas placas têm uma variação de valor em função de dimensões, os milheiros de panfletos a serem distribuídos também têm uma taxa e existem as placas colocadas em postes de iluminação pública, placas de pequenas dimensões, que também têm uma valorização específica.

Queria saber quais são as valorizações das placas de grandes dimensões, das placas de postes de iluminação pública e por mi-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 444 de proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	5	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

lheiro de panfleto. Segundo, por que, se é só no final de semana e existe, se sairmos em algumas ruas de bairro de São Paulo hoje placas aplicadas em postes de iluminação pública e com o selo CASA estão lá no meio da semana? E mais, a coisa se agrava na medida em que, existindo esse selo e esse selo dando, ~~aparece~~ aparentemente, um caráter de legalidade, empresas comerciais passam a usar esse selo para ~~passar~~ colocar também, em suas publicidades, em postes de iluminação pública.

E qual é a ação, portanto, da SAR para coibir esse tipo de coisa? Já que existe inclusive uma falsidade ideológica no uso, qual seria a possibilidade de penalizar as pessoas que assim agem?

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Se me permitem o adendo ao que falou o Júlio, ~~x~~ temos notado que não é só em postes de iluminação. Sempre pego a Raposo Tavares e encontro no meio da ~~xx~~ estrada, no meio-fio da estrada, esse tipo de placa, tendo esse selo, o que me parece ser legal. Quer dizer, a estrada não pertence nem ao Município.

O SR. PAULO SÉRGIO PINHEIRO SILVEIRA - A regulamentação desses valores estão aqui no decreto 35.513 e essa cópia poderei



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 445 do proc.
56 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-9	6	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

passar às mãos do senhor a qualquer momento, se quiser, não tem problema nenhum. Eu já o trouxe exatamente para que a Comissão tomasse conhecimento disso.

Com relação a essa colocação das placas em horários indevidos, esse decreto também tentou coibir algumas distorções que houvessem nos decretos anteriores. O primeiro decreto ~~não~~ estabelecia horários; o segundo revogou e revogou de uma forma que não ficava claro se a pessoa tinha horário para por isso. Este decreto dá um horário para ser colocado.

Acho que se todos nós se sairmos daqui agora e formos cada um de nós para cada lado vamos todos encontrar placas colocadas com o selo e fora do horário permitido. E é por isso que existe a fiscalização.

A fiscalização, por esse ~~xx~~ decreto, está afeta à Secretaria das Administrações Regionais através das Administrações Regionais, que são as apreensões que existem, apreensões essas que não trabalham só com propaganda, trabalham com os famosos camelôs, como já foram citados aqui, e uma série de outras apreensões, como por exemplo uma regional, hoje, tem um departamento de apreensão que se constitui de dois caminhões, alguns fun-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

folha n.º	446	do proc
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR		CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
I-10	1	Angemla	Pol.Visual	24.10.95		

cionários de porte avantajado e essas pessoas é que cuidam da apreensão ~~na~~ que, nos finais de semana, intensificam a fiscalização de placas ^{mas} que eventualmente podem estar deslocadas para uma invasão, para uma desocupação de área. Esta é a questão.

Então, se existem placas fora dos horários, existe a ilegalidade, elas são multadas. Tanto é que eu tenho aqui os valores das multas que já aplicamos. Não é porque existe a regulamentação que todo mundo pensa que pode colocar. A fiscalização nossa é feita da seguinte forma: há pessoas que compram o selo e quando vira o mês ainda está com o selo do mês anterior na placa. ~~Essas~~ Essas placas, então, ou são apreendidas ou multadas ou as duas coisas ao mesmo tempo.

A placa muitas vezes está colocada de modo incorreto, porque geralmente tem a incorporadora, que é quem compra o selo, e tem uma firma que geralmente se constitui em mais do que uma perua kombi com uma porção de placas que coloca essas placas na rua. E onde vocês acham que eles colocam essas placas? No poste mais próximo da esquina. Isso geralmente é feito à noite, às ~~xxx~~ sextas-feiras à noite. Quem circula à noite pode vir que isso ocorre a essa hora.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 447 do proc.
56 de 1989
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-10	2	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

A ilegalidade não se prende ao fato de haver ou não uma regulamentação, ela também se prende ao fato de que as pessoas não obedecem, como é o caso dos "out-doors", em que existe uma regulamentação, mas as pessoas não seguem, não obedecem.

Então, a Fiscalização tem dois tipos de ação: a fiscalização daqueles que não têm ou que não pagaram ou que não recolheram aos cofres públicos as quantias estabelecidas no decreto como também aqueles que recolheram mas que colocam de maneira ilegal. E temos julgamentos de multas todas, até como maneira de se coibir qualquer tipo de deslize, concentramos todos os autos de multas que são feitos de propaganda nesse caso, de propaganda imobiliária, panfletos e placas, as defesas todas têm de ser cadastradas e enviadas à Secretaria das Administrações Regionais e lá são julgadas.

E como elas são julgadas? Verifica-se se a pessoa teve ou não alguma placa apreendida, se teve ou não tem o que reclamar; verifica-se se algum comando constatou alguma irregularidade lá e se houve, também, não tem como reclamar; verifica-se até aquela placa que pode ter sido multada e a pessoa tinha o selo e, por alguma razão, esse selo não foi verificado. A pessoa tem de apresentar a relação daquilo que ele pagou para que possamos analisar. Se



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 448 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-10	3	Angela	Pol. Visual	24.10.95		

a pessoa não apresentar também elas são, na sua maioria, todas elas estão sendo mantidas. É suficiente? O senhor mesmo já disse, na sua explanação, que não, porque existem irregularidades, existem pessoas trabalhando durante a semana.

A fiscalização ocorre, mas ela ainda não é totalmente suficiente e.

O SR. ROBERTO EM TRÍPOLI - Mais alguém gostaria de fazer uso da palavra? Estamos correndo contra o tempo. Então, vamos à última pergunta. Bona, da Assessoria Técnica das Comissões Permanentes da Câmara Municipal.

A SRA. BONA DE VILLA - Eu queria apenas externar uma preocupação. É a segunda ou terceira vez que ~~xxxx~~ escuto como uma idéia para ~~xx~~ solucionar os problemas de desarticulação entre centro de decisão dentro da Prefeitura, a idéia de englobar uma série de tarefas embaixo de um determinado ~~xxxx~~ departamento ou secretaria.

A ~~xxx~~ certeza que eu tenho é de que ~~xx~~ qualquer cidade, ainda que não seja uma metrópole, é um organismo extremamente complexo e que o gerenciamento de uma cidade sempre sempre pressupõe tarefas interdependentes, é um sistema que ~~xxxx~~ precisa de muita interface.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	447	do proc.	56	de 19	85
O funcionário					

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L-10	4	Angela	Pol.Visual	24.10.95		

Então, se a gente levasse esse raciocínio "Vamos colocar embaixo de uma Secretaria ou de um órgão", no limite nós voltamos a ter só o Prefeito. Concorde comigo? Porque vamos centralizar tudo em apenas duas Secretarias talvez, uma para ver tudo o que acontece nas ruas e outra para regular tudo o que acontece nos bairros. Mas também os bairros e as ruas têm interfaces.

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
111	1	Monteiro	Poluição	24.10.95		

Então, a sensação que eu tenho é que não há como escapar da melhoria da gestão no sentido da articulação realmente de centros diferentes.

Por que não se articula? Me parece que são dois patamares, um que o colega já colocou, que existe poder, então é um esquema de poder e cada centro de poder não quer largar a parte da fatia do seu bolo. Na esfera técnica, me parece que a administração pública realmente está muito longe, como já foi falado, de aproveitada tecnologia da informática para a troca rápida, o manuseio rápido das informações. Também não deve ser muito por acaso que isso não acontece.

Quanto a questão dos fiscais, puxando a idéia do colega, me parece que há uma contradição entre a idéia do fiscal profissional, especializado, funcionário de carreira que vai cuidar daquilo e vida inteira e o risco que se coloca da corrupção desse fiscal porque ele está lá e é sempre ele que dialoga sempre com as mesmas pessoas. Então, estou lançando uma idéia que talvez por enquanto seja um pouco louca, mas por que não pensar num corpo de fiscais volante e contornável, muito rápido como, por exemplo, aproveitar estudantes ou estagiários e ter fiscais que se tivesse uma legislação mais simples poderiam ser treinados com uma certa rapidez e que trabalhem um ano, dois anos e depois sejam substituídos facilmente, isto é, eliminar a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 451 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
111	2	Monteiro	Poluição	24.10.95		

figura do fiscal profissional.

O SR. _____ - Essa idéia de estagiários como agentes vistores tem, pelo menos, uns dez anos na Prefeitura. Pelo menos. Ela é antiga, talvez até antes, ela é bastante antiga e eu acho que é uma idéia que daria uma oxigenação no sistema, embora ela tenha que ser revstida de alguns aspectos legais que me parecem fundamentais. A figura do agente que lavra um auto de multa, essa questão foi muito discutida com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, das constatações das infrações. Acredito que o revestimento legal disso é complicado, eu não tenho nem formação para discutir essa questão.

Acho que a questão da interface de secretarias, eu não vejo motivo nenhum para que outras secretarias não tenham o seu corpo de agentes vistores, ou que a Secretaria das Administrações tenham outras atividades que outras secretarias exerçam. A questão é de se reunir, de se colocar a questão para que os Secretários concordem e aí então levar essa questão para serem alteradas essas disposições legais. O problema é que se bate sempre na disposição legal. Para que se mude essa questão é sempre uma disposição legal, não há outro caminho porque, por exemplo, se eu colocar dez agentes vistores com o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Protocolo n.º	452	de proc.
N.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA		
III	3	Monteiro	Poluição	24.10.95		

Zé Antônio lá, eu tenho que abrir um canal para que ele possa protocolar a multa, receber a multa, é uma disposição legal. E hoje nós temos uma questão que a informática da Prefeitura, eu já citei aqui levemente, mas posso colocar mais a fundo, que todo e qualquer passo que você vá dar a nível de informática você bate na Prodam. E a Prodam, embora seja uma empresa da Prefeitura, parece-me o contrário: ela sempre trabalha como sendo contratada pela Prefeitura e dona do sistema, de qualquer sistema de grande porte que se tenha dentro da Prefeitura. É um absurdo que nós não conseguimos fazer quase nenhuma modificação com relação aos sistemas de alvarás e autos, que é um verdadeiro terror para se emitir um alvará de autos.

Veja bem, em 92 a Câmara promulgou o novo Código de Edificações, até hoje existem questões que não batem dentro do sistema de alvarás e autos, como, por exemplo, a emissão de um alvará de auto com alvará de desdobro. É preciso que depois que se deferiu o processo de auto de alvará de construção é preciso que se protocole, "ex ofício", outro processo de alvará de desdobro porque senão o sistema não emite o alvará porque o sistema está programado para emitir apenas um alvará por processo. E isso já faz três anos. Então, a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 433 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
III	4	Monteiro	Poluição	24.10.95		

questão é muito ampla e nós não conseguimos mudar isso na Prodam. Isso não foi mudado ainda, não é? Ainda continua a mesma coisa, eu sei disso.

Todos nós temos essa mesma convergência de idéias, o que a senhora falou é uma idéia... e eu diria mais: os técnicos da Prefeitura tem, eu não diria boas idéias, mas têm uma convergência de idéias nesse sentido. Para nós não existe SEHAB ou SAR, conheço o Zé Antônio quando ele trabalhava com ~~Rexx~~ Re-solo, na época que nós criamos o "SOS Mananciais", eu fui um dos precursores e ele também. E trabalhamos juntos durante anos. Então, a questão é mais dessas idéias ultrapassarem o campo técnico e chegarem a contento a um final.

O SR. ROBERTO TRÍPOLI - Dentro dessa questão da fiscalização, me recordo que este Vereador, junto com o Vereador Walter Feldman, apresentou na legislatura Presidente Suplicy na Casa, um projeto de lei que visava que os atuais fiscais seriam colocados à disposição em outros órgãos e na área de engenharia, por exemplo, se pegaria um estagiário, quer dizer, um rapaz que acabou de se formar, ou uma moça da engenharia, ele ficaria, vamos supor, seis meses fazendo curso de fiscalização e trabalharia um ano na fiscalização. Depois, ele

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Ata	454	do Proc.
Nº	56	de 1995
O Funcionário		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFATIL
L11	5	Monteiro	Poluição	24.10.95		

sairia para dar vaga para outro. Quer dizer, a nossa intenção naquele momento era propagar, era conscientizar. Quer dizer, o profissional sai da faculdade, passa pela questão prática da Prefeitura, fiscalizando, e depois segue o seu caminho nas obras, enfim. Mas foi também uma proposta que não avançou.

Eu queria, neste momento, agradecer a participação do Paulo Sérgio Pinheiro Silveira, Supervisor de Uso do Solo, agradecer o Secretário Artur Alves Pinto por ter essa gentileza de encaminhar essa pessoa técnica, com amplo conhecimento de causa em relação a todo Poder Executivo e

~~então, em relação ao Poder Executivo, não houve nenhuma~~

~~ação, não houve nenhuma~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 453	do proc.
N.º 1.36	de 1983
O funcionário	
ORADOR	CONT. A PARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A PARTE
L12	1	beth	poluição visual	24.10.95		

e entrar em contato com o Sr. Secretário para marcar um acompanhamento à fiscalização. Queremos agradecer a sua participação neste momento. Temos mais meia hora de reunião e eu pediria para que fôssemos mais curtos nas explicações e nas perguntas. Chamo a CPPU, perdão, chamo o CASE que é o departamento de Cadastro Setorial da SEHAB, o diretor é José Antônio Vaz Sampaio.

O SR JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - A maioria já conhece, mas só para dar um panorama geral. O CASE é detentor de vários cadastros pela SEHAB, é o SED que é o Cadastro de EDificações, o Cadastro de Logradouros Públicos e o CADAM e o Cadastro de Parcelamento de Solo. O Cadastro de Logradouros Públicos envolve o emplantamento de ruas que é um dos instrumentos de inserção na paisagem urbana que são as denominações de ruas com as placas. Temos dois tipos de emplantamento. O emplantamento normal da Cidade com as placas nos postes que é objeto de ata de registro de preço onde a prefeitura paga para obter essa placa e é feito mais na periferia da Cidade. E temos outro tipo de placa que é a placa com suporte próprio, os postinhos com publicidade que foi objeto de autorização por lei municipal que é a Lei 8607/77 que autorizou a concessão desse serviço através de licitação. Foi feita uma licitação e duas firmas prestam serviço ao município que tem cotas para cada uma, que tem um perímetro na área central que é uma firma, objeto de licitação e no restante da cidade há uma outra firma também. Na área central onde as ruas são muito mais consolidadas, se repete mais a manutenção dessas ruas. E na área fora do centro tem-se colocado em torno de mil unidades de postes ao ano. A Prefeitura indica 400 pos-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	456	do proc.
19.º	56	de 1995
O funcionário		
ORADOR	CONT. ARABE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARABE
L12	2	beth	poluição visual	24.10.95o		

tes e a firma 600. Vale lembrar que esses postes são a título gratuito para o município pela sua manutenção e reposição das placas. Todo o mobiliário que é colocado o poste é pela contratada, pela exploração da publicidade em cima do postinho. A firma tem que repassar aos municípios 10% do seu faturamento que é gerenciado pela SEHAB, lá pelo departamento de finanças. Agora, outra inserção na paisagem urbana, fora o emplacamento que tem muitas interfaces que é o CADAM, o Cadastro de anúncios. O Cadastro de Anúncios é só o licenciamento para imóveis particulares. Não se discute licenciamento, não existe licenciamento para propaganda no logradouro público onde é regido por cada inserção, por uma legislação própria, por uma autorização específica que é o trabalho da CPPU até em compilação que ela vai estar colocando. O CADAM licencia anúncios em áreas particulares. O cadastro da Prefeitura na SEHAB do CADAM é só para imóveis licenciados. Quer dizer, todas as licenças que há na SEHAB e na Prefeitura é objeto de inserção nesse cadastro de anúncios. Nós não temos um controle efetivo dos anúncios reais na Cidade. Isso até através da TFA pode-se ter um dado mais aproximado. Nós temos uma previsão de quanto tem através da CPPU. São duas legislações vigentes que tem na Cidade, um na área central que é o 3394 de 1993 que disciplina o licenciamento e o 33874 de 1993 que disciplina o restante da Cidade que é esse perímetro que está exposto. Vale lembrar que a SEHAB vinha licenciando antes de 93 através de informatização. Com a modificação da legislação sempre tem um esforço para adaptar a informatização. Hoje estamos em processo final de implantação, de uma análise informatizada onde está agilizando e muito as análises processuais. Estamos em análise ao todo, por mês, em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 457 do proc.
56 de 1956
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
LL2	3	beth	poluição visual	24.10.		

torno de mil a 1200 processos. Tanto deferidos quanto indeferidos. Todos os processos que são indeferidos ou tomando conhecimento pela SEHAB são encaminhados às administrações regionais para as providências de fiscalização. O CASE entende que a aplicação dessa legislação vem muito para contribuir para a despoluição visual. Se fossem respeitadas as posturas que estão no decreto haveria muita despoluição visual. Existe muito avanço de cotas. Ela estabelece cotas mínimas para cada imóvel. Cada imóvel pode x metros quadrados dependendo do zoneamento. Naturalmente que isso não é obedecido. Por isso que há esse excesso de poluição visual. Se fosse atendida a legislação haveria uma diminuição significativa da poluição visual. A SEHAB vem desenvolvendo, preocupada com o toda da cidade na parte de fiscalização como um todo através da CIF - Comando Integrado de Fiscalização. Como o munícipe vem sempre a nós pedir o licenciamento e há uma pressão muito forte do munícipe por que não licencia, por que há muita poluição nós achamos por bem participar da CIF que é o comando junto com a SAR e com a RM em alguns pontos da cidade para procurar despoluir a cidade, até para aplicar a legislação. Vale lembrar que até pela nossa experiência na Paulista, no Bom Retiro e na Marginal, no Parque do Povo, mais recentemente no Centro da Cidade, só para se ter uma idéia na Rua Direita existem 160 amíncios instalados. Menos de 10% são regulares. Na José Bonifácio são 193. Menos de 10% estão regulares. E assim por diante. Na XV de Novembro é a mesma coisa. Então, é crescente o número da irregularidade. Se fosse atendida a legislação com certeza haveria uma despoluição. A SEHAB preocupada com esse caráter de apoio à fiscalização no orçamento dela ela previu como con-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 458 do proc.
56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
113	1	beth	poluição visual	24.10		

trole da poluição visual um orçamento que foi passado, deve estar na Câmara para ser avaliado. Não sei se houve cortes ou não mas houve uma inserção de valor significativo para dar esse apoio à fiscalização até na contratação de equipamentos para uma efetiva fiscalização. Acho que o Poder Público tem que retirar. Tem que buscar meios para estar retirando como o ~~MAIARA~~ Zeca falou: o município quer saber dos resultados apesar de toda a ~~ma~~ precariedade do município. A gente sabe que é difícil estar retirando anúncio pois temos que mexer com parte elétrica e as tecnologias estão avançadas. Temos cobertelas contra o funcionalismo, por exemplo, como é que vamos retirar um anúncio de cobertura. Que esteja irregular. É supercomplexo. Como é que se chega para desmontar, para cortar a fiação, não expor, não temos pessoal especializado. E tem a questão legal. Não podemos danificar o anúncio. Temos que apreender e deixar à disposição. Buscamos alternativas de cobrir o anúncio e cortar as partes elétricas. Estamos até avançando nessa hipótese. Só para ter uma noção, com o Paulo falou, desde o começo do ano estamos fazendo alguns comandos integrados. Já com essa visão de que tem que participar toda a parte de anúncio que é a RM, a Secretaria das Finanças e a SEHAB que tem a interface entre elas. Eu sou o detentor na informação de se nesse imóvel tem ou não tem o licenciamento. Rapidamente eu tenho esse informação hoje através do imposto. Se tem licença, se pode ou não pode. Isso, rapidamente eu tenho. Compete à fiscalização de SAR com a gente estar aplicando as multas e a remoção assim como RM na taxa de fiscalização de anúncios supletivamente. Com essa visão é claro que não se consegue atender a ~~MAIARA~~ toda a cidade. Mas estamos fazendo alguns projetos pilo



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 459 do proc.
56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	2	beebe	poluição visual	24. 10		

para ver se consolida isso através desses comandos integrados da desse centralização. De panorama geral seria isso. Podemos ir para as perguntas até por causa do avanço no horário. Na questão da informatização a Prefeitura de São Paulo está desenvolvendo um trabalho que se chama GEOLOG II que é a digitalização da base cartográfica da cidade de São Paulo. Naturalmente que vai até o nível de quadra mas como ela é uma base inteligente hoje ela está em fase de implantação na secretarias. A SEHAB é uma delas, onde eu participo e pode até estar integrando a questão de anúncio, onde se coloca, no nível de quadras o que existe de anúncios licenciados, o que existe de taxa de fiscalização de anúncios, o que existe de processo de organização. É questão de alimentar e estaremos caminhando para isso que é a parte de informatização, de agilização na parte de fiscalização que é a integração das secretarias através dessa base informatizada.

O SR ROBERTO TRIPOLI - Quer dizer que o CASE está informatizado e tem informatizado todos os anúncios de São Paulo?

O SR JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - Com o advento da legislação nova de 93 criamos novo sistema informatizado pela ~~PRODAM~~ PRODAM QUE está em fase de implantação no primeiro módulo. Hoje eu tenho condições de informar quais os anúncios são licenciados na cidade de São Paulo com certeza. Mas esse número hoje está em torno de 250 mil anúncios, só. Vale dizer que pela projeção que tem na cidade é em torno de quase 10 milhões de ~~anúncios~~ anúncios reais. Eu não saberia dizer e até o colega poderia colocar, quantos anúncios seriam pagos com a taxa de fiscalização de anúncios. São duas coisas diferentes.

O SR BRAGA

(Secr. Finanças) - Nós emitimos



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADOR	CONT. ABATE
113	3	beth	poluição visual	24.10		

aproximadamente 100 mil documentos de arrecadação de TFA no ano passado, ou melhor, nós recebemos o equivalente a 100 mil. A emissão de DANSP, Documento de Arrecadação foi um pouco superior, mas o retorno foi da ordem de 100 mil, aproximadamente.

O SR. JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - E nós temos licenciados 260 mil anúncios.

O SR ROBERTO TRIPOLI - A Secretaria diz que tem 100 mil anúncios regularizados e o CASE diz que tem em torno de 250 mil legalizados. ~~XXXXXX~~ Com mil pagaram e 250 têm licença, sem pagar?

O SR BRAGA - Cada contribuinte recolhe um DANSP que tem o seu número de contribuinte. Ele não contribui por um único anúncio. Mas se ele tiver mais de um anúncio ele recolhe no único documento de arrecadação. Quem dizer, o número de anúncios sobre os quais há efetivo recolhimento nós não temos mas com certeza são menos que o previsto.

O SR JOSÉ ANTONIO VAZ SAMPAIO - Para mim é uma surpresa porque eu até esperava que como a taxa de fiscalização de anúncio tem que ser paga independente da autorização de licença ou não, quer dizer os irregulares ~~XXXXXX~~ teoricamente teriam que estar pagando isso. Parece que está menos que a licença.

O SR ROBERTO TRIPOLI - Esta comissão tem interesse em questionar o CASE e quem sabe a Secretaria das Finanças da regularidade de certos anúncios da Cidade. Nós da comissão temos interesse e como fizemos até um pequeno vídeo a respeito da publicidade em São Paulo com algumas fotografias nós temos interesse em saber se estão regularizados. Se estão legais e pagando tributos. Aí seria fácil oficiarmos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 461 do proc.
n.º 56 de 1925
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L13	4	betã	poluição visual	24.10		

EXCER

o CASE e a Secretaria de Finanças.

~~..... (ano)~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 462 do proc.
56 de 1985
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L 14	1	ANA	Poluição	24.10.95		

O SR. JOSÉE ANTÔNIO DE CASTRO - Nós estamos à disposição quer dizer, tirar uma listagem dos anúncios licenciados, você ~~na~~ vai dar um volume enorme que acho que seria não prático. Mas para qualquer caso específico estamos à disposição. Nós estamos hoje com um volume de processo em análise de 15.000. Nós teríamos até condições de informar de em determinado imóvel tem ou não processo em andamento. Porque o processo é classificado em regras gerais de simples e complexos; simples são anúncios que não merecem grandes apresentações de documentos, nem responsável técnico. Os complexos requerem apresentação de plantas e de apresentação de responsável técnico e anda por análise de outros órgãos; um deles é aspecto de segurança que é o Contru. Quer dizer, todo imóvel e em torno do tombado o processo é encaminhado para os órgãos competentes, que é o DPH, para análise, para anuência e é solicitada a anuência do Condephaat. Esse dadoastro que é de bens tombados a Sehab também tem essas informações fornecidas pelos órgãos competentes, nós fizemos um cadastrinho de cada tombo, apesar da competência da cultura. O sistema de informatização é de prever todos esses cadastros inseridos e unificados, tipo: vai ter um cadastro no começo do ano que vem dos cadastros tombados. Quando se entra com o processo eu já sei se o anúncio está em voltória ou não de bem tombado.

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Como há mais informações que seriam interessantes para esta Comissão vamos oficializar o Case. Então mais perguntas que teríamos que fazer faremos por escrito.

Temos que agradecer a participação do Sr. José Antônio Sampaio, que também representa na CBTU(?) a Sehab. Chamamos por último



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 463	do proc.
N.º 56	de 1988
O funcionário	
ORADOR	CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
L14	2	ANA	Poluição	24.10.95		

CPPU, Comissão de Proteção à Paisagem Urbana, representada por Maria de Fátima Silveira, chefe de assessoria técnica, e também o Arquiteto Lefreve, que também faz parte da CPPU.

A SRA MARIA DE FATIMA SILVEIRA = De qualquer maneira acho que é interessante colocar para elucidar algumas coisas a competência da CPPU, que no fundo tem uma ligação intrínseca com esse tema em discussão. A CPPU — é um órgão normativo, consultivo e deliberativo nas questões de anúncio, paisagem e meio ambiente. A ênfase da CPPU, até quando foi ~~criada~~ criada, a ênfase maior era anúncios e até agora pela criação da Secretaria do Verde ela tem uma certa sobreposição de funções. Mas na questão de anúncios ela é o órgão normativo. Ela foi criada em 78 mantida pela ~~lei~~ lei que criou a Sehab em 86, e ela composta basicamente de um plenário e de uma assessoria técnica. O plenário se compõe de 24 representantes de entidades. Desses 24, 10 representam secretarias municipais, tipo Sehab, cujo representante é o José Antônio; tipo Sar, que o representante é a Cristina; aí tem a Emurb e tem 13 entidades representativas que abrangem tanto a USP, representada pela Marli, quanto IAB, representada pela Miriam, o IE e também as entidades representativas da atividade que mais tem a ver que são os empresários de comunicação que é o Júlio que representa o CEPEC, tem a Central de Outdoor e a ABA; também tem outra representante que está aí é a Sociedade Brasileira de Paisagismo, Associação dos Geógrafos. Ou seja, ela é bem representativa, a composição dela é bastante representativa. Ela tem uma dupla vinculação, a assessoria técnica, dando suporte técnico jurídico ao plenário e também é vinculada ao gabinete do Secretário a nível de propor estudos, projetos e outras coisas mais. Antes de eu falar dos trabalhos em desenvolvimento



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 464 do proc.
N.º 36 de 1983
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	3	ANA	Poluição	25.10.95		

no CPPU, que dizem basicamente em relação ao tema, eu vou dizer que me sinto na obrigação de dizer a nível do conceito que a CPPu parte, até preocupada com as colocações feitas na primeira reunião da comissão, na qual compareceram os especialistas da questão. É claro que o conceito que a CPPU usa é mais abrangente, ou seja: seria tudo que o olho vê. Claro que ela parte desse conceito mas as propostas ou tem que chegar também a nível de detalhamento. Por exemplo, o trabalho que a CPPU faz a nível de decreto, de proposta de projeto de lei, ela tem que chegar a tal ponto que o Case consiga operacionalizar. Ou seja, ela parte de um conceito maior, de um entendimento maior do que é a paisagem urbana. Mas ela tem que chegar ao detalhe, a nível de você poder aplicar uma legislação. Por outro lado, outra coisa que foi bastante falada é a nível das paisagens de São Paulo, especificidades da paisagem que foi muito o que a Rosa Kiliar colocou na primeira reunião. Acho que a CPPU de maneira geral entende que são várias paisagens. Agora, a idéia é sempre você propor regras gerais para a Cidade inteira e para áreas específicas, você ter legislações específicas, tipo centro da Cidade, tipo marginais, que a gente também está elaborando.

Por outro lado, mesmo o decreto que hoje está em vigor, que não resolve tudo, mas resolveria bem a maior parte das coisas que estão aí presentes, se fosse aplicado, é a questão de considerar a especificidade da cidade, agrupando as áreas em zonas. Então, por exemplo, a gente está entendendo que o anúncio é uma coisa que vem a posteriori, então sempre tem o parcelamento, a edificação, depois vem o anúncio. Então esse agrupamento de áreas afins a gente, a princípio, a gente parte do conceito de agrupar determinadas zonas em determinados níveis, ou seja



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	465	do proc.
N.º	58	de 1983
O funcionário		
ORADOR	CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L14	4	ANA	Poluição	24.10.95		

certos níveis têm regras diferenciadas de outros. É uma preocupação básica
ca você considerar a diversidade da cidade ao se propor qualquer regulamen-
tação. Claro também que existe uma hierarquia de informações. Por exemplo
mesmo lendo o decreto hoje você vê que a informação que veicula a questão
de ~~trabalho, é mais importante~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 466 do proc.
n.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
115	1	raimundo	poluição	24-10		

... de tráfego ela é mais importante ou ela hierarquicamente está na frente de uma informação que diz o nome da loja. Acho que isso daí nos próximos conceitos gerais e de qualquer legislação ~~xxxxxx~~ feita por SPPU isso está bastante presente.

Agora falando rapidamente do que a CPPU está fazendo hoje e até ~~da~~ depois indo para o final, quais seriam as propostas que a gente entende que seria interessante acontecer para e que a situação se reverta, ~~da~~ poderia citar, nós estamos propondo um outro projeto de lei - de qualquer maneira, já foi dito que a lei que está aí é de 59?; existe um projeto de lei que foi apresentado este ano pelo Vereador José Indio, que também, depois, queria fazer uma colocação a nível de qual entendimento da gente em função dele, rapidamente, claro. Nós pegamos os estudos que CPPU fez, do Fermino Fecho, a gente pegou toda a experiência a nível da CPPU, de lá para cá também e a gente está com uma proposta a ~~xxx~~ nível interno por enquanto de um novo projeto de anúncios também. (vozes paralelas) Também, porque é assim, todos em têm uma parte ~~in~~comum e uma parte não comum, mas de qualquer maneira os conceitos básicos, aglutinação de zonas em níveis, isso tudo é do estudo de 84 - que várias pessoas e daqui participaram, inclusive eu. No fundo sempre é uma alteração e uma manutenção de certos conceitos. Não tem muita divergência; o que diverge às vezes é a questão dos ta-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 467 do proc.
N.º 56 de 19 95
O funcionário
ORADOR CONT. ARABTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ARABTE
115	2	Raimundo	poluição	24-10-95		

maanhos, por exemplo, dos padrões técnicos. O Zé falou uma coisa de cota, não sei se todo mundo aqui está a par, mas assim, cota seria um índice que multiplicado pela testada do lote da área máxima de anúncios. Se tentou fugir muito desse conceito, mas de qualquer maneira e por enquanto ainda se mantém. Por exemplo, nos projetos o que diferencia muito um do outro é esse índice, mas em ~~princípio~~ princípio aquela questão de aglutinar em zonas, tal e isso aí um pouco permanece.

Claro que nesse ~~proj~~ projeto de lei que a gente está fazendo, praticamente já terminou, mas está discutindo internamente para ver a questão de operacionalização, a gente tentar simplificar. Porque por exemplo, a gente entende que uma das coisas mais complicadas, uma das críticas que a gente recebe mais é a questão de dizer que legislação é complicada. Em parte eu acho assim, eu acho que é complicada. Agora, por outro lado, não dá para você fazer uma coisa tão simples, porque a cidade é muito diferente, então a gente fica entre a idéia, entre simplificar e entre não fazer uma coisa simplista, que aí também acho que não resolveria o problema. Agora, de qualquer maneira, neste PL que a gente está propondo, a gente tentou simplificar a nível de aglutinar mais, os níveis estão mais agrupados e a gente diferencia as zonas, porque no fundo há uma grande pressão a nível daquelas áreas que têm um tráfego mais intenso e que por aí só existe o maior interesse



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 468 do proc.
N.º 56 de 1993
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABATIL.
11-5	3	Raimundo	poluição	24-10		

interesse da publicidade, que por outro lado também vai ocasionando uma eventual alteração no ~~xxxxx~~ zoneamento . Esse PL a gente já faz uma proposta de incorporar essas que seriam as vias principais detectadas pelo CET e também mais importantes a nível de paisagem, ou seja, já é dado um tratamento um pouco diferente para essas áreas, até para se evitar , por exemplo, uma coisa que está no decreto de hoje, que está no projeto de lei do Madeira e está 2 vezes no pprojeto de lei do Zé Índio, que é a questão de você, uma área ela está num nível mais permissível, mas ela passa para um nível mais permissível, dependendo de certas características que seriam o reenquadramento. No projeto de lei de 84, a gente publicava essas vias que teriam essa regra mais permissiva. Depois isso evoluiu e no projeto de lei do Fermino Fecho há uma possibilidade de reenquadramento, de alteração da regra e hoje o decreto que está em vigor ele resolve muito mal essa questão. A gente entende que é um dos pontos mais frágeis, tanto que o Plenário da CPPU propôs um novo decreto para se alterar principalmente essa questão desse reenquadramento, porque a gente entende que é um dos pontos frágeis da legislação em vigor.

Fora essa questão do PL de anúncios, a CPPU também está fazendo um trabalho de tratar a Marginal, de propor a Marginal como uma área especial de intervenção. Então, basicamente esse traba-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 469 do proc.
N.º 56 de 19 25
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L15	4	raimundo	poluição	24-10		

lho parte do pressuposto que a marginal é diferenciada por 2 motivos; um pela própria paisagem que ela apresenta, que é uma área especial, ela incorpora o rio, acho que qualquer cidade a tendência é valorizar muito essa área, que é uma área específica, especial. E outra coisa que a Marginal apresenta também é a questão de segurança de veículos, ela praticamente interliga rodovias. Então, essa questão de segurança é muito presente,

Então, em função desses 2 princípios básicos, a CPPU está fazendo esse estudo e estamos também ~~um~~ com um decreto chegando a nível de regulamentação de anúncios, um decreto que a gente está discutindo exaustivamente, até tem um grupo em separado da CPPU, com as pessoas mais interessadas na ~~anúncios~~ discussão desse tema, que a gente está propondo a estipulação de normas específicas para ela, quer dizer, já que ela é uma área especial ela merece um tratamento diferente, claro que não é só a questão de anúncios, a idéia nossa é fazer um trabalho maior. Por ~~um~~ hora o que está mais adiantado é essa questão, até pela urgência de que as marginais hoje estão com legislação omissa. Existe um parecer técnico que ~~um~~ entendeu que não dá para aplicar para as marginais a legislação que está aí. É uma área que está carencendo de uma legislação.

Fora isso também a CPPU também dá suporte técnico-jurí-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 470 do proc.
N.º 56 de 1945
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	GRADER	CONT. APARTE
115	5	raimundo	poluição	24-10		

dico, agora nem tanto, ao PROCENTRO. Agora nem tanto, mas de qualquer maneira o Pro Centro de qualquer maneira, a criação do Pro Centro foi praticamente feita na CPPU, quer dizer, teve uma participação muito grande da CPPU e até hoje a gente tem um contato muito grande com o Pro Centro, através do Sanderlei - eu sou a suplente da representação da SEHAB no Pro Centro e por exemplo, na questão da (ininteligível) a gente quer seja, de incorporar outros eixos nessa legislação específica também a gente tem uma participação bem grande, inclusive hoje a intenção até do Sanderlei, discutindo, é inserir nessa área de especial a nível de legislação de anúncios outros eixos. Porque a área do ~~Pro~~ ProCentro é maior e a área que tem uma regulamentação específica para anúncio é menor. Essa regulamentação específica de anúncios praticamente é uma consolidação daquelas regras que foram propostas no eixo, que se entendeu que eram adequadas, que para tanto foram incorporadas numa tentativa de simplificar que eram vários ~~pro~~ decretos esparsos e de qualquer maneira uma revisão, mas a princípio os princípios básicos são os mesmo. Fora isso também, ~~_____~~

~~_____~~



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 471 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
116	1	regina	pol.visual	24.10.95		

ela é quarta instância de anúncios. Então os casos omissos ou mesmo a nível de licenciamento, o Zé Antônio é o primeiro e a segunda instância, e eu sou a quarta, a terceira é o Secretário da Habitação. Na questão do espaço público, estamos fazendo um trabalho de levantamento do já existente, porque até para a gente que trabalha com isso é complicado devido a grande quantidade de regulamentos, especialmente por decreto, e mesmo por lei que existe bastante. E a idéia é até rever aquele trabalho que a CPPU fez. De qualquer maneira, na área do Pró-Centro foram feitos vários decretos, um que criou o Pró-Centro; outro que criou a Comissão Pró-Centro. Mas de qualquer maneira, um dos decretos que foi elaborado, até com a participação muito ativa da CPPU como eu mesma disse, tem o 33.395 que regula a inserção de elementos de imobiliário urbano no Pró-Centro. Nós inserimos nesse decreto a classificação, as diretrizes e a hierarquia do estudo feito pela CPPU. Quer dizer, na hora que se pode fazer uma incorporação daqueles princípios que entendemos interessante, nós incorporamos, e é esse decreto que está regulamentando a inserção de imobiliário urbano na área central. Ao lado disso, também a CPPU, a princípio até o final do ano vai estar pronto o projeto, vem fazendo projeto em continuidade com o que foi feito, mas dando um outro enfoque, um sistema de comunicação visual com vistas à delimitação da área de proteção aos mananciais, mas inserida em programa de educação ambiental. A gente teve uma reunião neste ano, porque a CEPAN(?) vai ter de apresentar o projeto até o final do ano e, de qualquer maneira, existe uma intenção da coordenação do Projeto Guarapiranga, porque a coordenação é do Estado, de se aplicar esse mesmo projeto os mesmos princípios, em todos os municípios cortados pelas áreas de proteção aos mananciais. Isso seria



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 472 do proc.
iv.º 56 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
Ll6 2		regina	pol. visual	24.10.95		

superinteressante. Acho que basicamente isso é o que a CPPU faz.

Agora, eu queria, até meio para complementar e terminar a minha fala, colocar alguns pontos que eu acho interessantes, que teriam de ser adotados para se mudar a situação que está aí. Concorde que a legislação, independente do que está aí não é o que a legislação diz, ela pode ser realmente mais simplificada, teria de ser através de uma lei que desse a regulamentação genérica da coisa. Por outro lado, teria de ser objeto de uma discussão muito ampla. Nesse ponto eu acho que a CPPU é um órgão, um local interessante porque de qualquer maneira, em princípio, seria bem representativo. Eu acho que a discussão poderia ser maior ainda. Para isso é interessante a participação da Câmara. Inclusive nesse caso, essa própria comissão poderia ser um canal. Eu acho que a legislação teria de ter maior legitimidade, teria de incorporar realmente os diferentes interesses que existem, é claro, nessa questão. De qualquer maneira, independente do que o Zeca falou, em parte, porque no fundo o principal seria essa questão de você divulgar, então eu acho válido você fazer uma campanha, você fazer cartilhas. Para isso é interessante que a legislação seja simples. Eu acho que é procurar realmente a conscientização da população, do papel dela a nível de reclamar, a nível de saber o que aplicar, o que deve reclamar, e no fundo isso está ligado a um processo lento de busca de cidadania. Acho que na prática, isso daí é a médio prazo porque tem papel grande a questão da fiscalização, porque nunca vai se conseguir fiscalizar a cidade inteira, ela é muito grande, ela por si só não vai dar resposta, mas ela ligada a outras coisas eu entendo que possa mudar a situação. Outra coisa, a questão das multas que eu fiquei de falar. A multa tem um peso. Mesmo na época da Rua Direita se não tivesse a multa



ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
LI6	3	regina	pol.visual	24.10.95		

o resultado não teria sido aquele. Acho que a gente está em estágio, em processo que é importante que tenhamos a fiscalização e a multa adequada. Acho que a multa é um dos instrumentos. Não deve ser o único, é claro, mas acho que ajuda. Rapidamente, falando sobre a tabela de multas que está no projeto 468, do Zé Índio, que ele pedia a opinião e no final achei interessante colocar agora. Eu acho o seguinte Zeca, eu acho que aí você não pode ser tão simplificado, como está gora na legislação de multa, que é única; e nem tão complicada como está no projeto do Zé Índio. Eu falo, eu me sinto muito a vontade em falar sobre aquela tabela de multas porque é a mesma que foi feita em 1984, por aquele grupo de trabalho do qual eu participei. Por que no fundo o Zé Índio fez o quê? Ele pegou o projeto do Madeira, o projeto do Firmino e o decreto que está em vigor e fez uma colcha de retalhos. Tanto é uma colcha de retalhos que, por exemplo, ele pegou dos conceitos: incorpora o reenquadramento, que no fundo são vias que no futuro possam mudar características e, portanto, poderiam ter regras diferenciadas de anúncios; quanto ele incorpora a listagem que a gente fez em 1984. Agora, no tocante à multa a gente até tem um proposta lá. Na nossa proposta tem uma diferenciação sim, mas ela é fácil de ser aplicada, porque a gente não pode esquecer que quem vai aplicar isso é um fiscal. E se você ver a tabela do Zé Índio, é uma equação matemática, é complicada até para a gente. Essa é uma crítica que a gente àquela proposta e a gente vê agora que ~~XXXX~~ ressurgiu. Então, no fundo a idéia é a seguinte: ter uma diferenciação sim, mas que ela não perca o objetivo da coisa, que é poder possibilitar uma fiscalização, tanto pelo fiscal quanto pelo vizinho ou por tudo. Acho que é por aí.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Ata n.º 474 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário
ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O funcionário ORADOR	CONT. APARTE
L16	4	regina	pol.visual	24.10.95		

O SR.PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Em relação ao projeto do Vereador José Índio, você já tem um parecer a respeito? É porque nós gostaríamos de ter o parecer da CPPU em relação ao projeto do Zé Índio. Se for possível encaminhá-lo à comissão para elaboração do relatório final, é importante.

MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA

A SRA. _____ - Só para esclarecer um pouquinho melhor. A gente discutiu rapidamente no Plenário da CPPU e as conclusões que a gente obteve é de que realmente era uma colcha de retalhos, tem horas que ele propõe coisas interessantes, tem horas que ele não propõe, não existe muita coerência. A coerência que existia, perdeu-se.

O SR.PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Não dá para ser por escrito, porque assim a comissão veria os ~~XXXXXXXXXX~~ pontos negativos e positivos?

MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA

A SRA. _____ - A gente pode pegar a transcrição da ata. De qualquer maneira a CPPU tem uma proposta que não saiu da assessoria técnica, não foi para o Plenário ainda, é uma proposta de alteração desse PL, que aí não se preocupa com crítica mas faz uma proposta.

O SR.(PRESIDENTE - (Roberto Trípoli) - Seria ~~XXXX~~ interessante que nós tivéssemos e dentro disso também, quando a senhora coloca que temos de ter participação maior, é interesse deste comissão ouvir todos os segmentos. Isto é, desde as empresas que trabalham com comunicação, que estão presentes em todas as reuniões, como entidades como a USP, o Paisagismo Urbano. E só o Conselho composto aqui é de renome. Eu já queria anunciar que na próxima terça-feira convidamos a Associação Comercial de São Paulo, convidamos a Federação do Comércio e a



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONTINUAÇÃO	APARTE
117	1	regina	pol.visual	24.10.95			

FIESP - Federação das Indústrias para participarem conosco também. Porque o problema não é devido à fiscalização, ou falta de leis, mas sim conscientização. Então a participação de todos e o consenso é que poderemos tentar resolver. E os assuntos polêmicos podemos deixar para um segundo momento.

Em relação a sua posição sobre o trabalho de mais um decreto, nós notamos que nesta comissão temos discutido muito os decretos. Quer dizer, já um problema sério as 100 leis que existem e mais os 10 projetos de lei que estão sendo discutidos. E vocês, mais uma vez, estão sugerindo ao Poder Executivo mais um decreto. Por que mais um decreto e não uma lei que venha do Executivo para o Legislativo?

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA De qualquer maneira, a gente entende, pelo menos eu entendo, que tem de ter realmente uma lei genérica que incorpore os princípios básicos, mas eu não descarto a possibilidade de você ter uma regulamentação específica para certas áreas da cidade, em consonância com aqueles postulados da lei, da legislação. Por outro lado, Roberto, a gente trabalha com expectativa e também com o momento atual. A expectativa é que uma lei seja ~~aprovada~~ aprovada e que ela seja boa. Por outro lado, estamos tentando ~~aprovar~~ aprovar leis, especialmente de anúncios, desde 1984. Então essa ~~é~~ uma realidade que permeia. Por outro lado, a gente tem que dar resposta ao CAVE(?) e até a questão de que para as áreas das marginais não existe regulamentação. Se alguém quiser colocar um anúncio na marginal hoje, é claro que ele tem que licenciar primeiro. Aí o que acontece? Ele vai entrar com processo no CAVE(?) e ele vai mandar para a CPPU. Hoje eu não tenho uma regra específica para a marginal. Não dá para ficar esperando, por outro lado,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 476 do proc.
N.º 56 de 1985
C. funcionário
ORADOR CONT. APARTE

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA		
L17	2	regina	pol.visual	24.10.95		

uma lei que pode vir ou não, e é complicado falar isso. Mas de qualquer maneira é imprevisível, tudo é imprevisível nesta cidade. Então isso é tanto uma questão de necessidade hoje quanto também, eventualmente, possa ser uma questão de visão acerca de regulamentação de áreas específicas. Essa é uma posição minha como técnica, não posso dizer que seja a posição da CPPU.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Em relação ao projeto de lei que não foi discutido na plenária ainda, nós teríamos condição de ter conhecimento, Sr. Presidente, desse projeto? Isso independente de plenária porque gostaríamos de ter conhecimento sobre a direttriz, qual o caminho que vocês estão seguindo.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA - O problema, Roberto, é que nós fizemos uma discussão na CPPU, na assessoria, mas não discutimos com o CAVE(?), ~~na~~ tampouco...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Mas a minuta eu acho que seria interessante para que possamos ter uma análise se for possível. O Presidente está aqui presente, o arquiteto Lefèvre.

O SR. JOSÉ EDUARDO LEFÈVRE - Sou Presidente da CPPU. Veja, eu acho que é possível fornecer mediante uma consulta ao plenário, previamente. Eu não poderia encaminhar sem o aval do plenário da CPPU. Eu gostaria de consultar o plenário para depois encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Trípoli) - Eu como Presidente da Comissão Parlamentar de Estudos vou oficializar o Presidente para que consulte a plenária e encaminhe a minuta de proposta antes de ser debatida.

O SR. JOSÉ CARLOS - Um dos problemas é o seguinte. A CPPU tem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -



Folha n.º 477 do proc.
 N.º 56 de 1995
 O funcionário
 ORADOR CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
117	3	regina	pol.visual	24.10.95		

uma composição interessante, são 10 representantes das secretarias e 13 representantes da sociedade civil. Dá impressão que é um grupo que a gente poderia chamar de neocorporativo, uma representação forte da sociedade civil. E se ele tem, se o plenário, se a CPPU tem essas atribuições que a gente conhece pela legislação, nós sabemos que existe uma grande nas reações entre plenário da CPPU, decisões do plenário da CPPU, principalmente nos aspectos... com relação ao que acontece efetivamente, principalmente se considerarmos o Poder Público Municipal como o potencial poluidor da cidade. Existem uma série de ações do Poder Público Municipal que poluem a cidade. E um conselho dessa natureza deveria estar, de alguma forma, verificando essa atuação do Poder Público e recomendando ações para corrigir esse tipo de procedimento. Essas ações são inúmeras, já foram citadas e eu não vou repetir aqui. São as mil árvores, as placas de termo de cooperação, as lixeiras, eu não vou citar porque todo mundo conhece. E você citou especialmente a área das marginais como objeto de estudo e a gente conhece o programa de parceria de pintura de pontes que tem como contrapartida a exploração de um espaço para anúncios, que é um tóten, um back-light, colocado no canteiro central, ao lado do rio, nas marginais. Como é que especificamente com relação a esse tipo de anúncio, ou suporte de anúncio, como é que a ~~MACEDONIA~~ CPPU, qual é a opinião da CPPU sobre isso?

A SRA. REGINA MACEDO - Desde a hora que o Vaz falou ficou uma dúvida, porque de repente ~~MAC~~ se eu tenho um comércio, eu tenho que saber quantos metros eu posso colocar de placa, tenho que licenciar isso, tenho que pagar uma taxa. Agora eu quero saber quem opina, quem acha que a Coca Cola pode colocar uma garrafa de seis metros, dez metros, o chicletes Adam's

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

n.º 478 do proc.
n.º 56 de 19 95
O funcionário
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	O funcionário ORADOR	CONT. APARTE
L17	4	regina	pol. visual	24.10.95		

on as pontes? Eu gostaria de saber se [REDACTED]

[REDACTED]



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	479	do p.º	
N.º	56	de 19	83
O funcionário			

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L18	1	morg,	poluição vis,	24.10.95		

eu o comerciante sou uma pessoa tão fiscalizada ou deveria ser pelo menos, agora, no espaço público como é que fica, acho que o espaço público, eu me sinto ofendida de ver aquela garrafa na 23 de Maio, de ver aquelas placas, aquela plantação de Mac Donald's, a quem eu devo de queixar ou como é que faz prá regular isso ?

O Sr. José Antonio Vicasi - É o seguinte, como eu já coloque o licenciamento no Município de São Paulo é feito para imóveis particulares, o CADAM licencia imóveis particulares ou imóveis que tenham IPTU, por isso eu acho que a discussão tem que ser em dois enfoques em imóveis particulares, que é licenciamento de anúncios e em área pública, em logradouros públicos que envolve uma gama de legislação que para cada caso, como uma lixeira, árvore, postes de iluminação, ônibus, tem uma legislação específica e esses para as Marginais me parece que SAR apresentou e existe uma parceria em cima de um decreto. Nenhum deles é obrigado a dar uma licença, porque tem uma legislação específica. A Fátima pode complementar.

A Sra. Fátima - Eu acho o seguinte, essa questão de anúncio no mobiliário, no espaço público, realmente, é uma questão que não está bem resolvida. Acho que não dá prá dizer que tá, porque está muito complicada. De qualquer maneira o que eu sei é que através daqueles termos de cooperação técnica com a iniciativa privada estão sendo feitas benfeitorias na paisagem que em função de uma contra partida o particular executa obras, O que nós sabemos com relação à questão da pintura das pontes, acho que o Rossi pode falar melhor é de qualquer maneira o embasamento que é esse decreto ele permite o sistema de coope-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 1480 do proc.
11.5 56 de 19 86
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
L18	2	morg.	poluição vis.	24.10.95		

ração mas ele não disciplina não dá normas sobre essa contra partida. Então, realmente esse decreto no qual está sendo embasado é muito omissos nessa questão, ele diz que vai ter essa contra partida, que a pessoa vai poder colocar o anúncio, mas não diz quando, como, de que maneira, ele deixa muito para o contrato que vai ser feito, contrato de cooperação técnica, ele deixa essa possibilidade. A princípio quem faz esse termo é que estipula essa regra. Acho que isso é uma das coisas que deveria ter se pensar sobre uma regulamentação. No caso da pintura das pontes, dos anúncios da Marginal, não passou pela CPPU, fica difícil saber a opinião dos membros da CPPU. De qualquer maneira a gente tem uma preocupação muito grande com a qualidade ambiental, por exemplo, mesmo a questão da marginal, ~~que~~ o que repercute nisso a nível de paisagem e inclusive a gente fica muito preocupado com a questão de segurança, anúncios no canteiro central, essa é uma preocupação genérica da CPPU. Agora, de qualquer maneira o projeto não passou por ela, inclusive a gente mandou vários ofícios pedindo informações mas não tivemos acesso a esses termos. Por outro lado entendo que no momento cada vez a nível do que se discute o papel do poder público, acho que você trazer a iniciativa privada para fazer algumas coisas e a Prefeitura usar os recursos em coisas mais prioritárias, acho que é uma tendência, não dá pra fugir disso. O que talvez seja o caso realmente de discutir essa contra partida, de verificar uma contra partida efetiva e a nível de paisagem, qual seria a troca, vamos permitir o quê, de que tamanho, onde? Ou seja, acho que o interesse público tem que estar acima, tem que estar muito claro, está acima, mas não está muito claro que esse interesse está acima para a gente que nessa altura



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 481 do p.
N.º 56 de 1995
O funcionário

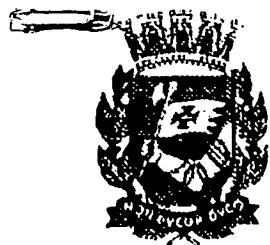
RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
118	3	morg.	poluição vis.	24.10.95		

funciona como munícipe, já que a gente não estudou esses casos, não teve acesso a essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Maurício Faria) - O Vereador Roberto Trípoli precisou se ausentar e me pediu que encaminhasse o encerramento da reunião. Pergunto se mais alguém deseja usar da palavra. (Pausa.) Não havendo mais nenhum inscrito, transmito em nome do Vereador Trípoli, que preside a comissão, o convite a todos para comparecerem na próxima terça-feira, as 9 horas, quando teremos mais uma reunião com a participação de representantes da Associação Comercial, Federação do Comércio e FIESP, que já confirmaram presença.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

* * *



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DA REUNIÃO DE COMISSÃO

"Relatório Visual"

DATA: 24/10/95

NOME	ENTIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
MARIA DE FÁTIMA SILVA	CPPU - SEHAB	R. SÃO BENTO - 405 - 220	239-1027
MYRIAN AZEVEDO TIBIRICA	JAB	P. PROF VITEL PALMOP 91413	815-0222
Maria de Lourdes D'Ovidio	CASE / SEHAB	Rua São Bento 405 - 240	2393190
Nilva de Oliveira Filho	Soc. BRAS. de Paisagismo	TRAVESSA MERUPE N.º 03 - PARAISO	570-98.91
Helladio Marcebo	SVP	Praca República 140	259-1644
Sanderley Tava	SEHAB / PROCENTRO	Rua São Bento 405 - 220	6063416
CLOVIS ISAMU YAMASHITA	SAR / GABINETE	AV. DO ESTADO, 900	228-7766 231
Paulo Sergio Pinheiro Silveira	SAR / GABINETE	AV. DO ESTADO 900	228-7766 2228
JOÃO CARLOS ROSSI FILHO	SAR / Gabinete	Av. do Estado 900	228-7766/222
Carlos de Souza Braga ^{Retirou}	SF - Set. Rendas Mobiliarias	R. Pedro Américo 32	222-5512
Julio Albighi Neto N.º 9/11/11	SEPEX - SP	RUA TABUADA 649 of 44	8229099
NELSON T. YAMAGA	PROCENTRO (BRASCONSULT)	RUA S. BENTO 405 - 220	60634-16
BRUNO R. PADOVANO N.º 10/11/11	FAUUSP / IDEA	R. MARIA CAROLINA, 495	2809637/2455
KAZUO KANE GAE	GAB VER Gilson Bente		1515 1312
ANA LUCIA ANCONA	R. FERNÃO DIAS, N.º 186	ABAP - ASSOC. BRAS. DE ARQUITETOS PAISAGISTAS	2848866 R 164 814 4825

Folha n.º 484 de 484
N.º 56 de 1995
O funcionário



Câmara Municipal de

Folha n.º 482 do proc
N.º 56 do 1995
funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 24 de outubro de 1995

Ofício CEE nº 08/95

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO,

Considerando que a Lei Orgânica do Município de São Paulo em seu artigo 32, inciso III, atribui às Comissões permanentes e temporárias da Câmara Municipal de São Paulo a competência para solicitar ao Executivo informações sobre assuntos inerentes à administração;

Solicito de V.Excia. providências, junto ao setor competente desta Casa, para que envie ofício ao Executivo pedindo as informações contidas nos quesitos que se seguem:

1. Quais os órgãos ou departamentos que realizam a fiscalização da comunicação visual (de todos os tipos) na Cidade de São Paulo ? Favor especificar e incluir as respectivas atribuições de cada setor.

2. Quais as atribuições da CIFI - Comissão Integrada de Fiscalização ? Como este Órgão é composto ? Qual o balanço das blitzes realizadas durante o ano de 94 e este ano até a presente data ?

3. Quantos fiscais trabalham no setor? Quantos veículos automotores estão disponíveis para este trabalho?

4. Qual a estimativa da existência de anúncios ao ar livre e/ou fachadas de prédios ? Quantos são regularizados ? Qual a real estimativa do número de anúncios "irregulares" (não licenciados ou proibidos) existentes na Cidade de São Paulo?

5. Em que situações é permitida a fixação em espaços públicos de um anúncio ou qualquer outro tipo de comunicação visual (considerando-se também fachadas, que

URGENTE

Ao DT.7 - Senhora Diretora.

À vista do respeitável despacho retro do nobre Presidente MIGUEL COLASUONNO, encaminho a Vossa Senhoria o presente expediente para atendimento do solicitado pelo nobre Vereador ROBERTO TRÍPOLI.

26.10.95

Carla B. B. B.
CARLA B. B. B.
Secretaria de Planejamento

À LEG.3 - Senhora Chefe

Para as devidas providências.

26.10.95

Paula Xavier Machado
PAULA XAVIER MACHADO
Diretor(a) de Departamento

RECEBIDO EM LEG.3
Em 26/10/95
Ho 18:15 horas
[Assinatura]

À CEE

Oficiado ao Executivo conforme solicitado e segue em anexo ao presente, cópia do referido Ofício Leg.3... 0717/95 e respectivo recibo.

01-11-95

[Assinatura]
ANGELA ECHEM ANDREONI
Chefe da Seção Técnica III



Câmara Municipal de

Folha n.º 483 do proc

31.º 36 de 1995

O Funcionário

São Paulo

pertencem a locais privados, mas são voltadas para o espaço público) ?

6. Quais as atribuições do CASE e CADAM ? E das administrações regionais em todos os trâmites legais necessários para se fixar algum tipo de anúncio ou comunicação visual na cidade ?

7. Em que situações é permitida a colocação de uma faixa ou mais em postes, árvores, viadutos da cidade ? Quem autoriza ? Quem multa ? Quem retira ? De quanto é a multa ? E na reincidência ? O que acontece com quem coloca faixa do tipo: "Procura-se cachorro" ou de felicitações ?

8. Como é feito o processo para instalar faixas de outros órgãos públicos nas ruas da cidade ? Em que situações estas faixas são autorizadas ? Em quais locais ? Quem fiscaliza a colocação e que retira as faixas depois do evento ? Exemplo: a propaganda institucional que anunciou o rodízio de veículos.

9. Quem autorizou a MTV a pintar o chão da avenida Paulista, com dois anúncios, em agosto ? Alguma lei regulamenta este tipo de comunicação visual (propaganda no leito carroçável da rua) ?

10. Em que situações é autorizada a colagem de cartazes em postes, paredes e viadutos ? Há multas ? De quanto ? Quem limpa o logradouro atingido por este tipo de propaganda ?

11. Balões e bonecos de borracha infláveis são permitidos ? Através de qual lei ou decreto ? Quem autoriza ? Quem multa ?

12. E os backlights e painéis luminosos ? Que lei regulamenta ? Qual órgão autoriza ?

13. Existe um dispositivo novo, tipo de um projetor de slides que joga anúncios na parede de um prédio, colocado num terreno localizado na Consolação esquina com a descida para a Amaral Gurgel. Este tipo de comunicação visual é regulamentado ? Quem autorizou ?

14. Em quais situações é liberada a colocação de propaganda em cavaletes, como aquelas que são espalhadas nos cruzamentos da cidade e em canteiros centrais de ruas e avenidas, com anúncios de lançamentos de prédios de apartamentos ? Qual a lei ou decreto que regulamenta esta prática ?



Câmara Municipal de

Folha n.º 484 do proc
N.º 56 de 19 25
O funcionário [assinatura]

15. Quais as atribuições da CPPU ? Quantos membros a Comissão comporta ? Quais entidades da sociedade civil e órgão públicos estão representados na CPPU ? Favor especificar todos os membros (pessoas e respectivas entidades/órgãos).

16. A Comissão Pró-Centro também opina sobre comunicação visual ? Em que situações ? Qual a área de atuação desta comissão ?

17. Sabemos da existência de uma taxa de fiscalização cobrada pela Prefeitura dos anunciantes. Todos pagam ? Os anunciantes não regularizados também recolhem a taxa ? Qual a lei (ou decreto) que regulamenta esta cobrança ?

Aguardamos um breve posicionamento de Vossa Excelência, pois a Comissão tem período bastante restrito para concluir seus trabalhos. Sem mais para o momento, reiteramos nossos protestos de elevada estima e consideração.

ROBERTO TRIPOLI
Vereador Líder do Partido Verde
e Presidente da Comissão de
Estudos da Poluição Visual

EXMO. SENHOR
MIGUEL COLASUONNO
DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 1485 do proc
N.º 56 de 1995
O funcionário

São Paulo, 30 de outubro de 1995.

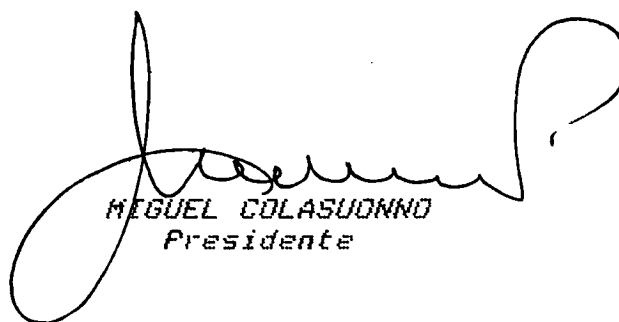
18 - OF-LEG3

OFICIO N.º 0717/1995

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pelo Nobre Presidente da Douta Comissão de Estudos da Poluição Visual, RPP nº 56/95, nos termos do artigo 32, § 2º, III da Lei Orgânica do Município, encaminho à Vossa Excelência cópia do Ofício CEE nº 08/95, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido de que nos envie subsídios para que a referida comissão possa emitir relatório a respeito.

Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do Ofício CEE nº 08/95.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

krms



MEMORANDO

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º	486	do proc
N.º	56	do 19 95

São Paulo, 30 de outubro de 1995.

Recebi ofício Leg.3 nº 717, de 30/10/95,
solicitando ao Executivo informações para o RPP 56/95.

Anexo: cópia xerográfica do Ofício CEE nº 08/95, da Comissão de
Estudos da Poluição Visual.

RECEBI EM:

31/10/95

Eliene C. Pinha
Oficial de Gabinete

COM/ATL



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 487 do proc
N.º 56 de 19 95
O Funcionário

COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS
SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO

NOTAS TAQUIGRÁFICAS RELATIVAS À REUNIÃO DO DIA 10/10/95,
REMETIDA PELO CORREIO AO SR. JOSÉ RICARDO FUZER

SÃO PAULO, 31 DE OUTUBRO DE 1995

Maria José Saluceste
SECRETÁRIA

Autoreu

RECEBEMOS 31-10-95

Via Estafeta.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 488 do pr.
N.º 56 de 1995
O Funcionario *PS*

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 31/10/95 - 9:00 hs., SALÃO NOBRE - 8º ANDAR

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli (Presidente)

Maurício Faria	<i>Zuleica</i>	21.973	414
* Gilson Barreto	<i>Gilme</i>		714
* Antonio de Paiva M. Filho	<i>Paulat</i>		1113
Ítalo Cardoso	<i>Ítalo</i>		804
Ana Martins			

Maria José Saluceste
Secretária

OB5: Esta reunião foi cancelada por
falta de quorum.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 489 do p.º
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 26 de outubro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 17 /95

Exmo(a). Sr(a). Vereador(a).

Conforme determinação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convocamos V.Excia. para reunião desta Comissão a realizar-se no dia 31 de outubro do corrente, as 9:00 horas, Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade, quando contará com a presença de representantes da Associação Comercial, da Federação do Comércio e da Federação da Indústria - FIESP.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 490 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

São Paulo, 01 de novembro de 1995

NOTAS TAQUIGRÁFICAS RELATIVAS ÀS REUNIÕES DOS DIAS:

12/09 - INSTALAÇÃO, GABINETE - NÃO TEM NOTAS

19/09 - 1ª REUNIÃO, ANEXA

26/09 - 2ª REUNIÃO, GABINETE - NÃO TEM NOTAS

03/10 - 3ª REUNIÃO, ANEXA

10/10 - 4ª REUNIÃO, ANEXA

17/10 - 5ª REUNIÃO, ANEXA

24/10 - 6ª REUNIÃO, ANEXA

31/10 - REUNIÃO CANCELADA.

07/11 - REUNIÃO C/ASSESSORIA, NÃO TEM NOTAS

~~Maria José Saluceste~~
SECRETÁRIA

entregues p/ Regime
em 01/11/95



Câmara Municipal de São Paulo

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMORANDO DE RECEBIMENTO DA CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DA
COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS SOBRE A POLUIÇÃO VISUAL NA
CIDADE DE SÃO PAULO.

REUNIÃO NO DIA 07/11/95 - 9:00 hs. - SALÃO NOBRE.

VEREADORES(AS):

Roberto Trípoli - Presidente.

Maurício Faria	ZULEICA	414
Gilson Barreto	Kazuo	214
Antonio de Paiva M. Filho	Paula	11 1 3
Ítalo Cardoso		804
Ana Martins		

Maria José Saluceste
Secretária



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 492 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

São Paulo, 01 de novembro de 1995

MEMO CT/CEE Nº 18 /95

Exmo(a). Sr(a). Vereador(a).

Conforme determinação do vereador Roberto Trípoli, Presidente da Comissão de Estudos sobre a poluição visual na cidade de São Paulo, convocamos V.Excia. para reunião desta Comissão a realizar-se no dia 07 de novembro do corrente, às 9:00 horas, Salão Nobre - 8º andar desta Edilidade.

Nesta oportunidade analisaremos os trabalhos já realizados até o momento e as perspectivas futuras para novos posicionamentos desta Comissão.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V.Excia. protestos de elevada consideração.


Maria José Saluceste
SECRETÁRIA



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 494 do proc
N.º 56 de 1995
O Funcionário

SECRETARIA DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

MEMO CT/CEE Nº 19/95

São Paulo, 10 de novembro de 1995

Ao Cerimonial.

Senhor Chefe.

Solicito de V.Sa. se digne providenciar o cancelamento do espaço reservado para a Comissão da Poluição Visual na Cidade de São Paulo, presidente Roberto Tripoli, nos dias 14 e 21/11 do corrente, horário das 9:00 às 13:00 horas - Salão Nobre, 8º andar desta Edilidade.

Taguignific
Recebi em 13/11/95.
Domingo I. L. S.
RF: 10692

Atenciosamente,

Maria José Saluceste
Secretária

Gom
Recebi
13/11/95
[Signature]

Cerimonial

Rec

Ca. 10/11/95

[Signature]